



VNIVERSITAT E VALÈNCIA

***REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
SUSTENTÁVEL: OS TERRITÓRIOS DA CIDADANIA DO AGRESTE E
MATA ALAGOANA (BRASIL)***



Programa de Doctorado en Desarrollo Local y Cooperacion Internacional

Doctorando: Cícero Adriano Vieira dos Santos

Director: Javier Esparcia Pérez

Enero 2023

ALAGOAS-BRASIL/2022



VNIVERSITAT E VALÈNCIA

Programa de Doctorado en Desarrollo Local y Cooperacion Internacional

***REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
SUSTENTÁVEL: OS TERRITÓRIOS DO AGRESTE E MATA ALAGOANA
(BRASIL)***

Doctorando: Cícero Adriano Vieira dos Santos

Director: Javier Esparcia Pérez

Enero 2023

ALAGOAS-BRASIL/2022

Todos fazemos parte do tudo.
E há uma ordem natural das coisas.
Um ser é parte de outro ser.
Um alimenta o outro.
E todos viramos alimento da Vida.

...
Nada é... Estar.

AGRADECIMENTOS

Esta Tese é fruto de um coletivo de pessoas que direta ou indiretamente contribuíram ao longo do tempo para minha formação intelectual e humana, seja com ajuda material ou imaterial. Nomear todas as pessoas aqui seria praticamente impossível, e, com certeza, esquecerei algumas por limitação de espaço no texto. Para evitar este disparate, vou nomear apenas aquelas que foram imprescindíveis na conclusão deste trabalho.

Primeiramente agradeço aos meus pais João Fernandes dos Santos (Petrúcio) e Marlene Vieira dos Santos, que apesar da falta de condições financeiras, sempre fizeram de tudo para me manter na escola, estiveram ao meu lado em todos os momentos e me colocaram no mundo. Deixo aqui os sinceros agradecimentos também aos meus irmãos Márcio José Vieira dos Santos, Fábio José dos Santos e Marcos Antônio dos Santos. Obrigado por tudo.

Agradeço a família que construí, minha Companheira Sulamita Marques Guimarães e meu Filho Ernesto Gabriel Marques Guimarães Vieira, com todo calor e afeto humano, por estar comigo em todos os momentos dividindo angústias e alegrias, que nos momentos mais difíceis dessa caminhada, muitas vezes beirando a desistência, me deram ânimos para prosseguir. Obrigado por existirem.

Ao meu Orientador Prof^o Dr. Javier Esparcia, que nunca mediu esforços para orientar, ajudar teórica e pessoalmente. Sem ele, esta Tese não seria possível. Suas palavras de ânimos como “*poco a poco*” me ajudaram muito para conseguir chegar até aqui. Muchas gracias mi Maestro!

Quero agradecer a amiga e Vice-Reitora da Universidade Federal de Alagoas, Prof^a Dr^a Eliane Cavalcante, que desde o início deste processo sempre incentivou e ajudou

no que pôde quanto às questões burocráticas, para que eu realizasse as atividades presenciais na Universidade de Valência.

Aos meus amigos professor@s Neila Reis, Marcilio e Márcio Aurélio, que no momento mais difícil para minha liberação, ficaram com minhas disciplinas. Muito obrigado.

Meu amigo e camarada Cezar Nonato, muito obrigado pelas palavras de ânimo, ajudas pessoais e cativantes. Valeu mesmo!

Meu grande agradecimento ao ex-aluno e indígena Jairã, que se transformou em um “amigo-irmão” e ajudou em todas as etapas desta Tese. Valeu pelas ajudas e divisão de sofrimentos durante a aplicação dos questionários da pesquisa. Sua ajuda foi essencial para a conclusão da pesquisa de campo e trabalho de escritório.

Agradeço ao camarada e militante do MST José Roberto (Beto) pela ajuda na aplicação dos questionários no Território da Mata Alagoana. Muito obrigado... Hasta la victoria siempre!

Agradeço aos movimentos sociais camponeses de Alagoas, especialmente MST, CPT e movimento estudantil de Agronomia – GAC e FEAB – pela ajuda, acessibilidade e compartilhamento de ideais. *Essa luta é nossa... Essa luta é do Povo.*

Agradeço a Prof.^a Conceição Dias, da Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, que sem medir esforços, aceitou prontamente ser minha tutora durante a Estancia de Investigación, onde aprendi muito através de suas aulas livres e participativas. Obrigado professora.

Agradeço imensamente ao Grande Economista, Professor e amigo Cícero Péricles pelas informações e incentivos com suas palavras otimistas e de esperanças. Valeu mesmo grande Cícero!

Meu agradecimento especial a Professora e amiga Sandra Lira pela amizade e parcerias no Curso de Especialização Residência Agrária em Extensão Rural e Delegacia do MDA. Estamos Juntos!

Ao meu amigo Jarbas pelas conversas, motivações e distrações em momentos difíceis desta caminhada. Es verdad mi Constitucionário? Muito obrigado por sua amizade.

Quero agradecer ao meu “amigo-irmão” Fabiano do Duarte pelas palavras, muitas vezes duras, mas sinceras e amigas. Meu irmão!...

Ao “camarada-irmão” anarquista Bruno Fontan, muito obrigado pela amizade, palavras de conforto e esperanças em um mundo justo para todos. Tamo Junto!

O amigo e Profº. Cícero Carlos, muito obrigado pelas ajudas estatísticas, pessoais e motivadoras. Grande Abraço.

Agradeço a minha amiga Sabrina França. Muito obrigado pelas ajudas intelectuais, palavras de conforto e motivação. Forte abraço

Ao meu amigo Karloni muito obrigado pelas ajudas intelectuais, e motivações.

Aos amigos que conheci na Espanha Maurício, Idjiniou, Jhones e Oksi por tornaram meus dias mais agradáveis e felizes.

Não posso esquecer do meu mestre de sempre, Prof. José Nascimento. Muito obrigado pelas ajudas intelectuais, paternas e por estar sempre ao meu lado, mesmo estando a distância. Obrigado pela amizade, Professor.

Aos professores do curso de Agronomia da Universidade Federal de Alagoas pela convivência e palavras de conforto de sempre... Aos meus amigos alunos pelas ajudas e compreensões em algumas ausências.

CONTENIDO

RESUMEN EXPANDIDO EN ESPAÑOL.....	1
1. Introducción	2
2. De la reforma agraria al desarrollo territorial sostenible em Brasil	4
3. Orientaciones metodológicas: hipótesis de investigación, objetivos, metodología y territorios de estudio	15
4. Condiciones sociales, económicas, ecológicas y culturales em los asentamientos de la reforma agraria: Territorios de Ciudadanía Agreste y Mata Alagoana.....	19
5. Perspectivas y consideraciones finales	24
RESUMO	30
ABSTRACT	32
SIGLAS	34
LISTA DE TABELAS	38
LISTA DE FIGURAS	39
INTRODUÇÃO	45
CAPITULO I: MARCO TEÓRICO-CONCEITUAL DA INVESTIGAÇÃO.....	51
1 DO TERRITÓRIO AO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL.....	51
1.1 Território	51
1.2 Sustentabilidade/sostenibilidad	60
1.3 Desenvolvimento rural	72
1.4 Desenvolvimento territorial sustentável	79
1.5 Dimensões do desenvolvimento territorial sustentável.....	88
1.5.1 Dimensão social	94
1.5.2 Dimensão econômica	94
1.5.3 Dimensão cultural e política	95
1.5.4 Dimensão ecológica	97

2	REFORMA AGRÁRIA E AGRICULTURA FAMILIAR	98
2.1	Reforma agrária e desenvolvimento: algumas experiências internacionais (com particular atenção a Ásia e Rússia)	99
2.2	Reforma agrária na América Latina	104
2.2.1	Reflexões sobre a reforma agrária na América Latina	104
2.2.2	México	109
2.2.3	Guatemala	111
2.2.3	Nicaragua.....	112
2.2.4	Cuba	114
2.3	Reforma agrária no Brasil: uma abordagem histórica e territorial	118
2.3.1	Reforma agrária no Brasil: ocupação do território	118
2.3.2	Reforma agrária em Alagoas	129
2.3.2.1	Antecedentes: Quilombo dos Palmares	129
2.3.2.2	Caso da Cooperativa Pindorama	133
2.3.2.3	Perímetros irrigados e reforma agrária em Alagoas	135
2.3.2.4	Reforma agrária oficial	137
2.3.2.5	Breve história dos assentamentos de Alagoas	139
2.4	A importância de agricultura familiar em Alagoas.....	143
CAPÍTULO II: POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL. TERRITÓRIOS DA CIDADANIA DE ALAGOAS		
157		
3	POLÍTICAS PÚBLICAS: EXPERIÊNCIAS EUROPEIA E AMÉRICA LATINA.	157
3.1	O papel do estado	157
3.2	A importância das políticas públicas	159
3.3	Europa: Iniciativa Comunitária LEADER	162
3.4	América Latina	170
4	A SITUAÇÃO NO BRASIL E OS TERRITÓRIOS DE CIDADANIA COMO OBJETO DE ESTUDO	176
4.1	Territórios da cidadania	176
4.2	Territórios da cidadania de Alagoas	189
4.2.1	Território do Agreste e sua estrutura agrária	191

4.2.2 Território da mata alagoana e sua estrutura agrária	194
4.2.3 Território da bacia leiteira e sua estrutura agrária	198
4.2.4 Território da cidadania do litoral Norte e sua estrutura agrária	201
4.2.5 Território da cidadania do médio sertão e sua estrutura agrária	204
4.2.6 Território da cidadania do alto sertão e sua estrutura agrária	208
4.2.7 Características gerais dos territórios	211
CAPÍTULO III: ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS	214
5 HIPÓTESES DA INVESTIGAÇÃO, OBJETIVOS, METODOLOGIA E TERRITÓRIOS DE ESTUDO	214
CAPÍTULO IV: OS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA EM ESTUDO: DIMENSÕES SOCIAL, ECONÔMICA, ECOLÓGICA E POLÍTICO-CULTURAL	223
6 SITUAÇÃO ATUAL E PRINCIPAIS RESULTADOS: ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA DOS TERRITÓRIOS DA CIDADANIA DO AGRESTE E DA MATA ALAGOANA.....	223
6.1 Dimensão social	223
6.1.1 Idade	224
6.1.2 Gênero	227
6.1.3 Escolaridade	229
6.1.4 Habitação	231
6.1.5 Saúde	236
6.1.6 Programas sociais	239
6.2 Dimensão econômica	246
6.2.1 Produção	247
6.2.2 Plantações e benfeitorias	248
6.2.2.1 Criações	251
6.2.2.2 Organização da Produção	255
6.2.3 Crédito Rural	257
6.2.4 Assistência Técnica e Extensão Rural	263
6.2.5 Renda dos Assentados da Reforma Agrária	267
6.3 Dimensão ecológica	275

6.4 Dimensões política e cultural	282
6.5 Condições sociais, econômicas, produtivas e ecológicas em assentamentos da reforma agrária: territórios da cidadania do agreste e mata alagoana.....	288
CAPITULO V: PERSPECTIVAS E CONSIDERAÇÕES FINAIS	294
7 PERSPECTIVAS: É POSSÍVEL O TERRITÓRIO AUTOSSUSTENTÁVEL? ALGUMAS REFLEXÕES PESSOAIS	294
7.1 O marco de partida	294
7.2 Da sustentabilidade territorial ao território autossustentável?... ..	296
7.3 Dimensão econômica	298
7.4 Dimensão política e cultural	300
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	303
8.1 O contexto	303
8.2 Consideração 01: assentamento de reforma agrária, trabalho rural e tecnologia apropriada	308
8.3 Consideração 02: mercado, agroindústria e cooperação na reforma agrária e agricultura familiar	312
8.4 Consideração 03: Agroecologia, movimentos sociais e cultura.....	318
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.	325
ANEXOS	343
ANEXO I. Mapas do Território dos Quilombos dos Palmares publicados na obra de Edison Carneiro, em 1947.....	343
ANEXO II. Moeda Local da Cooperativa Pindorama	344
ANEXO III. Tabelas com os assentamentos/territórios, número de famílias/assentamento e número de questionário aplicado/assentamento	345
ANEXO IV. Precipitação pluviométrica média anual de Alagoas-Brasil	347
ANEXO V. Imagens do trabalho de campo	348
ANEXO VI. Mapa de Alagoas com os assentamentos	352
ANEXO VII. Questionário de Campo	353

RESUMEN EXPANDIDO EN ESPAÑOL

REFORMA AGRÁRIA Y DESARROLLO TERRITORIAL SOSTENIBLE: LOS TERRITORIOS DE CIUDADANÍA DE AGRESTE Y MATA ALAGOANA - BRASIL

RESUMEN

La presente investigación tuvo como objetivo analizar las condiciones sociales, económicas, ecológicas políticas y culturales de los asentamientos de reforma agraria en los Territorios de Ciudadanía de Agreste y Mata Alagoana-Brasil desde la perspectiva del Desarrollo Territorial Sostenible, a través de una investigación descriptiva, con enfoque cuantitativo y cualitativo y el método dialéctico. La investigación se realizó en los asentamientos de reforma agraria de los Territorios de Ciudadanía de Agreste y Mata Alagoana-Brasil, donde hay 1098 y 2855 familias asentadas por el Instituto Nacional de Colonización y Reforma Agraria - INCRA, respectivamente. Se trabajó con una muestra de 112 cuestionarios en el Territorio de Ciudadanía de Agreste y 134 en el Territorio de Ciudadanía de Mata Alagoana, de septiembre de 2016 a marzo de 2018. Los datos fueron analizados por el software estadístico R y para comparación la diferencia de desarrollo entre los territorios, se creó el Coeficiente Comparativas de Variables Sostenibles – CCVS. Los resultados se presentan en las siguientes dimensiones: social, económica, ecológica, política y cultural. Se encontró que más del 90% de los entrevistados declararon que su vida mejoró entre ***Mucho*** y ***Poco*** después de beneficiarse de la política de reforma agraria. Los asentados del Territorio de Ciudadanía de Mata Alagoana tuvieron mayores porcentajes de respuestas “***Mejoraron Mucho***” las condiciones de vida que el Territorio de Ciudadanía de Agreste, 76,15% y 44,14% respectivamente. En cuanto a la sustentabilidad ambiental, 50,88% y 76,70%, respectivamente, de Agreste y Mata

Alagoana, declaran utilizar materia orgánica en sus cultivos y 4,1% y 2,3% respectivamente, se consideran agricultores agroecológicos. La participación en cooperativas fue del 2,7% y 6,6%, respectivamente. Con relación a prácticas sostenibles, consumo de bienes duraderos, acceso a políticas sociales de distribución de ingresos como Bolsa Família, pensiones y similares, crédito rural, Asistencia Técnica y Extensión Rural - ATER, Programa de Salud de la Familia - PSF, educación y movimientos sociales, es posible afirmar que la estrategia de desarrollo territorial sostenible está en forma embrionaria en estos territorios, aunque el territorio Mata Alagoana presenta mejores condiciones que en Agreste, de acuerdo con CCVS de 0,50 y 0,48 respectivamente.

Palabras clave: Asentamientos; Desarrollo Territorial Sostenible; Sustentabilidad; Territorios de Ciudadanía; Agreste y Mata Alagoana (Brasil).

1. INTRODUCCIÓN

Este proyecto de investigación y tesis es resultado de años de estudios y militancia, que desde su graduación trabaja con los movimientos sociales campesinos como investigador/consultor y/o extensionista en las áreas de reforma agraria en Alagoas. En 2009, lo investigador fue Consultora del Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura – IICA a través del Ministerio de Desarrollo Agrario – MDA articulando/coordinando los órganos colegiados de los Territorios de Ciudadanía de la Costa Norte y Mata Alagoana. Del trabajo con movimientos sociales que luchan por la reforma agraria a la consultoría IICA/MDA en los Territorios de Ciudadanía surge la idea de esta tesis, conectando los temas de reforma agraria, territorio y desarrollo territorial sostenible.

El estudio tuvo como objetivo analizar las condiciones sociales, económicas, ecológicas, políticas y culturales de los asentamientos de reforma agraria en los Territorios de Ciudadanía de Agreste y Mata Alagoana, en la perspectiva del desarrollo territorial sostenible. La hipótesis establecida fue que los asentados estudiados viven en mejores condiciones socioeconómicas después de beneficiarse de la reforma agraria, uso de prácticas productivas sostenibles y contribuye al desarrollo territorial sostenible. El resultado de esta investigación/tesis apoyará a los movimientos sociales y al gobierno en la construcción de planes, programas y proyectos de desarrollo de reforma agraria.

Desde 2008 el gobierno estableció que la política de desarrollo rural brasileño estaría anclada en la estrategia de Desarrollo Territorial Sostenible, con base en los Territorios de Ciudadanía. El documento presentado por el Ministerio de Desarrollo Agrario – MDA tenía como uno de los criterios para definir y crear un territorio: “menor IDH; *mayor concentración de agricultores familiares y asentamientos de Reforma Agraria*; mayor concentración de poblaciones quilombolas e indígenas; mayor número

de beneficiarios del Programa Bolsa Família” (MDA, 2008), entre otros. En Alagoas, seis territorios fueron creados hasta 2014: Litoral Norte, Mata Alagoana, Agreste, Bacia Leiteira, Médio Sertão y Alto Sertão. Entre estos, el presente estudio se desarrolló en los territorios de Agreste y Mata Alagoana.

Dicho esto, el trabajo se divide en cuatro partes. El primero incluye el Marco Teórico-Conceptual con temas conceptuales de territorio, sostenibilidad, reforma agraria, políticas públicas y desarrollo territorial sustentable, desde un enfoque histórico y territorial. En la segunda parte, presentamos la metodología de investigación utilizada como herramientas de análisis para el método descriptivo, a través de un enfoque cuantitativo-cualitativo y dialéctico. El tercero muestra los resultados más relevantes obtenidos y, por último, se presenta una síntesis de las perspectivas y consideraciones finales.

2. DE LA REFORMA AGRÁRIA AL DESARROLLO TERRITORIAL SOSTENIBLE EN BRASIL

El acentuado grado de concentración de la propiedad de la tierra y la generalidad de la estructura agraria brasileña es un reflejo de la naturaleza de su economía, resultado de la formación del país desde el inicio de la colonización, y que se perpetúa hasta nuestros días. La colonización y ocupación progresiva del territorio que conformaría Brasil, ha constituido siempre, desde el principio, una empresa mercantil para abastecer el comercio europeo, principalmente Portugal, de productos tropicales (Júnior, 1969; Bezerra, 2019). El modelo de explotación adoptado para Brasil estuvo anclado en tres elementos: la gran propiedad, el monocultivo y el trabajo esclavo (Ferreira de Souza, 2003).

Para facilitar la exploración del Nuevo Mundo, como se llamaba lo Brasil, en 1536 Portugal adoptó la división del territorio costero en 15 franjas de 200 a 650 leguas (1.200

a 3.900 km) (Piletti, 1998), denominadas capitanías hereditarias (Morissawa, 2001). Los concesionarios tenían poder absoluto, incluido el de vida o muerte sobre sus colonos. También tenían derecho a donar parte de su tierra a terceros a cambio de tributos a pagar de por vida (Marighella et al, 1980); Ferreira de Souza, 2003). Estas donaciones de tierras se denominaron sesmarias y terminaron siendo ventajosas debido a las dificultades que tenían los concesionarios para explorar y proteger las capitanías (Ferreira de Sousa, 2003). Las capitanías que más se desarrollaron fueron las de Pernambuco y São Vicente (São Paulo) (Marighella et al, 1980; Marissawa, 2003). Durante casi 400 años la mano de obra utilizada en las fincas fue esclava, que cuando lograron escapar formaron quilombos de resistencia. El quilombo más conocido fue el de Palmares, en Alagoas, dirigido por Zumbi.

En 1850 se creó la ley 601, la ley de tierras (Moura, 2000) – que establecía que la tierra, desde esa fecha, sólo podía adquirirse por compra y venta – y la ley Euzébio de Queiroz, que prohibía el comercio de esclavos. Los indios y negros brasileños no fueron beneficiados por estas leyes (Linhares, 1999). En 1888 se abolió la esclavitud en Brasil y los negros quedaron a su propia suerte.

En el Nordeste, la pobreza es mayor que en el resto de Brasil por causa de los desastres naturales y la gran concentración de tierras, dando origen al conocido cangaço, donde muchas personas se reunían para robar y saquear para satisfacer sus necesidades (Ferreira de Sousa, 2003). Otros pueblos se organizaron en tribus religiosas y formaron comunidades donde el acceso a la tierra era más fácil, como Canudos (1893-1897), en el Nordeste y Contestado (1912-1916) en el Sur de Brasil (Stedile & Fernandes, 2012).

Las demandas de reforma agraria vuelven a tomar fuerza en los años 60, con las Ligas Campesinas con el lema “Reforma Agraria por la ley o por la fuerza”, pero los militares toman el poder y sumergen a Brasil en veintiún años de dictadura militar y

extinguen los movimientos. En 1975 se crea la Comisión Pastoral de la Tierra – CPT, vinculada al ala progresista de la Iglesia Católica (Confederación Nacional de Obispos de Brasil - CNBB) y en 1984 se crea el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra – MST, defendiendo la reforma agraria como una política para reducir la pobreza y la miseria en el campo (Stedile & Fernandes, 2012).

Brasil es considerado un país agroexportador desde su origen (Stedile, 2011), exportando commodities como azúcar, algodón, café y más recientemente soya, alcohol y carne para todo el mundo, siempre producidos en latifundios. La gran concentración de tierras brasileñas, 1% de las propiedades ocupan el 47,6% de las tierras cultivables de Brasil (Capetti, 2019; IBGE, 2019 Marchetti et al 2020), ha llevado a los campesinos sin tierra y minifundistas a organizarse en la lucha por la reforma agraria, provocando conflictos entre latifundistas, Estado y agricultores sin tierra, con el asesinato de muchos líderes.

Según datos publicados por Mattei (2012), en 30 años, menos de un millón de familias asentadas permanecieron en tierras de reforma agraria hasta 2010, cifra inferior a la propuesta presentada en el I Plan Nacional de Reforma Agraria – I PNRA en 1986. Como resultado de la lucha de los trabajadores rurales y campesinos sin tierra, de 1984 a 2010, según datos del Instituto Nacional de Colonización y Reforma Agraria – INCRA, 8.641 proyectos de asentamiento y asentaron 1.238.502 familias, quedando en el campo solo 920.412 familias. Cattelan et al. (2020) dieron cuenta de poco más de 1,29 millones de familias asentadas entre 1995 y 2018. Estos asentamientos se construyeron en latifundios improductivos, muchos de los cuales resultaron de grandes proyectos en decadencia y fallidos, como los ingenios de caña de azúcar en el nordeste. En Alagoas, hay 178 asentamientos de reforma agraria y 14.531 beneficiarios registrados en el Sistema de Información de Proyectos de Reforma Agraria - SIPRA (Informe del 07/07/2021), gran

parte de los asentamientos en el este de Alagoas fueron creados en áreas de plantas fallidas con la reestructuración productiva en el sector de la caña de azúcar.

Souza (2001) define la reforma agraria, comúnmente, como un conjunto de medidas adoptadas con el propósito de adecuar el uso y tenencia de la tierra a las condiciones que den lugar al desarrollo de la agricultura y la economía. De acuerdo con esta definición, el proyecto de reforma agraria brasileña nunca fue completamente implementado y fue tímidamente construido, beneficiando a un número muy inferior al necesario, además de estar acompañado de paquetes tecnológicos listos. Estos paquetes tecnológicos fomentan los monocultivos y son más favorables para los grandes agricultores (Silva, 1980).

Fernandes (2004), discutiendo los temas agrarios, el conflicto y el desarrollo territorial, afirma que los conflictos entre trabajadores rurales y latifundistas que es posible comprender los procesos de creación, recreación y reinención del campesinado, demostrando que hay posibilidades de construir espacios políticos diversos de resistencia al proceso de territorialización del capital y desterritorialización del campesinado. El autor agrega a esta discusión el diálogo como base para el desarrollo territorial sostenible.

Cosme (2016), estudiando la Reforma Agraria en Brasil en el siglo XXI, destaca que una reforma agraria distributiva que no atacara el modelo agrícola/agrario hegemónico no serviría a la sociedad brasileña. Continúa criticando lo que llama reforma agraria de mercado, donde el gobierno asienta a miles de familias en tierras improductivas, pagando valores superiores a los del mercado. El autor presenta una propuesta de superación de este modelo de reforma agraria brasileña y destaca una experiencia de desarrollo territorial en una región pobre de lo agreste de Paraíba, que a través de la organización fueron protagonistas:

La experiencia territorial agroecológica desarrollada por los campesinos del Polo de la Borborema, en el interior de Paraíba, es una, entre innumerables en todo Brasil, que merece nuestra atención. Con el protagonismo de mujeres y jóvenes, [...] el campesinado agroecológico del territorio de la Borborema, organizado en 15 Sindicatos de Trabajadores Rurales y Trabajadores Rurales (STR's) y aproximadamente 150 asociaciones comunitarias, continúa su lucha emancipatoria y de resistencia (Cosme, 2016, p. 16).

Para estudiar el tema del Desarrollo Territorial, es necesario entender el territorio como el espacio en el que se desarrollan las relaciones sociales, económicas, políticas y culturales. Pires (2018) y Araújo y Caldas (2019), conceptualizan el territorio como una “forma espacial de inserción material de los comportamientos sociales” y el desarrollo territorial como “un proceso de cambio social, dinamizado por acciones y expectativas localizadas que generan ciudadanía en combate las diferencias sociales”. Esparcia et al. (2016), al estudiar el desarrollo local afirma que “son procesos fuertemente arraigado en él territorio, con un importante carácter endógeno y con una importante presencia de mecanismos de abajo-arriba”.

Saquet (2010), en su libro *Aproximaciones y conceptos de territorios*, informa que la idea de territorio para Gottmann ya se debatía en el siglo XV como una cuestión política de dominación de determinadas tierras en ciudades-estado griegas, en ciudades romanas y ciudades medievales italianas – Florencia, Génova, Pisa, Milán y Venecia – que tenían soberanía territorial. A partir del siglo XVI, la noción de soberanía se vio reforzada por las doctrinas políticas de estados o reinos. Platón trata el tema de la soberanía, e intrínsecamente del territorio en sus obras *La República* y *la Polis*.

Para Saquet (2010), el territorio “es el lugar de las relaciones a partir de la apropiación y producción del espacio geográfico, con el uso de la energía y la

información, asumiendo así un nuevo significado, pero siempre ligado al control y la dominación social”. El autor trabaja en su concepto basándose en estudios de investigadores como Ratzel, Raffestin y otros. Cantos (2009, p. 9), “el territorio tiene un significado histórico y humano y pretende concretar una noción de espacio físico, de superficie terrestre, con cambios históricos, naturales y provocados; él territorio es un espacio social e histórico.”

Es necesario destacar los aportes del profesor e intelectual brasileño Milton Santos en el concepto de espacio o espacio geográfico como siendo “formado por un conjunto inseparable, solidario y contradictorio de sistemas de objetos y sistemas de acción que no deben ser considerados aisladamente, sino como único, donde la historia evoluciona” (Perico, 2009 citado por Santos, 1999, p.51). En este contexto Milton Santos (1996) propone que el territorio es un espacio híbrido de un sistema de objetos y un sistema de acción, un conjunto de fijos y flujos que interactúan y expresan una realidad geográfica.

Alkmin (2015), estudiando los Territorios Autónomos Zapatistas en México, afirma que la definición de territorio para los zapatistas va más allá de los conceptos tradicionales de la geografía y trae algunas reflexiones de Marcelo Lopes de Souza (1995). Souza (1995) destaca la necesidad de superar el concepto de territorio restringido a la afiliación estatal y, en ese sentido, presenta la propuesta de territorio discontinuo, más adecuada y similar a los territorios zapatistas. Estas comunidades están conectadas y forman lo que el movimiento zapatista llama Territorios Autónomos.

Por lo tanto, el territorio puede entenderse como un espacio continuo o discontinuo con poder político, económico, cultural/pertenencia, donde las personas viven y conviven influenciadas de alguna manera por sus fines personales y colectivos y los conflictos son mediadores y constructores de espacios sociales (Reffestin, 1993; Souza, 1995; Santos, 1996; Cantos, 2009; Saquet, 2010). Los territorios están presentes

en todas partes, sobre todo porque la superficie terrestre está formada por países, estados, naciones, áreas indígenas y quilombolas, territorios autoproclamados, etc.

El concepto de Desarrollo como crecimiento económico ha quedado obsoleto desde hace mucho tiempo. El premio Nobel de economía de 1993, Amartya Sen, define el desarrollo como el proceso de expansión de las capacidades de los individuos para tomar decisiones. De hecho, la búsqueda del bienestar va más allá de la capacidad productiva de una sociedad. La diferencia está en si el aumento de esta capacidad productiva trae bienestar. Para Franco (2002), desarrollo significa mejorar la vida de las personas (desarrollo humano), de todas las personas (desarrollo social), de los que viven hoy y de los que vivirán mañana (desarrollo sostenible).

Desde la década de 1970 se inicia un movimiento en Europa, pero específicamente entre Francia e Italia, en el que la mejor manera de construir estrategias para los procesos de desarrollo es a través de un enfoque y articulación local o regional. En esta discusión, vale la pena mencionar las elaboraciones de investigadores italianos como Calògeno Mascarà, Giuseppe Damatteis, Giacomo Becattini, Gioachino Garofoli, Arnaldo Basgnasco, Alberto Magnaghi, entre otros (Alves et. al., 2008).

Investigadores de las áreas de geografía, sociología y economía han ido integrando sus saberes y construyendo conceptos para el desarrollo con mayor sustento teórico, y que en la práctica han mostrado viabilidad política con el denominado Desarrollo Territorial (Alves et al (2008).

Alves et al. (2008) en el libro *Desenvolvimento Territorial e Agroecologia* destaca la importancia de los investigadores Arnaldo Bagnasco y Giuseppe Dematteis como dos referencias en el escenario internacional en territorio y desarrollo, afirmando que las interpretaciones del territorio y/o las iniciativas de desarrollo deben considerar los siguientes elementos/componentes y procesos:

La articulación de clases y la constitución de redes y tramas locales y extralocales, que significan relaciones de poder, realizadas en cada lugar y entre lugares, por sus desigualdades, diferencias y especificidades; (i) el carácter material, reconciliando factores y elementos culturales, políticos, económicos y naturales, en unidad; la producción de bienes (o excedentes), la recuperación y conservación de la naturaleza fuera del hombre; la valorización de pequeñas y medianas iniciativas productivas; la valorización de los saberes y identidades locales; consideración del proceso histórico y patrimonial de cada lugar; producción de alimentos ecológicos; la organización política local, con miras a lograr la autonomía; la reducción de las injusticias y desigualdades sociales, entre otros.

A principios de la década de 1990, la Unión Europea adoptó el Programa Leader (Relaciones entre Actividades de Desarrollo de la Economía Rural), como un conjunto de políticas de desarrollo rural a implementar en sus países miembros en busca de un nuevo concepto de desarrollo que respondiera a la crisis del campo (vaciamiento de la población en determinadas regiones, envejecimiento y masculinización de la población rural, degradación de los recursos naturales, entre otros) (Moura & Pontes, 2020). Entre las características de la estrategia se encuentran “estrategias por zona (territorio), acciones integradas y multisectoriales y el establecimiento de alianzas locales entre los sectores público y privado, la innovación, la cooperación y el trabajo en red” (Comunidades Europeas, 2006).

La discusión sobre el desarrollo local (Amaro, 1992, Wanderley, 2001) es un marco para el proceso de construcción participativa del desarrollo. Comenzó en Brasil a fines de la década de 1980 y principios de la de 1990, como resultado de una acumulación de conocimiento por parte de extensionistas y académicos que estaban descontentos con

los impactos negativos de la revolución verde implementada por los gobiernos militares después del golpe de 1964 (Ruas, 2006). Las tecnologías de la revolución verde tenían el objetivo de modernizar el campo, pero para ello vinculó la agricultura a la industria, haciéndola totalmente dependiente de insumos y maquinarias agrícolas, causando éxodo rural y devastación de la naturaleza con la apertura de nuevas áreas de plantaciones y uso compulsivo de plaguicidas (Silva, 1980; Wanderley, 2009; Stedile, 2009, Caporal et al, 2009; Guevara & Ramon, 2019). En la década de 1980, los extensionistas hicieron una autocrítica del modelo de desarrollo que venían construyendo y comenzaron a construir el desarrollo local junto a los movimientos sociales rurales. A fines de la década de 1990, se crearon los Foros de Desarrollo Local Integrado y Sostenible – DLIS, una estrategia de desarrollo comunitario que reunió a las Organizaciones No Gubernamentales – ONG, los sectores público y privado (Comunitas, 2004).

Desde 2003, con la llegada del trabajador Luiz Inácio Lula da Silva a la presidencia de Brasil, líderes y profesionales de los movimientos sociales, junto con académicos y el gobierno, comenzaron a sistematizar y poner en práctica un nuevo enfoque de desarrollo denominado Desarrollo Territorial Sostenible. Esta estrategia venía siendo utilizada en Europa desde la década de 1990, por lo que el gobierno brasileño instituyó un grupo de trabajo para estructurar la propuesta y crear los territorios rurales de las identidades, que a partir de 2008 se transforman en los Territorios de la Ciudadanía. El Programa Territorio de Ciudadanía es una evolución del Programa de Territorios Rurales, en Brasil se crean un total de 164 Territorios Rurales, de los cuales 120 fueron transformados en Territorios de Ciudadanía y los otros 44 son considerados Territorios de Identidad Rural que abarcan 2.500 municipios (Oliveira et al. 2017). En Alagoas, seis territorios fueron creados hasta 2014: Litoral Norte, Mata Alagoana, Agreste, Bacia Leiteira, Médio Sertão, Alto Sertão.

Según Pirax et al. (2020), durante este proceso fueron aprobados 243 Territorios Rurales¹ en Brasil con una superficie de 6.474.410 Km² (76% del territorio nacional), agrupando 3.653 municipios (65,58% del total del país), con 76,7 millones de habitantes , de los cuales 22,5 millones de habitantes viven en el área rural (75,5% de la población rural), 3.513.414 Establecimientos de Agricultura Familiar (80%), 10.114.982 personas ocupadas en Agricultura Familiar (79%), 812.283 familias asentadas en la Reforma Agraria (84%), 2.093 comunidades quilombolas (87%) y 652.582 familias de pescadores (66%).

Coelho Neto (2013), informa que encontró, en un acta de CONDRAF (Consejo Nacional para el Desarrollo Rural Sostenible) del 10 de marzo de 2004, una visita de ocho consejeros a Andalucía/España con el objetivo de conocer la experiencia de gerencial e institucional de ese país. Es importante resaltar que el mencionado autor cita a los investigadores brasileños José Eli da Veiga, Ricardo Abramovay y Tânia Bacelar como sujetos fundamentales en este enfoque de desarrollo territorial de la Secretaría de Desarrollo Territorial - SDT.

La principal política pública dirigida a las áreas rurales y la agricultura familiar del Gobierno Federal de Brasil a partir de 2003 se convirtió en la política de implementación de Territorios Rurales a SDT, y adoptó el concepto de Territorio como:

“un espacio físico geográficamente definido, generalmente continuo, que comprende las ciudades y el campo, caracterizado por criterios multidimensionales como el medio ambiente, la economía, la sociedad, la cultura, la política y las instituciones, y una población con grupos sociales relativamente distintos, que se relacionan interna y externamente a través de procesos específicos, donde se pueden distinguir uno o más elementos que

indican identidad y cohesión social, cultural y territorial”. (SDT/MDA, 2005, p. 28).

Para orientar las acciones de la nueva política de desarrollo territorial, la SDT/MDA publicó en mayo de 2005 el *Marco de Apoyo al Desarrollo de los Territorios Rurales* como estrategia para reducir la pobreza, combatir la exclusión social y reducir las desigualdades sociales y territoriales (SDT/MDA, 2005). En el mismo documento, el MDA destaca que centrará los esfuerzos en tres áreas de acción integradas: expansión y fortalecimiento de la agricultura familiar; reforma y reorganización agrario; promover el desarrollo sostenible de los territorios rurales. En el primer ítem, se destaca la especial inclusión de los pobladores de la *reforma agraria*, objeto de este estudio. En este contexto, el Marco de Referencia definió los objetivos de la Estrategia para apoyar el desarrollo sostenible de los territorios rurales:

Objetivos Específicos: Promover y apoyar: 1. la gestión, organización y fortalecimiento institucional de los actores sociales de los territorios rurales, en *especial de aquellos que actúan en la representación de los agricultores familiares, los asentados de la reforma agraria y las poblaciones rurales tradicionales*; (SDT/MDA, 2005, p 07) (Énfasis añadido).

El Programa Territorio de Ciudadanía está inoperativo desde 2017, al igual que el Ministerio de Desarrollo Agrario (MDA), que se extinguió en 2017, cuando el gobierno de Temer lo fusionó con el Ministerio de Desarrollo Social y Combate al Hambre (MDS), creando el Ministerio de Desarrollo Social y Agrario (Nascimento, 2019) y fue derogada mediante Decreto N° 9.784, de mayo de 2019 (Andrade Figueredo & Phelipe Santiago, 2019). Actualmente, estos ministerios también han desaparecido, y las acciones relacionadas con la agricultura familiar están siendo operadas por el Ministerio de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA. La política de desarrollo territorial fue

muy importante para el desarrollo rural brasileño, pues aún después de casi dos décadas y de haber sido extinguida por el gobierno, sobrevive hoy en muchas localidades de forma más autónoma en relación al gobierno federal como la Colegiata del Alto Sertão del estado de Alagoas-Brasil. En el estado de Bahía-Brasil, los órganos colegiados territoriales sobreviven con el apoyo del Gobierno de lo estado (Andrade Figueredo & Phelipe Santiago, 2020).

3. ORIENTACIONES METODOLÓGICAS: HIPÓTESIS DE INVESTIGACIÓN, OBJETIVOS, METODOLOGÍA Y TERRITORIOS DE ESTUDIO

La presente investigación combina producciones académicas sobre reforma agraria y desarrollo territorial sustentable en una investigación de campo en los asentamientos de la Reforma Agraria de los Territorios de Ciudadanía de Agreste y Mata Alagoana. La *investigación tuvo como objetivo* analizar las condiciones sociales, económicas, ecológicas, políticas y culturales de los asentamientos de reforma agraria en los Territorios de Ciudadanía de Agreste y Mata Alagoana-Brasil en la perspectiva del Desarrollo Territorial Sostenible. La *hipótesis de investigación* fue los pobladores de los territorios estudiados viven en mejores condiciones socioeconómicas después de beneficiarse de la reforma agraria, utilizan prácticas productivas sostenibles y contribuyen al desarrollo territorial sostenible.

En cuanto metodología, la ciencia moderna se construyó a partir de la racionalidad y el uso de métodos para explicar, a través del método científico, fenómenos naturales y sociales antes dominados por pensamientos religiosos o absolutistas (Zambelle, 2018). Así, la ciencia pretende aportar la verdad sobre la naturaleza y la sociedad con

conocimientos producidos y probados por métodos, técnicas y otros procedimientos científicos, como, por ejemplo, situando en el análisis la “situación histórico-social” y el “carácter reflexivo” (Machado, 2018, p. 24), entre otros.

La investigación científica se puede dividir en: investigación pura, cuyo principal objetivo es la búsqueda del conocimiento e investigación aplicada, que busca soluciones a problemas concretos e inmediatos (Oliveira, 2011). Para Gil (2002), es posible clasificar la investigación en tres grandes grupos: exploratoria, descriptiva y explicativa. En cuanto al Método y la forma de abordar el problema, Richardson et al. (1999) clasifica la investigación en cualitativa y cuantitativa. El cuantitativo utiliza métodos de las ciencias físicas, matemáticas y estadística y se caracteriza por la adopción de métodos deductivos, buscando objetividad, validez y confiabilidad. Lo cualitativo se origina en la antropología y utiliza métodos inductivos, visando el descubrimiento, la identificación y la descripción detallada y profunda (Zanella, 2013). Considerando la naturaleza de esta investigación, el carácter de las preguntas, hipótesis y objetivos presentados, la perspectiva teórica que muestra mayor relevancia, el proceso objeto de este estudio incorpora el análisis histórico de la Reforma Agraria en la perspectiva del desarrollo territorial sostenible.

Para la construcción del proceso histórico, tanto de la Reforma Agraria como del desarrollo territorial sostenible, se utilizaron documentos, informes, libros y artículos de bases de datos brasileñas (Periódicos Capes, Google Scholar y Embrapa) y españolas (Trobes y Dialnet). A partir de la recolección de datos *in loco*, se construyó esta investigación con variables descriptivas y datos estadísticos. Desde el enfoque territorial del desarrollo sostenible, este trabajo es una investigación descriptiva, con enfoque cuantitativo-cualitativo y el método dialéctico de análisis.

En cuanto al área de estudio, Alagoas se subdivide en las mesorregiones de Agreste, Sertão y Este Alagoano. Los asentamientos seleccionados para esta

investigación forman parte de los Territorios de Ciudadanía de Agreste y Mata Alagoana. El Territorio de la Ciudadanía Agreste está ubicado en el área de transición entre el este de Alagoas y la región semiárida; y el Territorio de Mata Alagoana está conectado con Agreste y el este de Alagoas (zona da mata y costa). Por lo tanto, los territorios investigados representan bastante bien las regiones del estado.

El Territorio de Ciudadanía Agreste contenía en 2016 un total de 1098 familias asentadas, y el Territorio de Ciudadanía Mata Alagoana 2.780 familias, totalizando 3.953 familias asentadas, según datos del INCRA/AL. En la investigación de campo se aplicaron 246 cuestionarios, 112 cuestionarios en el Territorio de Ciudadanía de Agreste y 134 en el Territorio de Ciudadanía de Mata Alagoana, desde septiembre de 2016 hasta marzo de 2018. Las muestras fueron diseñadas con un nivel de confianza del 90% y 5 % error de muestreo. Los cuestionarios aplicados siguieron la proporción muestral entre el número total de familias del territorio y el número de familias por asentamiento. Sin embargo, debido a algunas limitaciones como el difícil acceso a las comunidades, la falta de recursos económicos para combustible, alojamiento y alimentación (todos los costos fueron asumidos por el autor); dificultad en la comunicación con los líderes comunitarios y el malo condiciones de los caminos en algunos periodos de la investigación solo fue posible aplicar los cuestionarios de la investigación en el 80% de los asentamientos y en el 85,71% de las familias de las áreas de estudio, ya que presentan las características socioeconómicas de los asentamientos son muy similares.

Para el análisis descriptivo de los datos se utilizó el software estadístico R y para comparar el desarrollo de los territorios se creó el Coeficiente de Comparación Variables Sostenibles - CCVS, a partir de variables positivas utilizadas en la metodología del

Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo - PNUD ¹ para el cálculo del Índice de Desarrollo Humano – IDH y en las adecuaciones de Sepúlveda (2005) en los indicadores con relación positiva de esta investigación. Así, se estandarizaron las variables y se calculó un coeficiente (CCVS) que va de 0 a 1. Los datos presentados en este trabajo están en forma de gráficos de barras y radar con distribución de frecuencia porcentual.

$$CCVS = \frac{\sum V}{100n}$$

V= Variable en %; n= número de variables

Los Proyectos de Asentamiento (PA) estudiados por la Municipalidad del Territorio de Ciudadanía de Agreste fueron:

Craíbas: PA Genivaldo Moura; **Girau do Ponciano:** PA Santa Isabel, PA Paraná, PA Rendeira, PA Japão II, PA Roselí Nunes, Pa Nova Paz, PA Sete Coqueiros; **Palmeira dos Índios:** PA Algodão; **Traipu:** PA Riachão, PA Sítio Novo, PA Marcação, PA Padre Cícero, PA Che Guevara/Ribeira I e II e Santo Antônio, PA Angico.

Los Proyectos de Asentamiento (PA) estudiados por la Municipalidad del Territorio de la Ciudadanía de Mata Alagoana fueron:

Atalaia: PA São Luiz, PA Boa Fé, PA Brasileiro, PA Ipê Amarelo, PA Varese, PA Ouricuri, PA São Pedro II, PA Ouricuri I, PA Ouricuri II, PA Ouricuri III, PA Padre Cícero/Boqueirão/Santa Tereza/Bela Vista/Bela Vista, PA Margarida Alves II/São Macário; **Branquinha:** PA Flor Do Mundaú, PA Santo Antônio Da Boa Vista, PA Nova Esperança, PA Eldorados Dos Carajás/Dois Paus e PA Zumbí Dos Palmares; **Cajueiro:**

¹ Si la relación es positiva: $I = (x - m) / (M - m)$; donde: I = índice calculado referente a cada variable, para cada territorio analizado; x = valor observado de cada variable en cada territorio analizado; m = valor mínimo considerado; M = valor máximo considerado. (Sepulveda, 2005, p. 239).

PA Loango e PA Bom Destino; **Chã Preta:** PA Santa Fé e PA Merêncio; **Ibateguara:** PA Jussara e Laranjeiras; **Quebrangulo:** PA Manivas Romualdo e PA Cabeceira de Pacavira; **União dos Palmares:** PA Serra Preta, PA Cavaco, PA Pindoba II, PA Paulo Freire/Serrana, PA Chico Mendes/Bebidas, PA Santa Maria II, PA Padre Emílio April/Gordo e PA Limão; **Anadia:** 25 de Março; **Viçosa:** PA Dourada, PA Quinta da Serra e PA Vila São Pedro; **Murici:** PA Pacas, PA Dom Hélder Câmara e PA Rio Bonito.

4. CONDICIONES SOCIALES, ECONÓMICAS, ECOLÓGICAS Y CULTURALES EN LOS ASENTAMIENTOS DE LA REFORMA AGRARIA: *Territorios de Ciudadanía Agreste y Mata Alagoana*

Analizando el desarrollo territorial sostenible en los Territorios de Ciudadanía de Agreste y Mata Alagoana, se observó que los asentados tienen una edad promedio superior a 50 años (55,86 y 50,61 años respectivamente, para los Territorios de Agreste y Mata Alagoana), un problema para el futuro de los asentamientos porque los jóvenes rurales sucesores han salido del campo en busca de mejores oportunidades en los centros urbanos, como lo señalan los estudios de Hespanhol (2008) y Grígolo (2008). Fenómeno integral que se debe a las penosas condiciones de trabajo en la agricultura familiar sin el uso de casi ninguna tecnología que haga más placentero y menos fatigoso el trabajo rural. Por lo tanto, es necesario desarrollar y poner a disposición tecnologías para la agricultura familiar y la permanencia de la juventud rural en el campo, reemplazando a sus padres de manera productiva y sostenible.

En cuanto a la educación y escolaridad, la encuesta dio como resultado un bajo nivel educativo entre los asentados, 46,4% y 18,6% de los pobladores encuestados declararon no haber estudiado nunca y solo el 1,79% y 4,65% habían terminado la secundaria en los Territorios de Ciudadanía de Agreste y Mata Alagoana respectivamente,

que limita el acceso y uso de tecnologías. Para superar el círculo vicioso del éxodo rural de la juventud rural y la baja escolaridad en los asentamientos, es necesario crear escuelas en zonas rurales con educación contextualizada con metodologías atractivas e integradoras (Freire, 1987; 1996; Tibola, 2015).

Las viviendas de los asentados encuestados son pequeñas cuando se considera el número de personas que residen en cada casa (promedio de 5 y 6 personas para los territorios de Agreste y Mata Alagoana, respectivamente) y la necesidad de espacios para almacenar la producción y las herramientas agrícolas. La vivienda rural tiene el propósito de cobijo, protección y producción y la mayoría de las residencias urbanas tienen el propósito de cobijo y protección. Por eso es necesario pensar la vivienda rural como algo mayor que la vivienda urbana.

En las viviendas de los asentados encuestados fueron encontrados artículos domésticos, bienes de posesiones y acceso a servicios de comunicación y movilidad como celulares, antenas parabólicas, radios, coche, motos etc., a pesar de las malas condiciones de señal de teléfonos y carreteras en épocas de lluvia. Esto requiere más inversiones y políticas gubernamentales para la comunicación y el acceso a las comunidades de reforma agraria (Stedile & Fernandes (2012). Se encontraron bienes de consumo como microondas y duchas eléctricas en menos del 10% de los hogares encuestados.

El tema de la salud en los asentamientos de los territorios de Agreste y Mata Alagoana es otro cuello de botella por estar más alejados de los centros médicos y hospitalarios, a pesar de que el 91% y el 37%, respectivamente, se benefician del Programa Salud de la Familia (PSF). Este servicio ha sufrido numerosas interrupciones y no cuenta con lugares apropiados para realizar el trabajo del equipo.

El Programa Bolsa Família (PBF), rebautizado como Auxílio Brasil en 2021, es de relevante importancia para las zonas rurales, especialmente para los pobladores de

Agreste y Mata Alagoana, donde el 51,6% y el 72,8% respectivamente, son beneficiarios del programa. Las pensiones rurales han sido la principal fuente de ingresos de las familias asentadas en los territorios de la reforma agraria y más de la mitad de los entrevistados están jubilados o reciben alguna pensión de seguridad social por el monto de un salario mínimo.

El territorio de la Mata Alagoana, más beneficiado por los programas sociales, tuvo el CCVS (Coeficiente Comparativo de Variables Sostenibles) superior al territorio de Agreste (0,5 y 0,48, respectivamente) y más del 90% de los encuestados del Territorio de Ciudadanía de Mata Alagoana declararon que sus condiciones de vida mejoraron después de ser beneficiados con el programa de reforma agraria, donde el 76,15% **Mejoró Mucho** y el 23,08% **Mejoró Poco**. El territorio Agreste presentó menores porcentajes de mejora en las condiciones de vida en comparación con los asentados de la Mata Alagoana (44,14% y 46,85% respectivamente, para las variables Mejoró Mucho y Mejoró Poco). La calidad de vida de la población rural es un factor esencial en el proceso de desarrollo territorial y comunitario, tal como lo establece la estrategia de desarrollo territorial (Veiga, 2005; Esparcia & Escribano, 2015).

Los asentamientos estudiados tienen un promedio de más de 20 años de creación, con asentamientos que van de 7 a 35 años (SIPRA, 2021). A lo largo de los años, estos asentados han ido construyendo algunas infraestructuras productivas como galpones, represas, cercas, sistemas de irrigación con el objetivo de calificar la producción y aumentar sus ingresos, y los asentados de la Mata Alagoana declararon más equipamientos que los de Agreste. Los lotes de reforma agraria en los Territorios de Ciudadanía Agreste y Mata Alagoana son pequeños, con un área promedio de 10 ha y 5 ha respectivamente, más pequeños que un módulo fiscal. Aunque pequeños, los lotes tienen una producción poco diversificada con plantaciones y ganadería para consumo

familiar, trabajo y comercialización de cereales, hortalizas, tubérculos, frutas, carne, leche, huevos y derivados, aunque esta producción está muy restringida a la época de lluvias, principalmente en relación con los asentados de lo agreste.

Al preguntarles si producían en los lotes, más del 80% respondieron que tenían alguna plantación y alrededor del 30% y 15% en los respectivos territorios de Agreste y Mata Alagoana manifestaron que criaban algún animal para trabajo, comercialización y/o consumo. Los asentamientos de la Mata Alagoana producen más cosechas que los de Agreste, pero la falta de recursos económicos impide la construcción de proyectos de irrigación para mantener la producción durante todo el año.

Los ingresos monetarios declarados de las exploraciones agrícolas de los lotes por los entrevistados se obtienen de la comercialización de cultivos y/o creaciones en ferias abiertas (34,29% y 36,05%), intermediarios (48,57% y 58,14%), cooperativas (14,29% y 5,81%), respectivamente para los territorios de la Mata Alagoana y Agreste y 2,86% de los encuestados en el territorio de Mata Alagoana declararon que vendían sus productos a través de asociaciones de agricultores. Solo el 2,7% y el 6,6%, respectivamente, de los entrevistados eran de cooperativas. Otra forma de comercialización de la producción de la reforma agraria es a través de las Ferias de la Reforma Agraria que se realizan en la capital de Alagoas (Maceió), en ciudades de mayor porte de Alagoas y en los municipios donde hay asentamientos. La agricultura es una actividad productiva de alto riesgo y de importancia fundamental para el desarrollo de la sociedad humana, responsable por la reducción histórica de los precios de los alimentos (Abramovay, 1992).

La investigación observó que el ingreso promedio de los asentados sacados de las exploraciones del lote es bajo, 36,4% y 48,3% respectivamente, de los entrevistados en Agreste y Mata Alagoana declararon un ingreso de hasta medio salario mínimo. Este

hecho se explica porque la agricultura desarrollada es de secano y carece de ATER en cantidad y calidad.

La encuesta observó que solo el 4,1% y el 2,1% de los encuestados en los territorios de Agreste y Mata Alagoana se consideraban agroecológicos y que el 50,9% y el 76,7%, respectivamente, de los encuestados utilizaban estiércol animal en las plantaciones; 23,33% y el 29,82% respectivamente, de los entrevistados en los territorios utilizan plaguicidas para el control de plagas, enfermedades y eliminación de malas hierbas; 50,1% y 66,02% respectivamente, de los entrevistados manifestaron que utilizan fertilizantes minerales en sus plantaciones. Las prácticas sostenibles son esenciales para el desarrollo territorial sostenible. Tales prácticas van desde el uso de materia orgánica, como estiércol animal, hasta la conservación de semillas nativas (Altieri, 2004).

En *cuanto a la opinión sobre agroecología* de los asentados del territorio Agreste, más del 80% desconocía esta práctica. Una explicación a esta negación puede ser la precariedad del servicio de ATER, la poca presencia de movimientos sociales en los asentamientos y la presión de la industria de plaguicidas. A pesar del pequeño número de agricultores agroecológicos en las áreas de la reforma agraria, existe un proceso de producción sostenible en oposición al modelo agrícola mayoritario brasileño y necesita movimientos sociales campesinos trabajar mejor este tema en los asentamientos, independientemente de la existencia de políticas públicas disponibles (Molina, 2009).

Esta investigación observó que el 9,9% y 15,9%, respectivamente, de los entrevistados en los Territorios de Ciudadanía de Agreste y Mata Alagoana declararon ser militantes de los movimientos campesinos MST, CPT, MLTS, Via do Trabalho y asociaciones de asentados, pero sólo los MST estar presente en ambos territorios de esa investigación. El MLTS se creó en 2014 y se organizó en el Territorio de Agreste, pero se extinguió en 2016 y se incorporó el Frente Nacional de Lutas (FNL). Los entrevistados

también manifestaron que buscaron movimientos campesinos porque les gustaba el campo y para obtener tierras para mantener a sus familias.

La cuestión cultural en las áreas de reforma agraria no es diferente de otras localidades brasileñas y sufre los impactos de la cultura de masas como la televisión e internet. Estos medios de comunicación fomentan el consumismo y reproducen la cultura urbana (Canclini, 1995). Entre las manifestaciones culturales encontradas en las comunidades encuestadas, se encuentran las fiestas patronales locales, la “vaquejada” y la “Romaria da Terra”. Estas manifestaciones son de suma importancia para el mantenimiento de la cultura local y la historia de las comunidades (Wanderley, 2009). Las formas de entretenimiento más declaradas por los entrevistados fueron: la televisión, la iglesia y el fútbol.

5. PERSPECTIVAS Y CONSIDERACIONES FINALES

5.1. PERSPECTIVAS: ¿Es posible un Territorio Autosostenible? Algunas reflexiones personales

Desde el trabajo práctico, así como todo el proceso de trabajo de campo vinculado a realización de tesis doctorado, el autor desarrolló una serie de ideas que convergieron en la necesidad de promover los Territorios Autosostenibles, que pensamos que es posible, al menos a medio plazo. Para construir territorios autosostenibles es necesario fundamentarlos en los aspectos ecológicos, políticos, económicos y culturales.

El territorio entendido como un espacio delimitado que posee lazos de pertenencia, establecidos por la influencia de determinados factores de intereses colectivos. Así, para la constitución de un territorio es necesaria la acción colectiva de los actores involucrados en torno a algo que los identifique y caracterice. Este espacio puede

construirse a través de normas jurídicas y/o acuerdos entre actores sociales que buscan igualar colectivamente las demandas de un pueblo.

Para la sostenibilidad del territorio y las comunidades es necesario producir energías limpias y renovables en pequeña escala como mini hidroeléctricas y destilerías de alcohol y biodiesel, aerogeneradores de bajo costo, espacios para capacitación técnica (agroecología, organización de la producción, cultivos, etc.) y ideológica (cooperativas, asociaciones, medio ambiente y política), viveros, bancos de semillas, centro de producción de humus, biofertilizantes, etc. Cada lote y/o propiedad familiar necesita ser diversificada con cultivos temporales y permanentes, crianza de animales y cultivo de plantas medicinales. Las alianzas con centros de experimentación agrícola, universidades, entidades de agricultura familiar son fundamentales para calificar y evolucionar el sistema propuesto. Esta propuesta tiene en cuenta la necesidad de construir nuevos patrones de consumo y uso del espacio (Andion, et al. 2003).

La articulación de cadenas productivas, con foco en la venta directa al consumidor, a través de cooperativas de consumo en los barrios de las ciudades aledañas a los asentamientos es fundamental. Este proceso es de suma importancia para el fortalecimiento de las redes de apoyo y comercialización territorial y abre espacio para la negociación a partir de monedas sociales en los territorios y la construcción de espacios más independientes y autónomos.

Ante esta situación, la tesis comprende y concuerda con las ideas y pensamientos de Marcelo Lopes de Souza sobre el proceso de (des)construcción del territorio y sus estrategias alternativas para una transformación social más autónoma e independiente. Es necesario construir otras formas de organización social más autónoma e independiente, basadas en la participación social en consejos y colegiados territoriales integrados por la

sociedad civil sin fines de lucro, a través de redes de desarrollo territorial sostenible, basadas en la preservación de la naturaleza, la cooperación y la horizontalidad social.

Dicho esto, el presente trabajo pretende construir un Laboratorio de Estudios en Desarrollo Territorial Sustentable en la Universidad Federal de Alagoas/Campus Arapiraca como praxis de esta tesis. El laboratorio será un espacio de investigación, experiencias sostenibles para la agricultura familiar y una incubadora de sociedades civiles sin fines de lucro para la promoción de Territorios Autosostenibles.

5.2. CONSIDERACIONES FINALES

Las contradicciones sociales del acceso a la tierra llevan a los brasileños excluidos a sumarse a movimientos socioespaciales en la lucha por mejores condiciones de vida, enfrentando a ricos y violentos latifundistas y todo el aparato represivo del Estado construido para defender la propiedad privada. Así, politiza el tema agrario y coloca la reforma agraria en la agenda del desarrollo social del país, a través de la defensa del medio ambiente, la justicia social y la alimentación saludable, basada en el consumo de productos agroecológicos. Como resultado, cuestionan el modelo de desarrollo adoptado históricamente en Brasil que favorece a los grandes productores de lo agronegocio de exportación y consumidores compulsivos de pesticidas (Cosme, 2016).

Según Cattelan et al. (2020) fueron asentadas entre 1995 y 2018 poco más de 1,29 millones familias. En Alagoas, 14.501 familias están asentadas y reconocidas por el INCRA en 178 asentamientos rurales. De ese universo de asentados de Alagoas, el presente estudio investigó 3.953 familias de los asentamientos ubicados en los Territorios de Ciudadanía de Agreste y Mata Alagoana. Los asentamientos fueron uno de los requisitos previos en la creación de territorios de ciudadanía y, por lo tanto, la

investigación entrevistó a 246 asentados, 112 en el Territorio de Ciudadanía del Agreste y 134 en el Territorio de Ciudadanía de la Mata Alagoana.

Ante la pregunta clave ¿Cuáles son las condiciones sociales, económicas, ecológicas, políticas y culturales en los asentamientos de reforma agraria de los Territorios de Ciudadanía de Agreste y Mata Alagoana-BRASIL en la perspectiva del Desarrollo Territorial Sostenible?” Después de recorrer todos los asentamientos de dichos territorios, aplicar el instrumento de investigación y conversar con asentados, líderes de asentamientos y coordinadores de movimientos sociales campesinos en Alagoas, lo investigador pudo comprender mejor la realidad de la reforma agraria en Alagoas y desarrolló algunas ideas que puedan contribuir al desarrollo de estos asentamientos.

Dada la hipótesis de esta investigación, se encontró que más del 90% de los encuestados del Territorio de Ciudadanía de Mata Alagoana declararon que sus condiciones de vida mejoraron, siendo 76,15% mejorando mucho y un 23,08% mejorando poco, mostrando porcentajes de mejora superiores que los pobladores de Agreste (44,14% y 46,85% respectivamente, para las variables Mejoró Mucho y Mejoró Poco).

La encuesta observó que, a pesar de las importantes respuestas positivas al uso de fertilizantes orgánicos en las plantaciones, se establece un bajo número de agricultores agroecológicos. La participación en cooperativas en ambos territorios es baja, inferior al 5%. El consumo de bienes duraderos, el acceso a políticas sociales, bolsa familiares y pensiones, así como el acceso al crédito rural y servicios ATER son relevantes para la estrategia de desarrollo territorial sostenible de los asentamientos. Luego de analizar estas variables se pudo confirmar la hipótesis inicial, ya que en los territorios investigados los asentados mejoraron sus condiciones de vida en base a sus percepciones y que variables como la cooperación, la agroecología y la presencia de movimientos socioterritoriales son elementos fundamentales en la la construcción del desarrollo territorial sostenible.

La herramienta auxiliar de análisis creada para comparar los territorios de Agreste y Mata Alagoana, permite señalar que el territorio de Mata Alagoana presenta una ligera mejoría en las condiciones sociales y ambientales que el territorio de Agreste. En este punto vale la pena hacer una observación, que en un principio se convierte en una paradoja. El territorio de Mata Alagoana, más beneficiado por los programas sociales, tuvo un CCVS poco superior al territorio de Agreste (0,5 y 0,48, respectivamente). La pregunta es: ¿el territorio de Mata Alagoana tuvo un mejor indicador porque recibió más programas sociales, o el territorio de Agreste mostró un indicador más bajo porque recibió menos programas sociales? Esta pregunta solo podrá ser respondida en el futuro con una nueva investigación más enfocada en este problema.

La investigación en cuestión fue una herramienta importante para una mejor comprensión de la situación de la reforma agraria en Alagoas, que a partir de las relaciones socioespaciales construidas por los movimientos sociales campesinos, permiten cuestionar el derecho de propiedad en el campo brasileño. El objetivo aplicado es el de construir, en espacios vacíos o en desuso, comunidades dinámicas de agricultores familiares que, históricamente, han sido excluidos. Los espacios antes llamados fincas ahora se denominan asentamientos rurales; campesinos sin tierra, ahora son los “asentados de la reforma agraria” y agricultores familiares que, además, se convierten en sujetos políticos, junto a los movimientos campesinos que producen alimentos a través de prácticas sustentables, que trabajan en un marco que avanza hacia la sustentabilidad.

Como aporte de este estudio, se plantea la necesidad de trabajar la estrategia de desarrollo territorial sostenible, para construir y vincular actores sociales activos y/o potenciales en los territorios, hacia una transformación social más independiente y autónoma, dado que el programa Territorios de Ciudadanía fue derogada mediante Decreto N° 9.784, de mayo de 2019 (Andrade Figueredo & Phelipe Santiago, 2019) con

el cambio de gobierno en Brasil. Para consolidar una estrategia de desarrollo con sostenibilidad política, económica y social, es necesario crear Territorios Autosostenibles, gestionados por consejos integrados por entidades de la sociedad civil sin fines de lucro, de forma autónoma (sin renunciar a las políticas públicas), donde la cooperación y la sostenibilidad ecológica son ejes transversales para el equilibrio social.

RESUMO

A presente investigação objetivou analisar as condições de sociais, econômicas, produtivas e ecológicas dos assentamentos da reforma agrária nos Territórios da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana-Brasil na perspectiva do desenvolvimento Territorial Sustentável, através de uma pesquisa descritiva, com abordagem quantiquantitativa e o método dialético. A pesquisa realizou-se nos assentamentos da reforma agrária dos Territórios da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana-Brasil, onde existem 1098 e 2855 famílias assentadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, respectivamente. Trabalhou-se com uma amostra de 112 questionários no Território da Cidadania do Agreste e 134 no Território da Cidadania da Mata Alagoana, no período de setembro de 2016 à março de 2018. Os dados foram analisados pelo software estatístico R e para a comparação a diferença de desenvolvimento entre os territórios criou-se o Coeficiente de Comparativo de Variáveis de Desenvolvimento Territorial Sustentável – CCVS. Os resultados estão apresentados nas dimensões: social, econômica, ecológica, política e cultural. Verificou-se que mais de 90% dos entrevistados declararam que melhoraram de vida entre **Melhorou Muito** e **Melhorou Pouco** depois de beneficiados pela política de reforma agrária. Os assentados do Território da Cidadania da Mata Alagoana apresentaram maiores percentuais de respostas **Melhorou Muito** as condições de vida que o Território da Cidadania do Agreste, 76,15% e 44,14% respectivamente. Quanto a sustentabilidade ambiental 50,88% e 76,70% respectivamente para o Agreste e Mata Alagoana, declaram fazer o uso de matéria orgânica nos cultivos e 4,10% e 2,3% respectivamente, se consideravam agricultores agroecológicos. A participação em cooperativas foi de 2,7% e 6,60%, respectivamente. Com relação a práticas sustentáveis, consumo de bens duráveis, acesso a políticas sociais de distribuição de renda como bolsa família, aposentadorias e congêneres, crédito rural,

serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, Programa Saúde da Família – PSF, educação e movimentos sociais, é possível afirmar que a estratégia de desenvolvimento territorial sustentável encontra-se em forma embrionária nestes territórios, embora o território da Mata Alagoana apresente melhores nas condições que no Agreste, de acordo CCVS de 0,50 e 0,48 respectivamente.

Palavras-Chave: Assentamentos; Desenvolvimento Territorial Sustentável; Sustentabilidade; Territórios de Cidadania; Agreste e Mata Alagoana (Brasil).

ABSTRACT

The present investigation aimed to analyze the social, economic, productive and ecological conditions of the agrarian reform settlements in the Territories of Citizenship of Agreste and Atlantic Forest, Alagoas, Brazil from the perspective of Sustainable Territorial Development, through descriptive research, with a quantitative and qualitative variable and the dialectic approach. The research was carried out in the agrarian reform settlements of the Territories of Citizenship of Agreste and Atlantic Forest, Alagoas, Brazil, where there are 1098 and 2855 families, respectively, settled by the National Institute of Colonization and Agrarian Reform - INCRA. We worked with a sample of 112 questionnaires in the Territory of Citizenship of Agreste and 134 in the Territory of Citizenship of Atlantic Forest, from September 2016 to March 2018. The data were analyzed by the statistical software R and for comparison the difference of development between the territories, the Coefficient of Comparative Variables of Sustainable Territorial Development – CCVS was created. The results are presented in the following dimensions: social, economic, ecological, political and cultural. It was found that more than 90% of the interviewees declared that their lives improved between Improved A lot and Improved A little after benefiting from the agrarian reform policy. The settlers of the Territory of Citizenship of Atlantic Forest had higher percentages of responses Much improved living conditions than the Territory of Citizenship of Agreste, 76.15% and 44.14% respectively. As for environmental sustainability, 50.88% and 76.70%, respectively, for Agreste and Atlantic Forest, declare that they use organic matter in their crops and 4.10% and 2.3%, respectively, consider themselves agroecological farmers. Participation in cooperatives was 2.7% and 6.60%, respectively. Regarding sustainable practices, consumption of durable goods, access to social policies for income distribution such as *Bolsa Família*, pensions and the like, rural credit, Technical Assistance and Rural

Extension services - ATER, Family Health Program - PSF, education and movements social, it is possible to affirm that the sustainable territorial development strategy is in embryonic form in these territories, although the Atlantic Forest territory presents better conditions than in the Agreste, according to CCVS of 0.50 and 0.48 respectively.

Key words: Settlements; Sustainable Territorial Development; Sustainability; Territories of Citizenship; Agreste and Mata Alagoana (Brazil).

SIGLAS

ACAR - Associação de Crédito e Assistência Rural
AEVAL - Agência Estadual de Avaliação de Políticas Agricultura
AIA - American International Association for Economic and Social Development
AIFA – Ano Internacional da Agricultura Familiar
ANAP - Associação Nacional dos Pequenos Agricultores
APP - Áreas de Propriedade do Povo
ASA - Articulação do Semiárido
ASPROVALES - Asprovaes - Associação dos Plantadores de Cana de Açúcar do Vale de Satuba
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural
ADAC - Associação para el Desarrollo de la Alcarra e la Campiña
BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM – Banco Mundial
CCVS - Coeficiente de Comparação de Variáveis Sustentáveis
CEE – Comunidade Econômica Europeia
CMDR – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
CNA – Cruzada Nacional de Alfabetização
CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CDTS - Coeficiente de Desenvolvimento Territorial Sustentável
CEPAL - Comisión Económica para América Latina y el Caribe
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CONDRAF - Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CONTAG – Confederação dos Trabalhadores da Agricultura
COOPERVALE - Coopervales - Cooperativa dos Produtores Rurais do Vale do Satuba
COOPLAL - Cooperativa dos Produtores de Laranja Lima de Santana do Mundaú – AL LTDA
CORAL - Coordenação de Regulamentação e Tributação de Terras de Alagoas
CPR - Companhia de Progresso Rural
CPT - Comissão Pastoral da Terra
CRHSM - Comitê Regional Hidrográfico São Miguel
DDT - Dicloro-Difenil-Tricloroetano
GAT – Grupo de Ação Territorial
DRET - Desarrollo Rural e Territorial
DLP - Desenvolvimento Local Participativo
DL - Desenvolvimento Local

DLIS - Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável
EIE - Estruturais e de Investimento Europeu EIE.
EMATER – Instituto de Inovação para o Desenvolvimento Rural Sustentável de Alagoas
EPA – Exército Popular de Alfabetização
MEC - Estratégico Comum
EUA – Estados Unidos das Américas
EZNL - Exército Zapatista de Libertação Nacional
FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
FEAB - Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil
FEADER - Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
FEMP - Fondo Europeo Marítimo y de Pesca
FHC - Fernando Henrique Cardoso
FIDA - Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
FNCF - Programa Nacional de Crédito Fundiário
FOCEM (Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul)
FSE - Fundo Social Europeu
FSLN – Frente Sandinista de Libertação Nacional
FUNAGRI – Fundo Nacional da Agricultura
GAC - Grupo Agroecológico Craíbeiras
GAL - Grupo de Ação Local
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IICA - Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma agrária
INIC - Instituto Nacional de Imigração e Colonização
INRA – Instituto Nacional de Reforma Agrária
INDER - Instituto Nacional de Desarrollo Rural
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPEA - Instituto de Pesquisas Aplicadas
ITERAL - Instituto de Terras e Reforma Agrária de Alagoas
ITI - Investimento Territorial Integrada
LEADER – Relações entre Atividades de Desenvolvimento da Economia Rural
LEADER EJE - Relações entre Atividades de Desenvolvimento da Economia Rural – Eixo
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MERCOSUL - Mercado Comum do Sul
MIRAD - Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário

MLST - Movimento de Libertação dos Sem Terras
MLTS - Movimento de Luta pela Transformação Social
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
NAFTA – North American Free Trade Agreement (Acordo de Livre Comércio Norte-Americano)
OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras
ODM - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ONG - Organizações Não Governamentais
ONU – Organização das Nações Unidas
PA - Projeto de Assentamentos
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PAC - Política Agrícola Comum
PADIS (Programa Agropecuario para el Desarrollo
PBF - Programa Bolsa Família
PCC - Partido Comunista Chinês
PDR - Programas de Desenvolvimento Rural
PDRI - Programas de Desenvolvimento Regional Integrado
PDSTR - Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNCF - Programa Nacional de Crédito Fundiário
PNDR - Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PNDSTR - Programa Nacional do Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
POLONORDESTE – Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste
PROCISUR - Programa Cooperativo para o Desenvolvimento Tecnológico Agroalimentar e Agroindustrial do Cone Sul.
PROCERA - Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária
PRODER – Programa de Desenvolvimento Rural/Espanha
Programa Cooperativo para o Desenvolvimento Agroalimentar e Agroindustrial do
PDTI - Programa de Desarrollo Territorial Indígena
ProFeder - Programa Federal de Apoyo al Desarrollo Rural Sustentável
JUNTOS - Programa Nacional de Apoyo al Desarrollo de los más Pobres
PRONASOL - Programa Nacional de Solidaridad- Consejo
ProInder - Proyecto de Desarrollo para Pequeños Productores Agropecuarios

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar
PRONAT - Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais
Proyecto de desarrollo e pequeños productores rurales –
PSF _ Programa Saúde da Família
PT - Partido dos Trabalhadores
PTC - Programa Territórios da Cidadania
PTDRS - Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável
REDR - Red Española de Desarrollo Rural
SDT - Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEAG - Secretaria Estadual de Agricultura
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas
SEDES – Secretaria de Desenvolvimento Social
SESCOOP – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
SIT - Sistema de Informações Territoriais
SM – Salário Mínimo
STR _ Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Trabalhadoras Rurais
SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUMOC - Superintendência de Moedas e Créditos
SUPRA - Superintendência Regional de Política Agrícola
UBPC - Unidade Básicas de Produção Cooperativa
UDR – União Democrática Ruralista
UNICAFES – União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária
UPFV - Unidade de Produção e Vida Familiar
URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
VBP - Valor Bruto da Produção

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Dimensões do Desenvolvimento Territorial	93
Tabela 2 – Alcances e características das reformas agrárias	108
Tabela 3 - Projeto de Assentamentos (PA's) e famílias assentadas no período da criação, famílias assentadas em PA's de períodos anteriores e famílias que permaneciam nos PA's em 31/12/2010 – Brasil	125
Tabela 4: Terras redistribuídas e famílias assentadas por sucessivos governos	125
Tabela 5: Caracterização dos estabelecimentos agropecuários, de acordo com a classificação de agricultura familiar, segundo a Lei nº 11.326/2006.	151
Tabela 6: Alagoas: estabelecimento da agricultura familiar	152
Tabela 1: Alagoas: Produção da agropecuária familiar (2017)	154
Tabela 8: As políticas de desenvolvimento territorial rural na América Latina	178
Tabela 9: População do Território da Cidadania do Agreste por município	193
Tabela 10: População do Território Cidadania da Mata Alagoana por município	198
Tabela 11: População dos municípios do Território da Cidadania da Bacia Leiteira do Alagoas	201
Tabela 12: População do Território da Cidadania do Litoral Norte por município	204
Tabela 13: População do Território da Cidadania do Médio Sertão por município	207
Tabela 14: População do Território da Cidadania do Alto Sertão por município	210
Tabela 15: Dados gerais por território	211
Tabela 16: Renda média obtida do lote por sexo	275
Tabela 17: Coeficiente de Comparação de Variáveis Sustentável – CCVS dos Territórios da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana	293
Tabela 18: Assentamentos da reforma agrária presentes no Território da Cidadania da Mata Alagoana	345
Tabela 19: Assentamentos da reforma agrária presentes no Território da Cidadania do Agreste Alagoano	346

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Síntese esquemática de desenvolvimento sustentável	84
Figura 2: Número de famílias assentadas pela reforma agrária até 1994 e por ano e mandato presidencial entre 1995 e 2018 (em mil)	126
Figura 3: Número de projetos de assentamento criados no Brasil por ano (1995 A 2018)	126
Figura 4– Área (milhões/ha) dos projetos criados no Brasil por ano (1995 A 2018)	127
Figura 5– Índice de Gini da terra para o Brasil em anos selecionados (1998, 2003, 2010, 2011, 2012 e 2014)	127
Figura 6: Disponibilização de recursos para a agricultura empresarial e agricultura familiar- Brasil - Safras 2003/2004 A 2015/2016 (em %)	179
Figura 7: Distribuição dos Territórios da Cidadania pelo território brasileiro.	189
Figura 8: Mapa do Território da Cidadania de Alagoas criados até 2014 com os projetos de assentamentos pelo INCRA.....	190
Figura 9: Mapa do Território da Cidadania do Agreste de Alagoas com os projetos de assentamentos criados pelo INCRA.	191
Figura 10: Mapa do Território Da Cidadania da Mata Alagoana.	196
Figura 11: Mapa do Território da Cidadania da Bacia Leiteira de Alagoas	200
Figura 12: Mapa do Território Cidadania do Litoral Norte de Alagoas	203
Figura 13: Mapa do Território Cidadania do Médio Sertão de Alagoas	206
Figura 14: Mapa do Território da Cidadania do Alto Sertão De Alagoas	209
Figura 15: Área total de cada Território de Alagoas	212
Figura 16: População total de cada Território de Alagoas	212
Figura 17: População urbana e rural por território	213
Figura 18: Índice de Desenvolvimento Humano dos Territórios	213
Figura 19: Mapa do Brasil e Alagoas com as mesorregiões geográficas	219

Figura 20: Faixa etária dos assentados pesquisados dos Territórios da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana.....	225
Figura 21: Idade dos assentados pesquisados dos Territórios da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana.	226
Figura 22: idade por gênero dos assentados pesquisados nos territórios da cidadania do agreste e mata alagoana.	227
Figura 23: Gênero dos assentados pesquisados nos Territórios da Cidadania do Agreste E Mata Alagoana.	228
Figura 24: Grau de escolaridade dos assentados pesquisados nos Territórios da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana.....	231
Figura 25: Número de cômodos por residência nos assentamentos pesquisados dos Territórios da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana.....	233
Figura 26: Número de filhos/residência nos assentamentos pesquisados dos Territórios da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana.....	234
Figura 27: Percentual das habitações que realizaram reformas nos assentamentos pesquisados dos Territórios da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana.....	234
Figura 28: Percentual das reformas habitacionais realizadas nos assentamentos pesquisados dos Territórios da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana	235
Figura 29: Itens domésticos e bens de posse encontrado nas residências dos assentados pesquisados nos Territórios da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana	236
Figura 30: Percentual da existência do programa saúde da família – PSF dos assentamentos pesquisados nos Territórios da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana	237
Figura 31: Avaliação do programa saúde da família – PSF pelos assentados pesquisados nos Territórios da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana	238
Figura 32: Frequência de visita da equipe do programa saúde da família – PSF nos assentamentos pesquisados dos Territórios da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana	239

Figura 33: Percentual de assentados entrevistados beneficiários do programa Bolsa Família nos Territórios da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana	242
Figura 34: Valor do Bolsa Família recebido do Governo Federal e declarado pelos entrevistados do Território da Cidadania do Agreste Alagoano	243
Figura 35: Valor do Bolsa Família recebido do Governo Federal e declarado pelos entrevistados do Território da Cidadania da Mata Alagoana	243
Figura 36: Percentual dos assentados entrevistados que declaram ter aposentadorias nos Territórios da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana	245
Figura 37: Percentual dos assentados entrevistados nos Territórios da cidadania do Agreste e Mata Alagoana que declararam possuir plantação no lote	247
Figura 38: Percentual dos assentados entrevistados nos Território da Cidadania do Agreste da Mata Alagoana que declararam ter construído benfeitorias no lote	249
Figura 39: Percentual dos assentados entrevistados nos Território da Cidadania do Agreste da Mata Alagoana que declararam ter construído benfeitorias no lote	250
Figura 40: Percentual das culturas plantadas pelos assentados entrevistados nos Território da Cidadania do Agreste da Mata Alagoana	250
Figura 41: Percentual das culturas frutíferas plantadas pelos assentados entrevistados nos Território da Cidadania do Agreste da Mata Alagoana	251
Figura 42: Percentual de animais criados pelos assentados entrevistados nos Território da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana	252
Figura 43: Percentual de assentados entrevistados que criam animais nos Território da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana	253
Figura 44: Percentual de assentados entrevistados que declaram que vendem os animais criados em seus lotes nos Território da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana	254
Figura 45: Alimentação utilizada nas criações de animais dos Território da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana	255
Figura 46: Percentual dos assentados entrevistados que declararam participar de cooperativas nos Território da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana	257

Figura 47: Percentual de assentados entrevistados que declararam ser usuário de Crédito Rural nos Território da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana	261
Figura 48: Crédito Rural acessados pelos assentados entrevistados nos Território da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana	261
Figura 49: Percentual de assentados entrevistados que declararam que começaram a pagar os financiamentos nos Território da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana	262
Figura 50: Percentual de assentados entrevistados que declararam estão adimplentes com os financiamentos nos Território da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana	263
Figura 51: Percentual de assentados entrevistados que declararam receber serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER nos Território da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana	265
Figura 52: Órgãos financiadores de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural declarados pelos assentados entrevistados nos Território da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana.....	266
Figura 53: Motivos declarados pelos assentados entrevistados para não usar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER nos Território da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana	267
Figura 54: Faixa de Renda obtida do lote declarada pelos assentados entrevistados nos Território da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana	270
Figura 55: Formas de comercialização declaradas pelos assentados entrevistados nos Território da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana	270
Figura 56: Renda obtida do lote declarada pelos assentados entrevistados nos Território da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana	272
Figura 57: Resposta dos assentados entrevistados nos Territórios da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana para pergunta: Já ouviu falar em agroecologia?	277
Figura 58: Resposta dos assentados entrevistados nos Territórios da Cidadania do Agreste da Mata Alagoana para pergunta: Qual a sua opinião sobre agroecologia? ...	278
Figura 59: Respostas dos assentados entrevistados dos Territórios da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana para uso de insumos	281

Figura 60: Principais variáveis de interferência no enfoque agroecológico do desenvolvimento territorial sustentável nos Territórios da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana para uso de insumos	282
Figura 61: Percentual de entrevistados que se declarou militante nos Territórios da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana	284
Figura 62: Movimentos sociais declarados pelos entrevistados como seus representantes políticos nos Territórios da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana	285
Figura 63: Movimentos sociais declarados pelos entrevistados como seus representantes políticos nos Territórios da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana	286
Figura 64: Fontes de informações declaradas pelos entrevistados nos Territórios da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana que os incentivaram a lutar por reforma agrária	287
Figura 65: Palavras citadas pelos entrevistados dos Territórios da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana sobre formas de diversão da família	288
Figura 66: Percepção dos entrevistados dos Territórios da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana sobre as condições de vida depois que foi morar no assentamento	290
Figura 67: Principais variáveis sobre as condições de vida dos assentados entrevistados nos Territórios da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana	291
Figura 68: Principais variáveis sobre Desenvolvimento Territorial Sustentável nos assentamentos da reforma agrária dos Territórios da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana	292
Figura 69: Mapas do Território dos Quilombos dos Palmares publicados na obra de Edison Carneiro, em 1947	343
Figura 70: Moeda Local Bertholet lançada em 2019 pela Cooperativa Pindorama	344
Figura 71: Moeda Local pioneira na Cooperativa Pindorama, criada por René Bertholet em 1962 e circulou até 1969 (Gabão)	344
Figura 72: Precipitação pluviométrica média anual de Alagoas-Brasil	347
Figura 73: Território da Cidadania do Agreste de Alagoas - Agrovila do Assentamento Marcação, município de Traipu-Alagoas-Brasil	348

Figura 74: Território da Cidadania do Agreste de Alagoas - Agrovila do Assentamento Riachão, município de Traipu-Alagoas-Brasil	348
Figura 75: Território da Cidadania do Agreste de Alagoas - Agrovila do Assentamento Che Guevara, município de Traipu-Alagoas-Brasil	348
Figura 76: Território da Cidadania do Agreste de Alagoas - Entrevista no Assentamento Rendeira, município de Girau Ponciano-Alagoas-Brasil	349
Figura 77: Território da Cidadania do Agreste de Alagoas - Agrovila do Assentamento Rendeira, município de Girau do Ponciano-Alagoas-Brasil	349
Figura 78: Território da Cidadania do Agreste de Alagoas - Entrevistas no no Assentamento Algodão, município Palmeira dos Índios-Alagoas-Brasil	349
Figura 79: Território da Cidadania do Agreste de Alagoas - Açude e área de produção no Assentamento Algodão, município Palmeira dos Índios-Alagoas-Brasil	350
Figura 80: Território da Cidadania da Mata de Alagoana - Agrovila e criação de ovinos no Assentamento São Pedro, município Atalaia-Alagoas-Brasil	350
Figura 81: Território da Cidadania da Mata de Alagoana - Agrovila e criação de ovinos no Assentamento São Pedro, município Atalaia-Alagoas-Brasil.....	350
Figura 82: Território da Cidadania da Mata de Alagoana - Entrevista com assentados do Assentamentos Manivas Romualdo na Feira de Quebrangulo-Alagoas-Brasil	351
Figura 83: Entrevista no e casa de assentado do Assentamento Maniva Romualdo, município Quebrangulo-Alagoas-Brasil	351
Figura 84: Mapa de Alagoas com os assentamentos	352

INTRODUÇÃO

O Brasil é um país de tamanho continental com 8.510.345,540 km² (IBGE², 2022), marcado pela extrema concentração fundiária, herança da colonização portuguesa, a partir da criação das capitanias hereditárias em 1536, onde o rei de Portugal dividiu suas terras em quinze faixas fundiárias e doou para mandatários explorar conforme suas condições e vontades. As explorações iniciaram com a extração da madeira do pau brasil para comercialização em Portugal e Europa através da escravização de povos nativos. Logo em seguida começa a exploração com plantio de cana de açúcar nas capitanias de Pernambuco e São Vicente (São Paulo) com mão de obra escrava trazida da África por mais de três séculos e meio, tornando-se o país maior produtor de açúcar. O Brasil é considerado um país agroexportador desde sua origem (Stedile, 2011), exportando commodities como açúcar, algodão, café e mais recentemente soja, álcool e carnes para o mundo inteiro produzidas sempre em grandes propriedades latifundiárias, enquanto grande parcela de seus habitantes vive em minifúndios e/ou sem terra.

A grande concentração fundiária brasileira, 1% dos imóveis ocupam 47,6% das terras agricultáveis do Brasil (Capetti, 2019; IBGE, 2019³; Marchetti et al 2020) – tem levado os agricultores sem terra e minifundiários a se organizarem na luta por reforma agrária, provocando grandes conflitos sociais entre latifundiários, Estado e agricultores sem terra, onde muitas lideranças de sem terra e minifundiários são assassinadas. Dados publicados no caderno de conflitos da Comissão Pastoral da Terra – CPT, de 1985 a 2020

² <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15761-areas-dos-municipios.html?=&t=o-que-e>

³ <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25789-censo-agro-2017-populacao-ocupada-nos-estabelecimentos-agropecuarios-cai-8-8>

foram assassinados no Brasil por conflitos fundiários 1.841 trabalhadores. A resposta do poder público na resolução dos assassinatos e prisão dos mandantes é de apenas 8% (Costa et al., 2021).

Como resultado da luta dos trabalhadores rurais e agricultores sem terra foram criados de 1984 a 2010, segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, 8.641 projetos de assentamentos e assentadas 1.238.502 famílias, sendo que apenas 920.412 famílias permaneciam no campo. Segundo Cattelan et al. (2020) foram assentadas entre 1995 e 2018 pouco mais de 1,29 milhão famílias. Esses assentamentos foram construídos em latifúndios improdutivos, muito deles resultantes de grandes projetos decadentes e falidos como usinas de cana de açúcar do nordeste brasileiro. Em Alagoas grande parte dos assentamentos do leste foram criados em áreas de usinas falidas após da reestruturação produtiva do setor canavieiro.

A discussão sobre desenvolvimento local é um marco para o processo de construção participativa do desenvolvimento. Iniciado no Brasil no final dos anos 1980 e começo dos anos de 1990, fruto de um acúmulo de conhecimentos de extensionistas e acadêmicos descontentes com os impactos negativos da revolução verde implantada pelos governos militar pós-golpe de 1964. As tecnologias da revolução verde tiveram o objetivo de modernizar o campo, mas para isso, atrelou a agricultura a indústria tornando-a totalmente dependente de insumos e máquinas agrícolas, provocando êxodo rural e devastação da natureza com aberturas de novas áreas de plantios e uso compulsivo de agrotóxicos. Assim, nos anos 1980, com a reabertura política do país, os profissionais extensionistas fazem autocrítica ao modelo de desenvolvimento que vinham construindo e passam a construir o desenvolvimento local juntamente com os movimentos sociais do campo. Ainda no final dos anos 1990 são criados os fóruns de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável – DLIS, uma estratégia de desenvolvimento comunitário que

juntava Organizações Não Governamentais – ONG's, setor privado e público (Comunitas, 2004).

A partir de 2003, com a chegada do operário Luiz Inácio Lula da Silva à presidência do Brasil, lideranças e profissionais de movimentos sociais juntamente com acadêmicos e o governo, começaram a sistematizar e colocar em prática uma nova abordagem de desenvolvimento denominada de Desenvolvimento Territorial Sustentável. Essa estratégia estava sendo usada na Europa, através da Iniciativa Comunitária LEADER (Relações entre Atividades de Desenvolvimento da Economia Rural) desde do início dos anos 1990. Assim o governo brasileiro institui um grupo de trabalho para estruturar uma proposta e cria os territórios rurais de identidades, que a partir de 2008 é transformado nos Territórios da Cidadania. O Programa Território da Cidadania é uma evolução do Programa Territórios Rurais, são criados 60 territórios e estabelece como meta chegar a 120 territórios em 2010. O documento apresentado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA tinha como critério para instituição de um território:

Menor IDH; ***maior concentração de agricultores familiares e assentamentos da Reforma Agrária***; maior concentração de populações quilombolas e indígenas; maior número de beneficiários do Programa Bolsa Família; maior número de municípios com baixo dinamismo econômico; maior organização social; pelo menos um território por estado da federação. (Ministério do desenvolvimento Agrário [MDA], 2008).

Segundo Pirax et al. (2020), ao longo desse processo foram homologados 243 Territórios Rurais¹ no Brasil d abrangeu uma área de 6.474.410 Km² (76% do território nacional), reunindo 3.653 municípios (65,58% do total do país), com 76,7 milhões de habitantes, sendo 22,5 milhões de habitantes da zona rural (75,5% da população rural), 3.513.414 estabelecimentos da Agricultura Familiar (80%), 10.114.982 pessoas ocupadas

na Agricultura Familiar (79%), 812.283 famílias de assentados da Reforma Agrária (84%), 2.093 comunidades quilombolas (87%) e 652.582 famílias de pescadores (66%).

Em 2008, o governo estabelece que a política para o desenvolvimento rural brasileiro seria ancorada na estratégia do Desenvolvimento Territorial Sustentável, a partir dos Territórios da Cidadania. Nestes territórios, como os documentos do Ministério do Desenvolvimento Agrário apresentam, os assentamentos da reforma agrária eram um dos critérios para o estabelecimento e consolidação dos Territórios da Cidadania. No estado de Alagoas-Brasil foram criados seis territórios, sendo eles: Agreste, Mata Alagoana, Litoral Norte, Médio Sertão, Alto Sertão e Bacia Leiteira.

Este projeto de investigação e tese, é resultado de anos de estudos e militância do pesquisador, que desde a graduação atua junto aos movimentos sociais camponeses como pesquisador/consultor e/ou extensionista nas áreas de reforma agrária de Alagoas. Em 2009 o pesquisador foi Consultor do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA através do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA articulando/coordenando os colegiados dos Territórios da Cidadania do Litoral Norte e da Mata Alagoana. Da atuação junto aos movimentos sociais de luta por reforma agrária a consultor do IICA/MDA nos Territórios da cidadania de Alagoas surge a ideia de conectar a temática da reforma agrária, território e desenvolvimento territorial sustentável.

O presente trabalho conjuga produções acadêmicas sobre reforma agrária e desenvolvimento territorial sustentável numa pesquisa de campo que buscou entender as condições sociais, econômicas, políticas e culturais dos assentamentos da reforma agrária nos Territórios da Cidadania do Agreste e da Mata, na perspectiva do desenvolvimento Territorial Sustentável. A princípio estabeleceu-se como hipótese que os assentados dos territórios estudados vivem em condições socioeconômicas melhores depois de

beneficiados da reforma agrária, utilizam de práticas produtivas sustentáveis⁴ e contribuem para o desenvolvimento territorial sustentável.

Então, a presente pesquisa objetivou analisar as condições sociais, econômicas, ecológicas, políticas e culturais dos assentamentos da reforma agrária nos Territórios da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana-Brasil na perspectiva do desenvolvimento Territorial Sustentável, estudando as condições socioeconômica dos assentados e a utilização de práticas produtivas sustentáveis.

Posto isto, o trabalho está dividido em cinco capítulos. No primeiro capítulo abordamos as questões conceituais e históricas, apresentando dados, conceitos e evoluções de Reforma Agrária e Desenvolvimento Territorial, partindo do conceito de território, sustentabilidade, desenvolvimento rural, desenvolvimento sustentável; reforma agrária no Brasil, Alagoas e algumas experiências internacionais; e agricultura familiar no Brasil e Alagoas. No segundo capítulo tratamos sobre Políticas Públicas de Desenvolvimento Territorial Sustentável, abordando experiências da União Europeia (LEADER), América Latina e do Brasil através do Programa Territórios da Cidadania.

No terceiro capítulo são apresentadas as hipóteses, objetivos e metodologia da investigação, uma vez que foi utilizado métodos estatísticos convencionais, parâmetros comparativos para o desenvolvimento territorial sustentável próprios, através do método descritivo com abordagem quantiqualitativa e dialético. O capítulo quarto apresentamos os resultados da pesquisa em dados quantitativos e qualitativos através de gráficos e

⁴ **Práticas produtivas sustentáveis são práticas que conjugam a produção de alimentos: saudáveis, diversificado, permanente, autônoma com menor impacto ambiental possível preservando a natureza.**

tabelas, abordando as dimensões social, econômica, ecológica, política e cultural dos assentamentos da reforma agrária nos Territórios da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana na perspectiva do desenvolvimento territorial sustentável. Por último, no Capítulo V, são apresentadas as perspectivas e considerações finais. As considerações finais foram subdivididas em três partes: assentamento de reforma agrária, trabalho rural e tecnologia apropriada; mercado, agroindústria e cooperação na reforma agrária e agricultura familiar; agroecologia, movimentos sociais e cultura. Para consolidação e práxis desta tese foi desenvolvida uma síntese a partir do trabalho de campo com uma proposta inicial de intervenção na perspectiva da construção de Territórios Autossustentáveis.

CAPITULO I - MARCO TEÓRICO-CONCEITUAL DA INVESTIGAÇÃO

1. DO TERRITÓRIO AO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

Para estudar a temática de Desenvolvimento Territorial é necessário compreender território, por ser o espaço em que se desenvolve as relações sociais econômicas, políticas e culturais. Pires (2018) e Araújo e Caldas (2019), conceituam território como uma “forma espacial de inserção material do comportamento social” (p. 24) e desenvolvimento territorial como um processo de mudança social, dinamizado por ações e expectativas localizadas e geradoras de cidadania em combate às desigualdades sociais. Esparcia et al. (2016, pp. 50-51), ao estudar desenvolvimento local afirma que “son procesos fuertemente enraizados en el territorio, con un importante carácter endógeno y con presencia significativa de mecanismos de abajo-arriba”[...] “tener naturaleza no solo económica sino también social, en el marco de estrategias más o menos formalizadas de desarrollo sostenible.”

1.1. TERRITÓRIO

Todos nós habitamos, vivemos, convivemos, transitamos em um determinado território ou territórios, dependendo do deslocamento e de como vemos o mundo, a disputa de espaço acompanha a história humana desde os nossos primórdios de caçadores-coletores, estabelecimento da propriedade privada, até os dias atuais.

Saquet (2010), em seu livro *Abordagens e conceitos de territórios*, relata que a ideia de território para Gottmann já era debatida no século XV como questão política de dominação de determinadas terras das cidades-estados gregas, em cidade romanas e cidades italianas medievais – Florença, Gênova, Pisa, Milão e Veneza – que tinham

soberania territorial. A partir do século XVI a noção de soberania foi reforçada por doutrinas políticas de Estados ou reinos. Platão trata do tema soberania, e intrinsecamente de território em suas obras *A República* e *à Polis* (Saquet, 2010).

As ideias de Maquiavel (1469-1527) de repartição política dos lugares e formação dos estados no século XVI inaugura uma nova fase no pensamento político europeu sobre desenvolvimento, identidade nacional e cooperação internacional. Esse período histórico é marcado pela chegada dos europeus ao novo mundo e, portanto, o conceito de território pôde ser melhor compreendido, uma vez que para a classe dominante dos descobridores da América Latina, novos territórios significavam mais espaços para dominação e exploração como aconteceu nos séculos seguintes. E assim o território antes tido como espaço de abrigo, passa a ser compreendido como lugar para investimentos econômicos (Saquet, 2010).

Dito isto, Saquet (2010) abre um parêntese e detalha um pouco a descrição e argumentação de Maquiavel sobre território em sua célebre obra *O príncipe*:

Faz uma descrição detalhada sobre as formas, a constituição, a conquista e os governos dos principados, que poderiam ser hereditários ou novos; os novos podiam ser inteiramente novos ou anexados a um hereditário de um príncipe. Uma das principais contribuições foi o rompimento com a tradição cristalizada até o Renascimento, da ordem de ligação do poder com a força e a vontade divina. É um marco, entre outros aspectos, por sua contribuição à compreensão de poder, socialmente instituída e efetivada na vida cotidiana. [...] Para Machiavelli, o território é uma área controlada e fortificada que deve ser defendida e mantida sob domínio. O poder é exercido, na apropriação e dominação. (p.28).

Segundo Cantos (2009), “El estudio de las relaciones entre el medio y el hombre encuentra el método de trabajo más elaborado em las Análisis Geográfica Regional” (p.

9). Completa afirmando que “la mejor geografía posible es la que aplica los métodos y técnicas de la geografía regional. Recuerda que o território deriva etimologicamente de “terra” e que tem um significado histórico e humano, espaço físico da superfície terrestre, que contém as mudanças históricas, naturais e provocadas. O território é um espaço social e histórico.

É necessário destacar as contribuições do professor e intelectual brasileiro Milton Santos no conceito de espaço ou espaço geográfico como sendo “formado por um conjunto indissociável, solidário e contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações que não devem ser considerados isoladamente, mas como único, onde a história evolui” (Perico, 2009 citando Santos, 1999, p.51). Nesse contexto Milton Santos (1996) propõe que o território é um espaço híbrido de sistema de objetos e sistema de ação, conjunto de fixos e fluxos que interagem e expressam uma realidade geográfica.

Não existe dialética possível entre formas enquanto formas. Nem, a rigor, entre paisagem e sociedade. A sociedade se geografiza através dessas formas, atribuindo-lhe uma função que, ao longo da história, vai mudando. O espaço é a síntese, sempre provisória, entre o conteúdo social e as formas espaciais. [...] Quando uma sociedade age sobre o espaço, ela não o faz sobre os objetos como realidade física, mas como realidade social, formas-conteúdo, isto é, objetos sociais já valorizados aos quais ela (sociedade) busca oferecer ou impor um novo valor. (Milton Santos, 1996, p. 71).

Na geografia crítica essa discussão sobre território tem extrapolado o âmbito conceitual da soberania de estados e nações, aprofunda o debate em entorno de micros espaços de poder e soberania de territórios ou microterritórios construídos de forma coletiva dentro de outros territórios, a partir de suas demandas, coesão e semelhanças.

No período compreendido entre 1870 e 1960, a geografia é tida como tradicional, positivista e neopositivista, onde privilegia os conceitos de paisagens e região (natural ou geográfica) em detrimento ao território. Mas o conceito de território somente vai ter destaque maior a partir dos anos de 1950, quando o de paisagem é deixado de lado e o conceito de região passa a ser mais voltado para agrupamentos e divisões geográficas (Saquet, 2010).

Saquet (2010) citando Ratzel (1990), naturaliza povo e território fazendo uma ligação Estado-Nação se referindo ao solo como o elemento fundamental do Estado e sua unidade, condicionando, dentre outros fatores o crescimento espacial dos Estados. Continua compreendendo que o território ora aparece como sinônimo de ambiente e solo, ora como Estado-Nação e dominação. Neste contexto o território pode, portanto, ser entendido como um substrato/palco para a efetivação da vida humana, sinônimo de solo/terra e outras condições naturais, fundamentais a todos os povos, selvagens e civilizados (sob o domínio do Estado).

Para se avançar na discussão de território, surgem outras abordagens mais completa que incorporam as relações de Poder presentes nestes espaços. Os pioneiros da abordagem territorial na Itália entenderam que as relações de poder e a apropriação de multiformes, materializando um movimento de organização social através do uso do espaço, migração de trabalhadores e da estrutura territorial, onde por meio do Estado e os movimentos sociais surge um comportamento coletivo de resistência territorial (Saquet, 2010).

As relações de poder é um componente indispensável na efetivação de um território. O território é a cena do poder e o lugar das relações (Saquet, 2010 citando Reffestin, 1993, p.53). Continuando este raciocínio Saquet (2020) define território como “lugar de relações a partir da apropriação e produção do espaço geográfico, com o uso de

energia e informação, assumindo, desta maneira um novo significado, mas sempre ligado um controle e a dominação social.”

Nos estudos sobre territórios destaca-se os trabalhos do italiano Giuseppe Dematteis ainda na década de 1960, através de suas abordagens conceituais sobre território. Dematteis, evolui o conceito de território colocando como um produto social, lugar de vida e de relações. Estudando as características da casa rural, relata as influências de distintos âmbitos territoriais: da família, da vizinhança, da comunidade e da sociedade urbana. Explica que suas forma e organização são historicamente determinadas por cada sociedade e que no mundo rural é efetivado pelas relações na terra, na família, com os vizinhos na comunidade e com sujeitos da cidade (Saquet, 2010).

Um ponto a ser destacado sobre as discussões de Dematteis e muito enfatizado por Saquet (2010) é que a família organiza seu espaço de convivência, casa, de acordo com as características do grupo social que pertence, a comunidade exerce influência com vista a uma coesão do grupo, perpetuando seu patrimônio cultural e a dinâmica social define um limite territorial ultrapassando o ambiente físico com suas tradições. Essa discussão é relevante para desmitificar que o território precisa de um limite físico para ser constituído. Ainda sobre a concepção de Dematteis constam os elementos basilares do território, entendido como resultado da dinâmica socioespacial: a identidade, as relações de poder e as redes de circulação e comunicação. Saquet (2010, p. 50), citando Dematties (1969) afirma que “O território é compreendido como uma área e sobretudo, como uma relação social, econômica e política”.

Outro debate pouco visto nesta discussão de território e que merece atenção são os Territórios Autônomos Zapatistas no México. Estes espaços possuem conceitos um pouco controverso na geografia tradicional e são formados por comunidades basicamente rurais no estado de Chiapas. Vivem orientados pelo Exército Zapatista de Libertação

Nacional – EZLN, sob a vigilância e conflito permanente com o governo e forças paramilitares de latifundiários. Porém, vivem uma vida sustentada na ajuda mútua e solidariedade entre as comunidades, entrelaçadas por redes de apoios.

Alkmin (2015), estudando os Territórios Autônomos Zapatistas no México, coloca que a definição de território para os zapatistas ultrapassa os conceitos tradicionais da geografia e traz algumas reflexões de Marcelo Lopes de Souza (1995). Souza (1995), destaca a necessidade de superar o conceito de território restrito a vinculação estatal e nesse sentido, apresenta a proposta de território-descontínuo, que é mais adequada e assemelha-se aos territórios zapatistas. Os Territórios zapatistas são construídos em sua maioria por povos indígenas no estado de Chiapas, que em 1994 se insurgiram contra a opressão do estado e desde então, através de várias negociações, nunca concluídas, vivem em comunidades autônomas sob o comando do Exército Zapatista de Libertação Nacional – EZLN. Estas comunidades são conectadas e formam o que o movimento zapatista denomina Territórios Autônomos (Alkmin, 2015):

Como podemos observar, a territorialidade zapatista se assemelha a uma rede, unindo os territórios das comunidades afiliadas à organização, de forma a compor uma malha socioterritorial complexa. Se observada em uma escala local, o território das comunidades autônomas desvela-se como superfície; contudo, se observada em uma escala regional, pulveriza-se, tornando-se múltiplos pontos adimensionais ou nós, todos interligados em rede (tanto a partir da infraestrutura presente no substrato material, como a partir de ondas de rádio, celular ou

internet), por onde transitam bens, pessoas ou informações, com relativa centralidade nos cinco “caracóis⁵”. (p. 153)

O destaque acima corrobora na prática com Souza (1995), para a necessidade de superação dos conceitos de território, quando afirma:

Como cada nó de um território descontínuo é, concretamente e à luz de outra escala de análise, uma figura bidimensional, um espaço, ele mesmo um território [...] temos que cada território descontínuo é, na realidade, uma rede a articular dois ou mais territórios contínuos [...]. A complexidade dos territórios-rede, articulando, interiormente a um território descontínuo, vários territórios contínuos, recorda a necessidade de se superar uma outra limitação embutida na concepção clássica de território: a exclusividade de um poder em relação a um dado território. (p. 94)

Portanto, território pode ser entendido como um espaço contínuo ou descontínuo com poder político, econômico, cultural/pertencimento, onde as pessoas vivem e convivem influenciados de alguma forma por seus objetivos pessoais e coletivos e os conflitos são mediadores e construtores dos espaços sociais (Reffestin, 1993; Souza, 1995; Santos, 1996; Cantos, 2009; Saquet, 2010). Os territórios estão presentes em todos os lugares, até porque a superfície terrestre é composta por países, estados, nações, áreas indígenas e quilombolas, territórios autoproclamados, etc. A palavra território é usada para designar muitos significados e tem conotações diferentes nas diversas áreas do conhecimento como na biologia, geografia, ciências humanas, ciências sociais, políticas.

⁵ Os caracóis são uma herança direta dos então chamados “Aguascalientes”, espaços criados em 1994 pelos zapatistas para a interlocução entre as zonas rebeldes e a sociedade civil. A fundação dos caracóis significou um avanço no processo autônomo, já que se tornaram centralidades administrativas para o exercício da autonomia a nível regional (Alkmin, 2015, p.141).

O território é entendido como um espaço delimitado que possui laços de pertencimentos, firmado por influência de determinados fatores de interesses coletivos. Assim, para a constituição de um território é necessário a ação coletiva dos atores envolvidos entorno de algo que os identifique e caracterize. Este espaço pode ser construído através de normas legais e/ou de acordos entre os atores sociais buscando equalizar de forma coletiva as demandas de um povo ou conjunto de indivíduo.

Para Ortega e Filho (2007), os contratos sociais territorizados oferecem possibilidades de entender os territórios como uma ligadura, junção ou confluência, podendo encerrar conflitualidades, servir para conter interesses múltiplos e como ponto de resolução de projeto em disputa.

O governo brasileiro, através da Secretaria do Desenvolvimento Territorial - SDT, pasta do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, criou a partir de 2003 até 2017 239 Territórios Rurais (Brito, 2017), que posteriormente passaram a ser chamados Territórios da Cidadania no Brasil. Dentro dos seus vários programas para o desenvolvimento social e produtivo, o Programa Território da Cidadania – PTC criou vários territórios rurais e de identidades, usando como referência cada unidade da federação, suas características regionais e como eixo fundante a agricultura familiar e o desenvolvimento rural sustentável.

A política de implantação dos Territórios Rurais iniciada pelo Governo Federal através do *Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA* e da *Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT* foi o carro chefe das políticas públicas voltadas ao meio rural e à agricultura familiar. No conceito adotado pela SDT, Território é

Um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as

instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial. (*Ministério do Desenvolvimento Agrário e Secretaria de Desenvolvimento Territorial - [SDT/MDA], 2005, p. 28*).

Baseado neste conceito, de acordo com o Sistema de Informações Territoriais (SIT), atualmente são considerados implantados um total de 239 Territórios Rurais no Brasil, compreendendo um total de 2,5 mil municípios (Brito, 2017). Em 2004 foram criados 65 territórios, saltando para 118 em 2006 e 164 em 2010. Dos 164 Territórios, 120 foram transformados em Territórios da Cidadania e os outros 44 são considerados Territórios de Identidade Rural (BRASIL, 2014). Em Alagoas foram criados até 2014 seis territórios: Litoral Norte, Mata Alagoana, Agreste, Bacia Leiteira, Médio Sertão e Alto Sertão. Dentre estes, o presente estudo se desenvolveu nos territórios do Agreste e Mata Alagoana.

Segundo Pirax et al. (2020), ao longo desse processo foram homologados 243 Territórios Rurais¹ no Brasil d abrangeu uma área de 6.474.410 Km² (76% do território nacional), reunindo 3.653 municípios (65,58% do total do país), com 76,7 milhões de habitantes, sendo 22,5 milhões de habitantes da zona rural (75,5% da população rural), 3.513.414 estabelecimentos da Agricultura Familiar (80%), 10.114.982 pessoas ocupadas na Agricultura Familiar (79%), 812.283 famílias de assentados da Reforma Agrária (84%), 2.093 comunidades quilombolas (87%) e 652.582 famílias de pescadores (66%).

1.2. SUSTENTABILIDADE/SOSTENIBILIDAD

A agricultura nasceu há cerca de dez mil anos, quando o homem começou a plantar, cultivar e aperfeiçoar ervas, raízes e árvores comestíveis pela seleção (Cavalett, 1999; Mazoyer & Roudart, 2010). Segundo Pinsky (1994, p. 33), “de qualquer forma, através de difusão ou de movimentos independentes, supõe-se que o fenômeno tenha surgido também na Índia (há 8 mil anos), na China (7 mil), na Europa (6500), na África Tropical (5 mil) e nas Américas (4500)”. Mazoyer & Roudart (2010, p. 225), sustenta que “a manipulação e a domesticação de plantas teriam começado na América de forma independente em três regiões: ao sul do México (9 mil) nos Andes peruanos (6 mil) e no médio Mississipi (4 mil)”. Neste período começa a produzir alimentos e domesticar sob a sua dependência certas espécies de animais em troca de alimento e proteção.

A agricultura é uma atividade econômica que acompanha a humanidade desde os primórdios de nossa civilização. Foi a partir da descoberta do poder de germinação da semente que o homem e a mulher começaram a praticar a agricultura e deu início a civilização de viver de modo sedentário, fixo em um determinado local. Antes da agricultura o homem vivia da caça e da coleta de frutos da natureza, migrando de um lugar para outro em busca de comida e abrigo. Com a inversão da agricultura deixamos de ser caçador-coletor de alimentos (Childe, 1981) e nos transformamos em produtor independente de alimentos, fato que pode ser considerado o maior passo do homem sobre a terra (Bronowski, 1992).

A agricultura possibilitou a evolução social do indivíduo que agora poderia construir abrigos mais fortes e confortáveis e a produção excedente de alimentos lhe permitiu mais tempo livre para criar novas invenções. Essas invenções vão desde o desenvolvimento e aperfeiçoamento de ferramentas para o cultivo, com os primeiros instrumentos de metais, à seleção de plantas e animais mais produtivas. Essas ferramentas

de além promover significativa vantagem no trabalho por sua maior durabilidade que os instrumentos de pedra, assegurava mais poder contra povos que ainda não dominavam a técnica, servindo tanto para dominar novos povos, como para proteção do território contra ataques de outros povos (Childe, 1981).

Assim, com a invenção da agricultura, surge a propriedade privada e a desigualdade social entre os homens, que passados mais de cinco milênios permaneceu nas diferentes civilizações, com raras exceções construídas a partir de revoluções sociais e políticas, principalmente depois do aparecimento das ideologias socialistas no século XIX.

Para produzir alimento através da agricultura é necessário de algum modo alterar as condições naturais para plantar grãos, raízes e frutos. A agricultura causa assim desequilíbrio ecológico, mas por ser imprescindível para o desenvolvimento da humanidade precisa ser praticada. Desde as primeiras plantações do período neolítico até os dias atuais, a agricultura passou por diversas mudanças tecnológicas que impactaram de forma significativa a produção, a produtividade e o meio ambiente. Estes impactos vão desde a segunda revolução agrícola do sistema de pousio⁶, plantio de leguminosas e adubação com esterco animal para repor a fertilidade natural do solo, uso de arado a tração animal (Veiga, 1991; Mazoyer & Roudart, 2010; Juaréz et al., 2011); a revolução industrial com a utilização da tração mecânica a vapor e a elétrica e estudos da química e biologia do solo (Kaustsky, 1980); a revolução verde intensificou o uso de adubos

⁶ Segundo Mazoyer & Roudart (2010, p. 44) no seu livro Histórias das Agriculturas “Pousio” será empregado para denominar, no sistema de cultivo de derrubada-queimada, a prática agrícola que consiste no abandono de uma parcela agrícola após um curto período de cultivo, com vistas a permitir o estabelecimento de uma vegetação espontânea local”.

Sistema de produção que consistia no cultivo da terra por um ou dois anos e depois deixava a terra descansando por um mais ou dois anos.

sintéticos e agrotóxicos, mecanização e sementes melhoradas (Navarro, 2001; Wanderley, 2009; Stedile, 2009, Caporal et al, 2009, 2015); e mais recentemente, a partir dos anos 1990 a biotecnologia, informática, internet, aplicativos e geoprocessamento.

Todas essas tecnologias tiveram efeitos positivos e negativos no meio ambiente. Por um lado, aumentou a produção e provocou a diminuição dos preços dos alimentos, por outro; aumentaram os monocultivos; contaminaram os solos pelo uso compulsivo de agrotóxicos para o controle de pragas e doenças; desmatou as florestas para a expansão dos cultivos de commodities; concentrou a posse da terra causando grandes conflitos sociais e ambientais.

O aumento de produção e produtividade na agricultura vieram acompanhados de impactos negativos provocados ao meio ambiente e foram denunciados depois de uma década de utilização das tecnologias da revolução verde no livro “Primavera Silenciosa” de Rachel Carson, publicado pela primeira vez em 1962 (Santos, 2004). Este livro provocou mudanças no pensamento mundial a respeito ao manejo de pragas e doenças com inseticidas químicos sintéticos, levando a adoção de um novo paradigma de uma agricultura menos agressiva ao homem e ao meio ambiente.

Um dos temas mais presentes nesse início do século XXI, é com certeza a Sustentabilidade, que vem sendo utilizada em diferentes contextos e concepções para fazer referência ao meio ambiente como uma categoria do desenvolvimento das sociedades humanas desde das dimensões econômica, social e até a política (Gómez, 2021). Este autor coloca que no ano de 1968 aconteceram várias reuniões denominada Club de Roma com diferentes especialistas do campo econômico, industrial, científico. Gómez (2021, p. 134) cita Mayor (2009) para dizer que nestas reuniões o debate era mais sobre “el presente como el futuro de la especie humana, dado la contaminación como la degradación del medio ambiente, el aumento de la pobreza a pesar de la creciente producción de bienes y servicios, la urbanización descontrolada entre otras variables”.

Segundo Juaréz et al (2011), nos anos de 1970 depois da criação do Club de Roma sob a legislação da Suíça, a partir de uma reunião mundial com a participação de mais de 100 cientistas de mais de 30 países, discutiu-se as mudanças que planeta estava sofrendo e as consequências do uso e exploração dos recursos naturais. Juaréz continua dizendo que os objetivos prioritários do Club de Roma foram: “la investigación, para alentar métodos para la protección del ecosistema; despertar el interés y sensibilizar a los funcionarios, y grupos influyentes de los principales países sobre las perspectivas de la crisis que en forma progresiva estaban afectando el medio (p.17).

No primeiro trimestre de 1972, antes da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humana, realizada entre 05⁷ e 16 de junho de 1972, em Estocolmo, Suíça é lançado o Livro Limites do Crescimento, fruto das conversas entre o Club de Roma com o MIT (Massachusetts Institute of Technology). Esta conferência lança bases e alerta a população mundial para os problemas ambientais e suas consequências sociais, fixando uma nova ordem econômica baseada numa nova educação ambiental para o desenvolvimento de novos conhecimentos, habilidades, valores e atitudes para melhorar a qualidade ambiental e poder elevar a qualidade de vida para as novas gerações (Juaréz et al, 2011).

A Comissão Mundial do Meio Ambiente e do Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas, realizam outra reunião no ano de 1984 com o objetivo de construir um futuro justo e próspero tendo como pontos principais o Desenvolvimento econômico e o meio ambiente (Gómez, 2021). Em 1987 esta comissão lança o Informe Brundland⁸, intitulado Nosso Futuro Comum (Our Common Future), reconhecendo a categoria Sustentabilidade e a necessidade de construir um acordo para proteger a diversidade

⁷ O dia 05 de junho passou a ser comemorado, mundialmente, como o dia do Meio Ambiente.

⁸ Nome em homenagem a Secretária da ONU, Harlem Brundland (Rodríguez, 2021).

biológica e define Desenvolvimento Sustentável como: “*está en manos de la humanidad hacer que el desarrollo sea sostenible, es decir, asegurar que satisfaga las necesidades del presente sin comprometer la capacidad de las futuras generaciones para satisfacer las propias*” (Gómez, 2021 citando ONU, 1987, p29).

Noguera e Esparcia (1999) tratando sobre conceito de desenvolvimento coloca que “la filosofía del desarrollo sostenible pretende ser algo más que un enfoque económico para convertirse em um modo de vida” (p. 246). Continuam afirmando que o conceito de desenvolvimento sustentável da ONU e apontam requisitos para um desenvolvimento sustentável presentes no relatório de Brundland, são eles:

1. un sistema político que asegure la participación efectiva de los ciudadanos en la toma de decisiones;
2. un sistema económico que sea capaz de generar excedente y progreso tecnológico de autosuficiente y sostenible;
3. un sistema social que proporcione soluciones a las tensiones que aparezcan debido a desarrollos no armónicos;
4. un sistema productivo que respete la obligación de preservar el marco ecológico para el desarrollo;
5. un sistema tecnológico capaz de investigar continuamente en la búsqueda de nuevas soluciones;
6. un sistema internacional que promueva modelos de comercio y finanzas sostenibles;
7. un sistema administrativo flexible y con capacidad para la auto-corrección. (p. 246).

Nesta discussão é necessário destacar os termos sostenible e sustentable encontrados na literatura. Para dirimir melhor essa confusão conceitual Cortés Mora e Peñas Reys (2015), diz que os termos não apresentam maiores diferenciações com respeito a sua aplicação ao desenvolvimento, a sua diferença corresponde ao local onde é usada, mas não modifica seu objetivo principal: “satisfacer las necesidades de la generación presente sin comprometer la satisfacción de las necesidades de las generaciones futuras” (pp. 43-44). Os autores sustentam que o termo desarrollo sostenible

refere-se ao equilíbrio do manejo do Planeta nos âmbitos ambiental, social e econômico e o termo desarrollo sustentable além de trazer estas dimensões no processo de desenvolvimento incorporam a dimensão política, assim como padrões de consumo que determinam a qualidade de vida. Gómez (2021), desfaz essa confusão gramatical afirmando que não existe diferença entre os termos sostenible e sustentabilidad, isso ocorreu em virtude que o Informe Blundland foi escrito no idioma inglês, onde aparece a categoria *sustainable development*, assim na tradução para o espanhol gerou essa discussão.

Cortés Mora e Peñas Reys (2015), diz que falar de sustentabilidade, é portanto, falar de desenvolvimento sustentável e historiciza que a noção de desenvolvimento sustentável pode ter início em 1980, mas a origem deste conceito remonta 300 anos a partir dos trabalhos sobre arboricultura sustentável de Hans Carl von Carlowitz e Thomas Robert Malthus (1766-1834) quando apontou os limites ambientais e o crescimento da população. Posto isto, os conceitos de sustentabilidade/sostenibilidad e desenvolvimento sustentável apresentados pelo Relatório de Blundland e discutidos internacionalmente são um pouco ambíguos, imprecisos e até contraditórios uma vez que a união dos termos meio ambiente e desenvolvimento sejam historicamente antagônicos. Cortés Mora e Peñas Reys (2015), citando Gallopín (2003), coloca que o conceito de desenvolvimento sustentável é muito distinto de sustentabilidade, no sentido que a palavra desenvolvimento aponta claramente a ideia de:

Cambio, de cambio gradual y direccional. Lo que se sostiene, o debe hacerse sustentable, es el proceso de mejoramiento de la condición humana (o mejor, del sistema socio-ecológico en el que participan los seres humanos), proceso que no necesariamente requiere del crecimiento indefinido del consumo de energía y materiales. (p. 45).

Segundo Ribas et al. (2007, p. 206) o termo sustentabilidade, refere-se:

Ao uso dos recursos biofísicos, econômicos e sociais, segundo sua capacidade em um espaço geográfico, para obter bens e serviços diretos e indiretos da agricultura e dos recursos naturais para satisfazer as necessidades das gerações futuras e presentes”, enquanto que Berger (1998), afirma que desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades.

Para que ocorra uma boa compreensão da palavra sustentabilidade, Barbosa (2008), citando Sachs (1993), separa em cinco classificações: ecológica, ambiental, social, política e a econômica, ressaltando a capacidade dos ecossistemas se comportarem diante da agressão humana. Apesar da origem e significado ecológico do termo sustentabilidade, o termo desenvolvimento não é (Juaréz et al., 2015). Esses autores colocam que a capacidade de mudanças e transformação desses conceitos ficam limitadas mediante estratégias de sustentabilidade local, desprezando a maiores responsabilidades das autoridades.

Para López Pardo (2015) estas definições tem promovido grande debates entre defensores e detratores destes termos e modelo de desenvolvimento, vejamos:

La definición que desde entonces ofrece Naciones Unidas de esta noción ha sido objeto de una intensa discusión entre sus defensores y detractores para ante todo tratar de determinar su alcance semántico y operatividad, y así su capacidad de para transformar el modelo de desarrollo basado en la economía de mercado y la explotación intensa de los recursos naturales el planeta. (p.122).

Noguera e Esparcia (1999) fazem algumas críticas as instituições públicas que evitam os aspectos mais difíceis deste enfoque, afirmando que o crescimento econômico contínuo e as novas tecnologias por si não resolverão os problemas da pobreza e do meio

ambiente. Os autores enfatizam que mencionar a necessidade de uma mudança social ou de sacrifício é despertar uma “caja de truevos y es considerado como políticamente incorrecto” (p. 46). Reconhecem que o progresso tecnológico é necessário para alcançar o desenvolvimento sustentável, porém a tecnologia tem suas limitações e que não se pode confiar que seja a solução para todos os problemas. Os autores mencionados sustentam que o próprio campo acadêmico insiste na necessidade de uma importante transformação social para se alcançar um desenvolvimento sustentável, embora argumentem que “de nada sirve lo medio ambiente sostenible sin una economía sostenible que permita a la población alcanzar una calidad de vida suficiente como para disfrutar de dicho medio ambiente” (p.47).

Lopez Pardo (2015) no artigo *Sobre el desarrollo sostenible y la sostenibilidad: conceptualización y crítica*, aponta um contraste de influência intelectual e institucional nestes conceitos e coloca que o desenvolvimento sustentável necessita de poder real para mudar o modelo hegemônico de desenvolvimento atual causador de impacto ambiental no planeta, “a no ser que realmente se aborde e implemente desde um enfoque flerte de sostenibilidad” (p. 123).

Nessa discussão de sustentabilidade é relevante destacar a Convenção das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) realizada em 1992, no Rio de Janeiro/Brasil, também conhecida como Cumbre de la Terra ou ECO-92 onde se firmou o Convênio sobre Diversidade Biológica (CDB) e o Marco das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (Juaréz, 2011). O Convênio sobre Diversidade Biológica definiu diversos objetivos e que passados trinta anos ainda não foram implementados de forma séria pelos governos de muitos países, principalmente os países mais desenvolvidos. Os objetivos mais importantes assumidos pelos países assinantes do Convênio sobre Diversidade Biológica, foram:

La conservación de la Diversidad Biológica, la utilización sostenible de sus componentes, la participación justa y equitativa en los beneficios derivados de la utilización de los recursos genéticos, transferencias de tecnología y biotecnología, evaluación del impacto ambiental, educación y conciencia pública, presentación de informes nacionales sobre medidas que demuestren la puesta en práctica de los compromisos asumidos y claro el financiamiento para todas estas actividades. (Juaréz, 2011, p. 160).

Silveira e Pereira (2018), no artigo *Os direitos humanos na contemporaneidade a partir dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)*, apontam que a partir das discussões da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas – ONU, ocorrida em Johannesburgo em 2002 (Rio+10); da Cúpula das Nações Unidas sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, ocorrida em 2010 em Nova Iorque; e da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada no Rio de Janeiro em 2012 (Rio+20), convercem os países membros da ONU da necessidade de estabelecer de novos objetivos e metas para sucederem os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

Os ODM consistem em 8 objetivos, 21 metas e 60 indicadores que integram a Declaração do Milênio, adotada pelos Estados-membros da ONU na Cúpula do Milênio, ocorrida no ano 2000 na sede da ONU em Nova Iorque (Silveira & Pereira, 2018; Gómez, 2021). Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) segundo Silveira & Pereira, (2018, p. 92) citando Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento [PNUD], 2016) foram:

- 1) acabar com a fome e a miséria; 2) educação básica de qualidade para todos; 3) igualdade entre os sexos e valorização da mulher; 4) reduzir a mortalidade infantil;
- 5) melhorar a saúde das gestantes; 6) combater a AIDS, a malária e outras doenças;

7) qualidade de vida e respeito ao meio ambiente; e 8) estabelecer parcerias para o desenvolvimento.

Segundo Silveira e Pereira (2018), após 15 anos dos ODM, como estabelecia o compromisso da sociedade internacional, verificou-se vários resultados positivos, inclusive atingindo algumas metas como a redução de metade da extrema pobreza, ampliação da participação política das mulheres, diminuição em 40% do número de infecções por HIV/Aids e a redução de mortes por malária e tuberculose⁹. OS autores continuam discorrendo que, de acordo com o PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, “os ODM produziram o mais bem-sucedido movimento de redução da pobreza da história e serviram como ponto de partida para a nova agenda de desenvolvimento sustentável”.

Assim, a partir dos bons resultados avaliados pela ONU a respeito dos ODM, resolve que é possível avançar em ações mais concretas e no ano de 2015, 193 países membros das Nações Unidas aprovaram a Agenda 2030, intitulada Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, onde definem 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com 169 metas para entrarem em vigência em 01 de janeiro de 2016 e tendo como prazo final 2030 (Silveira & Pereira; 2018; Burgos, 2019). Os ODS são fruto de mais de dois anos de negociações entre Estados, através Grupo de Trabalho Aberto da Assembleia Geral da ONU, com ampla participação da sociedade civil por meio da pesquisa “Meu Mundo”, na qual participaram mais de 7 milhões de pessoas (Silveira & Pereira; 2018). Os ODS são:

⁹ PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. PNUD explica transição dos Objetivos do Milênio aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, <https://brasil.un.org/pt-br/71657-pnud-explica-transicao-dos-objetivos-do-milenio-aos-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel>.

Objetivo 1: Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares; Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável; Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades; Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos; Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas; Objetivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos; Objetivo 7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos; Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos; Objetivo 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação; Objetivo 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles; Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis; Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis; Objetivo 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos; Objetivo 14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável; Objetivo 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade; Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os

níveis; Objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável (Nações Unidas Brasil, 2022¹⁰)

A perspectiva populacional do Planeta Terra, segundo Burgos (2018), de acordo com o Departamento de Desenvolvimento Econômico e Social das Nações Unidas, se espera um crescimento anual em torno de 83 milhões de pessoas a cada ano, saindo dos atuais 7.6 mil milhões, alcança os 8.6 mil milhões em 2030, 9.8 mil milhões em 2050 e 11.2 mil milhões em 2100, mesmo que continue diminuindo os níveis de fertilidade da população. Com essa população, em 2030, quando, a princípio, encerra as metas do ODS é necessário que avancemos na construção do desenvolvimento sustentável para que a humanidade possa chegar a outro patamar de desenvolvimento rural e urbano.

Gómez (2021) faz uma discussão e reflexão sobre categorias de sustentabilidade, trabalhando algumas questões muito pertinentes como foram construídas essa questão pelos organismos multilaterais internacionais como ONU, OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional – FMI entre outros. Essas organizações trabalham uma concepção de Sustentabilidade denominada de Sustentabilidade Débil, onde considera que o capital natural pode ser substituído por outras classes de capital como manufaturado¹¹ e está “*asociada fuertemente tanto con la Economía Ambiental y sobre todo con la Bioeconomía desde los postulados de la Nueva economía*” (p. 137). Outro conceito trabalhado por esse autor é a Sustentabilidade Forte, desenvolvida por biólogos e ecologistas, onde concebe que o capital natural não substituível por outras formas de capital e tem como objetivo “*conservar y mantener la capacidad de la biosfera para poder sopesar los impactos del desarrollo*” (p. 137), gerando limites e barreira frente a utilização dos

¹⁰ <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>

¹¹ es el que dimensiona la innovación humana como los nuevos métodos de trabajo para desarrollar bienes y materiales fijos que contribuyan al desarrollo de la producción. Por consiguiente, no son la salida en sí, son el medio, como son los edificios, las maquinas, las herramientas etc (Rodríguez, 2021, p. 137).

recursos naturais e serviços ambientais. Critica o presente modelo de desenvolvimento como uma falácia de crescimento indefinido, que gera explosão demográfica, invertendo os papéis entre o capital natural limitado e o capital manufaturado abundante. E continua:

Ya que utilizar categoría como mercado, competitividad, desarrollo sostenible etc. es continuar con los mismo enfoques, metodologías, y disciplinas que han ocasionado la contaminación garrafal, como la inequidad social y ambiental que ostenta el planeta en el presente. De ahí que al utilizar categorías y conceptos de las ciencias de la sostenibilidad y su dialogo interdisciplinario con las bioeconomías, específicamente con la economía ecológica y sus sostenibilidad fuerte abre una amplia ventana para dimensionar el presente y las problemáticas socioambientales. (Gómez, 2021, p. 139).

Assim, independente das discussões entre qual será o termo melhor usado para definir o processo de desenvolvimento, necessitamos construir um modelo de desenvolvimento que tenha responsabilidade com a atual geração – que vive os efeitos provocados pelo modelo de desenvolvimento capitalista – e com as gerações futuras, que não podem ser penalizadas pelos desastres sociais e ambientais provocados pela geração de seus pais. O desenvolvimento sustentável proposto pela Organização das Nações Unidas – ONU desde os anos de 1970 é um caminho para a concertação dos efeitos negativos provocados pela sociedade contemporânea, porém é necessário esta geração se conscientizar que o Planeta Terra não suporta o atual padrão de consumo e precisamos de um novo padrão de desenvolvimento ancorado na cooperação homem-natureza com bem estar social para todos.

1.3. DESENVOLVIMENTO RURAL

A discussão de desenvolvimento nas ciências sociais do século XX é bem diferente que nos séculos XVIII e XIX. Enquanto que nos séculos XVIII e XIX predominaram a ideia de um progresso constante de desenvolvimento da humanidade,

elevando-se em linha reta para um estado mais evoluído, no século XX o desenvolvimento passa a ser visto como um processo de mudanças constantes, numa ou noutra direção (Pires, 2016).

Os teóricos clássicos consideravam que a expansão da produção, o aumento da produtividade da mão de obra e a ampliação do mercado de fatores, primordiais para se conseguir o desenvolvimento como preceitua a mão invisível de Adam Smith (Nogueira & Esparcia, 1999). Assim, o papel do Estado é mínimo e basicamente para garantir a livre atuação das leis de mercado. Thomaz Malthus, não era tão otimista quanto ao crescimento econômico contínuo uma vez que, segundo seus estudos e previsões, o crescimento populacional seria maior que a produção de alimentos, havendo sempre ciclos periódicos de bem estar e miséria da sociedade (Nogueira & Esparcia, 1999; Previdelli & Souza, 2017). Veiga (1991), cita que foram inúmeros os desmentidos a esse tipo de alarmismo ricardo-malthusiano, pois um dos maiores problemas das agriculturas centrais tem sido exatamente o inverso, onde o crescimento da oferta tem superado os aumentos da demanda de alimentos – entre 1980 e 1985 a produção per capita aumentou 4%; na década de 1970 o uso de fertilizantes por unidade cultivada aumentou 40% e a área irrigada aumentou um terço. Os problemas atuais são outros como a degradação ambiental e a concentração de terra e renda.

Castro (1971) escreve que a mão invisível dos pensadores clássicos é falso e nunca agiu ao interesse da humanidade e sim, dos grupos dominantes e privilegiados que monopolizaram os benefícios deixando na miséria as grandes massas marginalizadas que constitui as populações dos países subdesenvolvidos.

Uma parte das análises econômicas do final do século XIX deixa de concentrar esforço para o desenvolvimento econômico de longo prazo e passa a analisar a locação eficiente de recursos de curto prazo nas tomadas de decisões das empresas e consumidores

(Noguera & Esparcia, 1999). Esses economistas neoclássicos recomendavam que para alcançar o crescimento econômico era necessário:

En primer lugar, que las fuerzas de mercado proporcionan la localización de recursos más adecuada; em segundo lugar, que deve evitarse cualquier actuación que impida el funcionamiento de dichas fuerzas; por último em caso que observe um funcionamento deficiente del libre mercado, el papel do governo es intervenir para retirar los elementos que perturban su libre funcionamiento. (Noguera & Esparcia, 1999, p. 238).

Os economistas e pensadores das Escola Clássica e Neoclássicas não diferiram muito com relação as teorias de desenvolvimento, sendo que os primeiros usam mais a Teoria da Produção¹² como instrumento de análises e os neoclássicos centram seus fundamentos nas Teorias Marginalistas do comportamento dos consumidores e nos intercâmbios dos mercados competitivos.

Nessa discussão de desenvolvimento, os pensadores das escolas clássicas e neoclássicas partem do pressuposto que o sistema capitalista, apesar de suas crises temporais pode construir um desenvolvimento econômico e social sob a tutela de um Estado regulamentador e fiscalizador da economia. Os pensadores marxistas se contrapõem a essa ideia entendendo o capitalismo como um sistema explorador dos trabalhadores, movido por o lucro e a acumulação de capital, afirmando que as causas das desigualdades sociais e territoriais estão na própria natureza do sistema capitalista e que

¹² **Teoria da Produção:** conjunto de pressupostos que servem de base para estabelecer os princípios alocativos dos fatores de produção. O objetivo do estudo é destacar a eficiência no emprego de recursos de produção baseando-se em princípios de *maximização de rendimentos, minimização de custos e os aspectos envolvidos na busca do equilíbrio entre eficiência técnica e eficiência econômica* (Arbage, 2006).

a única saída seria uma revolução de caráter socialista que “favoreça o desenvolvimento econômico e social igualitário (Nogueira & Esparcia, 1999).

A crise econômica internacional dos anos de 1930 levou a descrença do equilíbrio de mercado e o pleno emprego tão propagada pelos economistas clássicos e neoclássicos. Neste contexto, John Mynard Keynes introduz uma novidade teórica na discussão da temática do desenvolvimento, ao afirmar que em tempos de recessão o investimento público deve ser considerado um elemento positivo por seu papel dinamizador da economia, rompendo assim com os economistas clássicos e neoclássicos ao constatar que o mercado se move por critérios exclusivamente de benefício pessoal e que a introdução da ideia de intervenção do Estado para curar desequilíbrios provocados pela oferta e demanda justificaria o apoio a classes e espaços mais pobres e desfavorecidos (Nogueira & Esparcia, 1999).

Na América Latina, a partir dos anos de 1950, economistas organizados pela Comissão Econômica Para América Latina – CEPAL constroem a teoria centro-periferia, onde o desenvolvimento de muitos países era determinado por relações de poder nacionais e internacionais, rigidez econômicas institucionais e estruturantes e a proliferação de economias e sociedades duais dentro de cada país. Eles defendiam a ideia do desenvolvimento como uma mudança em profundidade nas estruturas produtivas e institucionais que materializasse um aumento de produtividade, que seria necessário deixar de depender da demanda exterior de produtos primários para desenvolver uma estratégia de substituição das importações centrada na demanda interna com uma política fiscal e monetária principalmente (Nogueira & Esparcia, 1999; Altamir et al., 2008; Comissão Econômica Para América Latina [CEPAL], 2022).

Gaitan (2011), trata a problemática do desenvolvimento e crescimento econômico que se instala em meados do século XX como um processo de expansão do capitalismo

monopolista num processo incipiente da industrialização e seu correlato de substituição das importações por parte do mundo periférico sob a hegemonia intelectual da teoria da modernização. Nessa perspectiva o progresso deveria seguir etapas para garantir a evolução de uma sociedade tradicional para a moderna e assim garantir as condições econômicas, sociais, institucionais e ideológicas de padrões vigentes nos países centrais.

O pensador e intelectual brasileiro Josué de Castro, foi bastante crítico em relação a questão do desenvolvimento como crescimento econômico e coloca que:

a superioridade da noção de desenvolvimento sobre o crescimento da riqueza e sobre a mais vulgar, progresso, é que o desenvolvimento implica o aumento da riqueza e a transformação social a serviço do homem. O desenvolvimento é a ascensão humana, desenvolvimento humano, e eis que o secretário-geral da ONU U. Thant, tem razão quando condena esta distinção entre desenvolvimento econômico e social. Só existe um tipo verdadeiro de desenvolvimento: o desenvolvimento humano. (Castro, 1971, p. 21).

Para Navarro (2001), nos últimos 50 anos houveram dois momentos que a noção de desenvolvimento foi de grande interesse e instigou debates entre acadêmicos, governos e grupos sociais adentrando o campo da política, levantado expectativas e disputas sociais. Nesses momentos a noção de desenvolvimento extrapolou o que o autor denominou de siguralidade histórica e introduziu ideias que atraíram interesses que serviram de orientação para programas governamentais e de motivação para grupos sociais interessados em benefícios das mudanças associadas a esta noção.

O primeiro o período nasce nos anos pós à Segunda Guerra, que vai da década de 50 até o final dos anos de 1970. Foi nesse longo período de polarização e Guerra Fria, onde dois modelos de sociedades opostas concorriam principalmente “sob o impacto do notável crescimento econômico da época, que materializou um padrão civilizatório

dominante, revolucionando o modo de vida e os comportamentos sociais” (Navarro, 2001, p. 83), alimentando esperanças e estimulando diversas iniciativas de desenvolvimento. Assim surge o tema desenvolvimento rural como subtema imediatamente derivado e impulsionador de políticas governamentais e interesse sociais, sendo usado na América Latina a partir dos meados dos anos 60 em contraposição a reforma agrária ou mesmo como seu substitutivo (Saco dos Anjos, 2003; Kageyama, 2004). Nessa época, maior parte da sociedade desenvolvida ainda mantinha parcelas significativas da população envolvidas em atividades agrícolas e/ou áreas rurais com um significativo peso econômico da agricultura no Produto Interno Bruto – PIB.

Navarro (2001, p. 83), escreve no artigo Desenvolvimento Rural, que neste mesmo período, após lenta acumulação de inovações do pós guerra, surge uma nova e acabada “compreensão de agricultura”, que torna-se “hegemônica em todo o mundo, não apenas no plano científico, mas nos diferentes sistemas agrícolas dos países que a ela aderiram”. Esse novo modelo de agricultura passa a ser genericamente chamado de “revolução verde”, implantando um padrão tecnológico no campo e “rompendo radicalmente com o passado das famílias rurais, mercantilizando a vida social e, em lento processo histórico, quebrando a relativa autonomia setorial que em outros tempos a agricultura teria experimentado” (NAVARRO, 2001, p. 84). Pires (2019, p. 29) citando Fonseca (1985) no artigo sobre Cooperativismo y políticas de extensionismo rural en Brasil observa:

Poco a poco, ese carácter se vio sustituido por una idea de desarrollo y progreso mediante el impulso al sistema productivo en las áreas rurales gracias a la adopción de técnicas modernas, lo que formaba parte del ideario de la Revolución verde, que preconizaba la posibilidad de «modernizar al campesino» con un trabajo de «persuasión» mediante el uso de conocimientos técnicos sobre

agronomia y veterinaria producidos en universidades y centros de investigación, unidos a nociones sobre reglas de higiene, alimentación, vestimenta y crianza de los hijos. El objetivo era promover las transformaciones del sistema productivo-económico y social del mundo rural para adecuarlo a las nuevas exigencias del capital.

Com esse novo padrão na agricultura, chamado de moderno, o mundo rural passou a ser peça dependente de novos interesses, classes e formas de vida e consumo majoritariamente urbanas nos diferentes países devido uma expansão econômica capitalista vivida no período conhecido como anos dourados (1950-1975) (Navarro, 2001). Assim, a noção de desenvolvimento rural, durante os anos de 1970 seguia o pensamento modernizante da época, ancorado nos princípios da revolução verde de aumento da produção e produtividade, êxodo rural e favelização das grandes metrópoles, principalmente na América Latina (Sacco dos Anjos, 2016).

Nos anos 70, os governos militares implementam um conjunto de programas de desenvolvimento rural nas regiões mais pobres, principalmente no Nordeste do Brasil, pois em outras regiões o modelo era o da “modernização agrícola. O governo entendia que a transformação socioeconômica e a melhoria do bem-estar das populações rurais mais pobres seria resultado natural do processo de mudança produtiva na agricultura, que com a absorção das novas tecnologias aumentaria a produção e da produtividade, fazendo “uma suposta e virtuosa associação com aumentos de renda familiar, portanto, desenvolvimento rural” (Navarro, 2001, p. 84).

Nos países de órbita socialista as propostas de desenvolvimento para a agricultura também não foram muito diferentes dos países de cunho capitalistas, visto que estes dois modelos de sociedades eram desenvolvimentistas, embora que existam algumas

diferenças de forma na execução, como na modificação de aparatos institucionais, formas de propriedade e redistribuição de eventuais resultados produtivos (Navarro, 2001).

Este primeiro período vai se esgotar no final dos anos de 1970 por apresentar resultados insatisfatórios em diferentes países e o propósito inicial de redução da pobreza rural pouco se confirmou. Embora em alguns países, como a Índia e a China, os resultados produtivos fossem expressivos, mas aos poucos essas compreensões de desenvolvimento rural passaram a ser vista que haviam sido demasiadamente otimistas (Navarro, 2001). O autor continua afirmando que com o estancamento econômico do pós-guerra, iniciado nos anos de 1970 e a onda conservadora neoliberal a partir dos anos 80, enfraquece fortemente o Estado na condução de suas políticas sociais, o desenvolvimento rural é retirado da pauta.

1.4. DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

O mundo atual passa por diversas e importantes discussões e transformações, com certeza, uma das mais sérias é a questão da preservação do meio ambiente. Esse assunto vem sendo tratado há muito tempo desde a primeira Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada em 1972 em Estocolmo, Suíça.

Desde lá notou-se algum avanço na saúde do planeta Terra? Se houve não deu para perceber: as matas continuam a ser derrubadas, queimadas, a poluição prossegue sua escalada, ano após ano são milhares de espécies extintas, a erosão, o buraco na camada de ozônio, a mais recente a questão da água, entre outras (Kloetzel, 1994, p. 64).

Como chegamos a essa situação? Segundo Dorst (1995, p. 334) tais perigos provêm principalmente da desproporção entre uma população humana em expansão demográfica rápida e os recursos naturais em vias de diminuição e de degradação

acelerada, em consequência de uma exploração mal concebida e devastadora. No caso da agricultura, o pacote tecnológico adotado durante a Revolução Verde mudou completamente a forma de produzir e o modo de vida dos agricultores. As monoculturas se espalhavam com grande intensidade, provocando: a destruição das matas e florestas; poluindo rios e mares; diminuindo a fertilidade dos solos e causando desertificação de muitas áreas férteis; aparecimento de pragas, doenças antes desconhecidas, etc. Com isso, aumentou uso intensivo de agrotóxicos como DDT, contaminando o meio ambiente, matando pássaros, insetos e contaminando a água dos rios (Primavesi, 1997; Carson, 1964). O cultivo intensivo do solo, com maquinaria pesada passou ser prática frequente, aumentando acentuadamente as taxas de erosão (Gliessman, 2001; Dorst, 1995), o desaparecimento e/ou a extinção avançada do maior número de espécies de animais. De acordo com Sewell (1978, p. 276), “a essência do controle ambiental é a influência do comportamento humano para manter a qualidade do ambiente”.

Há muito tempo foi ultrapassado o conceito de Desenvolvimento como crescimento econômico. O prêmio Nobel de economia de 1993, Amartya Sen define em seu “Livro Desenvolvimento como liberdade” publicado em 2000, desenvolvimento como o processo de ampliação das capacidades de os indivíduos fazerem escolhas. Na realidade a busca do bem estar vai além da capacidade produtiva de uma sociedade. Para Castro (1971), o desenvolvimento tecnológico alcançados pelo desenvolvimento das máquinas cada vez mais aperfeiçoadas, o homem se liberta de muitas coações da Natureza, torna-se por outro lado prisioneiros de outros tipos de coações e, dessa forma “o desenvolvimento não significa liberdade” (p. 22). O diferencial está em saber se o aumento desta capacidade produtiva traz bem estar. Segundo (2002), desenvolvimento significa em melhorar a vida das pessoas (desenvolvimento humano), de todas as pessoas (desenvolvimento social), das que estão vivas hoje e das que viverão amanhã

(desenvolvimento sustentável). A prática da agricultura significa algum tipo de interferência na natureza e certo nível de seleção de espécies privilegiadas em um ecossistema determinado, mas o objetivo é minimizar essas perturbações e manter o máximo de diversidade possível, tanto nas áreas produtivas como no seu entorno natural.

A partir dos anos 1970 começa na Europa, mas especificamente entre a França e a Itália um movimento em que a melhor forma para construir estratégias de processos de desenvolvimento é através de abordagem e articulação local ou regional. Nessa discussão merece destaques para as elaborações de pesquisadores Italianos como Calògeno Mascarà, Giuseppe Damatteis, Giacomo Becattini, Gioachino Garofoli, Arnaldo Basgnasco, Alberto Magnaghi, entre outros (Alves et. al., 2008, p. 25).

Pesquisadores das áreas de geografia, sociologia e economia vem integrando seus conhecimentos e construindo conceitos para desenvolvimento com mais sustentação teórica e que na prática tem mostrado viabilidade política com o chamado Desenvolvimento Territorial. Alves et al (2008) afirma que:

Essa concepção, elaborada por pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, como da geografia, da sociologia e a economia, incorpora lentamente um caráter político muito forte e, simultaneamente, uma perspectiva de desenvolvimento em rede, em favor do uso apropriado da natureza, de pequenas e médias empresas, da cooperação, das identidades locais, entre outros, o que substantiva o que estamos chamando de desenvolvimento local. (p. 16)

Alves et al (2008) em seu livro Desenvolvimento Territorial e Agroecologia, destaca a importância dos pesquisadores Arnaldo Bagnasco e Giuseppe Dematteis como duas referências no cenário internacional em território e desenvolvimento, afirmando que as interpretações do território e/ou iniciativas de desenvolvimento territorial precisam considerar os seguintes elementos/componentes e processos:

A articulação de classes e a constituição de redes e tramas locais e extralocais, que significam relações de poder, efetivadas em cada lugar e entre os lugares, em virtude de suas desigualdades, diferenças e especificidades; O caráter (i)material, conciliando-se os fatores e elementos culturais, políticos, econômicos e naturais, em unidade; A produção de mercadorias (ou excedentes), a recuperação e a preservação da natureza exterior ao homem; A valorização das pequenas e médias iniciativas produtivas; A valorização dos saberes locais e das identidades; A consideração do processo histórico e do patrimônio de cada lugar; A produção ecológica de alimentos; A organização política local, com vistas a conquista de autonomia; A diminuição das injustiças e das desigualdades sociais, dentre outros. (p. 28).

Assim, a partir dessas discussões, os modelos de desenvolvimento rural passam a levar em consideração além da variável territorial, a ideia de sustentabilidade na produção agropecuária, visto que os efeitos ocasionados pelo uso das tecnologias pós-segunda guerra está sendo observado no campo, como indica Carrasco (2020) em sua tese doutoral:

Desde los años 60 y debido al gran crecimiento económico de la posguerra, los problemas ecológicos mundiales empezaron a agravarse, pero no es hasta la década de los 80 cuando la preocupación por la escasez de recursos y los impactos ambientales se agudiza [...] es entonces cuando el desarrollo del medioambiente se instauró junto al desarrollo económico y social como un desarrollo a tener en cuenta inminentemente para preservar el bienestar de las generaciones presentes y futuras. (p.47).

O termo desenvolvimento sustentável é sucessor da expressão ecodesenvolvimento, que foi introduzido por Maurice Strog – secretária geral da

conferência de Estocolmo de 1972 – e amplamente difundido por Ignacy Sachs, a partir de 1974 (Motibeller Filho, 2004). O autor ressalta, que o ecodesenvolvimento significa o desenvolvimento de um determinado local (nação, estado, município, comunidade, região, etc), tendo por base suas próprias potencialidades físicas e humanas, além de agir de forma endógena no seu processo de desenvolvimento sem necessidade de importar modelos desenvolvimentistas de outras localidades. Para Caporal e Costabeber (2001), a noção de ecodesenvolvimento supõe que haja a ocorrência de um pluralismo tecnológico, calcado na importância da utilização das tecnologias tradicionais e modernas de forma adequada, de acordo com as necessidades e decisões conscientes dos autores envolvidos nos processos de desenvolvimento.

A opção de internalização do processo de desenvolvimento sustentável propicia um ambiente favorável à diminuição da pressão sobre a natureza (recursos naturais), de maneira a reduzir a degradação ambiental. Fato esse que pode possibilitar a ruptura do conceito de que existe uma dicotomia entre economia e ecologia, até porque tal paradigma do desenvolvimento está fundamentado sob a nova ética de que é inseparável da gestão de recursos naturais (Motibeller Filho, 2004).

Para Cavalcanti (2003), quando se define desenvolvimento sustentável na área agrícola também é posto em pauta a discussão sobre o que de fato é sustentabilidade. As discussões sobre o termo “desenvolvimento sustentável” demonstram que existem algumas ideias que colocam fatores limitantes para um determinado progresso de materiais para o consumo da sociedade, sendo observado que isso era visto como forma ilimitada, e critica alguns pensamentos a respeito do crescimento com uma visão de ser sempre constante, sem obter uma grande preocupação com o futuro próximo.

O desenvolvimento sustentável deve ser uma consequência do desenvolvimento social, econômico e da preservação ambiental como pode ser observado na Figura 01. Na

década de 1980 foram introduzidos outros conceitos de desenvolvimento alternativo, entre eles o Desenvolvimento Local, através deste criou-se novas formas de intervenção social (Ferreira & Raposo, 2017). Esta forma de conduta sobre desenvolvimento local visou dois fatores: a valorização do homem no campo e o papel que ele desempenha no município, valorizando o lado social e as pessoas que lá se encontram, reforçando desta forma o lado ético e cultural da participação ativa no desenvolvimento daquela área (Amaro, 1992). Esse paradigma onde se enquadra o desenvolvimento local não é considerado uma verdade absoluta, porém é um fim necessário para a obtenção de equilíbrio entre o papel que os seres humanos exercem no meio agrícola no qual o homem está inserido (Montibeller Filho, 2004).

Figura 1

Síntese esquemática de Desenvolvimento Sustentável.



Nota: Revista Visões 4ª Edição, Nº4, Volume 1 - Jan/Jun 2008. Autor Barbosa (2008).

Para que ocorra um processo de desenvolvimento e transformação de determinado local, é importante não aceitar o conservacionismo, obtendo assim novas identidades em prol de mobilizações concretas, visando sempre procurar a melhoria do local assumindo desta forma uma lógica integrada e a intervenção não se restringe a problemas focalizados (desemprego, saúde, etc.), mas sim ao conjunto de levantamentos de sugestões onde visam obter interligações econômicas a partir de decisões conjuntas (Amaro, 1992).

Nessa perspectiva o desenvolvimento local pode ser um projeto consciente e real que envolve diversos atores que unidos possibilita o desenvolvimento de um grupo, município ou território (Araujo et al., 2008; Ferreira & Raposo, 2017). Buarque (2004), complementa que o desenvolvimento local é um processo endógeno de mudanças, no qual a implementação de atividades econômicas viáveis e competitivas representam um fator essencial para redução de dependência histórica de transferências externas de rendas e insumos. Assim, não significa que o desenvolvimento local busque o isolamento da comunidade ou município, pelo contrário, o relacionamento com o ambiente externo exerce um papel estratégico como estímulo a inovação local.

As estratégias de desenvolvimento precisam adotar a valorização das potencialidades locais de produção, estimulando a implementação de mudanças técnicas e econômicas nas atividades tradicionais, de modo a corrigir suas ineficiências na geração de renda. Isso não significa supor o fim do rural, mas valorizar o potencial econômico, social e cultural presentes no meio rural local (Wanderley, 2001), além de atentar para as características de cada ecossistema antes da implementação de qualquer empreendimento agrícola.

Diante disso, novos sistemas sustentáveis de produção estão sendo desenvolvidos em diversas partes do mundo em contraposição à agricultura convencional dos pacotes tecnológicos da revolução verde. Wanderley (2009), coloca que a generalização dos sistemas agroecológicos no mundo exigiria a substituição das grandes empresas rurais para a felicidade da humanidade, agricultores e camponeses. Um sistema com essas características está em gestação, embora ainda haja alguma confusão conceitual com os sistemas chamados de orgânicos. A pesquisadora acreditando que numa sociedade do futuro, na qual muitos dos bens que hoje são de uso corrente deixarão de ser produzidos devido aos seus custos energéticos, as necessidades básicas da humanidade voltarão a ser

a preocupação dominante. De todas as necessidades básicas, a alimentação é a mais essencial, sem a qual a vida cessa. A agricultura voltará a ser uma atividade vital, ocupando um espaço na economia que foi perdido na maior parte do mundo ao longo de séculos.

Wanderley (2009), afirma que a escassez de combustíveis vai obrigar a aproximação de produtores e consumidores para diminuir o consumo de energia em transportes de longa distância. Para isso, a construção de cadeias curtas de comercialização, os empreendimentos associativos, a gestão de recursos coletivos (água, sementes, terra, etc.), os mutirões e os sistemas de troca-dia são alguns exemplos de dispositivos sociais que permitem que o campesinato construa uma relativa autonomia em relação ao intercâmbio capitalista.

Weid (2009, p. 65), coloca que não se desconstrói o forte apelo social da categoria econômica representada pelo agronegócio sem rupturas políticas radicais, mas a pressão da realidade nos empurra para um projeto de agricultura baseado na agricultura familiar e na Agroecologia ou para a barbárie de uma crise social urbana e rural de dimensões nunca vistas.

O debate sobre mudanças climáticas a partir do chamado Protocolo de Kyoto em 1997 e as discussões sobre os impactos ambientais negativos decorrentes do uso predatório na natureza nas últimas décadas exige melhor gestão dos recursos naturais e o ressurgimento do desenvolvimento rural mais voltado as questões ambientais. Em meados dos anos de 1990 e início do século XXI o tema ressurge, porém, modificando-se radicalmente em relação ao primeiro período, que se mostrou inviável para melhoria da vida do homem do campo, além que o mundo estava passando por uma nova fase de desenvolvimento conhecida como globalização. A globalização modifica de forma significativa a estrutura societária de maior parte dos países e por consequência as

propostas de ações governamentais ou da sociedade civil – o mundo agora é outro – como assinala Navarro (2001, p. 85), “criou-se um período de incertezas e riscos, talvez sem precedentes” e assim o tema desenvolvimento rural reaparece nos debates e nas disputas sociais em escala global.

No início dos anos 1990, a União Europeia, adota o Programa Leader (*Liaison entre actions de développement de l'économie rurale* – “Relações entre atividades de desenvolvimento da economia rural”), como um conjunto de políticas de desenvolvimento rural a ser implementado em seus países membros em busca de uma nova concepção de desenvolvimento que respondesse à crise no campo (esvaziamento populacional de determinadas regiões, envelhecimento e masculinização da população rural, degradação de recursos naturais, dentre outros) (Moura & Pontes, 2020, p. 07). Dentre as características da estratégia estão “estratégias por zona (território), ações integradas e multissetoriais e o estabelecimento de parcerias locais entre setores públicos e privados, inovação, cooperação e ligação em rede” (Comunidades Europeias, 2006, p. 8). Observa-se que é fundamental o aumento da participação de agentes e atores sociais como protagonistas, incentivado e estimulado por essas políticas governamentais (Moura & Pontes, 2020, p. 07).

Assim, especificamente com relação ao desenvolvimento rural, muitas são as motivações para este ressurgimento. No Brasil, tem sido possível identificar algumas das razões que explicariam o surgimento de crescentes esforços sociopolíticos de revalorização da “sociedade rural” e suas atividades produtivas, modo de vida e características socioculturais, organizacionais e propostas societárias (Navarro, 2001), como pode ser observado com a criação do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat) e do Programa Territórios da Cidadania (PTC) a partir de 2003 (Brito, 2017).

1.5. DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

O Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS) é um tema amplo e complexo que necessita de uma conceitualização prévia para precisar melhor essa terminologia. Carrasco (2020), entende o Desenvolvimento Territorial como um processo de transformação progressivo que busca um equilíbrio sustentável entre o uso do território, as atividades produtivas e a preservação ambiental melhorando a qualidade de vida de seus habitantes. Nessa discussão cabe salientar a questão do território e suas dimensões por se tratar do espaço que é construído de relações humanas, sociais e produtivas do processo de desenvolvimento territorial.

O estudo do Desenvolvimento Territorial Sustentável exige avaliações e análises de pressupostos conceituais das dinâmicas socioeconômicas e socioambientais de um território, complementado por relações entre dimensões da natureza e cultura, o que permite conciliar um enfoque empírico e indutivo nos processos de desenvolvimento dado a urgência de se colocar em prática novos estilos de desenvolvimento (Andion et al., 2003). Esses autores colocam que “a sustentabilidade territorial decorre de um processo de construção social, em contextos socioespaciais e temporais específicos em princípios e normas gerais que são (re)interpretadas pelos atores locais.

Brito (2017), estudando o conceito de território, políticas públicas e sua evolução no Brasil durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Lula, enfatiza a criação em 2003 da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), ligada ao extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e coloca a incorporação da dimensão espacial de desenvolvimento rural, contrapondo-se a dinâmica do desenvolvimento regional adotada pelo governo anterior de FHC. O autor cita Haesbaert e Limonad (2007) para analisar os diferentes enfoques do território a partir

de três vertentes: política (relações espaço-poder em geral/jurídico-política – espaço-poder institucionalizado), Cultural (apropriação/valorização simbólica) e econômica (relações econômicas, fonte de recursos, classes sociais e relação capital-trabalho). No mesmo artigo Brito (2017) coloca o conceito de território aprovado na resolução n. 52/2005 pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), atualmente ligado à Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República, que tem o objetivo de propor diretrizes para a formulação e implementação de políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável, agricultura familiar e reforma agrária, em que considera a concepção de território como:

Espaço físico, geograficamente definido, não necessariamente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizados por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial. (MDA, 2005, p. 85).

O interessante desse conceito é o caráter multidimensional dado ao território na construção de diretrizes para as políticas de desenvolvimento territorial a serem implementada pela SDT/MDA. Esse conceito é fruto de influências dos movimentos sociais e pesquisadores brasileiros como José Eli da Veiga, Ricardo Abramovay e Tânia Bacelar (Neto, 2013; Moura & Pontes, 2019). No mesmo ano da aprovação da resolução n. 52/2005, o MDA publica o Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais, onde contém que “Esses valores e resultados só poderão ser alcançados se o desenvolvimento não for pensado apenas como sinônimo do crescimento econômico

desses territórios” (p. 8), que é preciso entender os processos como algo que envolva múltiplas dimensões e estabelece as dimensões econômica, sociocultural, político-institucional e ambiental (MDA, 2005). Vejamos:

Dimensão Econômica: eficiência através da capacidade de inovar, de diversificar e de usar e articular recursos locais para gerar oportunidades de trabalho e renda, fortalecendo as cadeias produtivas e integrando redes de pequenos empreendimentos. ***Dimensão Sociocultural:*** maior equidade social graças à participação dos cidadãos e cidadãs nas estruturas do poder, tendo como referência a história, os valores e a cultura do território, o respeito pela diversidade e a melhoria da qualidade de vida das populações. ***Dimensão Político-institucional:*** institucionalidades renovadas que permitam o desenvolvimento de políticas territoriais negociadas, ressaltando o conceito de governabilidade democrática e a promoção da conquista e do exercício da cidadania. ***Dimensão Ambiental:*** compreensão do meio ambiente como ativo do desenvolvimento, considerando o princípio da sustentabilidade e enfatizando a ideia de gestão sustentada da base de recursos naturais, assegurando sua disponibilidade também para as gerações futuras. (p. 09).

Segundo Andion et al. (2006) a necessidade de se relacionar as noções de sustentabilidade e de território tornou-se preeminente nas últimas décadas, especialmente se consideramos os desafios colocados pela crise socioambiental contemporânea, o que exige assim novas abordagens analíticas, capazes de colocar em relação variáveis visões duais como o local e global, objetividade e subjetividade ou sistemas sociais e sistemas ecológicos.

No campo socioeconômico exige que as dimensões sociopolítica, socioeconômica e socioecológica do desenvolvimento possam construir pontes entre elas, considerando

as atividades econômicas nas relações sociais e políticas e suas interconexões com a dimensão socioecológica para além dos conceitos estreitos estabelecidos pela economia neoclássica, buscando redefinir a noção tradicional de economia (Andion et al., 2006). Nessa perspectiva os autores destacam a necessidade de melhoria na competitividade territorial reforçada e adaptadas aos sistemas produtivos locais; inovações nas formas de produção, consumo e comercialização (mercantil, não-mercantil e não monetária) como o fortalecimento da economia solidária e social.

A dimensão sociopolítica do DTS trabalhada por Andion et al. (2006), a ideia de renovação da ação do estado torna-se central, onde a política pública, planejada e implementada unilateralmente passa a ser substituída pela ação pública negociada entre promotores e beneficiários, construindo novas posições e formas de regulação entre as diferentes esferas sociais do território. Assim, defendem em muitos momentos uma postura anti-institucional e de distanciamento da sociedade civil em relação ao Estado e o mercado, focando num processo de autonomização e construção de espaço de nova forma de cidadania, o que pode até ser interpretada como enfraquecimento da democracia na medida que procura forjar a própria legalidade. A dimensão sociopolítica também pode expressar o ideário do terceiro setor com a neutralização da essência política da ação coletiva própria da sociedade civil, sobrando pouco ou nenhum espaço para os antagonismos e conflito (Andion, et al. 2006). Porém, estes autores afirmam que:

No enfoque analítico aqui adotado, parte-se da concepção de uma “participação política ampliada” da sociedade civil. O argumento central pressupõe que uma sociedade civil forte necessita de um Estado ativo. [...] Porém, nesse contexto o papel do Estado é redefinido. No lugar de um Estado focado na reparação e na proteção, tem-se um Estado voltado para o investimento social, com vistas à prevenção, buscando preparar as pessoas para responder aos riscos. (p. 215)

Na dimensão ecológica do DTS Andion et al. (2006), considera a interrelação entre os sistemas sociais e os sistemas ecológicos, levando em conta que os impactos dos modelos de desenvolvimento sobre os ecossistemas diminuem sua *resiliência*¹³. Continuando essa abordagem, os autores colocam que a questão não é a de parar o crescimento econômico, mas de buscar novas modalidades de desenvolvimento que possam adaptar, o meio ambiente às necessidades humanas, numa perspectiva de sustentabilidade para além das dimensões econômicas e sociopolítica, integrando-se a dimensão ecológica ao uso de tecnologias de produção e gestão que otimizem o uso dos recursos naturais com o mínimo de externalidades e estimule “novos padrões de consumo, diminuindo gradativamente o desperdício e os gastos supérfluos”.

O Desenvolvimento Territorial, segundo Carrasco (2020) requer a confluência de diversos fatores de índole econômica, social, cultura, institucional, política, ambiental, etc. A agrupação desses fatores ou dimensões tem variado muito ao longo da evolução do conceito de desenvolvimento territorial como pode ser observado no texto acima. Carrasco (2020) trabalha em sua tese de doutoramento as “dimensión económica, dimensión social, dimensión cultural y dimensión medioambiental” (p. 49) a partir da classificação realizada por Albuquerque (2004) e as características de desenvolvimento sustentável desenvolvida pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento e o compromisso com a cultura como meio de desenvolvimento pela Assembleia Geral das Nações Unidas, como pode ser observado na Tabela 01. Em nosso estudo, depois de analisar diversas propostas conceituais de DTS, adotaremos as dimensões do DTS a partir de Andion et al. (2006), do Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais construindo pela

¹³ Andion et al. (2006) apud Holling; Berkes e Folkes, (2003), a resiliência diz respeito à capacidade do sistema de absorver distúrbios. A perda de resiliência vai mover o sistema para perto do seu limite e em última instância causar o seu colapso.

Secretaria de Desenvolvimento Territorial do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA) do Brasil e de Carrasco (2020).

Tabela 2

Dimensões do Desenvolvimento Territorial

Desenvolvimento	Características
Social	<ul style="list-style-type: none">• Acesso à educação, formação, nutrição e saúde.• Proteção dos Direitos Humanos Promoção da participação cidadã.• Promoção da cultura empresarial local.• Organização administrativa territorial.• Recursos da administração territorial.• Incorporação da avaliação de impacto social em programas e projetos de desenvolvimento
Cultural	<ul style="list-style-type: none">• Identidade territorial coletiva.• Fortalecimento da igualdade de gênero.• Fornecimento de equipamentos culturais.• Valorização do patrimônio cultural e dos recursos culturais do território.• Incorporação da avaliação de impacto cultural em programas e projetos de desenvolvimento.
Econômico	<ul style="list-style-type: none">• Emprego com condições dignas.• Promoção da atividade produtiva e do tecido empresarial.• Fornecimento de infraestruturas e equipamentos territoriais.• Adaptação do marco jurídico e normativos às necessidades territoriais de desenvolvimento produtivo.• Promoção de uma estratégia territorial.• Distribuição mais equitativa de terras e bens.• Setor financeiro territorial.
Ambiental	<ul style="list-style-type: none">• Promoção da educação ambiental.• Promoção das energias renováveis.• Promoção da produção ecológica e do consumo responsável.• Valorização do patrimônio e dos recursos naturais territoriais.• Incorporação da avaliação de impacto ambiental em programas e projetos de desenvolvimento.

Nota: Carrasco (2020), a partir de Albuquerque (2004) e Iranzo (2015)

1.5.1. Dimensão Social

A dimensão social engloba o desenvolvimento humano, identificado e promovido internacionalmente pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no Informe sobre o desenvolvimento humano, onde define como o desenvolvimento das pessoas mediante a criação de capacidade humanas, para pessoas mediante a melhoria de sua vida e pelas pessoas mediante sua participação ativa nos processos que determinam suas vidas. O desenvolvimento humano é centrado nas pessoas relacionando fatores como a a saúde, educação e economia per capita, por meio do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Carrasco (2020) citando Alaminos e López (2009), menciona que o desenvolvimento social se concentra em três dimensões básicas do desenvolvimento humano que são: a dependência dos diferentes serviços sociais que possui um território e permite uma vida longo e saudável para seus habitantes, medindo a expectativa de vida ao nascer, a capacidade de adquirir conhecimentos através dos anos de escolaridade e anos esperados de escolaridade; e a capacidade de alcançar um nível de vida digno através da medição da renda bruta per capita. Assim, o ser humano é eminentemente social, que busca satisfazer suas necessidades, obter benefícios e recursos que não tem ou que lhe é difícil para sua autossuficiência e pela criação de relações com outros indivíduos ou organizações, através da participação e envolvimento dos cidadãos no território.

1.5.2. Dimensão Econômica

A dimensão econômica é parte fundamental para o desenvolvimento territorial e local por ser uma variável que impacta diretamente na vida das pessoas. Esparcia e Nogueira (2009, p. 289) afirmam “El desarrollo local constutuye una alternativa a las estratégias clásicas de desarrollo económico. Sin renunciar a los objetivos de

crescimento económico y aumento de la riqueza, presta uma maior atención a estratégias más equilibradas espacial y socialmente”.

Carrasco (2020) citando Garcia (2014) e Albuquerque (2004), coloca que as taxas de crescimento, a industrialização e a assistência internacional, além da necessidade de uma doutrina inteiramente nova que enfatize a distribuição de renda e o emprego. Continua enfatizando que o desenvolvimento territorial como o fator econômico adquire grande importância para a atividade produtiva por representar as infraestruturas e equipamentos de que o território possui, os serviços que oferecidos para o desenvolvimento da atividade produtiva e a legislação regulatórias das transações. Esta dimensão, incorpora-se ainda a distribuição dos bens fundiários e patrimoniais, bem como o restante dos recursos vinculados aos diferentes setores econômicos.

1.5.3. Dimensão Cultural e Política

A cultura pode ser definida como a expressão social de nossa ancestralidade, construída de forma coletiva no imaginário popular, a partir de crenças, tradições, conhecimentos, espiritualidade, costumes, valores e linguagem. Essas dimensões são imprescindíveis para o fortalecimento da estratégia de Desenvolvimento Territorial Sustentável. Carrasco (2020, p. 52) cita a UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, para definir cultura e DTS:

A cultura pode ser considerada atualmente como o conjunto de traços distintivos, espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social. Abrange, além das artes e letras, modos de vida, direitos humanos fundamentais, sistemas de valores, tradições e crenças; e essa cultura dá ao homem a capacidade de refletir sobre si mesmo. É ela que nos torna seres especificamente humanos, racionais, críticos e eticamente comprometidos. Por

meio dela discernimos valores e fazemos escolhas. Por meio dela, o homem se expressa, toma consciência de si mesmo, se reconhece como um projeto inacabado, questiona suas próprias realizações, busca incansavelmente novos significados e cria obras que o transcendem. [...] é a cultura que fornece o contexto, os valores, a subjetividade, as atitudes e as habilidades sobre as quais os processos de desenvolvimento devem ocorrer (UNESCO, 1982).

Para Carrasco (2020), o desenvolvimento cultural coloca a o indivíduo no centro da própria ação de desenvolvimento, ao entender que a cultura identifica um determinado grupo de pessoas, como a identidade do grupo que habita um determinado território, colocando que a Convenção sobre a Diversidade de Expressões Culturais da UNESCO em 2005, elaborou e aprovou o documento “A cultura é o quarto pilar do desenvolvimento sustentável”, vejamos:

Recordando que la falta de reconocimiento de la dimensión cultural del desarrollo dificulta la posibilidad de conseguir un desarrollo sostenible, la paz y el bienestar; Observando como el crecimiento económico, la inclusión social y el equilibrio medioambiental ya no reflejan la integridad de las dimensiones intrínsecas de nuestras sociedades globales; [...] Aseverando que la cultura en toda su diversidad es necesaria para afrontar los actuales desafíos de la humanidad; Considerando que la gobernanza, en todos sus niveles (local, nacional e internacional), debe dotarse de un fuerte componente cultural”. (CGLU, 2010).

A dimensão cultural, social e política pode ser entendida como o desenvolvimento pessoal e cultural dos coletivos nas sociedades, participação nas tomadas de decisões, etc. Cardoso et al. (2014) discutindo desenvolvimento sustentável, coloca que a dimensão sociocultural aglutina atributos relacionados à mudança social, elevação de oportunidades da sociedade e respeito às diversidades culturais, assim como a dimensão político-

institucional reúne variáveis relacionadas à confiança, solidariedade e cooperação entre todos os envolvidos no processo de mudança.

Assim, na dimensão cultural podemos destacar o folclore, as tradições, o artesanato e a gastronomia local, os equipamentos culturais, os bens do patrimônio cultural móvel e imóvel e a promoção dos valores culturais e da identidade local como imprescindíveis para o DTS (Carrasco, 2020).

1.5.4. Dimensão Ecológica

A dimensão ecológica é um eixo transversal nas discussões e estratégias do DTS como pode ser observado ao longo deste estudo, principalmente no item de sustentabilidade. Moro (2009) do Ministerio de Medio Ambiente e Medio Rural e Marino da Espanha entende que o El concepto y objetivo de la sostenibilidad es genérico, no específico para el mundo rural e coloca que as explorações e comunidade rurais precisam priorizar dentre outros:

Un ideal y proyecto de persona y sociedad rural, un nuevo modelo de hábitat productivo, descentralizado y ecoeficiente, capaz de crear y autogestionar una mayor calidad de vida utilizando menores recursos, donde las cosas valgan lo que realmente nos cuestan y, siguiendo a Guallart, tendente a la “autosuficiencia conectada”, a nivel de interacción social y de recursos y conocimientos compartidos.

Para Carrasco (2020), o desenvolvimento ambiental, promovido pelo PNUMA, Programa da Nações Unidas para o Meio Ambiente (1972), se estabelece a partir da defesa da sustentabilidade e o cuidado ambiental das gerações presentes e futuras em termos de sua atividade produtiva e de consumo, por isso não se entende desenvolvimento econômico, social e cultural sem preservar o meio ambiente de forma sustentável – desenvolvimento territorial. Os fatores determinantes para esta dimensão são: a educação

ambiental, a promoção das energias renováveis, a produção ecológica e o consumo responsável, o património e os recursos naturais do território.

2. REFORMA AGRÁRIA E AGRICULTURA FAMILIAR

No processo de desenvolvimento a terra é considerada um fator produtivo primário e objeto de análise de economistas como Thomas Malthus, David Ricardo e até Karl Marx. Como podemos observar no estudo de sustentabilidade, Malthus se preocupou com os limites entre a produção agrícola e o crescimento populacional, vinculando-os diretamente ao bem-estar da população. Ricardo, no século XVIII estudando a teoria da renda da terra, também entendeu que o setor agrícola se regia pelo princípio de rendimentos decrescentes, onde a agricultura mundial teria uma quantidade fixa de terra e uma oferta perfeitamente inelástica. Assim, Ricardo estabelece que a renda da terra não é um custo de produção e não afetava no preço, porque um imposto aplicado a renda pura da terra não era transferido para os consumidores e arrendatários – afetaria os proprietários de terras (Anaya Campo, 2022). Marx, reconhece as ideias de David Ricardo e define a renda absoluta da terra como parte da mais-valia agrícola. Outros Economistas clássicos como Jonh Stuart Mill e Walras trataram a questão da concentração da terra e via a nacionalização das terras como uma forma de resolução dos problemas sociais, desde que o Estado fizesse a compensação financeira aos proprietários (Anaya Campo, 2022). Com relação aos economistas neoclássicos, o autor citando Foldvary (2008) que “afirma que la escuela neoclásica se esforzó por ocultar la renta de la tierra en el excedente del productor y en los intereses” (p. 213).

É perceptível a importância da reforma agrária para o desenvolvimento de qualquer país ou nação, visto que até os organismos internacionais de desenvolvimento defendem esta reforma como assinala Anaya Campo (2022) citando World Bank (2005),

“cuando la concentración de la tierra es elevada, la redistribución de este activo en pequeñas unidades de explotación con apoyo de servicios complementarios tiene sentido” para o combate da pobreza rural, insegurança alimentar e a redução da desigualdade social. Mesmo como todas essas vantagens, é necessário vontade política dos governos para enfrentar as elites latifundiárias centenárias para realiza-la. Em país em desenvolvimento, como na América Latina e África, são necessárias muita luta dos movimentos sociais e grupos rebeldes para que conseguir avançar em alguns governos, que no governo seguinte, recua estes avanços de forma violenta com o apoio de elites locais.

2.1. REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO: algumas experiências internacionais (com particular atenção a Ásia e Rússia)

A distribuição de terras para pessoas menos afortunadas ou pobres é um processo bastante conhecido na história, principalmente pós revolução industrial na Inglaterra. Segundo Filipi (2005), a revolução industrial inglesa (1760-1780), a independência das treze colônias na América do Norte e a Revolução Francesa, assentaram bases para um desenvolvimento econômico em que a agricultura se torna subsidiária da indústria. No entanto, é a partir dos anos posteriores a Segunda Guerra Mundial que esse tema ganha mais relevo nas agendas de formuladores de política econômica e desenvolvimento de muitos países (Anaya Campo, 2022).

A reforma agrária busca transformar a estrutura fundiária de um país ou território, mudando as relações sociais e produtivas na agricultura. Para Anaya Campo (2022) “La reforma agraria busca transformar una estructura agraria basada en un sistema de relaciones sociales (modos de producción) y una forma de propiedad y usufructo de territorios”. Filipi (2005) afirma que a reforma agrária é pré-condição ao desenvolvimento

socioeconômico, ou seja, visando melhores condições de vida (reprodução social) das populações-alvo dos programas de reordenamento agrário. Assim, o direito de possuir e trabalhar a terra pelos camponeses como condição para elevação de suas condições de vida, tem levado muitos governos, de diferentes correntes ideológicas a realizar tal feito, seja para aliviar tensões produzidas pela concentração fundiária, seja como projeto de desenvolvimento. Porém, a luta e organização dos agricultores e camponeses, em diversos países, foi imprescindível para sua realização, sendo em muitos casos, combustível para revoltas e revoluções ao longo do século XX.

Depois da II Guerra Mundial, países como o Japão, Taiwan e Coreia do Sul, sob as recomendações dos Estados Unidos, fizeram uma séria de reforma fundiária que incentivaram a igualdade de oportunidades econômicas, ajudaram a consolidar o milagre econômico e o crescimento da produção agrícola (Filipi, 2005; Anaya Campo, 2022). A reforma agrária implementadas nesses países foram impulsionadas por pressão externa dos Estados Unidos, praticamente sem vínculos com as classes proprietárias de terras, ao contrário da América Latina onde este processo aconteceu por vontade política de governos internos (Botella-Rodríguez & González-Esteban, 2021).

A reforma agrária japonesa tem sua origem mais conhecida no final do século XIX, no qual os títulos das terras, outrora pertencentes aos senhores feudais foram transferidos aos servos pelo governo imperial com a promulgação da Constituição de Meiji em 1889 (Filipi, 2005), impulsionando o desenvolvimento de um mercado de terra capitalista que autorizou seus registros e hipotecas, dando liberdade para a venda. Essa liberdade para o mercado de terras reforçada no pós-guerra fortaleceu a capacidade para rechaçar os modelos regionais de desenvolvimento dirigido pelo Estado, permitindo um desenvolvimento rural mais descentralizado (Anaya Campo, 2022 citando Parker & Amati, 2009). Para Anaya Campo (2022), essa legislação expedida que configura os

direitos de propriedade, desde o período de Meiji, é vista como uma das instituições significativas que facilitou o crescimento econômico japonês no Século XX (Sorensen, 2010) e em pouco mais de meio século, o Japão deixou de ser uma economia camponesa feudal para se transformar numa economia industrial (Filipi, 2005). Segundo Veiga (1991), a reforma agrária japonesa consistiu na desapropriação de mais de um terço da área agrícola (1,9 milhões de ha) e na transferência de mais de 90% de total aos, até então, arrendatários.

Segundo Anaya Campo (2022), o Japão influenciou no desenvolvimento rural da Coreia do Sul e Taiwan, que na colonização destes países, já contava com estudos agrícolas e uma agricultura organizada, transferindo tecnologias como sementes melhoradas e fertilizantes para aumentar a produção de arroz, além de financiar projetos de riscos. A reforma agrária nestes países consistiu na confiscação das terras dos antigos proprietários e venda de terra públicas para os pequenos agricultores. Convém mencionar que na Coreia do Sul a reforma agrária aconteceu em meio a revoltas e rebeliões do campesinato devido suas condições sociais. Iscan (2018), citado por Anaya Campo (2022) considera que “que la contribución de las reformas agrarias al crecimiento económico de Japón, Corea y Taiwán fue posible porque las reformas liberaron trabajo agrícola, suministraron alimentos de bajo costo a los integrantes de la fuerza laboral y el ahorro aumento”.

A reforma agraria em Taiwan pretendia uma igualdade de direitos sobre a terra sem eliminar a propriedade (1949 a 1979) e pode ser descrita em três fases: a primeira foi a redução das taxas de aluguéis e proteção dos proprietários; a segunda foi a venda de terras públicas aos inquilinos; e a terceira consistiu na compra obrigatória de terras, propriedades privadas, com superfície maior que a lei permitia (Anaya Campo, 2022 citando Li et al., 2000). A partir dessa reforma, a ilha usou a agricultura para fortalecer a

indústria, apoiando os agricultores com projetos para a garantia da segurança alimentar, aumentou a produção de alimentos e exportações agrícolas.

O crescente e rápido desenvolvimento da Coreia do Sul no século XX levou alguns pesquisadores defender a tese que a realização da reforma agrária no país ajudou a difundir a igualdade de oportunidade e transformou a política e a sociedade Coreiana.

A reforma agrária na China seguiu o modelo que os pesquisadores e intelectuais da área de ciências sociais denominaram de Reforma Agrária Coletivista, onde eliminou-se as forças conservadoras no campo e puseram em movimento uma gama de desenvolvimento autônomo com os camponeses coletivizados na linha de frente. Este modelo consiste de uma mudança estrutural na sociedade advinda de revoluções socialistas e transformações ocorridas no seio da classe camponesa como na China e Rússia (Filipi, 2005) e em outros países influenciados por revoluções como Cuba e Vietnã.

No caso chinês, a chamada revolução nacionalista de 1911 que derrubou o modelo imperial e a revolução chinesa de Mao Tse-Tung (1949), ambas colocaram a economia camponesa sob poder do estado. Em 1952, o Partido Comunista Chinês (PCC) implementa uma reforma agrária com bases no parcelamento da terra e assentamento num modelo de agricultura familiar que dura até 1955-1956, quando aparecem as fazendas coletivas (Filipi, 2005). No início da década de 1980, o governo socialista extingue o modelo de coletivização implementado há três décadas e mais de 90% dos estabelecimentos coletivizados retornam ao modelo de agricultura familiar do início da década de 1950. Desse modo, Anaya Campo (2022) salienta que a reforma agrária além de garantir a segurança alimentar, aumenta a renda dos agricultores, impulsiona o crescimento, incentivando processos de industrialização das zonas rurais, mudando a economia agrícola do País através do aumento de produtividade da terra, “la reforma

agraria de China: salvaguardar la seguridad alimentaria e impulsar el crecimiento económico” (p.221).

Resumidamente, a reforma agrária na China trouxe avanços de grande escala por descentralizar a propriedade da terra, garantir sua segurança alimentar, aumento da produção agrícola e ajudou no crescimento econômico do país, embora exista algumas críticas de pesquisadores quanto ao regime de propriedade da terra naquele país.

Outra grande reforma agrária realizada no início do século vinte foi na Rússia pós-revolução de outubro de 1917 com a chegada dos bolcheviques ao poder sob a liderança de Vladimir Lênin. A Rússia era uma nação majoritariamente agrária, com cerca de 80% da população economicamente ativa vivendo diretamente de atividade agrícolas e não tinha uma classe operária porque não existiam indústrias. O país saiu de uma estrutura agrária denominada por muitos como “medieval, uma agricultura baseada na servidão da mão de obra e com baixíssimas tecnologias para uma agricultura moderna, formada por cooperativas autogestionadas” (Filipi, 2005, p. 6). A necessidade de excedentes agrícolas cada vez maiores, leva o Estado Soviético a estimular e desenvolver tecnologias para mecanização da agricultura e crescimento da indústria, num processo muito parecido com a revolução verde.

O modelo de reforma agrária russo tem semelhanças com o chinês com a coletivização das propriedades (kolkozos) e estruturas rurais sob o comando do Estado. Este modelo entra em colapso com o fim da União Soviética na década de 1990, quando as propriedades coletivas e estatais passam para cidadãos urbanos, o que cria e beneficia uma elite rural, voltando ao passado das grandes propriedades com extensos territórios (Anaya Campo (2022), mergulhando a Rússia na selvagem economia de mercado.

No início dos anos 1990, os estabelecimentos rurais da Europa Central e Oriental que formavam a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS são reprivatizados,

assim como de nações que mesmo não fazendo parte da URSS, compunham o chamado bloco socialista na Europa e Ásia Central.

2.2. REFORMA AGRÁRIA NA AMÉRICA LATINA

2.2.1. Reflexões sobre a reforma agrária na América Latina

A reforma agrária tem o papel de democratização da propriedade fundiária e das relações de produção no campo. Na América Latina os processos de reforma agrária conjugam elementos de populismo e revoluções de caráter socialistas. Com as independências nacionais ocorridas majoritariamente no primeiro quarto do século XIX na América Latina, a estrutura fundiária (Tabela 02) não foi alterada e as concentrações das terras continuaram nas mãos das oligarquias de origem européias (Filipi, 2005) e latifundiários com origem no período colonial (Vergara-Camus & Kay, 2017). Botella-Rodríguez e González-Esteban (2021) destacam que a América Latina é a região mais desigual do mundo, tanto em termo de renda como distribuição fundiária, onde o acesso ao poder e a riqueza estiveram historicamente vinculados ao acesso a terra.

As reformas agrárias na América Latina evoluíram significativamente ao longo do tempo e entraram no debate e agenda política da região nos anos de 1930-1970, adaptando-se as mudanças políticas e econômicas seguindo diferentes caminhos nacionais do capitalismo agrário contribuindo assim para o processo de industrialização regional (Botella-Rodríguez & González-Esteban, 2021). Para estes autores, a revolução cubana tem forte influência nas reformas agrárias latinoamericana, pois estudos realizados pela Organização dos Estados Americanos (OEA) e outras organizações internacionais como BID, FAO e IICA em meados da década de 1960 indicavam que 5% dos proprietários da região detinham cerca de 80% das terras cultivadas e que 80% dos pequenos agricultores detinham apenas 5% das terras. Assim, o modelo econômico

desenvolvimentista precisava construir políticas de crescimento, redistribuição de renda e redução da pobreza, e uma reforma agrária poderia ser um bom início.

O sucesso da revolução cubana leva a criação em março de 1961 da Aliança pelo Progresso na América Latina pelos Estados Unidos com o objetivo de frear sua influência na região. A Aliança pelo Progresso era um programa de ajuda e cooperação dos Estados Unidos para o desenvolvimento da América Latina. A declaração da Aliança pelo Progresso de Punta del Este em 1961, estimulou os estados a criarem leis de reforma agrária em dezenove países da América Latina e Caribe como estratégia para o desenvolvimento socioeconômico, adoção do modelo capitalista do livre mercado e contra a expansão do comunismo (Botella-Rodríguez & González-Esteban, 2021). A intervenção dos Estados Unidos no exterior, através do incentivo da distribuição de terras e da política terra para o lavrador objetivava criar um campesinato conservador, contra o comunismo e promover a estabilidade política na região (Kay, 2019).

Para a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), a Aliança para o Progresso e outros assessores externos, a realização de uma reforma agrária na região seria um caminho para a modernização via industrialização por substituições das importações, redução dos preços dos alimentos via aumento de produtividade agrícola e aumento da demanda interna por commodities industriais devido ao aumento esperado da renda dos beneficiários da reforma agrária (Botella-Rodríguez & González-Esteban, 2021).

Segundo Botella-Rodríguez e González-Esteban (2021), as revoluções no México (1910-1917), Guatemala (1952), Bolívia (1953), Cuba (1959) e Nicaragua (1979) implementaram um grande programa de redistribuição de terras como parte de suas ações de transformação. No restante da América Latina implementou-se reformas agrárias e programas de colonização apenas para adequar-se às expectativas do

desenvolvimentismo ocidental e obter os recursos da Aliança, sem diminuir significativamente os graves problemas da insegurança alimentar e pobreza rural.

Para Anaya Campo (2022), a reforma agrária e seus efeitos na América Latina não são fáceis de generalizar, dados os diversos sistemas políticos e econômicos dos países da região, apontando que desde a década de 1960 se iniciaram mudanças na política fundiária e destaca os casos do Brasil, Chile, Bolívia, Peru e México (fez sua reforma agrária depois da revolução mexicana de 1910).

A partir da década de 1960 alguns estudiosos defendiam a necessidade de uma reforma agrária para acelerar a industrialização, enquanto o modelo de industrialização por as substituições das importações dava sinal de esgotamento (Botella-Rodríguez & González-Esteban, 2021). Os autores continuam enfatizando que o forte intervencionismo estatal incomodava alguns intelectuais neoliberais e algumas instituições internacionais, assim ao longo do tempo o desenvolvimento agrário foi sendo desconsiderado e a industrialização priorizada. As reformas agrárias realizadas passaram ao esquecimento e a agricultura latina americana foi massivamente incorporadas as atividades de empresas transnacionais do agronegócio.

No início dos anos de 1990 surge uma nova questão agrária na América Latina, principalmente por causa da contradição entre um mundo com produção e produtividade sem precedentes, onde o número de pessoas vivendo com vários graus de insegurança alimentar e fome crônica na cidade e no campo é o maior da história. Dentro dessa nova questão agrária, as reformas agrárias na região mudou o papel do Estado, a dinâmica social e os movimentos sociais, tanto nacionais como transnacionais, surgiram demandando terra, território e uma reforma agrária adaptada ao século XXI (Botella-Rodríguez & González-Esteban, 2021). No final do século XX tanto o Estado, quanto a agricultura tiveram papel secundário nesse processo e as reformas implementadas na

América Latina foram mais lideradas pelo mercado com auxílio de instituição financeira internacional como o Banco Mundial com as chamadas reformas agrárias negociadas, porém apenas uma pequena fração de terra foi redistribuída, beneficiando poucos pobres rurais (Kay, 2019).

Os movimentos camponeses na América Latina são diversos e estiveram na vanguarda de resistência as políticas neoliberais de desmonte do Estado, sendo aliados importantes dos partidos de esquerda, ajudando-os política e eleitoralmente a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil (MST), no Brasil; os Cocaleiros na Bolívia; a Confederação Nacional de Indígenas do Equador (CONAIE) e a Federação Nacional de Organizações Camponesas, Indígenas e Negros (FENOCIN) no Equador, além de muitas outras organizações da região vinculadas e membro ativos da Via Campesina¹⁴ (Vergara-Camus & Kay, 2017). Merecem destaques na questão camponesa da América Latina a adoção da soberania alimentar e do bem viver como princípios orientadores das políticas de Estado na Bolívia e Equador.

Os camponeses de hoje têm que enfrentar os agronegócios que são mais poderosos que os latifundiários tradicionais do passado, pois estão interligados a uma complexa rede com capital industrial, financeiro e comercial, além do capital internacional (Kay, 2019). Os governos da região são grandes incentivadores de monoculturas para exportação de matéria-prima, são evidentes as expressivas taxas de crescimento dos produtos agrícolas na América do Sul e Central, como por exemplo, entre 1990 e 2009, o número de hectares

¹⁴ A Via Campesina é uma organização internacional composta por movimentos sociais e organizações camponesas criada no início da década de 1990, que nas últimas duas décadas fez campanha por um novo sistema alimentar global baseado na soberania alimentar (Kay, 2019).

cultivados com cana de açúcar, soja e dendê registrou taxas de crescimento de 156%, 138% e 80%, respectivamente (Anaya Campo, 2022, citando Borrás et al., 2012).

Tabela 3

Alcances e características das reformas agrárias

Países	Área		Famílias beneficiados		Área por Domicílio (ha)	Período
	Total área (mil de ha)	Terra cultivável (%)	Quantidade (mil)	Famílias rurales (%)		
México	13 375	13,5	3044	67,5	4,39	1915-76
Nicaragua	3186	47,1	172	56,7	18,52	1978-87
El Salvador	401	27,9	95	16,8	4,22	1932-89
Bolívia	9792	32,3	237	47,5	41,32	1953-70
Brasil	13100	11,3	266	5,4	49,32	1964-94
Chile	9517	60,1	58	12,7	164,09	1973
Perú	8599	28,1	375	30,8	22,93	1969-79

Nota: Anaya Campo (2022) citando Deininger (2009).

Em geral, a América Latina não pagou a dívida socioeconômica derivada da distribuição desigual de seus recursos e da terra com a população, principalmente com os camponeses e indígenas. Vários de seus governos, aliados das elites latifundiárias, não demonstraram vontade de implementar uma verdadeira reforma fundiária que impulsionasse o desenvolvimento. Até agora, Século XXI, a região enfrenta o espectro da apropriação de terras por multinacionais estrangeiras (Anaya Campo, 2022), ou seja, o processo de colonização ainda continua em curso.

2.2.2. México

A revolucionária reforma agrária do México foi a primeira na América Latina a enfrentar o problema da distribuição desigual de terra dominada pelo sistema de grandes fazendas (Kay, 2019). No México a reforma agrária foi iniciada em 1915, após a vitória da revolução de 1911 e a derrubada do ditador General Porfírio Díaz há 35 anos no poder governando o País para as aristocracias agrárias brancas (os guachupines) de origem espanhola, composta por menos de 3% das famílias mexicanas. Sob o comando de Emiliano Zapata e Francisco Pancho Villa, camponeses se rebelam e em 1910 eclode uma grande rebelião que culmina com a destituição de Porfírio. Em 1917, com a criação de uma nova constituição, o governo de Venustiano Carranza desapropria as grandes fazendas e faz a distribuição das terras entre os trabalhadores rurais proibindo a venda e/ou hipoteca.

Assim, com o Decreto de Reforma Agrária expedido em 1915, o governo revolucionário decreta a reformulação e a reconstrução dos antigos *ejidos* (*reminiscência dos tempos astecas que reunia a população indígena*) e sua doação aos antigos núcleos comunais (Anaya Campo, 2022). Então, cerca da metade das terras aráveis do país foram distribuídas para os camponeses e trabalhadores rurais organizados no Ejido, que são propriedades comunais cultivadas em grande parte por ejidatários como unidades familiares sem permissão para vender ou alugar (Kay, 2019). Este autor ressalta que embora os ejidos representassem cerca de 50% das terras do País, tinham menos acesso a água do que o setor agrícola comercial. Filipi (2005) coloca que, por meio da “Lei dos *ejidos*” (1920), as terras adquirem um senso jurídico único e as perenizam enquanto “propriedade social repartidas de latifúndios em lotes entre as famílias camponesas, que até então possuíam somente direito à herança, contudo não poderiam vender os referidos lotes.

Entre 1915 e 1920, a reforma agrária mexicana distribuiu e legalizou cerca de 380 mil hectares. Em 1935, no governo de Lázaro Cárdenas, foram distribuídas e legalizadas mais de 17 milhões de hectares sob a forma de ejidos para 770 mil camponeses. O processo de reforma agrária de recriação dos ejidos foi de suma importância para a garantia de segurança alimentar no campo e na cidade. Mas, nos anos de 1960, com o processo de industrialização do país houve uma diminuição de créditos para este setor, aumentando a desigualdade socioeconômica entre campo e cidade. As décadas de 1970 e 1980 são marcadas pelo fenômeno do êxodo rural (Filipi, 2005). Anaya Campo (2022) salienta que, a distribuição de terra estimulou o crescimento econômico mexicano em curto prazo, mas a longo prazo impediu o crescimento da economia dado que a negação ao direito a propriedade não estimulou a produtividade. Essa afirmação de Anaya Campo é um pouco controversa para movimento social como Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) do Brasil, que são críticos a titularização dos lotes da reforma agrária por receio dos agricultores assentados serem estimulados a vender suas terras, fruto do processo de reforma agrária e assim contribuir para a reconcentração fundiária.

Em 1º de janeiro de 1994, o México integra-se ao NAFTA – North American Free Trade Agreement (Acordo de Livre Comércio Norte-Americano) junto com o Canadá e os EUA. No mesmo dia, os *zapatistas*, comandados pelo subcomandante Marcos e o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZNL) fazem sua aparição pública em Chiapas, o estado mais indígena e mais pobre do México, trazendo como bandeiras de luta o respeito e distribuição de terras aos povos tradicionais para melhores condições de vida de seu povo (Alkmin, 2015).

2.2.3. Guatemala

A Guatemala é um país da Centro América composto de uma grande população indígena vivendo numa situação socioeconômica muito baixa. Filipi (2005), escreve que entre os anos de 1944 e 1954, os movimentos sociais compostos por organizações indígenas e camponesas estimularam o presidente Jacobo Arbenz eleito em 1951, a criar um programa de reforma agrária para o País. O presidente Arbenz tinha a pretensão de promover a industrialização e repartição das terras da Guatemala e em junho de 1952, o Congreso guatemalteco aprova a Lei da Reforma Agrária com objetivo de:

- (i) a eliminação dos “*resquícios de feudalismo*”; (ii) eliminar as formas de servitude ainda presentes no meio rural do país; (iii) promover a emancipação econômica dos pobres e do contingente desprovido de terras; e (iv) promover a distribuição de crédito e de assistência técnica pública aos agricultores assentados. (Filipi, 2005, p. 14).

Os resultados desta Lei foram imediatos com a expedição de mandados de expropriação das propriedades improdutivas acima de 90 ha e distribuição de cerca de 850 mil hectares de terra a 178 mil famílias, sendo 600 mil hectares fruto das expropriações e 280 mil hectares de terras públicas, beneficiando na época aproximadamente 40% da população. A Lei de Reforma Agrária tinha como contrapartida dos agricultores beneficiados a transferência de 3% e 5% do valor das colheitas ao Estado, nos casos das famílias que receberam lotes de terras expropriadas e lotes de terras públicas, respectivamente (Filipi, 2005 citando Tanaka & Wittman, 2002).

A expropriação e distribuição de terras via reforma agrária na Guatemala vai até 1954, quando o Coronel Castillo, se aproveitando da frágil democracia do País e dos conflitos raciais pré-existentes entre indígenas e descendentes europeus, toma o poder através de um golpe militar apoiado por proprietários rurais estrangeiros contrários a

reforma agrária, setores da Igreja Católica e da classe média urbana (Filipi, 2005). A partir desse momento a Guatemala mergulha numa ditadura de mais de trintas anos e o projeto de desenvolvimento implantado seguiu o formulário das outras ditaduras da latinoamerica com a adoção das tecnologias da revolução verde, levando a pauperização da economia camponesa e a reconcentração de terras. Segundo Filipi (2005), dados da FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação na década de 1990 menos de 1% dos proprietários rurais era dono de um terço das melhores terras da Guatemala e que cerca de 90% da população rural guatemalteca vivia abaixo da linha da pobreza.

Em maio de 1996 foi assinado um acordo entre representantes da ONU, governo guatemalteco e o movimento rebelde Unidade Revolucionaria Nacional Guatemalteca para a necessidade de eleições livres. Passados esses anos de ditadura, o que restou para o povo guatemalteco foi uma profunda concentração fundiária, onde cerca de 96% dos agricultores detêm 20% das terras aráveis do país, enquanto que 0,15% dos maiores estabelecimentos possui 70% das terras (Filipi, 2005 citando Tanaka & Wittman, 2004).

2.2.3. Nicaragua

A questão agrária da Nicaragua não é muito diferente de outros países latinoamericanos vizinhos, a exemplo da Guatemala. É um país pobre, com uma elite rica e branca de origem europeia proprietária de grande parte da riqueza. A história da reforma agrária neste pequeno País começa com a revolução sandinista de julho de 1979, tendo Augusto César Sandino como líder popular do exército de camponeses rebelados que combateram a ocupação dos Estados Unidos da América (EUA) na década de 1930 (Filipi, 2005).

A revolução sandinista pôs fim a ditadura de Anastácio Somoza iniciada em 1967, que aliado a política dos EUA de combate a influência cubana no continente, governava a Nicarágua a mão de ferro sem tolerar nenhuma oposição. Segundo Filipi (2005), a FSLN – Frente Sandinista de Libertação Nacional liderou a revolta popular e derrubou Somoza, que além de ditador, era proprietário de 400 imóveis rurais e urbanos, incluindo boa parte das terras cultiváveis do País e de um complexo econômico de empresas de comunicação, aviação e até do Banco Centroamérica.

A revolução nicaraguense foi uma das maiores expressões da chamada Teologia da Libertação, onde a Igreja Católica teve apoio decisivo nesse processo. Com a vitória dos sandinistas foram nacionalizados os bens da família Somoza, minas de empresas estrangeira, bancos e foi realizada a distribuição de terras via um amplo processo de reforma agrária – 575 estabelecimentos rurais detinham 30% das terras (Bornstein, 1982). Juntamente com esse processo, foi criada a CNA – Cruzada Nacional de Alfabetização e o EPA – Exército Popular de Alfabetização para combater o elevado grau de analfabetismo no país.

Assim, o governo revolucionário desapropriou 819.000 hectares de terras pertencentes a 2.200 propriedades agrícolas, onde 567.000 hectares eram de terras agricultáveis. (Filipe, 2005). Nas terras mais capitalizadas com infraestruturas modernas, o próprio Estado passou a explorar com o que denominaram Áreas de Propriedade do Povo – APP's. Nos primeiros meses do governo revolucionário é implementado a constituição de cooperativas sob o controle direto dos camponeses como projeto popular de desenvolvimento.

A Nicarágua é o país da Latino América com a melhor distribuição fundiária, onde 50% das terras está nas mãos de pequenos e médios proprietários, porém os médios agricultores capitalistas com capacidade para se dedicar ao agronegócio e a agricultura

de exportação foram os mais beneficiados pela reforma agrária revolucionária sandinista (Botella-Rodríguez & González-Esteban, 2021).

2.2.4. Cuba

Os programas de reforma agrária que aconteceram na América Latina foram frutos de lutas históricas dos trabalhadores e/ou de revoluções. Cuba se destaca nesta discussão por ser uma ilha caribenha, que vivia sob a ditadura de Fulgêncio Batista com o apoio do governo dos EUA, que em 1959 faz uma revolução liderada por Fidel Castro e outros comandantes de destaque como Ernesto Che Guevara.

Cuba pré-revolução era um País com severas desigualdades sociais, principalmente fundiária, onde 25% dos estabelecimentos rurais era dedicado a pantação de de cana de açúcar, totalizavam, segundo Guevara e Ramon (2019) citando Pino (1973), 1.173.015 ha. Cerca de 40% dos estabelecimentos canavieiros tinham áreas superiores a 400 hectares, que somando as fazendas superior a 400 hectares destinadas a pecuária, chegava a 95% dos estabelecimentos (Filipi, 2005). A produção agropecuária da Ilha era praticamente o cultivo da monocultura de cana para produção de açúcar a exportação, além de não possuir estruturas industriais, nem serviços diversificados. Guevara (2019) citando Castro (1982) resume o perfil socioeconômico rural cubano:

monopolio sobre las mejores tierras del país y explotación económica de éstas según las exigencias del mercado mundial; existencia de centros agroindustriales azucareros con alto nivel tecnológico y técnico que funcionaban como grandes complejos económicos territoriales; elevada asalarización de la fuerza de trabajo, más del 75% de la estructura social rural y el 59% de todos los asalariados en Cuba, así como una masa de 200 mil campesinos, de los cuales el 85% pagaban renta y vivía bajo la perenne amenaza del desalojo. (p. 87).

Com a vitória e chegada ao poder do governo revolucionário em 1959, se instituiu a primeira Lei de Reforma Agrária já acordada desde 1958 entre os camponeses e revolucionários em um documento intitulado “Dirreito de los Campesinos a la Tierra”, onde garantia a distribuição das terras cultiváveis do País para os camponeses. Em 1963, como resultado definitivo da opção por um Estado Socialista, a segunda Lei de Reforma Agrária diminuiu substancialmente a quantidade de estabelecimentos privados (Filipi, 2005). Che Guevara em discurso ao Congresso Latino Americano da Juventude, em agosto de 1960, diz:

Um dia verificaram que a Lei de Reforma Agrária aprovada era muito mais violenta e muito mais profunda do que aquilo que tinham aconselhado os sisudos autoconselheiros do governo – todos eles se encontram hoje em Miami ou em alguma outra parte dos EUA[...] depois da reforma agrária, virá a industrialização do país, muito menos simples e complexa... (Centro Editorial Latino Americano, 1980, p. 15, 17).

Desde o início, o governo revolucionário tinha claro a necessidade da reforma agrária como parte de um projeto mais amplo de transformação econômica e diversificação produtiva para a Ilha e assim, a Associação Nacional dos Pequenos Agricultores - ANAP passa a incentivar a formação de cooperativas agrícolas no modelo dos kolkozos soviéticos. Para tanto, o INRA – Instituto Nacional de Reforma Agrária define que o estabelecimento agrário não poderia possuir área maior que 402 hectares (Botella-Rodríguez & González-Esteban, 2021) e que, não necessariamente, deveria indenizar o proprietário do estabelecimento desapropriado; e que a parcela de terra desapropriada poderia ser entregue a qualquer cidadão cubano que se dispusesse a trabalhá-la. Define também que a parcela mínima vital à subsistência de uma família seria de 27 hectares. Dentro dessas regras, foram desapropriados até 1961 cerca de 3.800.000

hectares, sendo que 2.725.000 hectares são distribuídos para 101.000 beneficiados privados (Filipi, 2005).

Por volta de meados dos anos de 1980, o modelo tecnológico e organizativo dominante no campo cubano começou a mostrar insustentabilidade econômica e ecológica, agravando-se mais pela queda do socialismo no leste-europeu e assim, afetando severamente o setor estatal da economia, perdendo mais de 75% dos mercados internacionais. Para Guevara (2019):

La crisis que hubo de enfrentar la sociedad cubana desde inicios de la década de 1990 tras el derrumbe del socialismo este-europeo, colocó el problema agrario como uno de los principales en la agenda de la reforma económica. Las transformaciones puestas en vigor han sido consideradas las más trascendentes luego de la Reforma Agraria de 1959. (p. 87).

Com a queda do Muro de Berlim e o fim da União Soviética, da qual a ilha de Cuba era muito dependente, pois trocava açúcar por petróleo soviético e outros bens como insumos agropecuários. A partir de 1993 aconteceram profundas mudanças no sistema agrícola cubano como mais descentralização da propriedade da terra, dando mais autonomia para as cooperativas de produção agropecuária (antes muito centralizada na mão do Estado). Nesse cenário surgem as Unidades Básicas de Produção Cooperativa (UBPC) para enfrentar a crise e potencializar um desenvolvimento ancorado na sustentabilidade e participação, orientando a revalorização dos territórios rurais e um novo cooperativismo (Guevara, 2019). O período especial (1990-2006) forçou Cuba a uma mudança de paradigma para a construção de uma agricultura sustentável que alimentasse sua população sem as importações do bloco soviético (Botella-Rodríguez & González-Esteban, 2021).

Posto isso, a sociedade rural cubana, nas últimas décadas tem realizado mudanças relevantes na política agrícola, indispensáveis para a produção de conhecimento e desenho de políticas públicas mais ajustadas à dinâmica real vivida pelo cooperativismo, que, juntamente com uma transição definitiva para um modelo de agricultura sustentável baseado na agroecologia, combinando tecnologias voltadas à preservação do meio ambiente e a implantação de programas de desenvolvimento rural territorial com enfoque participativo e equidade de gênero, estão hoje entre seus principais desafios (Guevara, 2019). Botella-Rodríguez e González-Esteban (2021), colocam que a excepcionalidade cubana da produção sustentável em pequena escala é mais resistente a choques externos causado pelo neoliberalismo porque se baseia no conhecimento camponês e nas condições ecológicas locais acumuladas ao longo do tempo. É importante salientar que a política de embargo comercial patrocinada e estimulada pelos EUA provocou uma diminuição importante no volume de comércio exterior cubano e os priva da aquisição de produtos e serviços imprescindíveis para um melhor desenvolvimento da nação.

Com a chegada de Raul Castro ao poder em 2008, a reforma agrária e a soberania alimentar entraram decisivamente na agenda política do país e mais de 170 mil camponeses foram beneficiados com entrega de terras ociosas em regime de usufruto, aprimorando assim o processo de recampesinização na ilha, reconhecendo a eficiência dos pequenos agricultores como produtores de alimentos (Botella-Rodríguez & González-Esteban, 2021). Segundo estes autores, o novo presidente cubano Díaz Canel editou o Decreto-Lei nº 358 em 07 de agosto de 2018 reforçando a entrega das terras em regime de usufruto como instrumento para aumentar os rendimentos agrícolas.

2.3. REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA E TERRITORIAL

2.3.1 REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL: ocupação do território

O acentuado grau de concentração da propriedade fundiária e a estrutura agrária brasileira é um reflexo da natureza de sua economia, fruto da formação do país desde os primórdios da colonização (1500), e que se perpetua, até os dias atuais. A colonização e a ocupação progressiva do território que formaria o Brasil, constituiu sempre, desde o início, um empreendimento mercantil para abastecer o comércio europeu, principalmente Portugal, com produtos tropicais (Júnior, 1969; Bezerra, 2019).

O problema na divisão e uso da terra no Brasil remota ao período da colonização. A grande extensão de terras e disposição dos portugueses foi fundamental para definir o modelo colonial que seria implementado. Esse modelo foi ancorado em três elementos: grande propriedade, monocultura e trabalho escravo (Ferreira de Souza, 2003).

Para facilitar a exploração do Novo Mundo, como foi chamado o Brasil, Portugal adota em 1536 a divisão do território litorâneo em 15 faixas de largura de 200 a 650 leguas (1.200 a 3.900 km) (Piletti, 1998), denominada capitâneas hereditárias (Morissawa, 2001, p. 58). Os donatários tinham poder absoluto, inclusive o de vida e de morte sobre os seus colonos. Tinha também o direito de doar parte de suas terras para terceiros em troca de tributos a serem pagos por toda a vida (Marighella et al, 1980; Ferreira de Souza, 2003, p. 23). Estas doações de terras foram chamadas de sesmarias e acabou se tornando vantajosa devido às dificuldades que os donatários tinham para explorar e proteger as capitâneas (Ferreira de Sousa, 2003, p. 23). As capitâneas que mais se desenvolveram foram as de Pernambuco e a de São Vicente (São Paulo) (Marighella et al, 1980; Marissawa, 2003). Durante quase todo este período houveram muitas fugas de escravos

e formavam os Quilombos¹⁵. O quilombo mais conhecido foi o dos Palmares, em Alagoas, liderado por Zumbi.

A partir de 1850, com a promulgação da lei 601 (a lei das terras), não para dividir democraticamente o território (Moura, 2000, p. 80), mas para negar a propriedade para os que nela trabalhassem (Galeano, 1980, p. 143). Esta lei estabeleceu que as terras somente poderiam ser adquiridas por meio de transação de compra e venda, favorecendo assim aos detentores de capitais. A renda que o governo obtivesse com o comércio destas terras seria usado para promover o financiamento de colonos europeus para substituir os escravos na lavoura (Silva, 1980; Marissawa, 2000; Ferreira de Souza, 2003). Com o fim da escravidão se aproximando, no mesmo ano da criação da lei 601, foi aprovada também a lei Euzébio de Queiroz, que proibiu o tráfico transatlântico de escravos negros. Essa medida acaba causando carência de mão de obra nas plantações. O índio e o negro brasileiro não foram beneficiados por estas leis (Linhares, 1999, p. 64).

Os anos se passaram e a situação do homem pobre do campo não melhorou com o início da república em 1889. No Nordeste a extrema pobreza é maior que no restante do Brasil, sem terra e sem garantia de vida por causa das calamidades naturais e a grande concentração de terras. Muitos chegavam a se unir para assaltar e saquear, formando assim o conhecido cangaço (Ferreira de Souza, 2003). Outras pessoas se organizavam em tribos de religião para esquecer os males desse mundo e ao mesmo tempo formavam comunidades em que o acesso à terra era mais fácil. Os movimentos mais conhecidos desse período foram Canudos (1893-1897) no Nordeste, liderado por Antônio

¹⁵ A primeira acepção para o termo remete aos agrupamentos de fugitivos (negros e, em menor proporção, não negros) do sistema escravocrata, a partir do passado colonial brasileiro. Nesse sentido, o quilombo aparece como uma das formas de resistência à escravidão imposta, sobretudo, a africanos sequestrados e trazidos para as Américas (Caldart et al. 2012). Dicionário da Educação do Campo, 2012.

Conselheiro e Contestado (1912-1916) no Sul, liderado pelo monge José Maria (Ferreira de Souza, 2003). Estes Movimentos já lutavam por Reforma Agrária no Brasil visto que seu foco era o acesso à terra.

O período de 1930 a 1945 o mundo encontrava-se envolvido por uma grande tensão geopolítica, a segunda guerra mundial, e a política internacional cada vez mais tensa devido à crise econômica. A preocupação com o autoabastecimento, com a garantia de alimentos para o país e, portanto, com a colonização interna é crescente. Assim, o Estado brasileiro adota como meta colonizar e produzir mais para o mercado interno. Para garantir estas metas o Estado Novo do então Presidente Getúlio Vargas, cria toda uma nova legislação dirigida para a modernização do trabalho no campo. O intuito era facilitar a ocupação dos rincões mais afastados, em especial as regiões fronteiriças do centro-oeste e da região amazônica (Ferreira de Souza, 2003; Sauer & Mészáros, 2017). Esse período de aparente avanço nas conquistas do campesinato termina com a deposição de Vargas em 1945. Em 1946 é criada a Assembleia Nacional Constituinte para varrer o autoritarismo Varguista e eliminar a legislação agrária do Estado Novo (Linhares, 1999, p. 131).

As reivindicações dos camponeses por reforma agrária somente tomam força novamente nos anos 60, com as Ligas Camponesas e principalmente, devido ao país viver um período favorável a contestação política a partir da chegada do Presidente João Goulart ao poder em 1963. Com lema “Reforma Agrária na lei ou na marra” das Ligas Camponesas e um governo que assumia a Reforma agrária como uma das principais bandeiras, as reações dos proprietários rurais são imediatas e os militares tomam o poder com ajuda do imperialismo americano e mergulha o Brasil em vinte e um anos de ditadura militar (Dezemone, 2016).

Neste contexto, surge em 1975 a Comissão Pastoral da Terra – CPT, órgão da ala progressista da igreja católica (CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil) e pouco depois, em 1984, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST, defendendo a reforma Agrária como bandeira de luta para redução da pobreza e da miséria no campo brasileiro (Stedile & Fernandes, 1999).

A história do Brasil é marcada pela concentração de terra e riqueza por uma minoria privilegiada e pela repressão violenta aos movimentos sociais que lutam pela democratização da terra e por melhores condições de vida. Depois de apresentar a estrutura agrária brasileira, é necessário discutir a superação do modelo de exploração agrícola/agrária que prevalece no país desde o início da colonização e chegada das naus portuguesas em 1500.

A agricultura brasileira sempre esteve voltada para exportação e a estrutura agrária extremamente concentrada nas mãos de poucos (Stedile, 2003). Como por exemplo, 1% da população é proprietária de 47,6% das terras agricultáveis do Brasil (Capetti, 2019; IBGE, 2019¹⁶; Marchetti et al 2020). Então como forma de diminuir a miséria no campo e o êxodo rural, e através da pressão dos movimentos sociais, a reforma agrária passou a partir do final dos anos 50 e início dos anos 60 a construir uma das principais pautas deste país (Silva, 1980).

Depois da deposição, através de um golpe Militar, do Presidente Jango (João Goulart) por ser um presidente favorável a reforma agrária, os militares aprovaram o Estatuto da Terra (Lei nº 4504/64) em 1964, embora este estatuto nunca foi colocado em

¹⁶<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25789-censo-agro-2017-populacao-ocupada-nos-estabelecimentos-agropecuarios-cai-8-8>

prática. A partir do primeiro governo militar, o Brasil acompanhou uma modernização da agricultura com a adoção da Revolução Verde¹⁷, que consistia no uso da mecanização e insumos agrícolas criados e massificados após a segunda guerra. Assim, a agricultura brasileira industrializou-se e tornou-se extremamente dependente destes insumos. Silva (1980) coloca que os pacotes tecnológicos, além de incentivar os monocultivos, somente são favoráveis aos grandes agricultores e exemplifica:

Tomemos uma economia imaginária que produza 100 pães. Uma coisa é esses pães serem produzidos por camponeses que plantam eles mesmos o trigo, fazem a farinha e consomem os pães. Outra coisa é quando o trigo é produzido por uma fazenda, que por sua vez compra os adubos químicos de uma fábrica, depois vende o trigo aos moinhos, que por sua vez compram sacos de algodão, para embalar a farinha, de outra fábrica, a qual por sua vez compra algodão, para fazer sacos, de outra fazenda; finalmente é vendida às padarias que fazem os mesmos 100 pães, que são vendidos aos que trabalham nas fábricas e nas fazendas. (p. 16).

Apesar do Estatuto da Terra não ter sido levado em consideração pelo governo em favorecimento aos agricultores sem terra, ele define como reforma agrária um conjunto de medidas para promover a melhor distribuição da terra mediante modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social, desenvolvimento rural, preservação dos recursos naturais e aumento de produção (Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964).

¹⁷ La llamada “Revolución Verde” constituyó una propuesta a nivel mundial, apoyada en la industrialización de la agricultura mediante la aplicación de fertilizantes y plaguicidas de origen petroquímicos con la finalidad de aumentar la producción de alimentos. Si bien en sus inicios fue considerada como un aporte prometedor a la erradicación del hambre en el planeta, sus costos ambientales obligaron desde finales del siglo XX a prestarle cada vez más atención a prácticas agroecológicas (Guevara & Ramon, 2019).

Para Filho (2000) Reforma Agrária podemos dizer que: etimologicamente, **reforma** vem das palavras *re* e *formare*. Reforma significa mudar uma estrutura anterior, para modificá-la em determinado sentido. O prefixo *re* significa a ideia de renovação, enquanto *formare* é à maneira de existência de um sentido ou de uma coisa. **Reforma agrária** é, na acepção etimológica, a mudança do estado agrário vigente, procurando-se mudar o estado atual da situação agrária. Para Duarte (1953), reforma agrária é a revisão, por diversos processos de execução, das relações jurídicas e econômicas dos que detêm e trabalham a propriedade rural, com o objetivo de modificar determinada situação atual do domínio e posse da terra e a distribuição da renda agrícola.

Souza (2001), define-se reforma agrária, comumente, como conjunto de medidas adotadas com a finalidade de adequar o uso e a posse da terra a condições que ensejam o desenvolvimento da agricultura. Considerando a promoção do desenvolvimento agrícola como o principal objetivo da reforma agrária, a sua defesa no Brasil tem sido realizada utilizando-se de argumentos com base na necessidade e na compreensão de se alcançar o desenvolvimento econômico.

Segundo os dados publicados por Mattei (2012), em 30 anos, menos de um milhão de famílias continuavam nas terras da reforma agrária em 2010 (Tabela 03), valor esse inferior a proposta apresentada no I Plano Nacional de Reforma Agrária – I PNRA. Sauer e Mészáros (2017) estudando a economia política da luta pela terra no Brasil nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) apresentam dados (Tabela 04), embora questionáveis, estes números oficiais sugerem que o presidente Lula foi o governo que mais assentou famílias e fez reforma agrária (mais de 614.000 em 48 milhões de hectares), porém suas alianças e escolhas políticas, baseadas em um governo de coalizão, impediram mudanças mais significativas.

Nas palavras de Mattei (2012) a reforma agrária no Brasil da forma que está ocorrendo não alterou a estrutura fundiária do país:

O fato geral a ser extraído dessas informações é que, depois de quase 30 anos de programas de assentamentos rurais, menos de um milhão de famílias continuavam nas terras. Esse valor é inferior ao que o I PNRA (1985-89) pretendia realizar em cinco anos. Por outro lado, é bem provável que numericamente a quantidade de pessoas que deixaram o meio rural durante as três últimas décadas seja superior ao próprio número de famílias assentadas. Esse movimento, associado à permanência de um Índice de Gini elevado, indica que não está ocorrendo nenhuma reforma da estrutura agrária do país. (p. 318).

O número de famílias assentadas apresentado na Figura 01, mostra a evolução dos números da reforma agrária a partir de 1995 até 2018 por governo. Observa-se que a partir do governo Dilma houve uma significativa diminuição no número de famílias assentadas, que já vinha caindo desde o segundo mandato do governo Lula (2008), mas, a partir de 2011, se manteve nos menores patamares desde 1995 (FHC). No governo Michel Temer, de setembro de 2016 até final de 2018 foram registrados os menores números dos últimos 24 anos, assentando pouco mais de 10 mil famílias (Cattelan et al., 2020).

A Figura 02, Cattelan et al. (2020) complementa os dados os apresentados na Figura 01 com o número de projetos de assentamento criados no Brasil em cada ano, onde pode-se observar uma queda acentuada na criação de assentamentos a partir de 2005. O ano de 2016 registra o menor número de assentamentos criados pelo INCRA desde 1995.

No Figura 03, Cattelan et al. (2020) apresenta as áreas dos projetos de assentamentos criados no Brasil até 2018 e na Figura 04, os autores mostram a evolução histórica dos Índice de Gini, que mede a taxa de concentração da terra. Nestes gráficos pode-se observar que apesar da desapropriação de 73,24 milhões de hectares de terra para

reforma agrária ao longo desse tempo, não foram suficientes para diminuir a concentração fundiária no País, basta observar o último Índice de Gini apresentado em 2014 (0,860), o que confirma Mattei (2012). Sauer e Mészáros (2017) também chegaram a mesma conclusão ao comparar os Índice de Gini dos censos agropecuários brasileiros de 1995/96 e 2006.

Tabela 4

Projeto de Assentamentos (PAs) e famílias assentadas no período da criação, famílias assentadas em PAs de períodos anteriores e famílias que permaneciam nos PAs em 31/12/2010 – Brasil

Indicadores	Até 1984	1985 a 1994	1995 a 2002	2003 a 2010	Total
PAs criados por período	61	806	4.144	3.630	8.641
Famílias assentadas nos PAs no período de sua criação	19.704	59.631	425.975	413.471	918.781
Famílias assentadas em PAs criados em períodos anteriores	0	8.005	84.327	227.389	319.721
Total de famílias assentadas por período	19.704	67.636	510.302	640.860	1.238.502
Famílias que permaneciam assentadas em 31/12/2010, nos assentamentos criados em cada período	44.884	108.297	404.214	363.017	920.412

Nota: Sipra/Incra (2010).

Tabela 5

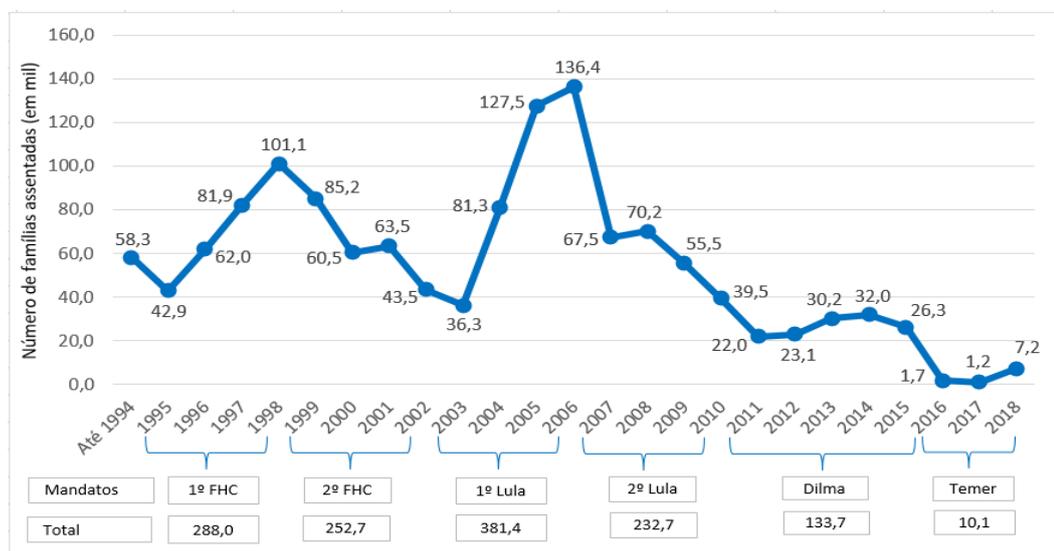
Terras redistribuídas e famílias assentadas por sucessivos governos

Administração Federal		
(anos)	Número de famílias	Hectares
Sarney (1985-1989)	88.228	8.419.490
Collor (1990-1992)	2.866	129.483
Itamar (1993-1994)	33.576	1.349.091
Cardoso (1995-2002)	524.380	37.366.000
Lula (2003-2010)	614.088	48.291.180
Dilma (2011-2014)	107.354	2.956.218

Nota: Sauer e Mészáros (2017)

Figura 2

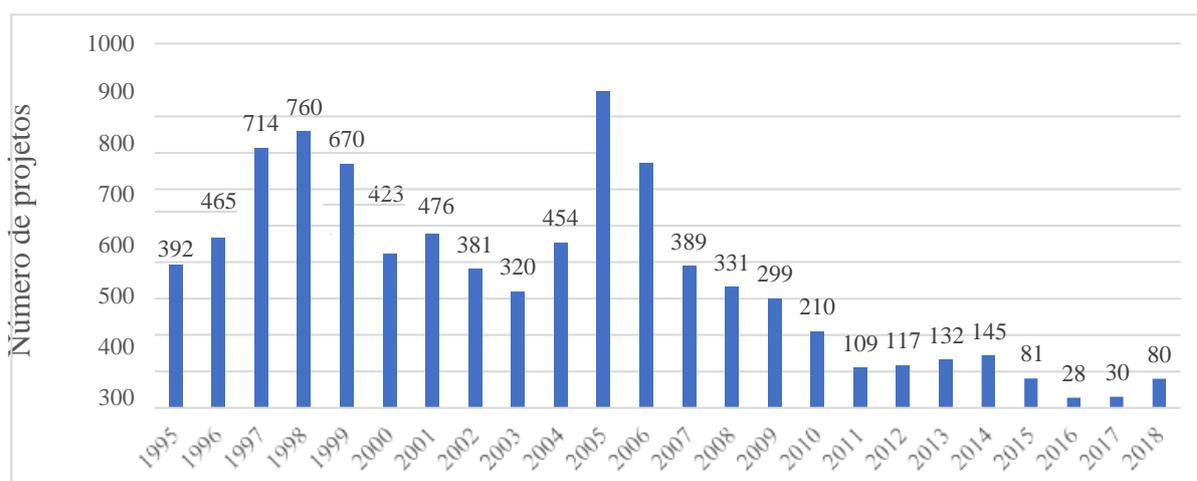
Número de famílias assentadas pela reforma agrária até 1994 e por ano e mandato presidencial entre 1995 e 2018 (em mil)



Nota: Cattelan et al. (2020) - elaboração dos autores com base em dados do INCRA (2019).

Figura 3

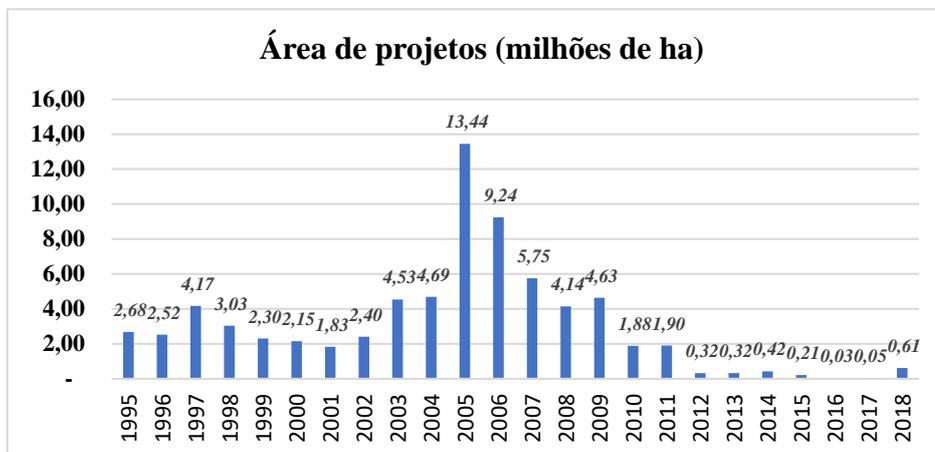
Número de projetos de assentamento criados no Brasil por ano (1995 a 2018)



Nota: Cattelan et al. (2020) - elaboração dos autores com base em dados do INCRA (2019).

Figura 4

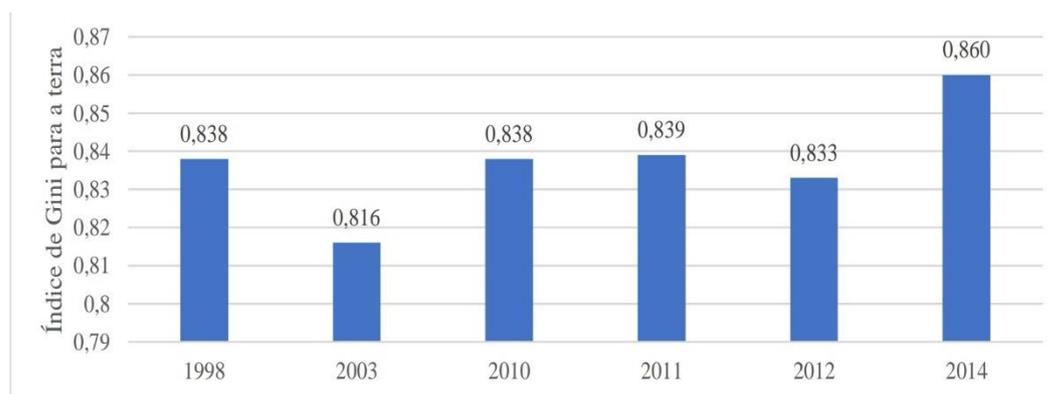
Área (milhões/ha) dos projetos criados no Brasil por ano (1995 a 2018)



Nota: Catellan et al. (2020) - elaboração dos autores com base em dados do INCRA (2019).

Figura 5

Índice de Gini da terra para o Brasil em anos selecionados (1998, 2003, 2010, 2011, 2012 e 2014).



Nota: Cattelan et al. (2020) - elaboração dos autores com base em dados do Dataluta (2017).

Cosme (2016) estudando a Reforma Agrária no Brasil do século XXI, destaca que uma reforma agrária distributiva que não atacasse o modelo agrícola/agrário hegemônico

não atenderia a sociedade brasileira. Continua sua crítica ao que denomina reforma agrária de mercado, onde o governo assenta milhares de famílias em terras muitas vezes improdutivas pagando valores acima do mercado. O autor destaca uma experiência de desenvolvimento territorial numa região pobre do agreste paraibano, que através da organização foram protagonistas, vejamos.

A experiência territorial agroecológica desenvolvida pelas camponesas e camponeses do Polo da Borborema, agreste paraibano é uma, entre inúmeras Brasil afora, que merece o nosso destaque. Com o protagonismo das mulheres e dos jovens, aliás um processo que sem o qual não haverá rupturas estruturais nessa sociedade capitalista patriarcal, o campesinato agroecológico do território da Borborema, organizado em 15 Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Trabalhadoras Rurais (STR's) e aproximadamente 150 associações comunitárias, segue sua luta e resistência emancipatória. (Cosme, pp. 16-17).

Entendendo reforma agrária como um conjunto de medidas tomadas pelo governo com o objetivo de descentralizar a propriedade da terra em favorecimento aos trabalhadores rurais e camponeses, o projeto de reforma agrária brasileiro nunca foi colocado em prática completamente. Os projetos de reforma agrária foram timidamente construídos, além de favorecer uma camada pequena da população, veio acompanhada e incentivadas pelos sucessivos governos a uso de pacotes tecnológicos prontos, basta ver as linhas de créditos disponíveis. Os movimentos sociais do campo se opõem a esse projeto e incentivam os beneficiários da reforma agrária a desenvolver um modelo de agricultura de base ecológica em seus lotes.

2.3.2. REFORMA AGRÁRIA EM ALAGOAS

2.3.2.1 Antecedentes: Quilombo dos Palmares

Alagoas é o segundo menor estado brasileiro com 27 mil km², com uma população de 3.365.351 habitantes (IBGE, 2021), é banhado pelo oceano atlântico em todo sua costa litorânea. É um estado pequeno em superfície territorial, porém sua história remonta as primeiras décadas depois da grande invasão que o Brasil sofreu pelos portugueses no ano de 1500 e de outros povos como franceses e holandeses.

Para compreender a questão agrária alagoana é preciso entender que Alagoas foi parte da capitania de Pernambuco, uma das capitanias que o Brasil fôra dividido em 1534 para facilitar a exploração de suas terras. Foram nas terras alagoanas que portugueses e franceses extraíram e contrabandearam o Pau Brasil para as metrópoles europeias. A exploração de pau brasil era realizada através da mão de obra indígenas em troca de objetos de poucos valores com os exploradores portugueses.

A capitania de Pernambuco desde o início teve a cana de açúcar como cultura de exploração devido a experiência que os portugueses tinham acumulado na Ilha da Madeira. Assim, Martin Afonso de Souza faz os primeiros plantios de cana nestas terras em 1532 e tempos depois torna-se a maior colônia produtora de açúcar de Portugal. É dentro deste contexto que Alagoas está inserida.

Na parte leste da capitania de Pernambuco estava a comarca de Alagoas, uma terra bastante fértil e bonita. Alagoas pertenceu a Pernambuco até 1817, ano que se torna província por conta principalmente de sua grande quantidade de engenhos e produção de açúcar. As terras alagoanas sempre foram pertencentes a poucos donos, começando por sua doação do rei de Portugal ao donatário Duarte Coelho, que por sua vez fez concessões em forma de sesmarias para outros poucos proprietários de famílias abastadas vindas de Portugal ou brasileira rica.

Entendendo reforma agrária como a distribuição de terras pelo Estado com o objetivo de diminuir a concentração fundiária e os conflitos agrários de uma nação, o estado brasileiro nunca realizou uma verdadeira reforma agrária, o que houveram foram tentativas para diminuir tensões no campo. As poucas áreas destinadas a reforma agrária foram conseguidas pelos trabalhadores depois de muitas lutas e enfrentamento ao estado brasileiro das mais variadas formas, desde ocupações de latifúndios, a aberturas de clareiras dentro das matas por escravos fugidos como no caso dos quilombos e cabanos.

A luta pela terra em Alagoas é histórica, desde os primeiros quilombos da Serra da Barriga, hoje parte do município de União dos Palmares e região, construídos por escravos fugidos de fazendas e engenhos, que por volta de 1590, observou-se a construção de um território campesino independente (Anexo I). A resistência dos quilombos foi tamanha que colocou em xeque o modelo de desenvolvimento Português por mais de um século até sua destruição em 1694 (Maria da Silva & Souza, 2022), onde o governo tentou acabar com eles de todas as formas, chegando a oferecer e negociar terras em outras localidades como no Vale do Cacaú para que deixassem os quilombos da serra da Barriga e regiões próximas. Essa proposta foi aparentemente uma primeira tentativa de reforma agrária no Brasil como forma de diminuição de conflito agrário. Mas devidos as terras do Vale do Cacaú serem de má qualidade e muito distantes terminou dividindo as lideranças quilombolas. Outro fato interessante nessa história é que os governos brasileiros nunca se preocuparam em fazer uma reforma agrária, quando realiza uma distribuição de terras é de forma muito tímida e nas piores terras como as do Vale do Cacaú.

Então, uma parte dos palmarinos foram para o Vale do Cacaú com sua liderança Ganga Zumba e a maior parte preferiu a resistência defendendo suas terras ao lado de Zumbi (Lara, 2021). Os palmarinos que foram para o Cacaú perceberam o erro e voltaram pouco tempo depois para seus quilombos de origens. O território quilombola

independente no coração do Nordeste chegou a abrigar mais de 27 mil ex-escravos (Carvalho, 2015), embora ao certo não se tenha este número exato e isso não poderia existir para a coroa portuguesa temendo um levante maior e perda de controle. Os Palmarinos foram combatidos pelos portugueses e holandeses – que também ocuparam parte da capitania de Pernambuco por mais de cinquenta anos (1600-1654). Depois de várias tentativas o governo português, usando os bandeirantes fortemente armados, destruíram o maior Quilombo da América Latina em 1694, matando seu povo e um ano depois matam o líder Zumbi e expõe sua cabeça na capital da província, Recife. Palmares foi destruído, suas terras foram distribuídas aos donos de engenhos circunvizinhos e ao bandeirante Domingos Jorge Velho. A distribuição de terras para pessoas que já possuíam terras é uma contra reforma agrária.

Os ex-escravos fugidos ocuparam e formaram um grande território campesino na comarca de Pernambuco no final do século XVI (Alagoas pertencia a Pernambuco na época), onde desenvolviam e produziam a maioria dos produtos que precisavam, e as vezes negociavam com pequenos comerciantes, posseiros brancos e fazendeiros da região. Segundo Carvalho (2015):

Em 1670, o Quilombo dos Palmares cobria uma extensão área com muitos povoados: Acotirene, Alto Magano, Amaro, Andalaquituche, Aqualtune, Curiva, Dambraganga, Engana-Colomim, Osenga, Subupira, Tabocas Grandes, Tabocas Pequenos e Zumbi, que vinham se somar à história de mais outras comunidades: Catinga, Garanhuns, Gôngoro, Oiteiro, Pedro Capacaça, Quiloange, Quissama e Una. O povoado mais importante era Macaco, localizado onde hoje existe a cidade de União dos Palmares. Os quilombos ficavam próximos às povoações coloniais: o de Zumbi distava apenas 16 léguas de Porto Calvo e o de Andalaquituche ficava a 25 léguas de Alagoas do Sul, aumentando a pressão sobre os moradores vizinhos

de Palmares, ameaçando inclusive Ipojuca, Sirinhaém, Alagoas, Una, Porto Calvo e São Miguel, povoações fornecedoras de alimentos para o litoral. No auge, cobriam um espaço de, aproximadamente, 27 mil quilômetros quadrados, que ia dos vales dos rios Paraíba e Mundaú ao sul de Pernambuco, uma área equivalente à do território alagoano atual. A população chegava a quase trinta mil pessoas, significando, na época, um desafio para o sistema escravista. (pp. 98-99).

Os conflitos com os quilombolas não acabaram com a destruição de Palmares, os sobreviventes procuraram novas terras liderados por outras pessoas e atravessaram o século XVIII formando Quilombos em outros lugares, porém de forma mais tímida. Outro conflito alagoano que à primeira vista pode não parecer um conflito agrário, mas parte de seus integrantes eram de índios, ex-escravos, brancos pobres e pequenos proprietários, são *Os Cabanos*.

O movimento Cabanos aconteceu entre a Mata Norte de Pernambuco e sul de Alagoas entre os anos de 1832 a 1850 sob a liderança de Vicente de Paula. Pretendiam, a princípio, pressionar Dom Pedro I para que não voltasse a Portugal, mas com o passar do tempo se torna um movimento, adota um discurso mais popular como fim do cativo, posse da terra, pluralidade religiosa e fim da servidão de trabalhadores livres.

Os cabanos eram chamados assim porque viviam nas matas em cabanas de palhas e barro, barracos. Essas pessoas ocupavam terras que não os pertenciam e a grosso modo estavam também fazendo uma reforma agrária popular, mesmo que depois de muito trabalho para preparar o solo algum proprietário aparecesse reivindicando-as. O movimento cabanagem durou mais de 15 anos, sendo que nos primeiros cinco anos foram mais difíceis e o governo ofereceu anistia para os rebeldes sob a ameaça de um exército de cerca de 4 mil homens vindo de Pernambuco, Alagoas e Bahia. Ao final do conflito ficaram na resistência a maioria dos ex-escravos (que preferiam morrer na luta do que

voltar para a escravidão) e alguns poucos outros revoltosos sob a liderança do mulato Vicente Ferreira de Paula. Os poucos que resistiram fugiram e formaram uma sociedade escondida no Riacho do Mato sob o formato de aldeias mocambeiras e realizavam ataques a engenhos para libertar escravos (Melo, 2005, p. 07). Esse movimento permaneceu até o ano 1850 com a prisão de Vicente de Paula e promulgação da lei das terras. Por algumas vezes Vicente de Paula saiu para apoiar movimentos políticos conservadores como a facção dos Lisos liderada por Tavares de Bastos, contra os Cabeludos (liberais) liderada pelo futuro Visconde de Sinimbu.

2.3.2.2. Caso da Cooperativa Pindorama

A Lei das Terras de 1850 deixa muitas terras devolutas em Alagoas e/ou da União, tanto que ao Sul, a partir de 1955, segundo Carvalho (2005), é criada a primeira experiência moderna de reforma agrária com a Colônia Pindorama. Rocha et al. (2014), confirma esta afirmação no estudo do Instituto de Pesquisas Aplicadas (IPEA), “Este trabalho apresentou, de forma resumida, o histórico de mais de cinquenta anos de uma experiência de reforma agrária no interior alagoano” (p. 104). Construída numa faixa de terra entre os Rios São Francisco, Coruripe e Piauí com cerca de 30 mil hectares foram assentadas ao longo dos anos mais de 1,4 mil famílias em terras devolutas, pouco produtivas pela baixa fertilidade natural dos solos nos tabuleiros costeiros e de pouco interesse econômico para a monocultura da cana de açúcar (Lima, 2012).

O projeto de Colonização Pindorama foi iniciado pela Companhia de Progresso Rural – CPR, uma empresa privada credenciada pelo Instituto Nacional de Imigração e Colonização – INIC para construir colônias pelo Brasil. Então a CPR compra as terras do grupo paulista Companhia de Melhoramento Marituba, que em 1952, se instalou na região com a pretensão de produzir café, farinha de araruta e melhorias das plantações de

coqueiro (CARVALHO, 2005). Após esta compra a CPR inicia seus trabalhos de colonização com abertura de estradas e áreas de plantios, construção de casas e seleção dos colonos que eram sem terra e canavieiros da região e de estados vizinhos.

A Colônia foi se desenvolvendo, mas com certas dificuldades, principalmente financeira. Em dezembro de 1958, com o apoio do INIC, o técnico agrícola René Bertholet e responsável pela implantação do projeto se demite da CPR e cria a Cooperativa de Colonização Agrícola Pindorama Ltda., até este momento a colônia somente possuía cerca de 200 colonos. Com o apoio financeiro da antiga Superintendência de Moedas e Créditos – SUMOC, hoje Banco Central e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE negocia suas dívidas, a cooperativa se desenvolve e transforma-se na maior cooperativa do ramo agroindustrial do Nordeste. A Cooperativa Pindorama recebeu suporte técnico e financeiro de governos estrangeiros como da Alemanha, Suíça e Estados Unidos, que em muitos momentos foram imprescindíveis para sua viabilização.

Atualmente a Cooperativa Pindorama é uma ilha de desenvolvimento que abrange os municípios de Coruripe, Penedo e Feliz Deserto, com um nível de qualidade de vida dos cooperados mais elevado do que na região. São 30 mil hectares, subdivididos em 1450 lotes; uma usina e destilaria, uma grande agroindústria de processamento de frutas, leite e derivados; um centro de capacitação de qualidade; um banco de crédito com moeda local¹⁸ própria denominada de Bertholet (Anexo II), etc., como constatou Lima (2012)

¹⁸ Essa é a segunda moeda local criada pela Cooperativa Pindorama, de acordo com Lima (2012, p. 87) “no período de 1962 a 1969, circulou, na Cooperativa, uma moeda alternativa à moeda vigente no País, chamada de Gabão”.

em sua tese de doutoramento intitulada *Cooperativa e desenvolvimento territorial: o caso da cooperativa Pindorama*:

As diferenciações expostas no nível de vida dos cooperados constituem uma experiência que contrasta com o cenário alagoano, apresentando-se dentro dos padrões de vida decentes para a região. Assim, grandes e pequenos reconhecem a importância da Cooperativa na sua vida e na sua atividade produtiva, enquanto meio de trabalho e meio de vida, conforme observado nos depoimentos abaixo:

Sem a cooperativa acabaria tudo. Bom ou ruim é melhor com ela do que sem ela. Sem terra a vida era zero, zero. Isso aí eu digo com firmeza do que eu entendo da vida eu vivo da terra e sei, não é? Agradeço a Deus e à cooperativa por ter hoje meu pedaço de terra pra plantar (Pmasculino28). (p.145).

2.3.2.3. Perímetros irrigados e reforma agrária em Alagoas

Quando estudamos a história da reforma agrária em Alagoas encontra-se artigos e livros discutindo a luta pela terra através dos movimentos sociais do campo e a criação de assentamentos rurais pelo governo. Mas existem em Alagoas 959 famílias que foram assentadas através do projeto Boacica (município de Igreja Nova) e Itiúba (município de Porto Real de Colégio) entre os anos de 1978 e 1984 como reparação aos danos ocasionados pelo então projeto de construção da Barragem de Sobradinho no leito do rio São Francisco, conforme Gois et al (1992):

O projeto incluiu, ainda, componentes relacionados ao apoio à produção agrícola (pesquisa, extensão rural e produção de sementes) e à construção de infraestrutura social. Iniciado em 1975, foi esse o primeiro projeto financiado pelo BIRD, no Brasil, contemplando irrigação e reforma agrária. (p.6).

Em 1973 iniciou-se a construção da Barragem de Sobradinho entre os estados da Bahia e Pernambuco para a implantação da Hidrelétrica de Sobradinho. Por ser uma grande barragem, ocasionou grandes impactos ao meio ambiente e as vidas das comunidades ribeirinhas e adjacentes. O grande impacto sentido pelos ribeirinhos alagoanos e sergipanos foi por causa do aumento da vazão do Rio São Francisco que, como consequência acabou com as vazantes, onde os agricultores plantavam arroz quando as águas baixavam e deixava grande quantidade de húmus na superfície do solo ora inundado. Então, como forma de reparação o governo militar criou alguns perímetros irrigados e assentou as famílias mais “atingidas”. Assim, foram criados os Perímetros Irrigados de Boacica e Itiúba em cerca de 4.000 hectares nos municípios de Igreja Nova e Porto Real de Colégio em Alagoas, entre os anos de 1978 e 1984, com recursos financiados pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

Esta experiência de reforma agrária alagoana, juntamente com a colonização da Cooperativa Pindorama é muito pouco discutido no meio acadêmico por se tratar de distribuição de terras fora do convencional, sem muita intervenção do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA atualmente. Porém, é uma experiência muito interessante por ser uma área que desde o início possui um sistema de distribuição de água, insumo fundamental para a produção agrícola.

Inicialmente os beneficiários do projeto plantavam arroz irrigado como cultura principal na maior parte da área, além de outras culturas de subsistência. Com o passar do tempo e alguns problemas de escoamento, beneficiamentos entre outros, muitos beneficiários migraram para o cultivo de cana de açúcar.

Atualmente a produção de arroz de Alagoas se concentra nestes perímetros em menor quantidade e a cana de açúcar é muito presente. Os perímetros irrigados alagoanos produzem ainda outras culturas, além de arroz e cana, é uma produção diversificada. A

administração dos perímetros é realizada de forma coletiva através de um colegiado, onde a coordenação eleita pelos próprios beneficiários.

2.3.2.4. Reforma Agrária oficial

Entendendo-se Reforma agrária como um conjunto de medidas adotadas pelo poder público com a finalidade de adequar o uso e a posse da terra para o desenvolvimento da agricultura, resolução de conflitos agrários e melhoria da qualidade de vida no campo. Conforme o Estatuto da Terra, que somente foi criado em 30 de novembro de 1964 durante o regime militar e quase não foi aplicado na prática a favor dos mais necessitados do campo, define reforma agrária como:

§ 1º Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem uma melhor distribuição de terras, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento da produtividade.

§2º Entende-se por política agrícola o conjunto de providência de amparo à propriedade da terra, que se destinem a orientar, no interesse da economia rural as atividades agropecuárias, seja no sentido de garantir-lhes o pleno emprego, seja no de harmonizá-la com o processo de industrialização do País.

Estes conceitos deram margens as políticas de reforma agrária implantadas no regime militar, os quais mantiveram praticamente intacta a estrutura agrária brasileira, suas ações parecem ter sido dirigidas para a colonização das áreas pouco povoadas da Amazônia (Sauer & Mészáros, 2017) com a concessão de extensas áreas a empresas transnacionais e ao grande capital brasileiro. As terras destinadas a reforma agrária ficaram restritas as regiões de conflitos. Além da colonização da Amazônia, a maior parte das terras destinadas a reforma agrária de 1964 a 1984, foi o que comumente se chama de regularização fundiária (Souza, 2001).

A reforma agrária em Alagoas, como no restante do Brasil nunca foi plenamente implantada. A partir da década de 50 esta discussão se torna mais visível com o aparecimento das Ligas Camponesas no Nordeste reivindicando reforma agrária, o governo cria a Superintendência Regional de Política Agrícola – SUPRA em 1962, que foi substituída pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária em 1970. Porém, em Alagoas as primeiras desapropriações somente vêm ocorrer nos anos 80, através de um contrato de empréstimo financeiro que o INCRA firmou com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID para regularização fundiária no Nordeste. Foram criados os Programas de Desenvolvimento Regional Integrado – PDRI's que previa regularização fundiária de 44.755 agricultores em 762.750 hectares entre 1982 e 1986, em 25 municípios do agreste e sertão (Souza, 2001).

Para ampliar a política de regularização fundiária, o estado de Alagoas, por meio da Coordenação de Regulamentação e Tributação de Terras de Alagoas – CORAL, atual ITERAL – Instituto de Terra do Estado de Alagoas, vinculada à Secretaria Estadual de Agricultura – SEAG previa, apenas no primeiro ano de execução, a regularização de 11.725 propriedades identificando as áreas legalmente tituladas e ocupadas, demarcando-as (Souza, 2001). A titulação de terras proposta pela CORAL contaria com o apoio de outras políticas desenvolvidas pelo POLONORDESTE – Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste. Apesar de todas essas movimentações e articulações poucos assentamentos foram criados.

Os assentamentos criados a partir dessa política foram os assentamentos Manivas Romualdo, Cavaco e Pindoba II em Quebrangulo e União dos Palmares e foi regularizado algumas áreas de posseiros. Vale salientar que até este momento não existia movimento de luta pela terra em Alagoas. As primeiras lutas organizadas pela terra em Alagoas com o objetivo de pressionar o governo por reforma agrária somente vem acontecer no final

dos anos 80, mais especificamente depois da criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST no sertão, com o apoio dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Inhapi, Delmiro Gouveia e da Pastoral da Terra da igreja católica.

Com a chegada da nova república pós regime militar, o governo Sarney construiu o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA e os trabalhadores rurais organizados pelo MST ocuparam a fazenda Peba no município de Delmiro Gouveia em 1987. A Fazenda Peba era uma área de posseiros que estava em disputa e o fazendeiro tinha arrendado de boca aos trabalhadores objetivando driblar a lei e o PNRA. Depois de muita resistência e enfrentamento, inclusive com despejos por ordem judicial e ameaças do fazendeiro (que inclusive, se torna presidente da UDR – União Democrática Ruralista na região), o Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário – MIRAD desapropriou a Fazenda Peba e no mesmo ano desapropriou a Fazenda Lameirão, também no município de Delmiro Gouveia.

2.3.2.5. Breve história dos assentamentos de Alagoas

Os assentamentos de Alagoas começaram a serem criados ainda no final do regime militar entre 1983 e 1984, através do programa de regularização fundiária POLONORDESTE, quando o INCRA criou os assentamentos Cavaco e Pindoba II no município de Palmeira dos Índios, e Manivas Romualdo no município de Quebrangulo na Zona da Mata (Souza, 2001). Em União dos Palmares os fazendeiros da região ameaçaram e perseguiram padres da igreja católica que apoiavam os posseiros dessas áreas e de outras. Os padres envolvidos nesses conflitos tiveram que retornar para suas terras natais (Europa) para não serem mortos por causa das constantemente e sucessivas ameaças recebida por latifundiários da região.

No governo Sarney, a partir do I PNRA e da organização dos trabalhadores pelo MST recém surgido, dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Inhapi e Delmiro Gouveia e da ala progressista da igreja católica no meio rural, foram criados os assentamentos Peba e Lameirão no sertão no município de Delmiro Gouveia em 1987. A partir daí os assentamentos são conquistados pela luta e organização do MST apoiados pela Comissão Pastoral da Terra – CPT até o surgimento de outros movimentos camponeses no final dos anos 1990. Nesse intervalo de tempo são criados em 1992 os assentamentos Serra Preta em União dos Palmares e Vale do Surubim no município de Mata Grande. Todos dois remanescentes das lutas de posseiros apoiados pela CPT.

No final dos anos 80, através do INCRA, é criado o assentamento Boa Vista, com 230 famílias, nas terras da usina falida Maciape no município de Jacuípe. Esse foi o primeiro assentamento do litoral norte de Alagoas. Os anos 1990 inicia-se com a luta por reforma agrária concentrada em terras das usinas falidas do litoral norte de Alagoas e são criados os assentamentos Conceição, São Frutuoso e Maciape no município de Porto Calvo (1991-1995).

É a partir da metade dos anos 90 que são criados vários assentamentos em terras das usinas falidas São Simião e Bititinga no município de Branquinha (zona da Mata Alagoana). Foram criados os assentamentos Flor do Mundaú, Nova Esperança, Padre Antônio da Boa Vista, Zumbi dos Palmares e Eldorado dos Carajás no ano de 1996. O MST já encontrava-se ocupando outras áreas de usinas falidas no litoral norte e nesse mesmo ano, foi criado o assentamento Melos em Maragogi. Nos anos noventa foram criados mais assentamentos em Alagoas que toda história anterior, isso aconteceu devido o amadurecimento da organização dos trabalhadores em seus instrumentos de reivindicação, do momento político do país, principalmente depois do Massacre do Eldorado dos Carajás no estado do Pará em 1996 e da demanda represada por reforma

agrária tão reprimida pelo regime militar nos anos de 1960 a 1980. Novamente o INCRA volta a criar vários assentamentos em Atalaia nas terras da usina Ouricuri, palco de grandes embates entre o MST, polícia e jagunços contratados pelos Tenórios, donos da usina Triunfo que grillavam essas terras há anos. Dessa disputa foram criados os assentamentos São Luiz e Boa Fé em Atalaia. A partir daí são criados vários assentamentos do agreste ao sertão, tais como: Paraná, Santa Isabel, Algodão, Riachão, Marcação, Sítio Novo e Paraíso em Girau do Ponciano, Traipu, Palmeira dos Índios e Água Branca; são criados pelo INCRA os assentamentos Água Fria, Bom Jesus, Costa Dourada, Itabaiana, Massangana, Espírito Santo, Javari, Junco, Pau Amarelo em Maragogi e Canafístula em Jacuípe; outros assentamentos foram criados em Matriz do Camaragibe e Joaquim Gomes nas terras das Usinas São Gonçalo e Agrisa como Samba e Camaçari. Todos esses assentamentos foram criados nos anos de 1990.

Os assentamentos Água Fria, Costa Dourada, Pau Amarelo, Itabaiana, Massangana, Melos, Samba e Bom Jesus são criados em 1998 no município de Maragogi nas terras das usinas falidas São Gonçalo, Barreiros e Maciape. Ainda neste mesmo ano são criados os projetos de assentamentos: Algodão em Palmeira dos Índios, Santa Fé em Atalaia, Canafistúla em Jacuípe, Paraíso em Água Branca, Santa Cruz da Rocha em Matriz do Camaragibe e Santa Isabel em Girau do Ponciano. Estes outros assentamentos são formados em terras improdutivas de proprietários particulares. No ano seguinte, em 1999 são criados os assentamentos Espírito Santo, Javari, Junco e Lemos em Maragogi e Camaçari, em Joaquim Gomes.

A partir daqui os assentamentos são criados de forma mais dispersa em todo o estado até a criação de 20 Projetos de Assentamentos no Complexo Agrisa/Peixe em 2006 nos municípios de Joaquim Gomes, Flexeiras e São Luiz do Quitunde. De 2006 em diante

foram criados alguns assentamentos no agreste e sertão em terras improdutivas de fazendas em crises sem viabilidade econômica.

Os assentamentos da reforma agrária do litoral norte e mata alagoana criados no final dos anos 1980 até a primeira década dos anos 2000, foram construídos, em sua maioria, em terras de usinas falidas (Lages & Ramos, 1999; Souza, 2001; Santos, 2010; Neto & Lima, 2016). É importante destacar que parte dos assentados da reforma agrária do litoral norte e zona da mata de Alagoas é formada por ex-cortadores de cana, que com a falência das usinas foram morar nas periferias das cidades e com o aparecimento dos movimentos sociais de luta pela terra tiveram a oportunidade de melhorar a qualidade de vida da família.

Para completar a história dos assentamentos da reforma agrária em Alagoas, foram assentadas, através do Fundo de Terra e da Reforma Agrária cerca de três mil famílias desde 1998 sob a coordenação do Instituto de Terras e Reforma Agrária de Alagoas – ITERAL. Inicialmente este fundo foi batizado como Banco da Terra, e a partir de 2003, passa a ser chamado Programa Nacional de Crédito Fundiário – FNCF, o popular Crédito Fundiário. É um programa complementar as ações da reforma agrária que destina recursos do governo federal, através de empréstimos individuais ou coletivo para a compra de imóveis rurais destinados a criação de assentamentos rurais. Essa modalidade de programa de reforma agrária é criticada pelas lideranças dos movimentos sociais do campo por destinar recursos da reforma agrária para o mercado de terras. Apesar das críticas, o programa nunca foi abandonado nos sucessivos governos, apenas tem cambiado de nome por algumas vezes. O programa Banco da Terra sucedeu o programa Cédula da Terra, criado em 1997 após o massacre do Eldorado dos Carajás e extinto em 2002. Em seguida passou a ser chamado de Crédito Fundiário e a partir de novembro de 2019 passou a ser chamado de Terra Brasil pelo governo Bolsonaro.

2.4. A IMPORTÂNCIA DE AGRICULTURA FAMILIAR EM ALAGOAS

A agricultura no sistema capitalista é responsável direta pela transformação da natureza em capital para o mercado e o agricultor é o elo dessa corrente através do trabalho manual ou mecanizado. Através da produção agropecuária é desencadeada uma série de cadeias de transformação que dar partida e aciona outras indústrias como as de insumos, máquinas, beneficiamento e transformação de alimentos, além de setores como transportes, pesquisa, financeiro, etc. O setor econômico, através do dinheiro, na sociedade do capital, tornou-se o elo principal de ligação entre produção e consumo.

A agricultura é uma atividade produtiva de alto risco e de essencial importância para o desenvolvimento da sociedade humana, sendo responsável pela redução histórica dos preços da alimentação (Abramovay, 1992, pp. 222-231). É através da agricultura que os seres humanos podem produzir os alimentos que precisam para sobrevivência. Mas, como a agricultura é uma atividade biológica depende das condições edafoclimáticas para reproduzir (Abramovay, 1992, p. 235) e de capital para produzir por necessitar de trabalho, seja humano e/ou mecanizado.

O termo agricultura familiar não é novo, Chayanov (2014), observa que em meados dos anos 1925, na Europa, as diversas formas de atividades tinham como base a agricultura de subsistência, sendo que todos os membros da família ajudavam nas diversas formas de trabalho. Para o autor, é de suma importância obter uma visão mais ampla a respeito da produção familiar, por se tratar de uma sociedade onde sua economia, além de ser de base agrícola, produz também atividades comerciais e artesanais.

O conceito de agricultor familiar foi bem tratado no artigo intitulado “El concepto de la agricultura familiar en América Latina” desenvolvido por Schneider e Escher (2014), no qual estes autores fazem uma abordagem histórica sobre as concepções

teóricas latino-americana sobre a questão, deixando claro que apesar da dificuldade de ter uma definição consensual para o termo agricultura familiar, há um certo entendimento entre os especialistas que agricultor familiar é todo aquele sujeito que vive no meio rural e trabalha na agricultura com sua família; que o termo abarca uma diversidade de forma de fazer agricultura, diferenciando-se de acordo com os tipos de família, o contexto social, a interação com os ecossistemas, sua origem, etc.; porque há uma diversidade de agricultores familiares na América Latina, que suas denominações diferenciam-se entre locais e regiões. Salientam, que antes da década de 1990 este tipo de agricultura era qualificado como pequeno produtor, produtor de subsistência ou produtor de baixa renda; que este termo provavelmente foi iniciado no Brasil como produto das lutas do movimento sindical por crédito, melhores preços, forma de comercialização diferenciadas, aposentadoria e seguridade rural. Colocam também a discussão que o termo agricultura familiar foi usado em oposição a agricultura empresarial do agronegócio. Schneider e Ester (2014) destacam que os termos camponês e agricultura familiar a grosso modo possuem familiaridades:

Lo que identifica campesinos con agricultores familiares es que el trabajo, la producción y la familia forman un conjunto que actúa de forma unificada y sistémica, cultivando organismos vivos y llevando a cabo procesos biológicos a través de los cuales crean condiciones materiales para garantizar su reproducción como grupo social. (Schneider & Ester, 2014, p. 40).

Veiga (1991) usou o termo agricultura familiar em seu célebre livro *O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica*, (publicado em 1991) e comenta sobre o campesinato francês que especialistas em assuntos agrícolas britânicos, “na passagem do século, de uma súbita admiração pelo campesinato francês tenham passado a pregar uma

reforma agrária que formasse a agricultura familiar” (p. 36). Abramovay também usa o termo agricultura familiar em 1992 na obra *Paradigma do capitalismo agrário em questão*.

No intuito de explorar o universo desse segmento de produção agropecuária, faz-se necessário uma melhor conceitualização do que vem a ser agricultura familiar e sua relevância na busca de modelos sustentáveis de produção agropecuária. Conforme estudos do Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura – FAO (Guanziroli & Cardim, 2000), o debate sobre a importância e o papel da agricultura familiar vem ganhando força, principalmente, devido aos debates sobre desenvolvimento sustentável, geração de emprego e renda, desenvolvimento local e segurança alimentar.

No Brasil, o conceito de agricultura familiar é relativamente recente, começa a ser usado mais amplamente a partir dos anos de 1990 em contraposição ao termo agronegócio ou agricultura patronal (Sauer, 2008). O autor salienta que “A implantação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF e a adoção do conceito de agricultura familiar foram marcadas por intensos debates sobre os critérios definidores deste segmento social rural”(p. 22). Schneider (2003) coloca que a criação do Pronaf representou um marco histórico para esta categoria. Antes, falava-se em pequena produção, pequeno agricultor, agricultura de baixa renda ou de subsistência e até mesmo do termo camponês. Porém, o que se pensa tipicamente como pequeno produtor é alguém que vive em condições muito precárias, que tem o acesso nulo ou muito limitado ao sistema de crédito, que desenvolve técnicas tradicionais de cultivo e não consegue se integrar aos mercados mais dinâmicos e competitivos.

Wanderley (2009) operacionaliza o conceito de agricultura familiar como as propriedades com menos de 100 hectares. Com isso, englobam-se nessa categoria as chamadas agricultura de subsistência, a pequena produção ou campesinato. Para o

INCRA, a agricultura familiar atende a duas condições: a direção dos trabalhos do estabelecimento é exercida pelo produtor e o trabalho familiar é superior ao trabalho contratado. A autora continua dizendo que os empreendimentos familiares têm como característica principal a administração ser da própria família, onde a família trabalha diretamente, com ou sem o auxílio de terceiros. Pode-se dizer que um estabelecimento familiar é, ao mesmo tempo, uma unidade de produção e de consumo (Wanderley, 2009).

Bittencourt e Bianchini (1996) adotam a seguinte definição agricultor familiar é todo aquele agricultor que tem na agricultura sua principal fonte de renda (+ 80%) e que a base da força de trabalho utilizada no estabelecimento seja desenvolvida por membros da família. É permitido o emprego de terceiros temporariamente, quando a atividade agrícola assim necessitar. Em caso de contratação de força de trabalho permanente externo à família, a mão de obra familiar deve ser igual ou superior a 75% do total utilizado no estabelecimento.

Para Carmo (2000), estudando o perfil da agricultura brasileira, coloca a agricultura familiar como uma organização produtiva que orienta suas decisões de produção não apenas pelo ângulo da produção/rentabilidade econômica, levam em consideração também as necessidades e objetivos da família. Enquanto que o modelo patronal, a gestão e o trabalho na propriedade são separados, na agricultura familiar estes fatores estão juntos.

Para Guanziroli e Cardim (2000), agricultores familiares são aqueles que a direção dos trabalhos no estabelecimento é exercida pelo produtor e família, a mão de obra familiar é superior ao trabalho contratado e a área da propriedade está dentro de um limite estabelecido para cada região do país.

Assim, a maioria das definições de agricultura familiar adotadas em trabalhos sobre o tema, baseia-se na mão de obra utilizada, no tamanho da propriedade, na direção

dos trabalhos e na renda gerada pela atividade agrícola. Em todas há um ponto em comum: ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, a família assume o trabalho no estabelecimento (Carmo, 2000).

Os pequenos agricultores e/ou agricultores familiares é uma categoria camponesa que ao longo da história vivem em constante luta para existência e sobrevivência, tanto na América como na Europa, basta estudar a situação dos camponeses na Alemanha e Rússia retratado por Kaustsky e Chayanov, onde trabalhavam através de sistemas comparados como os que também eram praticados no Brasil como os foreiros (colveia) e arrendatários. Os agricultores familiares ao longo da história foram responsáveis pela manutenção dos preços baixos dos alimentos por produzir em pequenas áreas e pouco poder de barganha no mercado, como foi bem apresentado por Ricardo Abramovay em seu livro *Paradigma do Capitalismo Agrário em Questão* (Abramovay, 1992, p. 212).

Schneider e Escher (2014) consideram quatro estilos de agriculturas: agricultura familiar campesina, agricultura familiar campesina mercantilizada, agricultura familiar empresarial e agricultura patronal empresarial. Estes estilos de agriculturas diferenciam-se em relação ao seu modo de produção, consumo e inserção no mercado. Vão desde a produção para o autoconsumo à venda de pequenos excedentes para o mercado; uso de tecnologia, contratação de mão de obra e acesso a crédito a formas de economias de reciprocidade, onde a troca é realizada até por moeda não monetárias.

A agricultura tem evoluído muito tecnologicamente nos últimos 200 anos, desde o aparecimento do motor a vapor e a eletricidade na Europa e nos Estados Unidos. Mas, a partir dos anos 1960, com a chegada da revolução verde a agricultura passa a ser um elo forte da indústria. No caso brasileiro essa modernização provocou o aumento da produtividade por um lado, o aumento da concentração fundiária e do êxodo rural por outro.

A industrialização da agricultura induziu processos de especialização produtiva; a disseminação do empreendedorismo baseado na economia de escala; e uma forte dependência da agricultura a insumos comerciais e a mercados de produtos dominados por grandes complexos agroindustriais. Essas transformações foram determinantes para a salvação da grande propriedade patronal (antes escravocrata). Na paisagem rural brasileira desde os tempos coloniais, razão pela qual são atribuídas ao que se convencionou denominar de *modernização conservadora* (Wanderley, 2009). Essa mesma autora coloca que as condições que prevaleceram na formação do mundo rural brasileiro operaram sistematicamente no sentido de bloquear a expansão do espaço do campesinato ou da agricultura familiar¹⁹, negando-a como uma produção merecedora do mesmo voto de confiança e para legitimar a opção política pela grande propriedade perante a sociedade foi necessário a criação de um conjunto de mistificações associando-a ao atraso e à precariedade, portanto, um segmento social que não contribuía em nada para o progresso.

A agricultura familiar é hoje reconhecida pelo Estado Brasileiro, contando inclusive com uma lei que a define e estabelece as diretrizes para a formulação de políticas públicas específicas (Lei n. 11.326, de 2006). Esse caráter familiar se expressa nas práticas sociais que implicam uma associação entre patrimônio, trabalho e consumo no interior da família e que orientam uma lógica de funcionamento específica. Não se trata apenas de identificar as formas de obtenção do consumo através do próprio trabalho, mas do reconhecimento da centralidade da unidade de produção para a reprodução da família,

¹⁹ que fique claro, desde já, que entre agricultores familiares e camponeses não existe nenhuma mutação radical que aponte para a emergência de uma nova classe social ou um novo segmento de agricultores, gerados pelo Estado ou pelo mercado, em substituição aos camponeses, arraigados às suas tradições. Em certa medida, pode-se dizer que estamos lidando com categorias equivalentes, facilmente intercambiáveis (Wanderley, 2009).

através das formas de colaboração dos seus membros no trabalho coletivo – dentro e fora do estabelecimento familiar –, das expectativas quanto ao encaminhamento profissional dos filhos, das regras referentes às uniões matrimoniais, à transmissão sucessória, etc. (Wanderley, 2004).

Na literatura rural observa-se que a agricultura familiar sempre existiu, embora expressa em diferentes formas e nomenclaturas. Isto ocorre por causa da subdivisão dicotômica dos aspectos socioeconômicos e tecnológicos e a não existência de uma forma única de conceituar agricultura familiar. A Lei 11.326/06 regulamentou que agricultor familiar é aquele que exerce atividades praticadas nas zonas rurais, utilizando a mão de obra dos entes de sua família; não possua área superior a quatro módulos fiscais; renda familiar predominante das atividades rurais; e a gestão de sua propriedade seja desempenhada pela família.

Dados dos Censos Agropecuários brasileiro de 2006 e 2017, mostram que houve uma diminuição percentual dos estabelecimentos e área ocupada da agricultura familiar em 6,4% e 1,1% respectivamente (Tabela 05). Enquanto em relação aos estabelecimentos classificados como não familiar, aumentou o número percentual de estabelecimentos e área ocupada em 6,38% e 1,37% respectivamente. Com relação ao número de mão de obra ocupada, como pode-se observar na Tabela 05, a agricultura familiar perdeu mais de dois milhões de pessoas, ou seja, um percentual de 7,13% em relação ao censo de 2006. Outro número muito desfavorável apresentado pelo Censo do IBGE de 2017 foi a diminuição na taxa de participação da agricultura familiar no VBP (Valor Bruto da Produção) de 38% para 23,03%. Uma explicação para diminuição da participação da agricultura familiar na produção do país é a falta de mais incentivos políticos para o setor, principalmente nos dois últimos governos, que são mais voltados para o setor conhecido como agronegócio.

A Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), órgão ligado atualmente ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) publicou um boletim em 2021 que reconhece que a Agricultura familiar carrega em si a responsabilidade de colocar alimentos na mesa dos brasileiros e renda para as famílias do campo (Companhia Nacional de Abastecimento [CONAB], 2021). Conforme Dados do censo 2017 publicados pelo MAPA²⁰, os agricultores familiares respondem por 48% do valor da produção de café e banana; 80% do valor de produção da mandioca, 69% do abacaxi e 42% da produção do feijão. Nos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes a agricultura é a base econômica de 90% dos habitantes e tem uma produção diversificada de grãos, proteínas animal e vegetal, frutas, verduras e legumes.

A agricultura brasileira é bem diversificada, incluindo não somente os agricultores que sobrevivem de minifúndios. A agricultura familiar é um segmento estratégico para qualquer País que almeja alcançar seu desenvolvimento, principalmente baseado nos pressupostos da sustentabilidade (Buainain *et al*, 2007). Schneider e Escher (2014), colocam que a forma de produção realizada pelos camponeses é a que mais se aproxima dos princípios sócio-técnicos preconizado pela agroecologia.

Ao longo dos últimos 20 anos foram criados alguns programas governamentais de suma importância para o escoamento da produção do agricultor familiar como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)²¹ em 2003 e o Programa Nacional de Alimentação

²⁰<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/agricultura-familiar-1#:~:text=Nas%20culturas%20permanentes%2C%20o%20segmento,%C3%ADntegra%20do%20Censo%20Agro%202017> .

²¹ O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003 (regulamentado pela Lei Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011), possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. [https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/inclusao-produtiva-](https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/inclusao-produtiva)

Escolar (Pnae)²² em 2009, garantindo assim uma maior previsibilidade para a venda da sua produção, embora nos últimos quatro anos os recursos destinados para estes fins tenham diminuído significativamente (Sauer & Mészáros, 2017).

Tabela 6

Caracterização dos estabelecimentos agropecuários, de acordo com a classificação de agricultura familiar, segundo a Lei n. 11.326/2006.

Censo	Agricultura Familiar				Não familiar			
	Valor		(%)		Valor		(%)	
	2006	2017	2006	2017	2006	2017	2006	2017
Número de estabelecimentos	4.305.105	3.897.408	3,2	6,82	870.531	1.175.916	6,8	3,18
Área (milhões ha)	81.268.779	80.891.084	4,4	3,03	249,7	270.398.732	5,6	6,97
Mão de obra (milhões de pessoas)	12.281.545	10.115.559	4,1	6,97	4.286.660	4.989.566	5,9	3,03
Valor da produção (R\$ bilhões)	54,4	106,47	8,0	3,03	89,5	355,89	2,0	6,97

Nota: Adaptado pelo autor IBGE (2006, 2017)

Em Alagoas a agricultura familiar está presente em todos os municípios, é um segmento de grande potencial para o desenvolvimento econômico estadual. Com 82.369 estabelecimentos dos 98.542 existentes em Alagoas, a agricultura familiar ocupa 551 mil hectares dos 1,6 milhão de hectares da área total dos estabelecimentos da agropecuária alagoana, ou seja, com 84% dessas unidades, esse tipo de agricultura ocupa 33,67% da área agrícola, exatos 1/3 do espaço da agropecuária estadual.

rural/paa#:~:text=O%20PAA%20foi%20institu%C3%ADdo%20pelo,4%20de%20julho%20de%202012.

²² **LEI Nº 11.947, DE 16 DE JUNHO DE 2009** - http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm

Sua estrutura está marcada por uma enorme diversidade que pode ser visualizada numa divisão de seus estabelecimentos em três blocos de acordo com a área ocupada. A distribuição dos estabelecimentos de Alagoas segundo o IBGE: um terço com estabelecimentos menores de um hectare (10 mil), um terço com propriedades entre um e cinco hectares e um terceiro grupo com estabelecimentos maiores que cinco hectares e menores que 500 ha (Tabela 06). O primeiro bloco está marcado pelas exíguas parcelas de terras dos microfúndios dedicados à horticultura e outras atividades possíveis em pequenos espaços, como a criação de aves; o segundo bloco, com um pouco mais de terras, mas ainda menores que o módulo fiscal, sobrevive com as roças e culturas comerciais; e o terceiro grupo é o mais competitivo no mercado pelas possibilidades de uma maior produção comercial e, portanto, com mais acesso à crédito e assistência técnica.

Tabela 7

Alagoas: Estabelecimento da agricultura familiar

Tamanho (Hectares)	Número de estabelecimentos	%
0 – 1	25.383	30,71
1 – 5	30.815	37,41
5 – 500	26.171	31,88
0 - 500	82.369	100

Nota: IBGE (2017)

Enquanto a agricultura não familiar (empresarial) é responsável por 95% da cana de açúcar e 56% da pecuária bovina, avançando, recentemente, em áreas como a soja e o eucalipto. A agricultura familiar é responsável por uma maior parte da produção agrícola e pecuária dos alimentos que abastece o mercado alagoano e de parte considerável das matérias primas que atendem a agroindústria estadual, da produção de grãos, frutas, raízes

e verduras, assim como de animais de pequeno porte. Esse tipo de alimentos para o consumo direto e pequena produção é uma característica da agricultura familiar (Tabela 07).

Esse tipo de atividade econômica no mundo²³ e em todas as regiões do Brasil, por depender das condições climáticas (que pode acarretar grandes prejuízos); por transferir parte de sua renda para a indústria de insumos e de máquinas; para o sistema financeiro, bem como para os agentes e as empresas de comercialização, necessita de compensação do Estado por meio de políticas públicas.

Segundo Guilhoto et al. (2006):

O setor agropecuário familiar faz parte da história do Brasil e da própria humanidade. Entretanto, o mundo contemporâneo colocou o sistema familiar de produção dentro de um contexto socioeconômico próprio e delicado, haja vista, que sua importância força ganha quando se questiona o futuro das pessoas que subsistem no campo, a problemática do êxodo rural e outros fatores de tensão social. (p. 355).

Diante da importância da agricultura familiar para o desenvolvimento sustentável dos sistemas agrários, a 66ª Assembleia Geral das Nações Unidas declarou o ano de 2014 como o Ano Internacional da Agricultura Familiar (AIFA) (Martínez Agut, 2014).

²³ Veiga (1991), “importante, sim, é tentar entender o sentido geral do movimento histórico que fez como que a agricultura familiar tenha predominado de forma nítida em todos os países capitalistas desenvolvidos neste século”.

Tabela 8

Alagoas: Produção da agropecuária familiar (2017).

PRODUTO	%	PRODUTO	%
Arroz	90%	Suínos	63%
Feijão	83%	Ovinos	74%
Mandioca	80%	Caprinos	72%
Milho	63%	Galinhas	89%
Abacaxi	90%	Bovinos	44%
Banana	77%	Leite (Vaca)	50%
Laranja	86%	Queijos	87%
Maracujá	98%	Farinha de mandioca	84%

Fonte: IBGE (2022)

A autora salienta que os agricultores familiares desenvolvem sistemas produtivos agrícolas baseados na diversificação produtiva, preservam os alimentos tradicionais, participam de redes territoriais e culturais locais, contribuindo para uma dieta equilibrada, proteção da biodiversidade agrícola mundial, fortalecimento dos mercados locais e regionais, gerando muitos empregos agrícola e não agrícolas. Segundo Martínez Agut (2014):

Hay todo tipo de evidencias que demuestran cómo los agricultores familiares pobres pueden desarrollar con rapidez su potencial productivo cuando se establece eficazmente un entorno de políticas favorables. Facilitar el acceso a la tierra, el agua y otros recursos naturales e implementar políticas públicas específicas para los agricultores familiares (crédito, asistencia técnica, seguros, acceso a los mercados, compras públicas, tecnologías apropiadas) son componentes clave para incrementar la productividad agrícola, erradicar la pobreza y alcanzar la seguridad alimentaria. (p. 7).

Para o desenvolvimento de um país, a organização da agricultura é fundamental, principalmente a pequena produção de base familiar por favorecer o elo mais fraco do processo de produção. Assim, países em desenvolvimento como o Brasil, marcado pela concentração fundiária, onde 1% da população concentra 47,6% das terras, quando 76,82% da população rural detém apenas 23% das terras, necessita de uma política de desconcentração fundiária para se desenvolver economicamente e socialmente.

Assim, diante do fato que a reforma agrária objetiva criar novos agricultores familiares a partir de pessoas excluídas do campo pela histórica concentração fundiária brasileira, herança das sesmarias e pelo processo de industrialização da agricultura intensificado pós 1960 com a revolução verde. Como dívida histórica e social do estado brasileiro com os camponeses, nos últimos 50 anos assentou aproximadamente 1,2 milhões de famílias, em cerca de 8,5 mil assentamentos. Estes assentados são transformados em novos agricultores familiares, mas, como visto nos dados apresentados acima, não foram suficientes para mudar a estrutura fundiária do país até o momento atual. Em Alagoas foram assentados pelo INCRA nos últimos 35 anos 14.501 famílias, ou seja, foram criados quase 20 mil novos agricultores familiares considerando outros assentados como os do crédito fundiário, perímetros irrigados entre outros. Porém, estes números não foram suficientes para desconcentrar a terra, visto que entre o Censo Agropecuário de 2006 e o de 2017 diminuíram mais de 25,5 mil estabelecimentos segundo dados do Censo Agropecuário de 2017.

Isto posto, desde o final dos anos 1990 e mais organizadamente a partir dos anos 2000, o governo brasileiro, copiando políticas de desenvolvimento rural da União Europeia, vem construindo políticas de desenvolvimento territorial. Começando com o Programa Territórios Rurais em 2003 e a partir de 2008 transformados no Programa Territórios da Cidadania, que, através de Colegiados Territoriais compostos por

representantes da sociedade civil e órgãos públicos, foram construídas de forma participativa políticas de desenvolvimento territorial para o meio rural. Nesse contexto, os assentamentos da reforma agrária são formados por agricultores familiares, pré-requisitos para a formação e consolidação dos Territórios da Cidadania. Em Alagoas foram construídos seis Territórios da Cidadania divididos em: Litoral Norte, Mata Alagoana, Alto Sertão, Médio Sertão, Bacia Leiteira, Agreste e Mata Alagoana, no qual os dois últimos são os objetos desta investigação.

CAPÍTULO II: POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL. TERRITÓRIOS DA CIDADANIA DE ALAGOAS

3. POLÍTICAS PÚBLICAS: EXPERIÊNCIAS EUROPEIA E AMÉRICA LATINA

3.1. O papel do estado

No mundo moderno, o homem desde que nasce passa a fazer parte de alguma instituição, sendo que a primeira é a família, que o alimenta, protege e educa. A sociedade de natureza religiosa ou igreja, a escola, a Universidade são outras instituições que ele ingressa; depois de adulto passa a fazer parte de outras organizações, algumas criadas por ele mesmo, com fins econômicos, profissionais ou simplesmente morais: empresas comerciais, institutos científicos, sindicatos, clubes, etc. Este conjunto de grupos sociais forma a sociedade, podendo ser compreendida como uma cidade, um país ou todos os países, e neste caso, a sociedade humana, a humanidade (Azambuja, 1980).

Segundo Azambuja (1980), para facilitar a organização da sociedade surge o Estado ou sociedade política, porque sua organização possui normas de Direito positivo, é hierarquizada na forma de governantes e governados e tem uma finalidade própria, o bem público. Para Harvey (2001), o estado surge da contradição entre os interesses particulares e os da comunidade. Marx e Engels (2008) afirmam que Estado é um órgão de dominação de classe, um órgão de submissão de uma classe sobre outra. Lenin (2007) coloca que o Estado é produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes. Entende-se como classe, a burguesia e proletariado.

Segundo Harvey citando Engels (2005), há períodos excepcionais em que as classes antagônicas quase se igualam em forças. Essa crítica é crucial porque segundo a perspectiva marxiana a existência do Estado como ente imparcial é produto das condições materiais de existência e não produto metafísico. As implicações dessa constatação ultrapassam a dimensão epistemológica, alcançando por outro lado a dimensão da ação social.

Para Azambuja (1980) a sociedade é a união moral de seres racionais e livres, organizados de maneira estável e eficaz para realizar um fim comum e conhecido de todos. O homem ao nascer fica sob a tutela da família até atingir a maioridade, em todas outras sociedades ele ingressa voluntariamente. O Estado faz que com o homem ingresse involuntariamente e não se emancipa jamais.

O Estado moderno é uma sociedade à territorial, dividida em governantes e governado, e que pretende, nos limites do território que lhe é reconhecido, a supremacia sobre as demais instituições (Azambuja, 1980). Segundo Andrade (1998), somente existe estado quando se encontram nele três elementos: território, povo e governo. No território vive um povo que o explora, o utiliza e que está organizado politicamente sob a jurisdição de um governo. Os objetivos do estado são a ordem e a defesa social e diferem dos objetivos de todas as outras organizações. Esta finalidade pode ser resumida no conceito de bem comum. Sendo assim o estado é uma organização política-jurídica de uma sociedade para realizar o bem público, com governo próprio e território determinado. Para Marini et al. 2020:

Os dispositivos do Estado para promoção do desenvolvimento nem sempre abarcam a totalidade dos seus sujeitos, excluindo parcela da sociedade do processo construtivo de um território com melhor qualidade de vida e mais dinâmico economicamente. Paradoxalmente, o Estado também é responsável pelas disparidades sociais e econômicas e a fim de atenuar situações de baixo dinamismo econômico, pobreza e outros problemas sociais, uma ferramenta amplamente utilizada é a política pública. (p. 2620).

Posto isso, o Estado participa da vida das pessoas em todos momentos por ser uma superestrutura acima do indivíduo, que a partir da arrecadação de impostos os transformam em serviços e políticas públicas para a comunidade. Embora muitas vezes

não sejam de forma satisfatória, principalmente em países periféricos, dando combustível para o surgimento de movimentos reivindicatórios e transformadores da ordem vigente como será visto ao longo desse trabalho.

3.2. A importância das políticas públicas

Os Direitos Humanos Fundamentais, embora já contemplados, embrionariamente, nas Constituições Francesas de 1793 e 1848, na Constituição Brasileira de 1824 e na Constituição Alemã de 1849 (que não chegou a entrar efetivamente em vigor), foram consagrados em um número significativo de Constituições durante o Segundo Pós-Guerra (Sarlet, 2004).

Outros fatores importantes para a evolução dos Direitos Humanos Fundamentais de 2ª Dimensão foram: a posição da Igreja Católica com sua doutrina social (a Encíclica *Rerum Novarum*, de Leão XII, 1891); os efeitos políticos das Revoluções Mexicanas (1911) e Russa (1917); os impactos econômicos do keynesianismo e o intervencionismo estatal do New Deal; a criação da Organização Internacional do Trabalho (1919); o fortalecimento do movimento sindical; a socialização da política e do Direito.

As principais fontes legais institucionalizadas foram positivadas na Constituição Mexicana de 1917, na Constituição Alemã de Weimar de 1919, na Constituição Espanhola de 1931 e no texto constitucional de 1934, do Brasil. As primeiras políticas públicas foram criadas a partir do final do século XIX, na Alemanha com a criação do sistema de previdência social. Na década de 1920 os países europeus já tinham seus próprios sistemas de previdência. Marini et al. (2020), citando Dye (1984) coloca que “política pública é qualquer coisa que um governo escolhe fazer ou não fazer” (p. 2620).

Para Souza (2006) não existe uma única, nem uma melhor definição para política pública. A autora coloca que:

Mead (1995) define política pública como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo a luz de grandes questões pública; Lynn (1980) entende como um conjunto de ações que produzirão efeitos específicos; e Peters (1986) define como a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Souza (2006, p. 4)

As políticas públicas estão diretamente ligadas a economia e nas sociedades, por isso que qualquer política pública necessita explicar as interrelações entre Estado, política, economia e sociedade. A introdução da política pública como ferramenta de decisões do governo é produto da guerra fria e da valorização da tecnocracia como forma de enfrentar suas consequências (Souza, 2006).

Santos (2013), numa interpretação marxista coloca que a oferta de políticas sociais pelo Estado foi resultado da luta da classe operária por melhores condições de vida, assim como da reação das classes governantes visando debilitar essa mobilização proletária e preservar o sistema capitalista.

Assim as políticas públicas após desenhadas e formulada, desdobra-se em planos, programas, projetos, bancos de dados ou sistema de informação. Souza (2002), das diversas definições e modelos sobre políticas públicas, podemos extrair e sintetizar seus elementos principais:

- A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz.
- A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes.
- A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras.

- A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados.
- A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo.
- A política pública envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação.

Bucci (2002) conceitua políticas públicas como programa de ação governamental com o objetivo de coordenar os meios disponíveis ao estado e as atividades da ordem privada, voltado ao atendimento das necessidades socialmente relevantes e politicamente determinadas.

Nos países latinos americanos, as políticas sociais são instaladas de forma fragmentada, setORIZADA e em geral com acesso limitado ao operariado urbano e forte sinais de branqueamento no acesso a seus benefícios. Suas políticas sociais buscam seguir modelos europeus sem levar em conta suas marcas históricas (Sposati, 2011). Existem aquelas Políticas Públicas que são políticas sociais de prestação de serviços (saúde, educação, etc.) e políticas sociais compensatórias (previdência social, seguro desemprego, geração de renda, etc.), bem como aquelas políticas de reforma de base (agrária, urbana, etc.) e de estabilização (monetárias, etc.).

Para Marini et al (2020) conceituar e denominar a importância das políticas públicas não é fácil porque essa discussão envolve diversos campos teóricos, está ligada aos governos e a natureza da política pública, assim suas ações refletem na sociedade, na economia no processo de desenvolvimento socioeconômico de uma região ou território. No Brasil, após a chegada do operário Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da república, as políticas de Desenvolvimento Territorial Sustentável formam materializadas nos Programa Territórios Rurais e Programa Territórios da Cidadania em 2003 e 2008

respectivamente, fruto de um processo de acúmulo de estudos e experiências de pesquisadores, profissionais da área rural e movimentos sociais desde final dos anos 1980.

3.3. Europa: Iniciativa Comunitária LEADER

Os países europeus tem uma importante tradição de preocupação com o setor produtivo, desde o Tratado de Roma, assinado em 1957, na antiga Comissão Econômica Europeia (CEE) se estabeleceu as bases e criou-se a Política Agrícola Comum (PAC) a todos os países pertencentes ao Bloco. Estas políticas tiveram inicialmente como diretrizes básicas o estabelecimento do livre comércio interno, determinação do princípio de preferência interno em relação ao exterior e responsabilidade financeira conjunta (Arbage, 2006; Sumpsi, 2007). Gil (2017), completa que o Tratado de Roma preocupado em revitalizar as zonas rurais e reduzir as desigualdades socioeconômicas entre as regiões rurais cria uma série de políticas agrárias, que com o passar dos anos surge em 1991 a Iniciativa Comunitária LEADER – Relações entre Atividades de Desenvolvimento da Economia Rural.

O marco conceitual com enfoque territorial ao desenvolvimento na União Europeia teve um forte desenvolvimento desde finais dos anos de 1970 até a atualidade, sendo importante mencionar as experiências italiana e alemã dos anos 1980, e a da Irlanda e Espanha nos anos de 1990 (Sumpsi, 2007).

Para entender melhor o processo de desenvolvimento rural europeu, Gil (2017), coloca que antes de 1968 não existia uma política europeia sobre ruralidade, mas devido a relevância do tema e as desigualdades sociais e econômicas das zonas rurais entrou na agenda política. Entre os anos de 1968 e 1988, o conceito de ruralidade esteve sujeito a uma série de mudanças e modificações: “Se pasó de hablar de ruralidad agraria tradicional a ruralidad pluriactiva y posteriormente a ruralidad multifuncional” (p. 102). Assim, surge

a ideia de território como espaço de interação para além das atividades agrárias e passa a ser lugar de combinação de políticas para o desenvolvimento rural, levando a Comunidade Europeia a modificar as políticas agrárias e aprovar a Estratégia Territorial Europeia para fazer frente a essa nova realidade rural. É importante destacar o Plano Mansholt, entre 1968 e 1988, onde foram estabelecidas as bases para criação de um modelo de ação que desse mais atenção as questões ambientais e sociais no meio rural, isso depois de defender anteriormente a modernização da agricultura, a autossuficiência alimentar e a Europa passar a ter produção excedente.

Esparcia e Pizarro (2011, 2012) e Esparcia e Buciega (1998) ao abordarem os antecedentes das políticas públicas na perspectiva territorial, mencionam a Diretiva 268/75 que, nos anos de 1970, tratava das zonas desfavorecidas como as zonas de agricultura de montanha e ladeiras. Foi a partir da reforma dos Fundos Estruturais de 1988, quando a União Europeia toma consciência de abordar os problemas das zonas desfavorecidas e a partir do surgimento da Iniciativa Comunitária LEADER, começa se falar com maior propriedade do enfoque territorial no desenvolvimento rural, incorporando assim a dimensão territorial ao desenvolvimento, como pode ser visto abaixo:

A incorporación de la perspectiva territorial en las políticas públicas es un fenómeno reciente. En la escala europea comunitaria y con relación a las zonas rurales tenemos como primer antecedente la Directiva 268/75, sobre zonas desfavorecidas, pero fue con la reforma de los Fondos Estructurales em 1988 y el surgimiento de la Iniciativa Leader cuando se empieza a hablar con mayor propiedad del enfoque territorial del desarrollo rural, y, por tanto, de la incorporación de la dimensión territorial en las estrategias de desarrollo. (Esparcia & Pizarro, 2011, p. 142)

Posto isso, a LEADER pode ser entendida, segundo Esparcia e Buciega (1998), como um instrumento de promoção econômica com mobilização e dinamização social, num processo de cooperação entre agentes econômicos e sociais, através da participação e articulação da população local de zonas rurais desfavorecidas. Gil (2017) coloca que a Diretriz 268/75, por tratar de zonas desfavorecidas com agricultura de montanhas implicou em “asociar la agricultura con aspectos ambientales, recreativos y sociales” (p. 102).

Segundo Gil (2017), de 1991 a 2013 foram lançados quatro programas europeus de desenvolvimento rural denominados LEADER: Leader I (1991-1993), o Leader II (1994-1999) e Leader+ (Leader Plus) (2000-2006) e dois programas nacionais espanhóis denominados de PRODER (1996 a 2006) com iniciativas comunitárias. Após o Leader Plus é lançado o Eixo 4 (2007-2013) (Esparcia & Mesa, 2020).

Ghesti e Silva (2016) pontuam que:

entre os mais importantes componentes dessa iniciativa, destacam-se: i) a abordagem bottom-up; ii) o estabelecimento de uma estratégia territorial; iii) a abordagem integrada e multissetorial; iv) o desenvolvimento do potencial local, ressaltando o valor da identidade local; v) a parceria horizontal e público-privada; vi) uma gestão descentralizada e completa de fundos; e vii) a formação de redes.

Segundo Guimarães (2013), a Iniciativa Comunitária LEADER I foi criada a partir de 1991 para um período inicial de quatro anos com o objetivo de: incrementar o potencial de desenvolvimento de áreas rurais apoiando iniciativas locais; promover o desenvolvimento de capacidades para o desenvolvimento local; difundir seus conhecimentos em outras áreas rurais. Nesse período nascem os Grupos de Ações Locais (GAL) com o enfoque territorial e ascendente (bottom-up) baseado em três princípios: parceria vertical e ascendente, integração multissetorial e inovação em zonas rurais

deprimidas capazes de apresentar homogeneidade físico-geográfica, social e econômica (Esparcia & Escribano, 2015).

Para Gil (2017), a Iniciativa LEADER I contou com uma forte mobilização dos agentes econômicos, políticos e sociais do território gerando uma aprendizagem cooperativa entre os atores envolvidos. Dentre os aspectos negativos desta primeira fase da iniciativa Leader, a autora destaca um menor protagonismo dos agentes econômicos e sociais nas administrações locais no que diz respeito a concepção e implantação dos programas, além da polarização excessiva com os projetos do setor turísticos e a falta de estudos de mercados para os projetos aprovados nos GAL's.

A partir do êxito da Leader I, a segunda etapa do programa LEADER II iniciou em 1994 e foi até 1999, adotando o “método LEADER” com uma abordagem mais próxima das pequenas regiões isoladas e desfavorecidas, menos susceptíveis às influências de polos urbanos (Guimarães, 2013; Esparcia & Escribano, 2015). A LEADER II apostou em um enfoque mais descentralizado, dando mais ênfase na cooperação entre os GAL's em escala nacional e europeia, limitando o apoio as zonas com população menor que 100.000 habitantes. Segundo Gil (2017), os objetivos fundamentais de LEADER II eram:

La innovación (al fomentar actividades innovadoras, demostrativas y transferibles como respuesta a los cambios que está conociendo el mundo rural), la transnacionalidad (al crear una red de cooperación que permita integrar al menos dos estados miembros) y la diseminación de resultados (al integrar los proyectos en la red europea de desarrollo). (p.117).

A Iniciativa LEADER II foi significativa nas zonas rurais por introduzir mais parcerias, participação, implantação de mais projetos, contribuindo para mudanças nas dinâmicas socioeconômica e coletiva dos territórios rurais, o que levou Esparcia e

Escribano (2015) afirmar que sem dúvida, o principal sucesso do LEADER II foi consolidar a autoconfiança que os atores locais mais importantes das zonas rurais tinham em si mesmos. Os autores avaliaram como negativamente a utilização da Iniciativa LEADER como instrumento político em alguns níveis de administrações e territórios através da configuração dos GAL's. Gil (2017) destaca outro ponto negativo nessa fase do programa LEADER II, a priorização de investimentos relacionados ao turismo rural mitigando o incremento de uma diversificação econômica e multissetorial.

Com os resultados positivos das Iniciativas Comunitárias LEADER I e LEADER II, a Comunidade Europeia lança a terceira fase do programa com o nome de LEADER+ (LEADER mais ou “LEADER plus”), destinada a fomentar um desenvolvimento harmonioso, equilibrado e sustentável, apostando na cooperação entre os territórios de um mesmo estado, entre distintos estados e mesmo fora do espaço comunitário (Esparcia & Escribano, 2015; Gil, 2017). Segundo Guimarães (2013), a Iniciativa Comunitária para o período de 2000 a 2006 seria o programa LEADER+ com objetivo de diversificar as atividades econômicas dos territórios rurais mediante a aplicação de estratégias de desenvolvimento territorial inovadoras, integradas e participativas, apostando nas redes e cooperação territoriais.

Para o financiamento das ações, com a ampliação das áreas de abrangência do programa LEADER+, cada um dos seus objetivos passou a ser financiados pelo FEDER, FEOGA-Orientación e FSE, constituindo-se uma espécie de monofundo para evitar as dificuldades de compatibilização dos três fundos estruturais das iniciativas LEADER I e LEADER II. A LEADER + também contou com a participação financeira nacional²⁴, autonômica, local e privada (Gil, 2017). Dentre as mudanças ocorridas na terceira fase da iniciativa LEADER podemos destacar a limitação da participação de agentes econômicos e

²⁴ No caso da Espanha foi criado o Programa Operativo de Desarrollo e Diversificación Económica de Zonas Rurais – PRODER, que foram executados em duas fases: PRODER I (1996-1999) e PRODER II (2000-2006). Ambos seguiram a metodologia da Iniciativa Comunitária LEADER.

associações a, no mínimo, até 50% das representações nos GAL's, limitando assim a participação do setor público; mudou o planejamento de trabalho dos GAL's para aglutinar sua área de ação em quatro temas: utilização de novos conhecimentos e tecnologias, melhoria da qualidade de vida das zonas rurais, valorização dos produtos locais e valorização dos recursos naturais e culturais (Esparcia & Escribano, 2015).

O LEADER+ procurou estimular o surgimento de novos negócios em regiões anteriormente essencialmente agrícolas. Os agentes locais aplicam a estratégia original desenvolvida por eles mesmo nos programas anteriores e dirigem sua atenção para a valorização do patrimônio natural e cultural; o fortalecimento do ambiente econômico, no sentido de contribuir para a criação de empregos; e a melhoria da capacidade organizacional da comunidade (Guimarães, 2013).

A partir de 2007 a Iniciativa LEADER toma novo rumo, entra numa nova etapa que se estende até 2013, denominada LEADER – EJE 4²⁵. Nesta etapa os documentos que regulamentam a LEADER EJE 4 reafirmam o caráter multifuncional da agricultura europeia, assim como a segurança alimentar, preservação do patrimônio natural e cultural, centrando força na economia alimentar, meio ambiente, economia e população rural (Gil, 2017).

Segundo Esparcia e Escribano (2015), no quarto eixo, a Comissão Europeia fez com que o LEADER + apresentasse uma mudança fundamental nas regras de financiamento ao desenvolvimento rural através do FEADER (Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural, financiador da LEADER) com a pretensão de integrar a dimensão agrária e a territorial, e assim superar a tradicional tendência de separação entre os agricultores e o resto da população rural. Para isso propõe uma estrutura parcialmente diferente em que cada Estado-Membro elabora um Plano Estratégico Nacional, através de um Programa de Desenvolvimento

²⁵ Ejes y medidas de la política de Desarrollo Rural para el periodo 2007 – 2013: Eje 1: Aumento de la competitividad del sector agrícola y forestal; Eje 2: Mejora del medio ambiente y del entorno rural; Eje 3: Calidad de vida en las zonas rurales y diversificación de la economía rural; y Eje 4: Aplicación de enfoque LEADER.

Rural (PDR). Deste modo, o enfoque LEADER passa de uma Iniciativa Comunitária a incorpora-se nos PDR como eixo basicamente metodológico. As mudanças ocorridas no quarto eixo levam Gil (2017), avaliar que na Espanha, “cabe destacar que en esta última etapa los GAL perdieron autonomía y parte de sus funciones. Esta situación perjudicó la dinámica y objetivos afines con la filosofía LEADER que apostaban por un enfoque bottom – up” (p. 125). Esparcia e Escribano (2015), colocam que as dificuldades burocráticas tem aumentado, fazendo dos grupos uma correia de transmissão políticas das administrações.

No final do ano de 2013 a Comissão Europeia publicou o Regulamento para o período de 2014 a 2020, da qual pode-se destacar o Regulamento 1303/2013 sobre os Fundos Estruturais e de Investimento Europeu, mais conhecido como Fundos EIE. Estes fundos incluem o Feader, FEDER, FSE, FEMP e Fundo de Coesão²⁶. O Regulamento 1305/2013, sobre ajuda ao desenvolvimento rural, através do FEADER, traz ao menos quatro importantes novidades em relação ao período anterior, são elas: o Marco Estratégico Comum (MEC), o Acordo de Associação, o Investimento Territorial Integrada (ITI) e o Desenvolvimento Local Participativo (DLP) (Esparcia & Escribano, 2015).

Gil (2017), citando Mapama (2017) escreve que o novo programa apresentava uma série de novidades em relação à iniciativa LEADER 2007-2013, destacando a possibilidade de utilização dos quatro fundos comunitários (FEADER, FEDER, Fondo Socia e FEMP) para obter maior flexibilidade, sinergia, coordenação e coerência; aumento das taxas de cofinanciamento entre o FEADER e o FEDER-FS; desenvolvimento de medidas específicas para melhorar a qualidade das estratégias de desenvolvimento local; acesso a assistência preparatória para as estratégias; flexibilização das regras de elegibilidade e maior autonomia administrativa para os GALs no território; e a possibilidade de aplicação de iniciativa tanto em áreas rurais como em áreas de baixa demografia, envelhecimento populacional e/ou despovoamento.

²⁶ Na Espanha não será aplicado o Fundo de Coesão no período de 2014-2020.

Cárdenas e Nieto (2020) estudando o enfoque LEADER em Extremadura-Espanha, coloca que de acordo com a AEVAL (Agência Estadual de Avaliação de Políticas Públicas e Qualidade dos Serviços), no Relatório Final de 2017, a implementação da PNDR na Espanha para o período 2014-2020 estava lento e desigual, correndo elevado risco de não cumprimento dos seus objetivos, assim como dos PDR regionais e das estratégias dos GAL.

Porém, a Iniciativa Comunitária LEADER segue se desenvolvendo por estes mais de 30 anos, construindo nas zonas rurais europeias, principalmente as mais desfavorecidas socioeconomicamente, um processo de discussão, integração, cooperação e financiamento de projetos de desenvolvimento de forma democrática dentro de uma abordagem territorial, tendo os Grupos de Ações Locais – GAL's como intermediários na construção de políticas sociais de iniciativa público-privada com coesão e governança pela base. Como todo processo participativo, democrático e público, nesses 30 anos tiveram avanços e recuos, porém o saldo final é positivo, principalmente de projetos, empoderamento dos agricultores, embora a burocracia estatal, politização dos GAL's e a baixa taxa de participação feminina precise de aperfeiçoamentos.

Para a próxima fase da LEADER 2021-2027, depois da realização de avaliações por parte dos GAL's e acadêmicos, foram construídas proposta de aperfeiçoamentos que vão desde a necessidade de manter os princípios iniciais do programa, que ao longo desses anos tem passado por mudanças, muitas vezes radicais como a secundarização a partir da incorporação nos Planos de Desenvolvimento Regionais e Nacionais, a seu financiamento pelos Órgãos Financiadores Europeus.

Documentos mais recentes da Red Española de Desarrollo Rural (REDR)²⁷ e da Associação para el Desarrollo de la Alcarra e la Campiña (Adac)²⁸ apresentam Posicionamentos e Propostas para o melhor funcionamento da LEADER como política de desenvolvimento territorial mais fluído através da integração e diálogo entre meio rural e urbano, no sentido de melhorar a qualidade de vida dos protagonistas, produção de alimentos saudáveis para toda a sociedade, proteção dos recursos naturais e culturais. A Iniciativa LEADER tem servido de modelo para a construção de políticas de Desenvolvimento Territorial em outros continentes como na América Latina, especialmente para o Brasil, espaço territorial onde se desenvolveu a presente pesquisa.

3.4. América Latina

A ocupação espacial do território latino-americano aconteceu através do desmatamento das florestas nativas para plantação de cana de açúcar, criação de gado e extração de minérios e madeira pela exploração de mão de obra escrava, tanto nativa, como africana. Passados três séculos de ocupação e domínio europeu, um processo progressivo de revoltas populares nativas que culminaram com proclamações e independências da maior parte desses países, embora tenha acontecido independência negociada como no caso brasileiro.

A América Latina é uma região composta por 33 países em desenvolvimento, onde o espanhol é a língua predominante na maior parte deles, além do português no Brasil, o inglês e o francês em algumas ilhas. A história desses países tem pouco mais de dois séculos de independência formalmente em relação aos colonizadores europeus, que dominaram o continente por mais de três séculos. Como resultado desse processo

²⁷ <http://www.redr.es/es/portal.do?IDM=59&NM=2>

²⁸ <https://adac.es/propuestas-leader-2021-2027/>

histórico temos hoje uma grande parte da população vivendo em condições de pobreza, com elevados índices de desigualdades sociais e econômicas. As explorações de monocultivos e extração de minérios para exportação durante sua história, tem resultado na degradação ambiental, pobreza generalizada e acúmulo de riqueza por parte de uma elite branca, que domina estes países economicamente e politicamente.

Segundo a Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), no documento “Planificación para el desarrollo territorial sostenible en América Latina y el Caribe” de 2020, a América Latina e o Caribe passaram por três grandes momentos na evolução histórica de suas políticas para o Desenvolvimento Territorial. O primeiro momento foi em meados do século XX, quando surgiu a ideia de planificação regional, entendida como promoção de política pública para o desenvolvimento de territórios considerados atrasados ou com condição de exclusão e marginalização visando a diminuição das desigualdades sociais até os anos de 1950-1960. Essa política passa a ser denominada de Política regional.

O segundo momento vai acontecer durante a década de 1980 como resultado das políticas de ajuste e diminuição do Estado, quando a política regional, suas instituições são desmanteladas e os instrumentos de ação desativados. Assim, nas décadas de 1980 e 1990, surgem as ideias de desenvolvimento local e políticas de desenvolvimento econômico local, urbano e territorial como resposta ao desemprego e declínio econômico deixados pelas políticas regionais implementadas pelos Estados e governos da região em anos anteriores (CEPAL, 2019). A CEPAL continua afirmando que através destas novas abordagens e iniciativas, procurou-se ativar os recursos particulares do território (ativos tangíveis e intangíveis, sociais, econômicos e institucionais), estimulando as iniciativas individuais, à articulação com o mercado externo e as alianças sociais e público-privadas para o desenho e execução desses processos.

O terceiro momento desse processo vai ocorrer, no final da década de 1990 e início do ano 2000, quando os governos nacionais com o interesse de espacializar as políticas públicas copiam o modelo de desenvolvimento territorial da União Europeia, conhecido mais popularmente como Iniciativa LEADER (Sumpsi, 2007; Sabourin et al., 2016; Ghesti & Silva, 2016; CEPAL, 2019). A CEPAL, juntamente com outros órgãos de desenvolvimento internacional como o IICA, BID, BM, FAO, FIDA entre outros, começam a incentivar e a criar aparatos teóricos e financeiros para construir essa lógica e estratégia de desenvolvimento utilizada com sucesso na Europa há uma década (Sabourin et al., 2016; Sumpsi, 2007). As políticas territoriais foram criadas como respostas institucionais para articular as políticas de desenvolvimento local com as novas políticas regionais.

A dispersão e desarticulação existentes entre as várias estratégias de territorialização das políticas públicas nacionais de combate a pobreza, competitividade, ciência e tecnologia, meio ambiente e recursos naturais, etc., juntamente com uma separação entre os esforços locais (de baixo para cima) e regionais (de cima para baixo) para promover o desenvolvimento territorial, os governos tomam consciência para a construção dessa estratégia (CEPAL, 2019). Para Albuquerque (2014, pp. 5-6) “*la Política Regional* suele identificarse con una programación temporal de inversiones públicas (decididas desde arriba), lo cual es diferente a la elaboración (desde abajo) de una estrategia (o plan) de desarrollo territorial (regional o local)”, o que necessita dos governos regionais a definir claramente estas diferenças na elaboração de planos de desenvolvimento.

Desde o final dos anos de 1990, a maioria dos países da América Latina elabora uma série de programas e políticas de desenvolvimento territorial mais voltado para o meio rural como parte de suas políticas de combate a pobreza e desenvolvimento

sustentável. Estas políticas de desenvolvimento territoriais são muitas vezes confusas quanto a sua implantação, levando estudiosos como Sabourin et al. (2016), a definir como híbridas ou hibridação de programas de desenvolvimento, porque as noções de desenvolvimento endógeno e sustentável dos territórios, descentralização do estado, participação dos atores, identidade territorial, multifuncionalidade da agricultura e espaços rurais se misturam com outros instrumentos encontrados em ferramentas clássicas como:

Planejamento nacional e regional e dispositivos participativos como comissões participativas ou conselhos territoriais, gestão social ou integrada, dimensão transversal (ruralidade, combate a pobreza, saúde pública e segurança alimentar, meio ambiente, educação), atribuição de subsídios ou crédito para projetos coletivos. (p. 77)

Assim, o desenvolvimento territorial na América Latina sofreu várias influências, como dos movimentos sociais locais de camponeses e indígenas e de organizações financeiras internacionais como Banco Mundial (BM), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola (IICA), Comissão Econômica para América Latina – CEPAL e do programa LEADER (Laços Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural (Guimarães, 2013; Sabourin, et al. 2016; Sumpsi, 2007)

Isto posto, alguns governos da América Latina têm incorporado novos enfoques a suas estratégias nacionais de desenvolvimento rural, como Costa Rica, Bolívia, Peru, Equador, Honduras e Nicarágua. Outros como o México e o Chile também incluíram nas políticas nacionais de desenvolvimento, ou a políticas subnacionais de desenvolvimento como no caso do Brasil e Argentina (Sumpsi, 2007) (Tabela 08). As estratégias tem como

objetivo de combate à pobreza; apoio à agricultura familiar, camponeses, indígenas e mulheres; segurança alimentar, etc. (Sabourin, et al. 2016).

De los Ríos-Carmanado et al. (2011), estudando os resultados da criação de Grupo de Ação Local (GAL) no México, a partir da Lei de Desenvolvimento Rural Sustentável (LDRS) daquele País e da iniciativa europeia Leader, descreve uma modernização de planejamento baseado na aprendizagem social. O estudo teve a colaboração da Universidad Politécnica de Madrid e um caráter inovador nas ações de enfoque multisetorial, vínculo entre ações e trabalho em rede e gestão por proximidade, que contribuiu para formar GAL com êxito em contextos rurais muito diferentes. Esta estratégia Leader-México fortaleceu estruturas de governo local e de gestão de projetos de desenvolvimento rural com um enfoque integrado, associando setores e recursos e conciliando meio ambiente e desenvolvimento econômico.

O MERCOSUL tentou construir algumas políticas públicas para financiar infraestruturas, energia e até de políticas territoriais com a criação do FOCEM (*Fundo para a Convergencia Estructural do Mercosul*) em 2005, que poderia ser agregado ao Programa Cooperativo para o Desenvolvimento Agroalimentar e Agroindustrial do Cone Sul (PROCISUR), uma rede que reúne as instituições de pesquisa agropecuária dos seis países do Mercosul (Sabourin et al, 2016).

Sabourin et al. (2016), concluem no artigo sobre desenvolvimento na América Latina que:

Trata-se de procurar integrar melhor os programas de desenvolvimento rural e de desenvolvimento agrícola, de maneira a valorizar realmente os atributos territoriais, e as sinergias possíveis entre agricultura, meio ambiente, turismo, artesanato, comércio e agroindústria. Mas, na América Latina, a imagem dos projetos no Chile, Peru e Equador já estão sendo experimentadas iniciativas que

vão nesse sentido e procuram aproximar produtores, mercados de consumidores e agroindústria: as alianças produtivas entre agricultores e agroindústria (Chile, Equador), alianças campesino-cozinheiro (Peru), programas de compras públicas aos agricultores familiares (Brasil, Equador, Paraguai, etc.), feiras da agricultura familiar e feiras agroecológicas (Argentina, Brasil, Peru). (p. 94).

Portanto, não é possível pensar em desenvolvimento territorial como via para o desenvolvimento econômico e a diminuição da pobreza das áreas rurais da América Latina sem outras políticas públicas e financiamentos, que na maioria dos países da região estão ausentes. Porém, temos uma grande quantidade de pesquisadores de universidades e centros de investigações dedicados diuturnamente ao estudo da temática e da estratégia do desenvolvimento territorial em toda América Latina, em especial no Brasil.

Tabela 9

As políticas de desenvolvimento territorial rural na América Latina

País	Política	Lei	Año
Argentina	Proyecto de desarrollo e pequeños productores rurales – ProInder		1998
	Programa Federal de Apoyo al Desarrollo Rural Sustentable - ProFeder		2003
	Programa Nacional de Apoyo al Desarrollo de los Territorios/INTA		2006
Brasil	PRONAF-CMDRPRONAT-PDSTR	Decreto N° 1.946, de 28 e junho de 1996	1996
	PTC Programa Territórios da Cidadania		2003
Chile	Política Regional y territorial SECODIR (Ministerio Intérieur)		2006
	Programa de Desarrollo Territorial Indígena (PDTI) e PADIS (<i>Programa Agropecuario para el Desarrollo Integral de los pequeños productores campesinos del secano de la region de Coquimbo</i>)		2008
	Pol. Nac. Desarrollo Rural 2014-24		2013
Colômbia	INCODER (en Ministerio de agricultura)	Ley 388/97 ordenamiento territorial rural Ley 1152	1997
	Plan Nacional de Desarrollo 2010-2014 Prosperidad para Todos		2007
	Desarrollo Rural e Territorial, DRET		2009
Costa Rica	Instituto Nacional de Desarrollo Rural INDER Grupos de Acción Territorial GAT	Ley Fomento Producción Agropecuaria FODEA y Orgánica del MAG	2010
			1995
El Salvador	Territórios del Progreso		2006
Equador	Prolocal y Proder	Art. 279 de la Constitución de la República del Ecuador	2007
	Plan Nacional del Buen Vivir		2013
México	Programa Nacional de Solidaridad-PRONASOL Consejo Mexicano para el Desarrollo Rural Sustentable	Ley de Desarrollo Rural Sustentable	1990
			2001
			2008
Uruguai	Mesas de Desarrollo Rural (Ministerio de Ganadería y Agricultura)	Ley de Ordenamiento Territorial y Desarrollo Sostenible 18.308	2009
			2007

Nota: Sabourin et al. (2016).

4. A SITUAÇÃO NO BRASIL E OS TERRITÓRIOS DE CIDADANIA COMO OBJETO DE ESTUDO

4.1. Territórios da Cidadania

O desenvolvimento do meio rural é uma discussão que acompanha a política dos diferentes países ao longo de sua história, depende das condições políticas e do contexto histórico em que está inserido. A ideia de repensar o desenvolvimento rural com foco nos territórios não é nova, remonta ao final dos anos de 1980, a partir de experiências

internacionais e nacional, mas é a partir dos anos de 1990 que esta discussão ganha mais visibilidade (Moura & Pontes, 2020).

Brito (2017), estudando o conceito de território, políticas públicas e sua evolução no Brasil durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Lula, enfatiza a criação em 2003 da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), ligada ao extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) enfatizando a incorporação da dimensão espacial de desenvolvimento rural, contrapondo-se a dinâmica do desenvolvimento regional adotada pelo governo anterior de FHC.

A criação do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar em 1996 é resultante de uma reivindicação e acúmulo dos movimentos sociais, e assim a CONTAG – Confederação dos Trabalhadores da Agricultura, juntamente com alguns pesquisadores do meio rural brasileiro, trazem ao debate a necessidade de se “pensar o processo de desenvolvimento para o âmbito municipal, ainda que com uma perspectiva mais ligada à viabilidade econômica” (Moura & Pontes, 2020, p.189 citando Guimarães, 2013).

No final dos anos 1990 é criado no Brasil o que se passou a ser chamado de DLIS – Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável a partir de uma parceria entre o governo federal e o SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas através do programa Comunidade Ativa. O DLIS é:

uma estratégia de indução ao desenvolvimento que prevê a adoção de uma metodologia participativa, pela qual mobilizam-se recursos das comunidades, em parceria com atores da sociedade civil, de governos e empresas, em todos os níveis, para a realização de diagnósticos da situação de cada localidade, a identificação de potencialidades, a escolha de vocações e a confecção de planos integrados de desenvolvimento, a captação de recursos e a negociação e a

execução de agendas de prioridades que desdobrem esses planos em ações concretas (Comunitas, 2004). (p. 2).

As políticas agropecuárias brasileiras sempre foram voltadas para os grandes produtores e para a exportação como foi tratado quando discorremos a Questão Agrária e Reforma Agrária no capítulo um. A pequena produção, agricultores familiares, agricultores sem terra, povos da floresta e congêneres, enfim, o povo pobre do campo tem tratamento desigual e ficado em terceiro plano pelos governantes ao longo da história. Tanto que o governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) criou o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA em 1999 através do Decreto 1.912-12 (Andrade Figueredo & Phelipe Santiago, 2020) para tratar das questões dos agricultores familiares a parte.

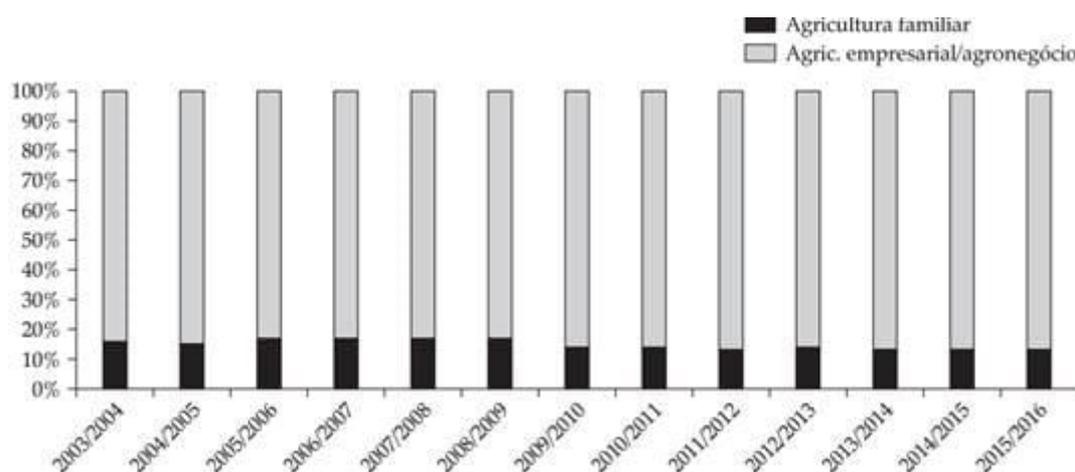
O MDA foi criado, mas para que essas categorias pudessem continuar existindo foi necessária muita resistência, tanto contra as forças repressivas do Estado, como contra a violência dos latifundiários contra os movimentos sociais camponeses. Da resistência camponesa brasileira germinaram vários movimentos sociais no campo ocupando latifúndios improdutivos “respaldados pela Constituição Federal de 1988, que no artigo 184 garante a desapropriação por função social de toda terra improdutiva” (BRASIL, 2020, p. 100).

Branco (2014), estudando os Territórios da Cidadania em Pernambuco, cita Borges Filho (2011) e Caniello (2012), referindo-se à criação em 1999 do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA pelo governo de Fernando Henrique Cardoso como resposta ao Massacre de “Eldorado dos Carajás em 1996, quando a polícia militar do estado do Pará assassinou 19 trabalhadores ligados ao MST, que lutavam por reforma agrária” (Stedile 2012, p. 146). Com a criação do MDA voltado para a agricultura familiar e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA voltado para o

agronegócio (grandes produtores), as políticas agropecuárias brasileiras sofrem uma dualidade e a diferença na destinação de recursos para o MAPA é nítida conforme apresenta a **Figura 06** de Aquino et al. (2018).

Figura 6

Disponibilização de recursos para a agricultura empresarial e agricultura familiar- Brasil - Safras 2003/2004 a 2015/2016 (em %)



Nota: Dados organizados a partir de Bianchini (2015). Fonte: SAF/MDA e Mapa (Planos Safra da Agricultura Familiar e da Agricultura Empresarial, 2003/04 a 2015/16).

O desenvolvimento territorial é uma estratégia de indução de processos de desenvolvimento socioeconômico-político-cultural-ambiental, que a partir da construção coletiva e participativa dos atores sociais do território e/ou comunidades e através de redes de interações sociais e produtivas, buscam promover melhoria na qualidade de vida e o equilíbrio ambiental na sociedade. É com base nessa discussão de desenvolvimento com foco no local que a Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER brasileira, desde sua reformulação nos anos 1980, passa a utilizar metodologias participativas e incentivar a construção de sistemas produtivos sustentáveis nas intervenções de trabalho. Nesta época os extensionistas brasileiros fazem críticas ácidas ao modelo de desenvolvimento

promovido pelo Estado, que desde os anos de 1960 construía um projeto de desenvolvimento nacional focado no “difusionismo produtivista” e começam uma nova fase na extensão rural, denominada de Humanismo Crítico, desenvolvendo trabalhos utilizando o planejamento participativo e a sustentabilidade ambiental, incentivados pela *Pedagogia da Libertação* de Paulo Freire (Olinger, 2006; Ruas, 2006).

Em 1989, final do governo Sarney, começa o desmonte do serviço de extensão rural brasileiro. Em 1990 a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMBRATER é extinta pelo presidente Collor com a implantação das políticas neoliberais de estado mínimo e o país fica até 2003 sem serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER federal – apenas alguns estados da federação mantêm suas Emater’s em funcionamento, a exemplo do estado de Alagoas que manteve a EMATER até ser extinta em 2000.

Em 2003, com a chegada do operário Luiz Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores – PT à presidência da república (2003-2010), muitos militantes do PT, sindicalistas e movimentos sociais passam a assumir postos chaves de ministérios, especialmente no MDA e com isso, começam a dar os primeiros passos nessa estratégia de desenvolvimento com abordagem territorial (Moura & Pontes, 2020, p. 193) e a recriação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER novamente para agricultores familiares e assentamentos da reforma agrária (Ruas, 2006, p. 15).

Moura e Pontes (2020) colocam que os passos seguintes foi a consolidação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, pasta integrante do MDA, apesar das bases conceituais ainda estar muito frágeis. É importante frisar que o Ministério da Integração Nacional também tem uma Secretaria Regional que trabalhava a ideia da Territorialização como base para o desenvolvimento, embora com o enfoque mais voltado para as microrregiões, sendo que o “Ministério da Integração com relações mais próximas

ao Sebrae, federações da agricultura e da indústria, outros órgãos governamentais e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), buscando se relacionar mais com os movimentos sociais” (p.192). A partir de 2003 vão sendo criadas estruturas institucionais para dar conta da nova concepção de desenvolvimento, especialmente a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) no Ministério do Desenvolvimento Agrário, e assim a SDT vai se consolidando com recursos materiais, financeiros e humanos de outros espaços.

Com uma ação política mais contundente e de maior visibilidade do Governo Lula, através da adoção de princípios participativos em seus discursos foi elaborado a Política de Desenvolvimento Territorial Rural. Assim, em 2003 é implantado o Programa Nacional do Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PNDSTR), como instrumento dessa nova política ora adotada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), tendo como pressuposto (Neto, 2013, p. 111) “a construção de projeto político e de gestão, compartilhados pelos diversos agentes territoriais, sejam as instituições públicas, organizações não-governamentais, entidades de classe, associações, cooperativas, enfim, todo um conjunto de sujeitos que produzem, vivem e interagem no território.”

O desafio após a criação da SDT foi a construção das bases conceituais para a implementação da política dos Territórios Rurais. Então para sanar estes problemas iniciais o foco foi buscar experiências internacionais e da academia brasileira. Com relação a experiências internacionais Coelho Neto (2013), relata que foi encontrado numa ata do CONDRAF (Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável) de 10 de março de 2004 uma visita de oito conselheiros a Andaluzia/Espanha com o objetivo de conhecer a experiência de gestão territorial e das institucionalidades daquele país. É importante destacar que o referido autor cita a presença dos pesquisadores brasileiros José

Eli da Veiga, Ricardo Abramovay e Tânia Bacelar como sujeitos basilares nessa abordagem de desenvolvimento territorial da Secretaria de Desenvolvimento Territorial.

Depois de dois anos de governo e da criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT em 2005, finalmente é construído o Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais e com ele o conceito de Território, que para alguns pesquisadores da área foge dos conceitos consolidados. O conceito adotado pela SDT/MDA para Território foi:

Um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial. (SDT/MDA, 2005, p. 28).

A instalação do novo governo em janeiro de 2003, trouxe uma nova concepção de desenvolvimento que estava aparentemente em gestação desde a década de 1990. Por se tratar de uma gestão híbrida, composta por representante de movimentos sociais e representante do grande empresariado, no que ficou conhecido como aliança capital-trabalho. Apesar dessa aliança ser conflituosa, dava-se uma trégua no projeto neoliberal implantado desde o presidente Collor e continuado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso. Então, é a partir de 2003 que são constituídos os chamados “Territórios de Identidade e, posteriormente, à delimitação dos Territórios Rurais” (Carvalho & David, 2011, p. 58). Os autores continuam sua narrativa afirmando que os Territórios de Identidades e os Territórios rurais no Brasil foram responsáveis por inaugurar, de forma

oficial, a promoção de políticas públicas com viés territorial e os Territórios da Cidadania significaram a consolidação da introdução dessa nova abordagem de desenvolvimento.

Para orientar as ações desta nova política de desenvolvimento territorial a SDT/MDA, publica em maio de 2005 um documento chamado ***Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais*** como estratégia para “redução da pobreza, o combate à exclusão social e a diminuição das desigualdades sociais e regionais” (p. 3) (SDT/MDA, 2005). No mesmo documento o MDA enfatiza que irá concentrar esforços em três áreas integradas de atuação: ampliação e fortalecimento da agricultura familiar; reforma e reordenamento agrário; promoção do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais. Dentro deste contexto o Marco Referencial descreve:

Para levar adiante esta última área de atuação, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial definiu como sua missão “*apoiar a organização e o fortalecimento institucional dos atores sociais locais na gestão participativa do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e promover a implementação e integração de políticas públicas.* (p. 3).

O Marco Referencial é um documento muito importante nessa discussão, pois é a partir dele que são aclaradas algumas dúvidas conceituais, embora alguns pesquisadores tenham achado o documento superficial e discordassem de alguns conceitos (Coelho Neto, 2013). Assim, a SDT materializa como estratégia de trabalho duas linhas, são elas:

A implementação de um processo de apoio ao desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e o fortalecimento da Rede Nacional de Órgãos Colegiados – formada pelos Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável e pelas instâncias de gestão do desenvolvimento territorial. (SDT/MDA, 2005, p. 03).

O documento base ora citado definiu como objetivos da Estratégia de apoio ao desenvolvimento sustentável dos territórios rurais:

Objetivo Geral

Promover e apoiar iniciativas das institucionalidades representativas dos territórios rurais que objetivem o incremento sustentável dos níveis de qualidade de vida da população rural. [...]

Objetivos Específicos

Promover e apoiar: 1. a gestão, a organização e o fortalecimento institucional dos atores sociais dos territórios rurais, *especialmente daqueles que atuam na representação dos agricultores familiares, dos assentados da reforma agrária e de populações rurais tradicionais*; 2. O planejamento e a gestão social dos territórios, tendo por referência os critérios do desenvolvimento sustentável, a autonomia e a participação social; 3. Iniciativas territoriais que contribuam para a dinamização e diversificação das economias territoriais tendo por referências a valorização dos recursos locais, a competitividade territorial, o crescimento e a distribuição da renda com o incremento de empregos; 4. A implementação e integração de políticas públicas visando à redução das desigualdades sociais e regionais e à geração de riquezas com equidade social. (SDT/MDA, 2005, p. 07.)

Grifos do autor.

Nos objetivos específicos destacamos no item primeiro a inclusão de forma *especial os assentados da reforma agrária* por se tratar do objeto deste estudo, uma vez que estamos analisando os assentamentos da reforma agrária presentes nos territórios definidos pelo Programa Territórios Rurais, posteriormente transformado em Programa Territórios da Cidadania - PTC.

Continuando o percurso histórico da estratégia do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA para o desenvolvimento territorial brasileiro, o programa Territórios Rurais construiu alguns parâmetros como base para formatação destes territórios, já que

a nova realidade ultrapassava as divisões geográficas das microrregiões. Para isso o Marco Referencial traçou alguns parâmetros, dentre eles as:

Microrregiões geográficas que apresentam densidade demográfica menor que 80 habitantes/km² e população média por município de até 50 mil habitantes. ***concentração de agricultores familiares; concentração de famílias assentadas por programas de reforma agrária;*** concentração de famílias de trabalhadores rurais sem terra, mobilizados ou não. (SDT, 20/MDA, 2005, p. 16). Grifos do autor.

Com esses parâmetros foram “identificados preliminarmente, ao todo, cerca de 450 “aglomerados municipais com características rurais, 80 com características intermediárias entre urbano e rural e 20 com perfil essencialmente urbano” (SDT/MDA, 2005, p. 16).

É nesse contexto que surge em 2008 o Programa Território da Cidadania como uma evolução do Programa Territórios Rurais iniciado em 2003. Depois de cinco anos de intensos debates e construção com os diversos atores sociais incluídos no perfil do programa, foram beneficiados 60 territórios e, como meta 120 territórios para 2010, segundo o documento apresentado pelo MDA, tendo como critério (MDA, 2008):

Menor IDH; ***maior concentração de agricultores familiares e assentamentos da Reforma Agrária;*** maior concentração de populações quilombolas e indígenas; maior número de beneficiários do Programa Bolsa Família; maior número de municípios com baixo dinamismo econômico; maior organização social; pelo menos um território por estado da federação”. [...] Até 2010 serão 120 territórios atendidos. Para o primeiro ano do programa foram definidos 60 territórios com os seguintes atributos: Municípios: 958 (17% do total de municípios); População Total: 24 milhões (14%); População Rural: 7,8 milhões (27%) Agricultura

Familiar: 1 milhão de agricultores (24%); **Assentados da Reforma Agrária: 319,4 mil famílias (40%); Bolsa Família: 2,3 milhões de famílias (21%);** Comunidades Quilombolas: 350 (37%); Terras Indígenas: 149 (25%); Pescadores: 127,1 mil (33%). (MDA, 2008, pp. 02-03). Grifos do autor.

Segundo Pirax et al. (2020), ao longo desse processo foram homologados 243 Territórios Rurais¹ no Brasil e abrangeu uma área de 6.474.410 Km² (76% do território nacional), reunindo 3.653 municípios (65,58% do total do país), com 76,7 milhões de habitantes, sendo 22,5 milhões de habitantes da zona rural (75,5% da população rural), 3.513.414 estabelecimentos da Agricultura Familiar (80%), 10.114.982 pessoas ocupadas na Agricultura Familiar (79%), 812.283 famílias de assentados da Reforma Agrária (84%), 2.093 comunidades quilombolas (87%) e 652.582 famílias de pescadores (66%).

Para dar mais segurança institucional, o governo federal edita em 25 de fevereiro de 2008 um decreto instituindo o Programa Territórios da Cidadania. Diz o decreto:

Art. 1º Fica instituído o Programa Territórios da Cidadania, a ser implementado de forma integrada pelos diversos órgãos do Governo Federal responsáveis pela execução de ações voltadas à melhoria das condições de vida, de acesso a bens e serviços públicos e a oportunidades de inclusão social e econômica às populações que vivem no interior do País. [...] § 2º Os Municípios que compõem os Territórios da Cidadania serão agrupados segundo critérios sociais, culturais, geográficos e econômicos e reconhecidos pela sua população como o espaço historicamente construído ao qual pertencem, com identidades que ampliam as possibilidades de coesão social e territorial.

O interessante desse decreto é que o governo coloca à disposição do programa diversos órgãos federais de forma integrada para executar ações voltadas a melhoria das

condições de vida da população, a partir de acesso a bens e serviços públicos para inclusão social e econômica. Esse decreto corrobora com os preceitos do desenvolvimento territorial sustentável levantado por Veiga (2005), onde coloca que as concepções do desenvolvimento precisam da sustentabilidade ambiental, do crescimento e da melhoria da qualidade de vida. No mesmo decreto ainda enfatiza as prioridades do programa, que dentre outras, destacamos a questão da reforma agrária no seu artigo 3º, inciso VI que prioriza “***maior concentração de agricultores familiares e assentados da reforma agrária***”.

Assim o Programa Territórios da Cidadania (PTC) criado em 2008, pode ser entendido como uma política pública que coloca em prática as orientações normativas buscando dar unidade a um conjunto de ações antes dispersas em 21 ministérios, objetivando promover desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável.

Nos anos de 2009 e 2010, o Programa Territórios da Cidadania disponibilizou para todo o Brasil recursos da ordem de R\$ 52,4 bilhões para os 120 territórios então existentes (Figura 05), conseguindo efetivamente aplicar 90% desses recursos em ações de cunho social, produtivo e infraestruturantes. Marini et al. (2020), analisando os gastos públicos com o Programa Territórios da Cidadania, encontraram nos sites oficiais do governo brasileiro que de 2007 a 2017 foram empenhados 183,7 bilhões de reais, no qual foram pagos 102,6 bilhões.

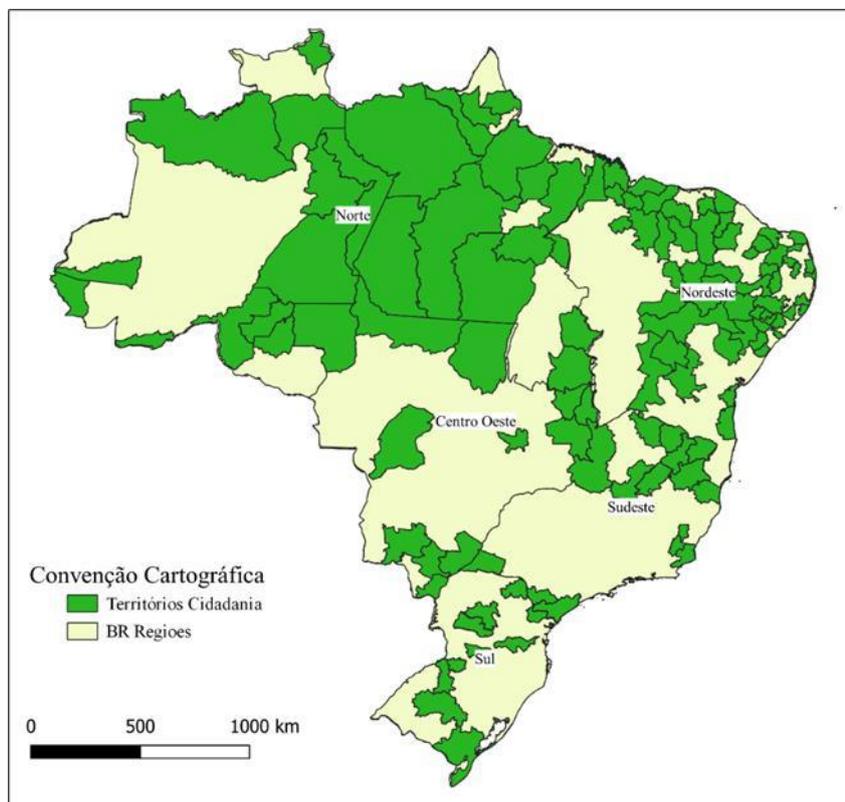
De acordo Oliveira (2017) citando Brasil (2014), constava implantados no Sistema de Informações Territoriais (SIT) 164 Territórios Rurais no Brasil, compreendendo um total de 2.500 municípios. Dos 164 Territórios, 120 foram transformados em Territórios da Cidadania e os outros 44 são considerados Territórios de Identidade Rural. Segundo Brito (2017), governo brasileiro, através da Secretaria do

Desenvolvimento Territorial - SDT, pasta do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA criou a partir 2003 até 2017 239 Territórios Rurais. Em Alagoas foram criados até 2014 seis territórios: Litoral Norte, Mata Alagoana, Agreste, Bacia Leiteira, Médio Sertão e Alto Sertão.

O Programa Território da Cidadania desde o ano de 2017 está inoperante e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) foi extinto no ano de 2017, quando o governo de Michel Temer fundiu com o antigo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e criou o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (Nascimento, 2019, p. 53) e foi revogado através do Decreto nº 9.784, de maio de 2019 (Andrade Figueredo & Phelipe Santiago, 2019). Atualmente estes ministérios foram extintos e as ações ligadas a agricultura familiar estão sendo operacionalizadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA. Apesar da extinção do MDA, a política de desenvolvimento territorial foi de relevante importância para o desenvolvimento do meio rural brasileiro, uma política acertada que mesmo depois de quase duas décadas sobrevive em algumas localidades de forma mais autônoma em relação ao governo federal como o Colegiado do Alto Sertão do estado de Alagoas-Brasil. No estado da Bahia-Brasil os colegiados territoriais sobrevivem com o apoio do governo estadual (Andrade Figueredo & Phelipe Santiago, 2020).

Figura 7

Distribuição dos Territórios da Cidadania pelo território brasileiro.



Nota: Marini et al. (2020) – MDA (2010)

4.2. Territórios da Cidadania de Alagoas

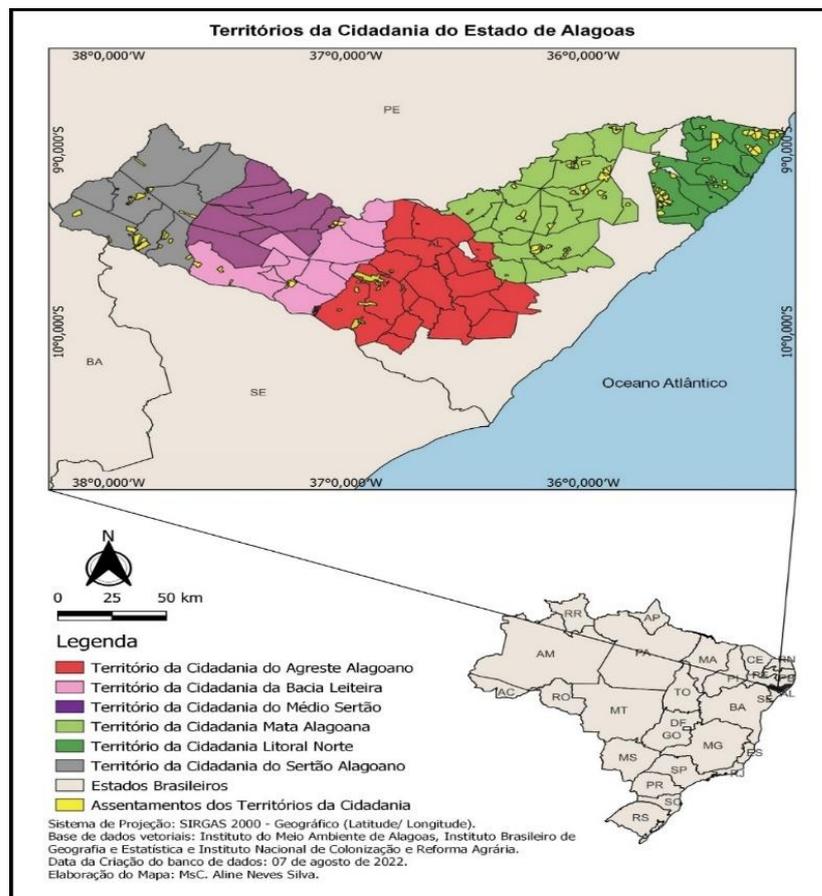
Este documento apresenta as características gerais dos Territórios da Cidadania alagoanos, construído a partir dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS (2006, 2010, 2011) e dados coletados e analisados dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017. Nele contém a síntese dos territórios do Agreste, Bacia Leiteira, Litoral Norte, Mata Alagoana, Médio Sertão e Alto Sertão. Dos seis territórios estudados o que apresentou o melhor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi o da Mata Alagoana, mesmo assim está abaixo da média estadual. O território do Agreste

possui a maior área territorial e populacional que os demais. O território do Alto Sertão possui a maior população residindo na área rural.

Em Alagoas foram criados até 2014 seis Territórios da Cidadania: Litoral Norte, Mata Alagoana, Agreste, Bacia Leiteira, Médio Sertão e Alto Sertão (Figura 7). O presente estudo se desenvolveu nos territórios do Agreste e Mata Alagoana com o objetivo de analisar as condições de vida nos assentamentos da reforma agrária dos Territórios da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana na perspectiva do desenvolvimento Territorial Sustentável, estudando a evolução socioeconômica dos assentados e a utilização de práticas produtivas sustentáveis.

Figura 8

Mapa do Território da Cidadania de Alagoas criados até 2014 com os Projetos de Assentamentos pelo INCRA.



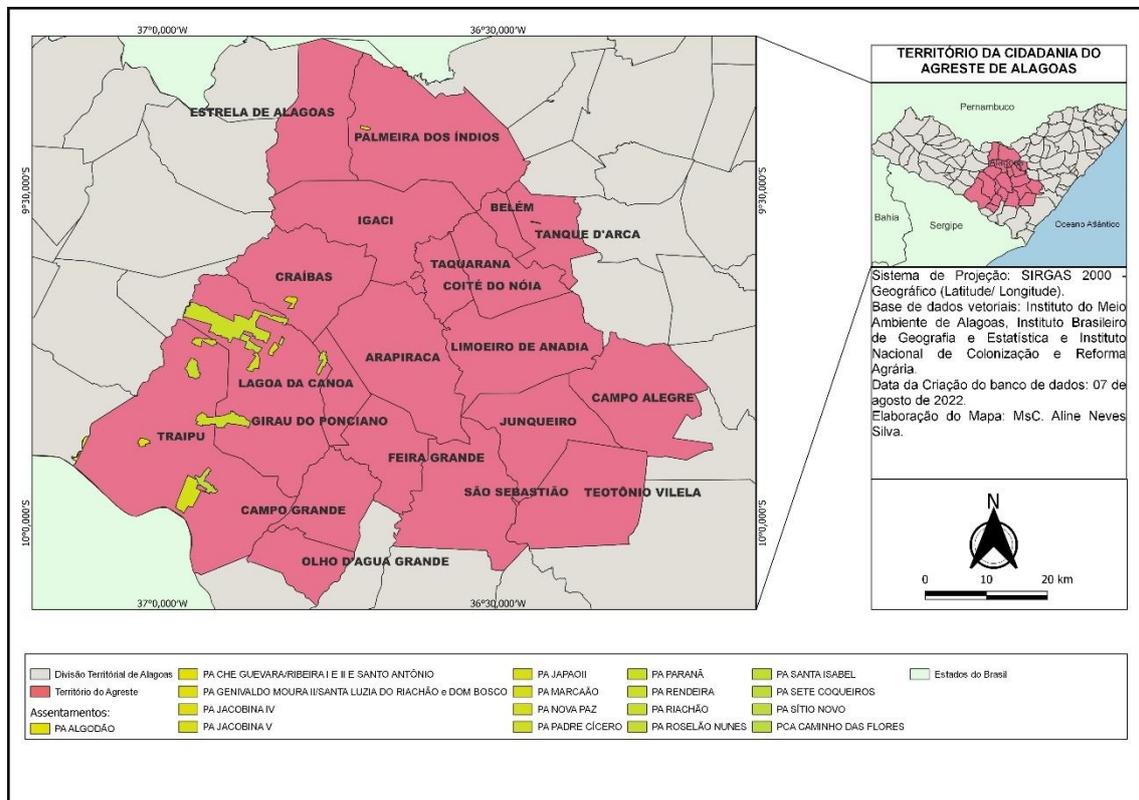
4.2.1 Território do Agreste e sua Estrutura agrária

O território do Agreste Alagoano possui uma área de 5.271 km² e corresponde a aproximadamente 19% da área do Estado de Alagoas, que é de 27.830,661 km², ou seja, 0,33% da área do Brasil, segundo dados do IBGE (2022).

O território da Cidadania do Agreste Alagoano é formado por 19 municípios (Figura 8), são eles: Arapiraca, Campo Alegre, Campo Grande, Craíbas, Coité do Nóia, Estrela de Alagoas, Feira Grande, Girau do Ponciano, Igaci, Junqueiro, Lagoa da Canoa, Limoeiro de Anadia, Olho D'Água Grande, Palmeira dos Índios, São Sebastião, Taquarana, Traipu, Teotônio Vilela, Tanque D'arca, conforme a Figura 08.

Figura 9

Mapa do Território do Agreste de Alagoas com os Projetos de Assentamentos criados pelo INCRA.



A identidade territorial do Agreste está caracterizada por sua história, região fisiográfica e estrutura fundiária, com predominância da pequena propriedade. Possui uma economia baseada na agricultura familiar de subsistência, onde as culturas mais plantadas são de milho, feijão, inhame, batata-doce e na agricultura de mercado com as culturas do fumo e mandioca. Segundo os dados coletados pelo Censo Agropecuário de 2017, o território tinha 6.681 ha da cultura do fumo, o que corresponde 89,97% da área cultivada de fumo em Alagoas. Outra cultura de grande cultivo no território é a mandioca, com 7.948 ha, representando 55,58% da área cultivada de mandioca no estado. É importante destacar que essas duas culturas são cultivadas em pequenas propriedades e por agricultores familiares em sua maioria. Na pecuária destaca-se a criação de bovino de corte e de leite e ovinocultura.

Os municípios que compõem o território possuem entre 29 a 187 anos, o mais recente é o município de Estrela de Alagoas, criado em 1993 e os municípios mais antigos são Palmeira dos Índios e Traipu, ambos criados em 1835.

O Território da Cidadania do Agreste possuía em 2010²⁹ uma população total de 676.407 (seiscentos e setenta e seis mil, quatrocentos e sete) habitantes. Desse total, 49% são homens e 51% são mulheres. A taxa média de urbanização é de 56%, cerca de 380.604 pessoas que vivem nas áreas urbanas do território. Os municípios de Arapiraca e Teotônio Vilela são os que apresentam maior taxa de urbanização, ambos com 85%, respectivamente, enquanto que os municípios de Limoeiro de Anadia e Feira Grande apresentam as menores taxas, com 8 % e 16% respectivamente.

²⁹ O Censo Brasileiro é realizado a cada dez anos, por causa da Pandemia e questão orçamentária o Censo que iria ser realizado em 2020 está sendo feito agora em 2022. Os dados mais atualizados somente estão disponíveis em 2023 ou 2024.

O Índice de Desenvolvimento Humano do território – IDH médio é de 0,57, sendo que os municípios com maiores IDH's são Arapiraca e Palmeira dos Índios com 0,66 e 0,67 respectivamente. O município com o pior índice foi Traipu com 0,48.

Analisando os dados do Censo Agropecuários do IBGE de 2006 e 2017, vê-se que a estrutura fundiária no território é predominantemente constituída pela pequena propriedade, com cerca de 92% dos estabelecimentos agropecuários até 10ha, o que corrobora com Barbosa e Brandão (2020) em um estudo sobre agricultura familiar e desenvolvimento rural em Alagoas a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017. Quanto à configuração fundiária estabelecida na época, e que até hoje perdura no território, há uma **hegemonia numérica de pequenas e médias propriedades rurais**, as que apresentam até 20 hectares. Estas representam em 94% no Censo Agropecuário de 2006 e no Censo de 2017 ficou em torno de 97,5%. Destaco aqui que os dados do Censo Agropecuário de 2017 possui algumas incongruências quanto aos números de estabelecimentos por estrato de segmentação e o número total de estabelecimentos por municípios.

Tabela 10

População do Território da Cidadania do Agreste por município

População do município	Qtd. de municípios	Municípios	População Total	Superfície (Km ²)
Até 4999 habitantes	1	Olho D'Água Grande	4957	117,006
De 5000 a 9999 habitantes	2	Campo Grande e Tanque d'Arca	15154	294,464
De 10000 a 19999 habitantes	4	Coité do Nóia, Estrela de Alagoas, Lagoa da Canoa e Taquarana	65453	585,278
De 20000 a 49999 habitantes	9	Craíbas, Feira Grande, Girau do Ponciano, Igací, Junqueiro, Limoeiro de Anadia, São Sebastião, Traipu e Teotônio Vilela	255511	3162,696
Maior de 50000 habitantes	3	Arapiraca, Campo Alegre e Palmeira dos Índios	335332	1111,743

Nota: IBGE, Censo Demográfico (2010).

As propriedades com até 20 hectares representam 97,5% do total das propriedades e ocupam apenas 32,3% do total das terras. No Censo de 2006 este mesmo seguimento ocupava 37,6%, ou seja, houve um aumento de concentração fundiária nesse intervalo de 11 anos. No entanto, as propriedades com mais de 200 hectares, que são 0,57% do total, ocupam aproximadamente 26% das terras agricultáveis. As propriedades com tamanho maiores de 20ha e menores que 200ha representaram aproximadamente 42% no último censo de 2017. O território apresentou o menor tamanho médio entre os estabelecimentos agropecuários de até 20 ha que os demais e ficou em aproximadamente 1,9 ha, o que significa que é o território da agricultura e da produção familiar.

Quanto a reforma agrária, o território possui 17 assentamentos, 1.054 famílias assentadas em aproximadamente 11.748,7 ha (Figura 08). O número de famílias e assentamentos diferem do número apresentado na metodologia desta investigação porque os dados foram atualizados pelo INCRA pós início da pesquisa de campo.

4.2.2. Território da Mata Alagoana e sua Estrutura Agrária

O Território da Cidadania da Mata Alagoana é formado por 21 municípios: Anadia, Atalaia, Boca da Mata, Branquinha, Cajueiro, Chã Preta, Colônia Leopoldina, Capela, Ibateguara, Messias, Murici, Maribondo, Mar Vermelho, Pilar, Paulo Jacinto, Pindoba, Quebrangulo, São José da Laje, Santana do Mundaú, União dos Palmares e Viçosa. O território tem uma área total de 4.950,692 km² (18% da área do Estado)

Em 2000, o Território da Mata Alagoana possuía uma população de 386.875 habitantes, que representava aproximadamente 12% da população do Estado e em 2010, de acordo com o Censo do IBGE, o Território da Cidadania da Mata Alagoana possuía uma população de 398.513 habitantes, representando um crescimento populacional em torno de 3,0% em uma década (2000-2010). Os municípios com as populações com menor

número de habitantes são: Pindoba (2.886), Mar Vermelho (3.652) e Chã Preta (7.146) e os que apresentam maior população são União dos Palmares (62.401), Atalaia (44.379) e Pilar (33.312), Figura 09.

Pindoba é o menor município do território e ocupa uma área geográfica de 83,60 km², enquanto que o maior em extensão territorial é Atalaia com 534,20 km². A densidade demográfica do Território, em 2010 (80 habitantes por km²) era menor que a de Alagoas (113,66 habitantes por km²). O município de Pindoba possui a menor densidade demográfica (34 habitantes por km²) e o município de Cajueiro apresentava a maior densidade (164 habitantes por km²).

O processo de urbanização no Território da Cidadania da Mata Alagoana segue a tendência do Estado e do Brasil. Em 2010, a taxa de urbanização do Território era de 66%, menor que a média do Estado (77%). O IDH médio do território é 0,615, um pouco abaixo do IDH médio do estado de Alagoas que é de 0,631.

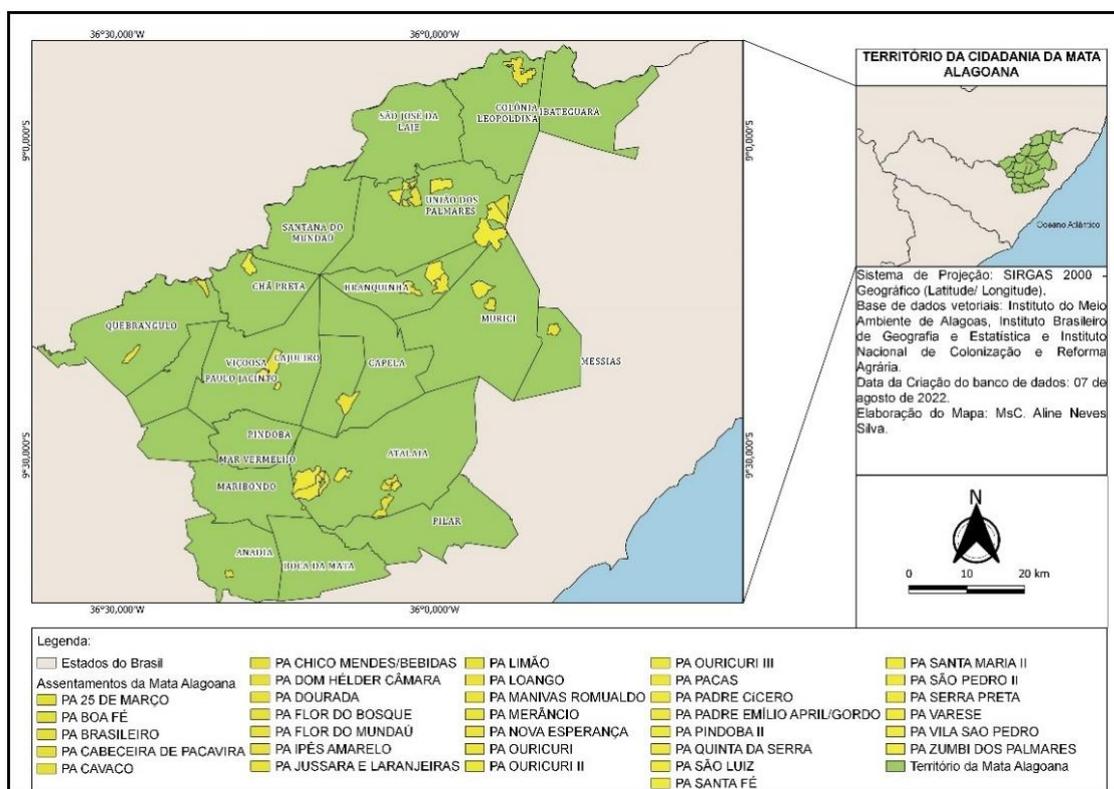
A população do Território da Cidadania da Mata Alagoana em 2010 estava concentrada nos centros urbanos (70%), alguns municípios ultrapassava a média territorial, sendo que a maior concentração se dava no município de Pilar (95%) e a menor em Mar Vermelho (45%). Comparando os anos de 2009 e 2010, houve um acréscimo de 8%, em que a população urbana representava 62% da população total. Em dez dos vinte municípios que compõem o Território, a população urbana em 2009 era maior que 60%, este número cresceu para treze municípios em 2010. Chama atenção o município de Pilar que possuía cerca de 90% da população em área urbana e passa a 95% em 2010.

Entre as organizações sociais identificadas no Território constam: as cooperativas (Coopervale e Cooplal); as associações (Asprovaes, Unaque e Amados); as ONGs (Guia, Instituto Paraíba do Meio, Meninos de Hobby Wood, Girassol e Naturagro); os grupos de jovens (Boca da Mata e Girassol). Há também o Comitê Regional Hidrográfico do Rio

São Miguel – CRHSM. Destacam-se alguns movimentos sociais no Território como o Movimento Sindical Rural, que organiza os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, o Movimento de Libertação dos Sem Terras (MLST), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Movimento Quilombola.

Figura 10

Mapa do Território da Cidadania da Mata Alagoana.



Apesar da crise vivida pelo complexo sucroalcooleiro no Estado de Alagoas desde os anos 90, a cultura da cana de açúcar ainda permanece como a principal produção agrícola no Território. No censo agropecuário de 2017, o território possuía 55.759 hectares de cana de açúcar em 455 estabelecimentos agropecuários. A produção de cana no Território corresponde a 24% do valor da produção e da área plantada no Estado. A agricultura familiar produz uma pequena diversidade de outras culturas como banana,

coco, laranja, limão, manga, fava, feijão, milho, mandioca, batata-doce, abacaxi, maracujá, pimenta do reino, goiaba, amendoim, inhame, dentre outros.

As principais culturas alimentares do Território são a banana e a laranja. A primeira participa com a maior parte do Valor da Produção (61%) e possui 30% da área plantada das culturas permanentes. A segunda apresenta uma maior área plantada (63%), porém corresponde a 36% do Valor da Produção do Território. A produção do Território de laranja e banana contribui de forma bastante significativa com a produção do Estado. Conforme o Censo Agropecuário de 2022, a laranja produzida no Território da Mata corresponde 67% da área plantada e a 78,23% do valor da produção no Estado. Enquanto a banana correspondeu a 52,1% da área plantada e a 45,9% do valor da produção.

A pecuária corresponde a 7% do valor da produção agropecuária do Território da Cidadania da Mata Alagoana. O maior efetivo de rebanho é de galinhas, galos, frangas, frangos e pintos, este fator se explica por ser animais de pequeno porte e criados em fundo de quintais para subsistências e alguns agricultores vendem em feiras livres. A criação de bovinos pelos grandes produtores é bem presente no território, embora alguns agricultores familiares também tenham pequenas criações. No efetivo da pecuária do Território também foram identificados os suínos, ovinos, vacas ordenhadas e equinos. Em proporções abaixo de 1% estavam os muares, caprinos e codornas.

No Território da Cidadania da Mata Alagoana tem uma forte presença de assentamentos da reforma agrária (Tabela 10) cobrindo uma área de mais de 22 mil hectares, construídos em sua maioria, em áreas de usinas falidas, principalmente após a reestruturação produtiva do setor nos anos de 1990.

Segundo o último Censo Agropecuário de 2017, 78,2% dos estabelecimentos rurais do Território da Cidadania da Mata possuem menos de 10 ha, representam e ocupam aproximadamente 14,65% das terras. Estes dados destacam a predominância da

agricultura familiar no território, onde 37 assentamentos de reforma agrária do INCRA ocupam aproximadamente 22,3 mil hectares. No entanto, 1% das propriedades acima de 500 ha ocupam cerca de 23,5% das terras agricultáveis do território. As propriedades de tamanho entre 50 a 200 ha representam 5,5% e cobrem aproximadamente 25% das áreas agricultáveis do território.

Tabela 11

População do Território Cidadania da Mata Alagoana por município

População do município	Quant. de Municípios	Municípios	População Total	Superfície Km²
Até 4999 habitantes	2	Pindoba e Mar Vermelho	6.518	210,697
De 5000 a 9999 habitantes	2	Chã Preta e Paulo Jacinto	14.572	287,727
De 10000 a 19999 habitantes	8	Branquinha, Santana do Mundaú, Quebrangulo, Maribondo, Ibateguara, Messias, Capela e Anadia	111.975	1710,212
De 20000 a 29999 habitantes	6	Colônia de Leopoldina, Cajueiro, São José da Lage, Viçosa, Boca da Mata e Murici	141.007	1536,234
Maior de 30000 habitantes	3	Pilar, Atalaia e União dos Palmares	139.985	1205,822

Nota: IBGE, Censo Demográfico (2010).

4.2.3. Território da Bacia Leiteira e sua Estrutura agrária

O Território da Bacia Leiteira tem uma área de 2.805,9 Km², representando aproximadamente 10% da área total do Estado de Alagoas. É composto, por 11

municípios da região semiárida de Alagoas. Os municípios do território são: Pão de Açúcar, Palestina, Olho D'Água das Flores, Monteirópolis, Jacaré dos Homens, Batalha, Jaramataia, Major Isidoro, Belo Monte, Minador do Negrão e Cacimbinhas (Figura 10). Os municípios estão distribuídos em 02 (duas) Zonas Fisiográficas, a do Sertão do São Francisco (Belo Monte e Pão de Açúcar) e a do Sertão (demais municípios).

De acordo com resultados do Censo 2010 (IBGE), a população da Bacia Leiteira era de 125.693 habitantes. O percentual de pessoas residindo na zona rural em 2000 era de 49%, representando uma queda de 22% desde 1970 (71%). Este fenômeno não ocorreu apenas nessa região, mas em todo o Estado. As políticas públicas não exerceram eficácia na geração de renda como nas áreas de educação e saúde. Jovens não encontravam trabalho no campo, se deslocando para outros municípios na tentativa de uma colocação no mercado de trabalho. Em 2007, pouco mais da metade da população (51%) ocupava a área urbana, apenas três municípios tinham população urbana maior do que a rural (Batalha, Olho d'Água das Flores e Palestina), os demais tinham mais de 50% da população residindo na zona rural, como Belo Monte com 82%. No ano de 2010 a população manteve os 51% urbano.

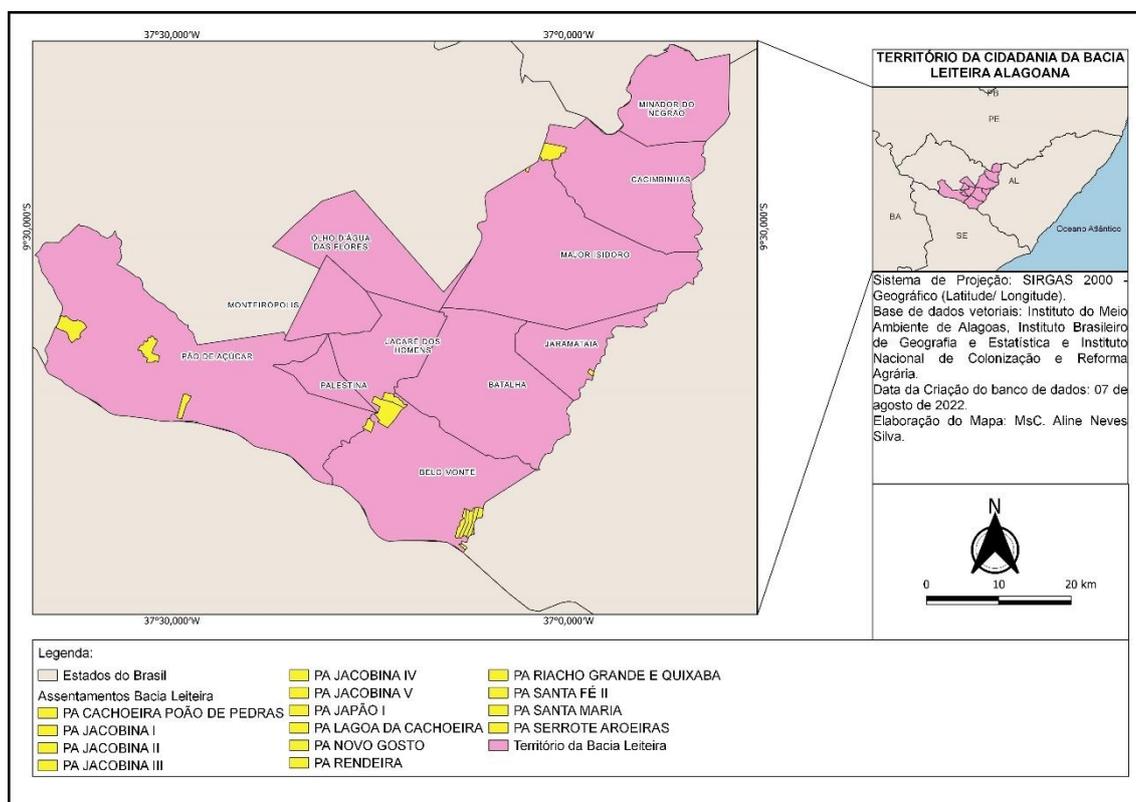
A economia do território no período das chuvas (maio a julho) gira em torno da produção agrícola com a agricultura de sequeiro (milho, feijão e mandioca), e durante todo o ano, predomina a pecuária, principalmente a leiteira, apresentando melhores resultados produtivos e de preço na época chuvosa, quando tem pasto para os animais. A pecuária de corte (bovinos, suínos e ovinos) movimenta semanalmente as feiras de animais na sede dos municípios. O Território tinha em 2010, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal IDH-M de 0,576.

De acordo com os dados do Censo Agropecuário de 2017, o número de estabelecimentos agropecuários existentes no Território é de 9.053 (nove mil e cinquenta

e três) propriedades rurais ocupando 169.756 (cento e sessenta e nove mil, setecentos e cinquenta e seis) hectares, enquanto que no Censo Agropecuário de 2006 existiam 9.657 (nove mil seiscentos e cinquenta e sete) ocupando 198.135 (cento e noventa e oito mil, cento e trinta e cinco) hectares. Ou seja, houve uma redução no número de propriedade e ocupação de área durante os 11 anos que separam os dois censos. Este processo pode ser explicado pela diminuição da população rural, que deixa o campo e vai morar na cidade em busca de melhores condições socioeconômicas. O Território da Bacia Leiteira conta com 15 (quinze) áreas de assentamento criadas pelo INCRA, 378 famílias assentadas ocupam 7.178,20 ha (Figura 04).

Figura 11

Mapa do Território Cidadania da Bacia Leiteira de Alagoas



A Bacia Leiteira apresenta um dado preocupante, enquanto 73,6% das propriedades com menos de 10 ha ocupam 13,1% das terras, 1,48% dos imóveis maiores que 200 ha ocupam 27,7% das terras agricultáveis. O território é caracterizado pela predominância de propriedades da agricultura familiar, porém apresenta uma situação de fortes limitações naturais em recursos hídricos e escasso regime de chuvas.

Tabela 12

População dos Municípios do Território da Cidadania da Bacia Leiteira do Alagoas

População do município	Qtd. de municípios	Municípios	População Total	Superfície (Km ²)
Até 9999 habitantes	6	Palestina, Monteirópolis, Minador do Negrão, Jaramataia, Jacaré dos Homens e Belo Monte	35343	878,752
De 10000 a 19999 habitantes	3	Major Isidoro, Cacimbinha e Batalha	46174	1042,113
Maior de 20000 habitantes	2	Pão de Açúcar e Olho D'Água das Flores	44176	885,015

Nota: IBGE, Censo Demográfico (2010).

4.2.4. Território da Cidadania do Litoral Norte e sua Estrutura agrária

O Território da Cidadania do Litoral Norte de Alagoas abrange uma área de 2.470 Km², representando aproximadamente 8,9% da área total do Estado e é composto por 12 (doze) municípios, são eles: Campestre, Jacuípe, Barra de Santo Antônio, Japaratinga, Jundiá, Maragogi, Matriz de Camaragibe, Passo de Camaragibe, Porto Calvo, Porto de Pedras, São Luís do Quitunde e São Miguel dos Milagres (Figura 11). O município de

São Luís do Quitunde tem a maior extensão territorial com 404 Km². O território possuía uma população total segundo o último Censo brasileiro realizado 2010, de 180.788 habitantes, onde 69,19% residia na zona urbana e 30,81% na zona rural.

O território tem uma bagagem arquitetônica representada pelos engenhos de cana de açúcar, produto de exportação no Brasil colônia, destacando-se Porto Calvo como principal local de escoamento da produção agrícola da região na época. Os municípios que compõem a região são banhados pelos rios Santo Antônio, Salgado, Grupuína, Maragogi, tendo como principal o rio Camaragibe, o qual ocasionou mudanças importantes na vida e na identidade dos moradores litorâneos.

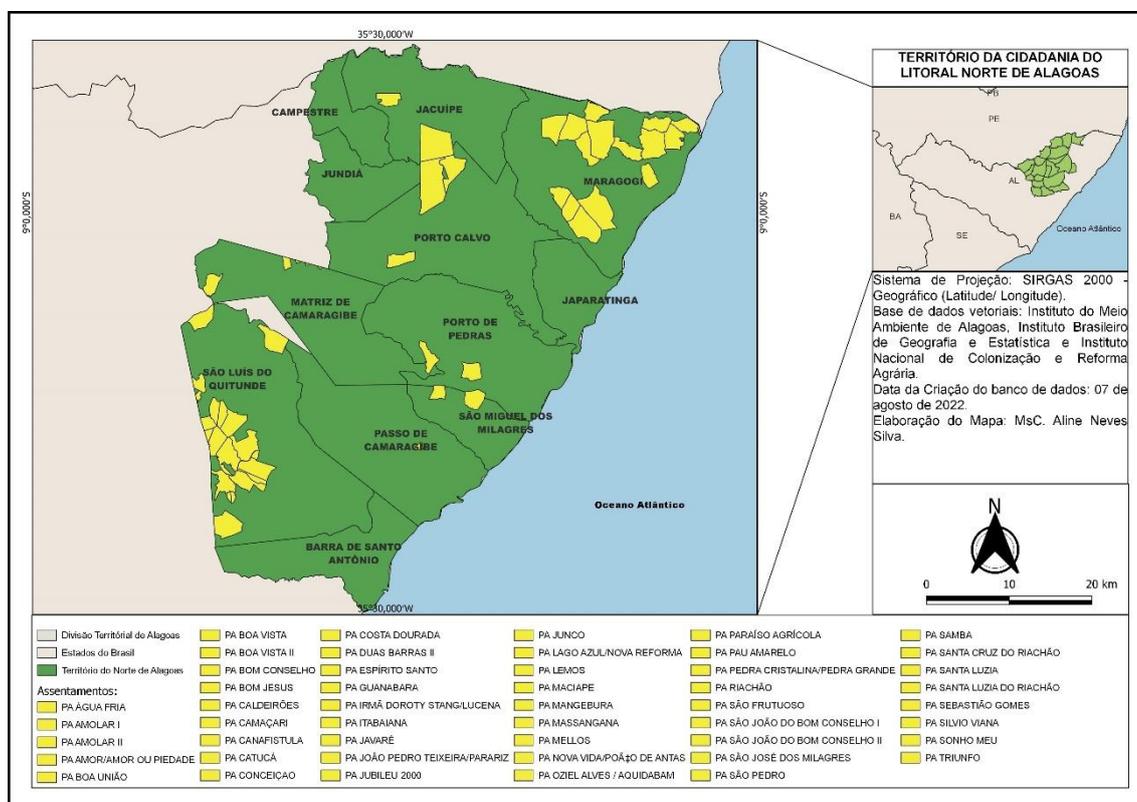
Dados do IBGE (2022) mostram que a cana de açúcar, no Litoral Norte, é a cultura que apresenta o maior volume de produção com 46.082 hectares colhidos, entre as lavouras temporárias. O município de Barra de Santo Antônio apresentou a maior produção de cana de açúcar no território, produzindo 616.901 toneladas, seguido por São Luiz do Quitunde que produziu 605.645 toneladas. O município de São Luiz do Quitunde reduziu sua produção pela metade em relação ao ano de 2010. Em seguida, se destacam a mandioca, abacaxi, batata doce, coco, banana, laranja e maracujá. Na criação animal destaca-se o bovino de corte, suínos e aves.

O Território da Cidadania do Litoral norte de Alagoas tem 49 Projetos de Assentamentos criados pelo INCRA, sendo o território que apresenta a maior quantidade de assentamentos, destacando-se o município de Maragogi com a maior concentração de área de reforma agrária do estado de Alagoas (Figura 11).

O Território apresenta uma realidade que aponta para a baixa qualidade de vida da população residente, expressa nos indicadores de desenvolvimento humano. De acordo com os dados apresentados, o Território apresentou Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Médio de 0,579.

Figura 12

Mapa do Território Cidadania do Litoral Norte de Alagoas



Os dados não deixam dúvida quanto à configuração fundiária que perdura no território, uma hegemonia numérica de pequenas e médias propriedades rurais, que representa mais de 80% da totalidade com até 20 hectares de acordo com o Censo Agropecuária de 2017. Relevante é o fato que as propriedades de até menos de 10 ha representarem aproximadamente 76% do total das propriedades. Enquanto as propriedades com **até 20 hectares representavam cerca de 80%** do total de propriedades, a participação no volume de terras ocupadas representa **apenas cerca de 20% do total**, enquanto que as propriedades com mais de 500 hectares representam cerca de 3,86% do total e ocupam mais de 30% das terras agricultáveis (IBGE, 2017).

Tabela 13

População do Território Cidadania do Litoral Norte por município

População do município	Quant. de Municípios	Municípios	População Total	Superfície Km²
Até 9999 habitantes	6	Campestre, Jacuípe, Japaratinga, Jundiá, Porto de Pedras e S. Miguel dos Milagres	41128	814,3
De 10000 a 19999 habitantes	2	Barra de Sto. Antônio e Passo de Camaragibe	29000	326,6
De 20000 a 29999 habitantes	3	Maragogi, Matriz de Camaragibe e Porto Calvo	78244	925,3
Maior de 30000 habitantes	1	São Luiz do Quitunde	32416	404,0

Nota: IBGE, Censo Demográfico (2010).

Os movimentos sociais de luta pela terra desde o final dos anos de 1980 conseguiram assentar mais de 3 mil famílias em 49 assentamentos, que representam uma área de 21,75 mil hectares, modificando o quadro da estrutura fundiária no território. Com lotes de área útil de até 07 ha, os assentamentos contribuíram para baixar ainda mais o tamanho médio das propriedades, pois o tamanho médio da propriedade familiar em 2006 era de 10,8ha, hoje, após o Censo de 2017 é em torno de 8,6 ha.

4.2.5. Território da Cidadania do Médio Sertão e sua Estrutura Agrária

O Território da Cidadania do Médio Sertão tem uma área de 2.542,4 Km², representando cerca de 10% da área total do Estado. É composto por 09 municípios localizados na região semiárida do Estado de Alagoas. Os municípios do território do

médio sertão são: Carneiros, Dois Riachos, Olivença, Ouro Branco, Poço das Trincheiras, Santana do Ipanema, Maravilha, São José da Tapera, e Senador Rui Palmeira (Figura 12). De acordo com resultados do Censo 2010 (IBGE), o território tinha uma população de 153.422 habitantes e tinha apresentado declínio no número de habitantes de 4,2% entre 2007 e 2010, porém, registrou-se um crescimento populacional entre 2000 e 2010 de 5,1%. O município de Carneiros foi que apresentou o maior índice de crescimento populacional (25,9%), já nos municípios de Dois Riachos e Maravilha, houve uma redução na população rural de 1,7% e 24,9%, respectivamente.

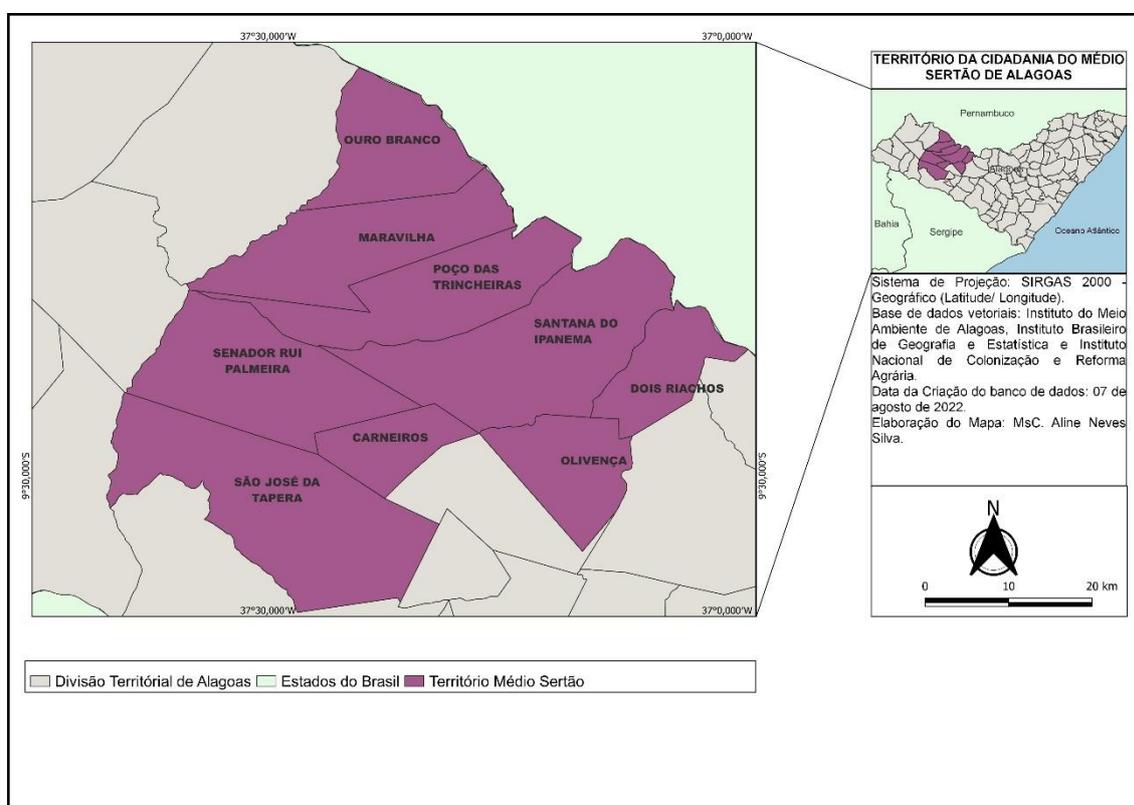
O Território do Médio Sertão apresentou, no ano de 2010, índice de IDH-M de 0,537, inferior ao IDH de Alagoas (0,631), sendo que o município de Ouro Branco apresentou o menor IDH-M (0,493) e Santana do Ipanema o maior IDH-M (0,591). Isso significa que comparados com outros municípios do Brasil, todos os municípios do território apresentaram uma situação desfavorável.

Entre 2000 e 2010 ocorreu um declínio de 4,6% na população rural do Território. Em 2000 o percentual de pessoas residindo na zona rural era de 59,6%, em 2010 a população rural decaiu para 55%. Com relação à densidade demográfica, o Território apresenta uma média de 60,3 hab./km², variando de 36,1 hab/km² (Senador Rui Palmeira) a 102,2 hab/km² (Santana do Ipanema).

O capital social das Organizações Não Governamentais que atuam no Território é fator considerado importante pelos atores sociais, destacando-se a ASA (Articulação do Semiárido) que vem contribuindo para o fortalecimento do capital social nativo (agricultores (as), os quilombolas, assentados (as), mulheres e jovens camponeses (as), além do trabalho pioneiro dos Sindicatos dos Trabalhadores (as) Rurais), na luta para que se encontrem alternativas ao desenvolvimento Sustentável.

Figura 13

Mapa do Território do Médio Sertão de Alagoas



A economia do Território da Cidadania do Médio Sertão gira em torno das atividades agropecuárias: pecuária de corte e leite, ovinocaprinocultura, apicultura, avicultura, suinocultura, piscicultura, fruticultura (umbu e castanha de caju), milho e feijão. A atividade leiteira bovina movimentou no território, segundo dados do Censo de IBGE (2017), aproximadamente R\$23.136.154 (vinte e três milhões, centro e trinta e seis mil, centro e cinquenta e quatro reais) no ano de 2017, com destaque para os municípios de Maravilha e São José da Tapera. Havia em 2017, de acordo com os dados do IBGE 42.682 cabeças de ovinos no território, onde os municípios de Senador Rui Palmeira e São José da Tapera foram os maiores produtores com cerca de 8,6 mil cabeças cada. Na parte agrícola o Território do Médio Sertão produziu em 2017 cerca de 5,2 mil toneladas de milho em grão.

Tabela 14

População do Território Cidadania do Médio Sertão por município

População do município	Quant. de Municípios	Municípios	População Total	Superfície Km²
Até 9999 habitantes	1	Carneiros	8.290	142,3
De 10000 a 19999 habitantes	6	Dois Riachos, Maravilha, Olivença, Ouro Branco, Poço das Trincheiras e Senador Rui Palmeira	70043	1438,5
Maior de 20000 habitantes	2	Santana do Ipanema e São José da Tapera	75089	961,4

Nota: IBGE, Censo Demográfico (2010).

A estrutura fundiária dominante no Território da Cidadania do Médio Sertão é do minifúndio e das pequenas propriedades de gestão familiar, propriedades estas adquiridas por compra e herança. O Território do Médio Sertão apresenta uma predominância de propriedades da agricultura familiar com mais de 85% dos estabelecimentos rurais de menos 20 ha (IBGE, 2017). As propriedades familiares apresentam uma grande importância para o desenvolvimento de qualquer território, uma vez que distribui renda e produz alimento para o abastecimento interno dos municípios.

Em 2006 existiam no território 17.737 estabelecimentos rurais ocupando 194.997, enquanto que no Censo agropecuário de 2017 apresentou 12.766 imóveis rurais ocupando 139.997 hectares. Essa diferença discrepante entre os dois censos precisa ser analisada com mais detalhes, embora nos municípios sertanejos venham acontecendo um êxodo rural muito acelerado nos últimos anos, porém a mudança na metodologia do censo atual pode ter causado alguma alteração nesse resultado.

4.2.6. Território da Cidadania do Alto Sertão e sua Estrutura Agrária

O Território da Cidadania do Alto Sertão alagoano localiza-se na região nordeste do Brasil, mais precisamente na porção oeste do estado de Alagoas, é composto por 08 municípios, são eles: Inhapi, Canapi, Mata Grande, Água Branca, Delmiro Gouveia, Olho d'Água do Casado, Pariconha e Piranhas Figura 12.

A distribuição espacial em relação ao estado de Alagoas, a área dos municípios que compõe o território do Alto Sertão representa cerca de 3935,3 km², cerca de 14,13% da área total do Estado. O município de menor área é Pariconha (254,719 km²) e o de maior área é Mata Grande (914,722 km²), ambos localizados na microrregião serrana do sertão alagoano. Na microrregião do sertão do São Francisco o município de menor área é Olho D'água do Casado (327,678 km²) e o maior Delmiro Gouveia (628,545 km²). Outro dado importante é que 61,95 % dessa população está localizada na área rural dos municípios, o que reflete a base da economia da região que é predominantemente agrícola e de base familiar. A densidade demográfica é considerada baixa em todo o território, com cerca de 40,25 hab/km² em média, enquanto que para o estado a média é de 101,3 hab/km². O Índice de Desenvolvimento Humano médio – IDH do território é de 0,58, mais baixo que o IDH de Alagoas que é de 0,631.

O Território apresenta como característica básica uma vocação natural para a agricultura de sequeiro e possui irrigação em áreas de pequenas faixas agricultáveis nos municípios das margens do rio São Francisco. No campo das culturas comerciais têm-se no caju nativo grandes potencialidades e as explorações agrícolas mais comuns são o milho, feijão, palma forrageira, algodão e mandioca.

No Território existe uma pecuária bovina extensiva e semi-extensiva, ovinocaprinocultura, além de criações de pequenos animais como galinhas, patos e

guinés. Os animais de pequeno porte são mais de caráter doméstico para o consumo próprio, porém a galinha caipira tem um grande potencial para o comércio. A atividade apícola apresenta-se com grandes possibilidades de produção e comércio, visto que a região semiárida possui uma flora ideal para esta atividade.

Figura 14

Mapa do Território Cidadaniado Alto Sertão de Alagoas

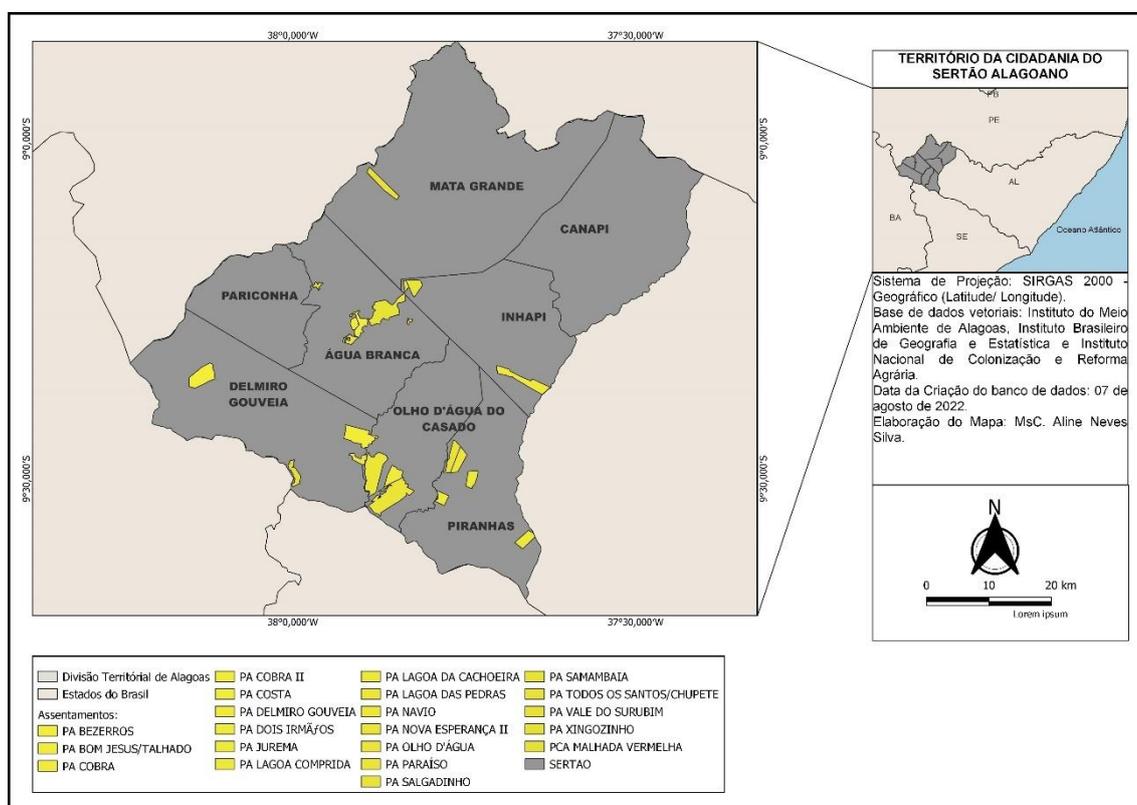


Tabela 15

População do Território do Alto Sertão por município

População município	do Quant. de Municípios	Municípios	População Total	Superfície Km²
Até 9999 habitantes	1	Olho d'Água do Casado	8.491	324,1
De 10000 a 19999 habitantes	4	Pariconha, Canapi, Inhapi e Água Branca	64.789	1669,4
Maior de 20000 habitantes	3	Piranhas, Mata Grande e Delmiro Gouveia	95.839	1941,8

Nota: IBGE, Censo Demográfico (2010).

Embora a atividade agropecuária seja forte no território, atividades como o artesanato e o turismo representam eixos econômicos alternativos, principalmente na microrregião do Sertão do São Francisco, em virtude das belezas naturais e o potencial hídrico do rio São Francisco.

A estrutura fundiária dominante no Território da Cidadania do Alto Sertão é do minifúndio e das pequenas propriedades de agricultura familiar, propriedades estas adquiridas por compra, herança ou pelo acesso através de ações de reforma agrária e de regularização fundiária. No território têm 28 assentamentos com 1174 famílias assentadas em cerca de 18.988,23 ha (Figura 13)³⁰.

O território apresenta uma predominância de propriedades da agricultura familiar com 12.289 estabelecimentos rurais, ocupando uma área de 174.900 hectares. No território cerca de 71,8% dos estabelecimentos rurais possuem menos de 10 ha (IBGE, 2017) e ocupa aproximadamente 18,2% das terras agricultáveis. Fazendo uma análise

³⁰ Alguns assentamentos não foram possíveis colocar no mapa por deficiência do serviço de cartografia do INCRA.

entre o número de estabelecimentos e a área ocupada vê-se que o tamanho médio da propriedade é de 14,23 ha, de acordo com os dados do último censo de 2017. De acordo com Barbosa e Brandão (2020) a região possui restrições edafoclimáticas, inclusive nos últimos 10 anos tem sido afetada por secas sucessivas com impactos negativos sobre a produção agrícola e animal, principalmente, na bovinocultura leiteira. Quanto as propriedades com tamanhos maiores que 500 ha não foi possível contabilizar a partir da tabela disponível pelo Censo agropecuário 2017 do IBGE, o que dificultou fazer uma análise mais detalhada da problemática da estrutura fundiária deste território.

4.2.7. Características gerais dos territórios

Tabela 16

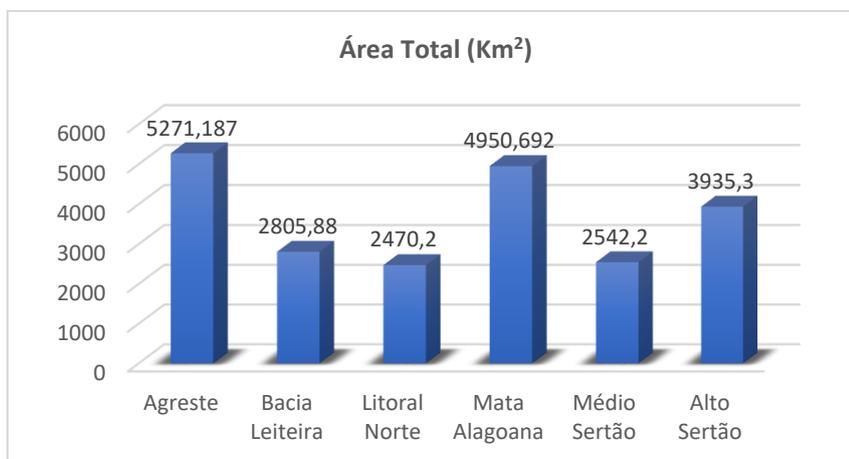
Dados gerais por território

Características	Territórios (1)					
	Agreste	Bacia Leiteira	Litoral Norte	Mata Alagoana	Médio Sertão	Alto Sertão ¹
Área Total (Km ²)	5271,187	2805,88	2470,2	4950,692	2542,2	3935,3
População Total	676.407	125.693	180.788	398.513	153.422	169.107
População Urbana (%)	56	51	69,19	66	55	46,05
População Rural (%)	44	49	30,81	34	45	53,95%
IDH médio	0,57	0,576	0,579	0,615	0,552	0,58
Nº de Assentado (INCRA)	982	394	3361	2780	0	1174
% do Estado (área)	18,93	10,08	8,87	17,78	9,13	14,13
Nº de Município	19	11	12	21	9	8
Densidade demográfica (Hab/km ²)	119,25	58	73,49	80	60,3	40,45

Nota: Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável dos diversos territórios e IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, www.ibge.gov.br.

Figura 15:

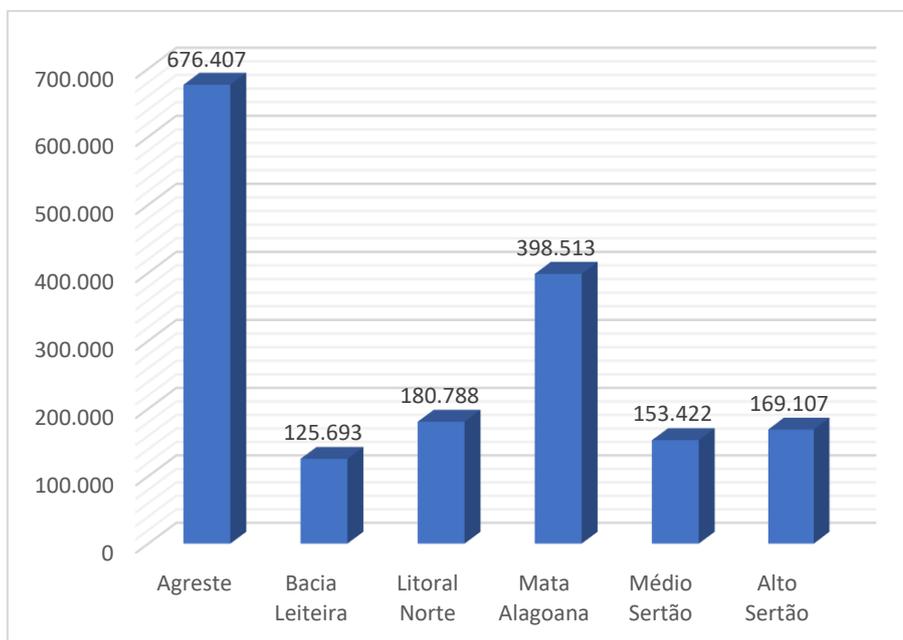
Área total de cada território de Alagoas



Nota: Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável dos diversos territórios e IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, www.ibge.gov.br.

Figura 16

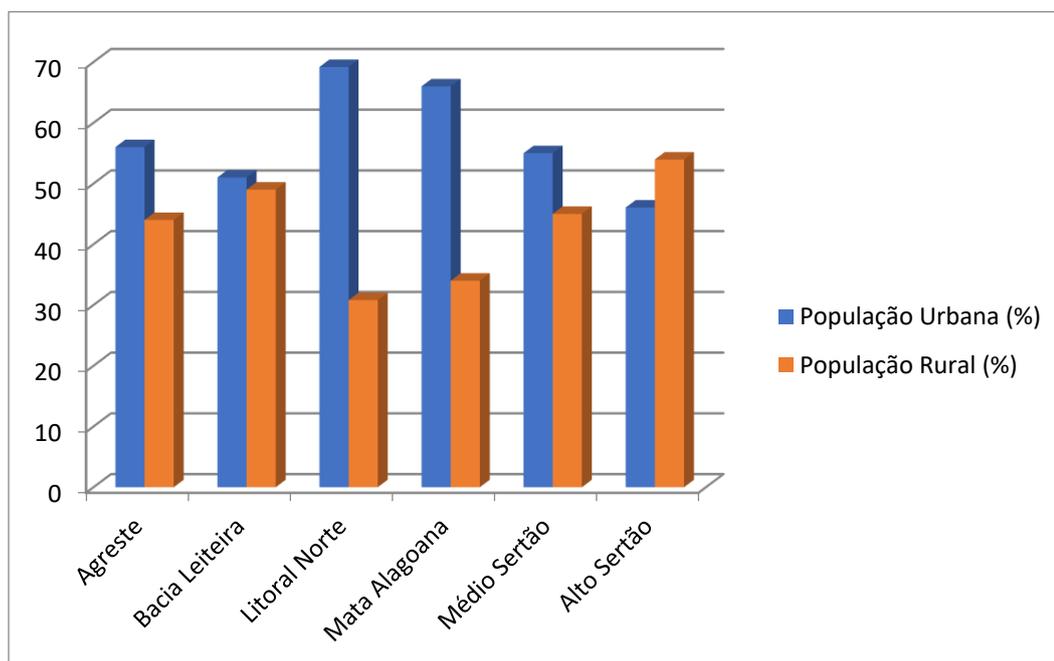
População total de cada território de Alagoas



Nota: Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável dos diversos territórios e IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, www.ibge.gov.br.

Figura 17

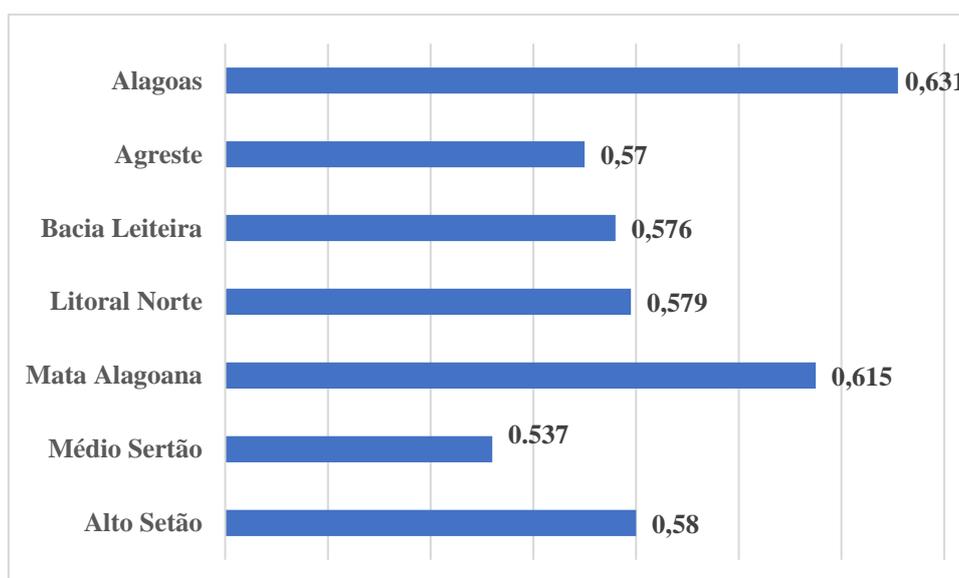
População urbana e rural por território



Nota: Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável dos diversos territórios e IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, www.ibge.gov.br.

Figura 18

Índice de Desenvolvimento Humano dos territórios



Nota: Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável dos diversos territórios e IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, www.ibge.gov.br.

CAPÍTULO III. ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

5. HIPÓTESES DA INVESTIGAÇÃO, OBJETIVOS, METODOLOGIA E TERRITÓRIOS DE ESTUDO

A presente investigação conjuga produções acadêmicas sobre reforma agrária e desenvolvimento territorial sustentável, através de uma pesquisa de campo que busca entender as condições sociais, econômicas, ecológicas, políticas e culturais dos assentamentos da Reforma Agrária nos Territórios da Cidadania do Agreste e da Mata Alagoana na perspectiva do Desenvolvimento Territorial Sustentável. A *Hipótese* estabelecida inicialmente foi que os assentados dos territórios estudados vivem em condições socioeconômicas melhores depois de beneficiados da reforma agrária, utilizam de práticas produtivas sustentáveis e contribuem para o desenvolvimento territorial sustentável.

A *pesquisa objetivou* analisar as condições sociais, econômicas, ecológicas, políticas e culturais dos assentamentos da reforma agrária nos Territórios da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana-Brasil na perspectiva do desenvolvimento Territorial Sustentável.

Tendo em conta o anterior, os objetivos específicos da investigação são:

1. Analisar as condições socioeconômica dos assentados da reforma agrária no Território da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana;
2. Descrever as práticas produtivas sustentáveis utilizadas nos assentamentos da reforma agrária do Território da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana;
3. Construir propostas para o desenvolvimento territorial sustentável dos assentamentos da reforma agrária.

Seguindo os procedimentos metodológicos, a *pergunta-chave da investigação* foi:

Quais as condições sociais, econômicas, ecológicas, políticas e culturais nos assentamentos da reforma agrária dos Territórios da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana-BRASIL na perspectiva do desenvolvimento Territorial Sustentável?

Enquanto metodologia, a ciência moderna foi construída a partir da racionalidade e uso de métodos para explicar, através do método científico, fenômenos naturais e sociais antes dominada pelos pensamentos religiosos ou absolutistas (Zambelle, 2018). Assim, a ciência tem como objetivo proporcionar a verdade acerca da natureza e da sociedade com conhecimentos produzidos e comprovados por métodos, técnicas e outros procedimentos científicos, como por exemplo, colocar nas análises a “situação histórico-social” e “o caráter reflexivo” (Machado, 2018, p. 24), dentre outras.

O filósofo francês René Descartes foi um dos mais importantes pensadores do ocidente a contribuir para a construção do pensamento científico através da racionalidade com sua obra o *Discurso sobre o Método* para bem conduzir a Razão e procura da verdade. Assim como Francis Bacon defendendo o valor das experiências de laboratório e o método indutivo (Aquino, et al 1983).

Segundo Gil (1988, p. 25), “dentre as várias tentativas de superar a dicotomia entre o método dedutivo e indutivo, a primeira a ultrapassar o nível da conciliação foi a de Karl Marx (1818-1883) com o método dialético”, a partir dos estudos de Hegel. Hegel, filósofo alemão concebe a dialética como a conciliação dos contrários e comporta três momentos: tese, antítese e síntese superando a contradição, mesmo conservando as proposições contrárias. Karl Marx, a partir da dialética mostrou como as forças produtivas e as relações que elas condicionam determinam a história da sociedade humana (Gil, 1988, p. 27). Lukatos e Marconi (2003, p. 106), sublima que método dialético “penetra o mundo dos fenômenos através de sua ação recíproca, da contradição inerente ao fenômeno e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade”.

A pesquisa científica é o meio que busca resposta claras, precisas e racionais para problemas propostos que podem decorrer de razões de ordem intelectual ou de ordem prática. Pode-se definir pesquisa como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. Na realidade, a pesquisa desenvolve-se ao longo de um processo que envolve inúmeras fases, desde a adequada formulação do problema, até a satisfatória apresentação dos resultados (Gil, 2002). Para Costa (2016), na pesquisa busca-se uma resposta fundamentada para um problema delimitado e uma área do conhecimento, através de uma “metodologia” de trabalho, pressupostos epistemológicos e a concepção da realidade do investigador.

A pesquisa científica pode ser dividida em: pesquisa pura, que tem como objetivo principal a busca do saber e pesquisa aplicada, que procura soluções para problemas concretos e imediatos (Oliveira, 2011). Para Gil (2002), é possível classificar as pesquisas em três grandes grupos: exploratórias, descritivas e explicativas.

Quanto ao Método e à forma de abordar o problema, Richardson et al. (1999) classifica as pesquisas em qualitativa e quantitativa. O quantitativo utiliza métodos oriundos das ciências físicas, da matemática e da estatística e caracteriza-se pela adoção de métodos dedutivos, busca de objetividade, validade e confiabilidade. O qualitativo origina-se na antropologia e utiliza métodos indutivos, objetivando a descoberta, a identificação e a descrição detalhada e aprofundada (Zanella, 2013). Considerando a natureza dessa investigação, o caráter das indagações, hipóteses e objetivos apresentados, a perspectiva teórica que evidencia com maior relevância, o processo alvo desse estudo incorpora a análise histórica da Reforma Agrária na perspectiva do desenvolvimento territorial sustentável.

É pela primazia da análise do movimento histórico do objeto que se torna possível a confirmação ou mesmo a negação das hipóteses aqui defendidas. Sendo assim, é

importante dizer que o empenho pelo resgate do processo histórico tanto da Reforma Agrária, como do desenvolvimento territorial sustentável, por meio de documentos, relatórios, livros e artigos de bases de dados brasileiras (Periodicos Capes, Google Acadêmico e Embrapa) e espanholas (Trobes e Dialnet) e a partir da coleta *in loco* de dados, que foi construído esta tese com variáveis descritivas e não somente narrativas isoladas do conjunto de dados estatísticos que se apresentam ao longo do trabalho escrito. Visto que, os dados quantitativos e os qualitativos acabam se complementando dentro de uma pesquisa (Minayo, 1996).

Posto isto, a presente investigação se desenvolveu nos Territórios da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana com o objetivo de avaliar o desenvolvimento social, econômico, ecológico, político e cultural dos assentamentos da reforma agrária, a partir do enfoque territorial do desenvolvimento sustentável, usando a ferramenta científica da pesquisa descritiva, abordagem quanti-qualitativa e o método dialético de análise.

Os territórios selecionados fazem parte dos Territórios da Cidadania, criados em 2003 como Territórios Rurais e transformados em Territórios da Cidadania a partir de 2008, como política de desenvolvimento territorial do governo brasileiro. Para realizar uma pesquisa que contemplasse de forma mais fiel as características geográficas do estado de Alagoas-Brasil, selecionou-se os territórios do Agreste e Mata Alagoana. O estado de Alagoas está dividido nas mesorregiões agreste, sertão e leste alagoano (Figura 19). O Território da Cidadania do Agreste está situado na área de transição entre o leste alagoano e o semiárido³¹; e o Território da Mata Alagoana é ligado com Agreste e leste alagoano

³¹ O Semiárido brasileiro ocupa uma área de 969.589 km e inclui os Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, a maior parte da Paraíba e Pernambuco, Sudeste do Piauí, Oeste de Alagoas e Sergipe, região central da Bahia e uma faixa que se estende em Minas Gerais, seguindo o Rio São Francisco, juntamente com um enclave no vale seco da região média do rio Jequitinhonha.

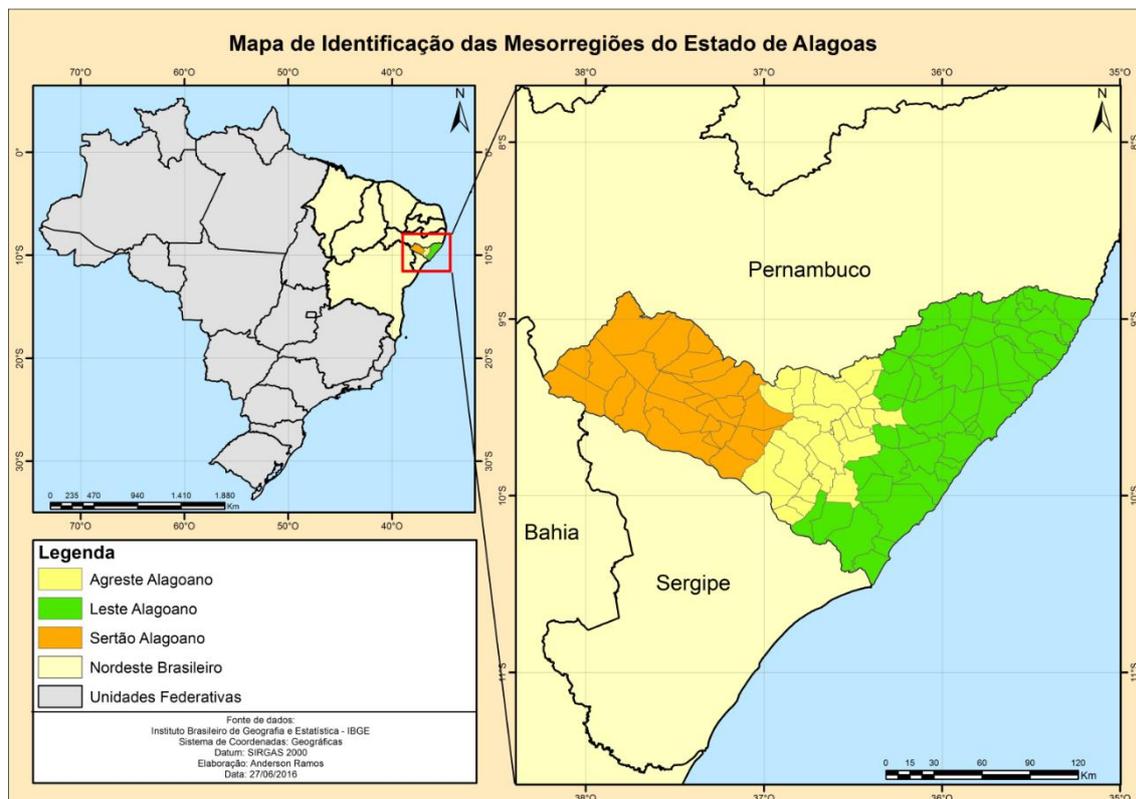
(zona da mata e litoral) (Figura 8). Assim, os territórios investigados representam melhor todas as regiões do estado. O estado de Alagoas possui três mesorregiões contrastantes. O leste alagoano possui uma vegetação mais arbustiva e com pluviosidade, segundo Barros et al. (2012), variando entre 1000 mm a 1500 mm anual, existindo local com precipitação entre 1500 mm a 2200 mm. A mesorregião agreste é uma área de transição com vegetação menor que o Leste e maior que o semiárido. A pluviosidade no Agreste varia entre 600 mm a 900 mm e no Semiárido entre 400 mm a 600 mm (Barros et al., 2012).

O Território da Cidadania do Agreste em 2016 continha 1.098 famílias assentadas e o Território da Cidadania da Mata Alagoana 2.855 famílias, somando um total de 3.953 famílias assentadas nos dois territórios selecionados como objeto da investigação, segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária de Alagoas – INCRA/AL. Na pesquisa de campo foram aplicados 246 questionários, 112 questionários no Território da Cidadania do Agreste e 134 no Território da Cidadania da Mata Alagoana (Anexo III e VII), no período de setembro de 2016 a março de 2018. As amostras foram delineadas seguindo os cálculos estatísticos com nível de confiança de 90% e erro amostral de 5%. Os questionários aplicados seguiram a proporção amostral entre número total de família do território e número de família por assentamento.

Nessa região, o clima é caracterizado pela escassez e irregularidade das chuvas, com pluviosidade entre 300 a 500 mm/ano e precipitações restritas a poucos meses do ano. (Correia et al., 2011)

Figura 19

Mapa do Brasil e Alagoas com as Mesorregiões geográficas



Nota: Fonte: Silva, A. N. & Silva, P. R. de F. Relatório Final PIBIC - UFAL 2015-2016.

Fonte: <http://journals.openedition.org/confins/docannexe/image/21096/img-8.png>.

Foram entrevistados os titulares ou responsável dos lotes, selecionados aleatoriamente conforme sua disponibilidade. Os pesquisadores ao chegar nos assentamentos procuravam a liderança da comunidade para explicar os objetivos da pesquisa e receber liberação da comunidade para a realização da pesquisa.

A amostra foi construída seguindo o cálculo de dimensionamento de amostra com o nível de confiança de 90% e erro amostral de 5% para 3953 famílias, sendo 1098 famílias no Território do Agreste de Alagoas e 2855 no Território da Mata Alagoana. Porém, devido algumas limitações como dificuldade acesso as comunidades, falta de recursos financeiros para combustível, estadia e alimentação (todos os custos ficaram por conta do autor); dificuldade de comunicação com as lideranças das comunidades e as

péssimas condições das estradas em alguns períodos da pesquisa não foi possível aplicar questionários nos assentamentos Ouricuri I, Padre Cícero, Dourada, Quinta da Serra e Vila São Pedro no Território da Mata Alagoana e nos assentamentos Genivaldo Moura, Santa Isabel, Japão II, Padre Cícero, Caminho das Flores e José Lenilson II no Território do Agreste.

Devido as dificuldades acima citadas não foi possível aplicar os questionários em todos os assentamentos, embora tenha-se aplicado a pesquisa em 80% dos assentamentos e em 85,71% das famílias dos territórios do estudo. As características socioeconômicas dos assentamentos são muito similares nos dois territórios da investigação porque os beneficiários da reforma agrária do Território da Mata Alagoana são na maioria composta por ex-trabalhadores rurais da monocultura da cana de açúcar e os assentados do Agreste Alagoano são compostos por ex-trabalhadores de fazendas de pecuária e da monocultura do fumo, rendeiros e meeiros³² e trabalhadores do comércio expulsos do campo.

A aplicação do instrumento da pesquisa foi realizada pelo autor e dois colaboradores, sendo um estudante de agronomia da Universidade Federal de Alagoas e um coordenador do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST depois de serem capacitados para realização do trabalho.

Para a análise descritiva dos dados, foi usado o software estatístico R e para comparação os territórios foi criado um Coeficiente a partir de variáveis positivas usadas na metodologia do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD³³ para

³² Acordo entre o proprietário da terra e o trabalhador rural. O proprietário libera a terra para o trabalhador rural produzir e no final da colheita a produção é dividida entre os dois.

³³ Se a relação é positiva: $I = (x - m) / (M - m)$; onde: I = índice calculado referente a cada variável, para cada território analisado; x = valor observado de cada variável em cada território analisado; m = valor mínimo considerado; M = valor máximo considerado. (Sepúlveda, 2005, p. 239).

o cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH e as adaptações de Sepúlveda (2005) nos indicadores com relação positiva desta pesquisa. Os dados apresentados na investigação estão em formato de distribuição por frequência e para comparação dos territórios, criou-se um Coeficiente de Comparação Variáveis Sustentável – CCVS. Assim, uniformizou-se as variáveis e calculou-se um índice geral que varia de 0 a 1. Para facilitar a análise dos resultados foram construídos gráficos em barras e radar com distribuição percentual de frequência.

$$CCVS = \frac{\sum V}{100n}$$

Onde: V= Variável em %; n= número de Variável

Os assentamentos pesquisados foram:

Projeto de Assentamento (PA) por Município do Território da Cidadania do Agreste foram:

Craíbas: PA Genivaldo Moura;

Girau do Ponciano: PA Santa Isabel, PA Paraná, PA Rendeira, PA Japão II, PA Roselí Nunes, Pa Nova Paz, PA Sete Coqueiros;

Palmeira dos Índios: PA Algodão;

Traipu: PA Riachão, PA Sítio Novo, PA Marcação, PA Padre Cícero, PA Che Guevara/Ribeira I e II e Santo Antônio, PA Angico.

Projeto de Assentamento (PA) por Município do Território da Cidadania da Mata Alagoana foram:

Atalaia: PA São Luiz, PA Boa Fé, PA Brasileiro, PA Ipê Amarelo, PA Varese, PA Ouricuri, PA São Pedro II, PA Ouricuri I, PA Ouricuri II, PA Ouricuri III, PA Padre Cícero/Boqueirão/Santa Tereza/Bela Vista/Bela Vista, PA Margarida Alves II/São Macário;

Branquinha: PA Flor Do Mundaú, PA Santo Antônio Da Boa Vista, PA Nova Esperança, PA Eldorados Dos Carajás/Dois Paus e PA Zumbí Dos Palmares;

Cajueiro: PA Loango e PA Bom Destino;

Chã Preta: PA Santa Fé e PA Merêncio;

Ibateguara: PA Jussara e Laranjeiras;

Quebrangulo: PA Manivas Romualdo e PA Cabeceira de Pacavira;

União dos Palmares: PA Serra Preta, PA Cavaco, PA Pindoba II, PA Paulo Freire/Serrana, PA Chico Mendes/Bebidas, PA Santa Maria II, PA Padre Emílio April/Gordo e PA Limão;

Anadia: 25 de Março;

Viçosa: PA Dourada, PA Quinta da Serra e PA Vila São Pedro;

Murici: PA Pacas, PA Dom Hélder Câmara e PA Rio Bonito.

Os resultados apresentados estão divididos nas dimensões: social, econômica, ecológica, política e cultural, sendo:

Dimensão Social - variáveis: idade, sexo, escolaridade, condições de habitação, acesso aos programas governamentais como: saúde, bolsa família, aposentadoria;

Dimensão econômica - variáveis: produção (plantações) e criações, cooperação, crédito rural, Assistência técnica e Extensão Rural e Renda dos assentados da reforma agrária;

Dimensão ecológica - variáveis: ouviu falar em agroecologia, opinião sobre agroecologia, insumos usados na produção;

Dimensão Política e Cultural - variáveis: organização política, movimentos sociais presentes nos assentamentos, motivação para ser assentado, diversão da família.

CAPÍTULO IV. OS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA EM ESTUDO: DIMENSÕES SOCIAL, ECONÔMICA, ECOLÓGICA E POLÍTICO-CULTURAL

6. SITUAÇÃO ATUAL E PRINCIPAIS RESULTADOS: assentamentos de reforma agrária dos Territórios da Cidadania do Agreste e da Mata Alagoana

A presente pesquisa foi realizada nos assentamentos dos Territórios da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana no período de setembro de 2016 a março de 2018 através da aplicação de 246 questionários, 112 aplicados no território do Agreste e 134 no território da Mata Alagoana. Os dados foram processados utilizando-se o software estatístico R.

O Programa Territórios da Cidadania foi criado em 2008 como política de desenvolvimento territorial do governo brasileiro como continuidade do Programa Territórios Rurais e o atual governo e foi extinto através da revogação do Decreto nº 9.784, de maio de 2019 (Andrade Figueredo & Phelipe Santiago, 2019), embora alguns territórios ainda estão em funcionamento de forma mais autônomo ou com auxílio de governos estaduais. Em Alagoas o Território da Cidadania do Alto Sertão é o único em funcionamento de forma mais sistemática, os outros territórios foram desarticulados, embora os colegiados de governança se reúnam quando surgem algumas demandas mais específicas.

Os resultados apresentados a seguir estão divididos nas dimensões social, econômica, ecológica, política e cultural.

6.1. DIMENSÃO SOCIAL

Esta dimensão trata da composição social do assentado da reforma agrária no que diz respeito a idade, sexo, escolaridade, condições de habitação, acesso aos programas governamentais como: saúde, bolsa família, aposentadoria, etc. A composição social do indivíduo é formada através da sua posição e compreensão de mundo, visto que o

indivíduo é aquilo que ele representa para si e para a sociedade. Essa dimensão consiste no aspecto social relacionada às qualidades dos seres humanos, sendo também conhecida como capital humano. No processo de desenvolvimento territorial sustentável a dimensão social é um pilar de sustentação, juntamente com as dimensões econômica, cultural, política e institucional.

6.1.1. Idade

A idade é uma medida importante para a mensuração da capacidade produtiva de uma comunidade, principalmente as comunidades rurais, nesse caso, assentamentos da reforma agrária. Os assentamentos passam por um processo semelhante as outras áreas rurais, onde os dirigentes das unidades produtivas estão com idade mais avançadas e os seus sucessores não quer mais permanecer no campo. Estudos realizados por Matte e Machado (2016) coloca que:

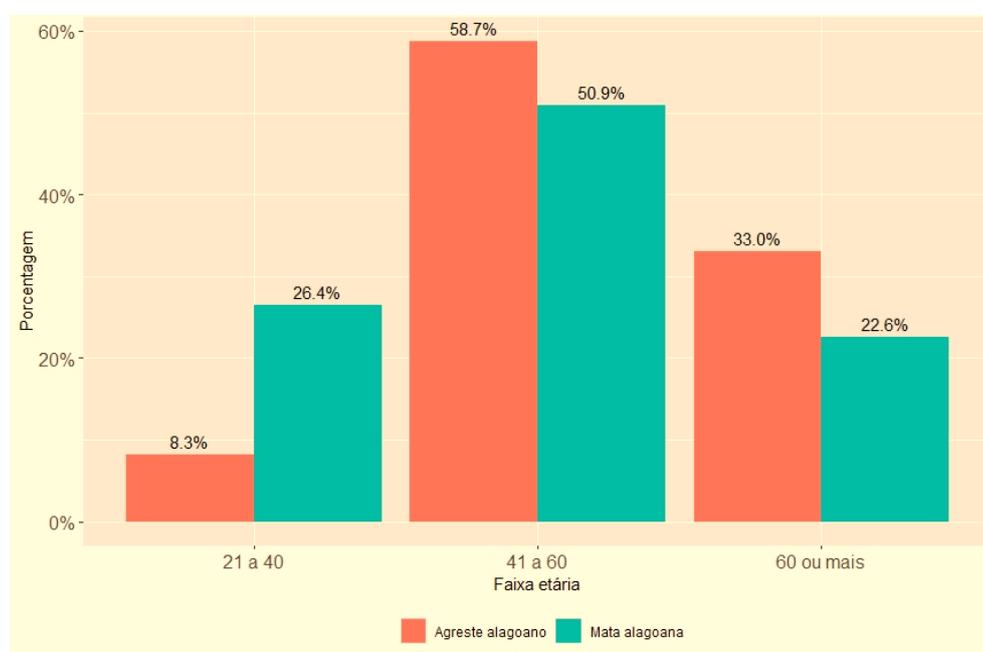
Ausência de sucessores na agricultura familiar tende a gerar incertezas no que diz respeito não apenas à continuidade das famílias e das atividades produtivas, mas também às comunidades rurais, as quais gradativamente perdem sua população e passam a sentir os reflexos dessa mudança sobre suas dinâmicas sociais. (p.131).

Problema de preocupação para a agricultura familiar, principalmente devido a pouca geração de renda nestas áreas a tendência é o aumento do êxodo rural a procura de melhores oportunidades de emprego em zonas urbanas. No caso em estudo, a média de idade dos titulares dos lotes da reforma agrária foi de 55,86 e 50,61 anos, respectivamente, para os assentados pesquisados nos Territórios da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana. A média de idade dos assentados aponta que muitos se aproximam ao final da idade mais produtiva. Mesmo assim, como pode ser observado na Figura 20, 58,1% dos assentados pesquisados do agreste e 50,9% dos assentados da Mata Alagoana estão em faixa etária

produtiva (41 a 60 anos). Fazendo um paralelo com as idades médias encontradas nos territórios em estudo, Barbosa e Brandão (2020) analisando os dados do Censo Agropecuário de 2017 observou que 67,7% dos estabelecimentos que trabalham com agricultura orgânica tem idade acima de 45 anos, ou seja, nossos agricultores estão envelhecidos.

Figura 20

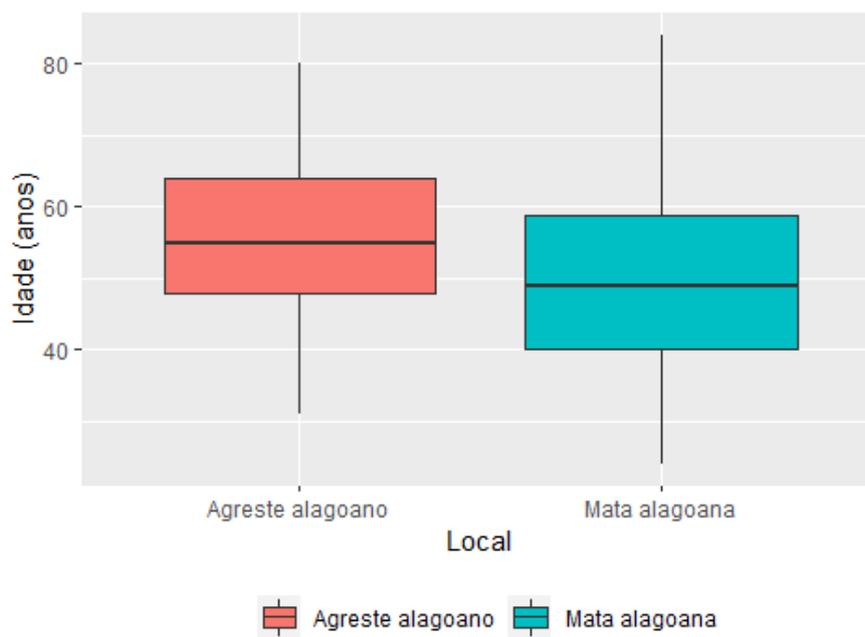
Faixa etária dos assentados pesquisados dos Territórios da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana.



A pesquisa apontou também que um terço dos assentados pesquisados do Agreste e 22% da Mata Alagoana possuem mais de 60 anos e precisam de sucessores. A faixa etária mais produtiva compreendida entre os 20 e 40 anos, representou 8,33% e 26,4% respectivamente, para o agreste e mata alagoana. Os assentados da reforma agrária do Território da Cidadania do Agreste possuem idade média maior que os da Mata Alagoana em pelo menos 5 anos (Figura 21).

Figura 21

Idade dos assentados pesquisados dos Territórios da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana.



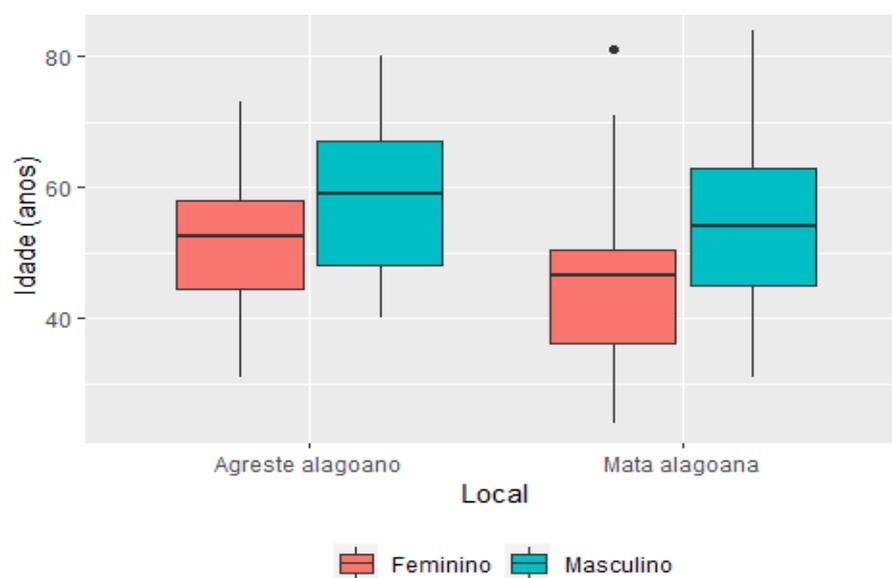
Quanto a distribuição de idade por gênero, observou-se que as mulheres têm idade média menores que os homens nos dois territórios estudados. Enquanto no agreste a média de idade para mulher foi de 51,66 anos, no território da mata alagoana ficou em 45,31 anos. Os homens possuem idades médias de 58,14 e 53,9 respectivamente para os territórios do agreste e mata alagoana (Figura 22).

Os dados obtidos neste item apontam que os assentados nos dois territórios ainda estão em idade produtiva, fator imprescindível para o alcance de um bom desenvolvimento de qualquer comunidade e/ou território. É necessário que os órgãos que trabalham o desenvolvimento dos assentamentos rurais da reforma agrária tratem a questão da sucessão familiar com mais atenção afim de tornar essas áreas mais atrativas a juventude rural, evitar o êxodo rural e o esvaziamento do campo, como apontam

Hespanhol (2008, p. 89) e Grígolo (2008, p. 249) em seus estudos sobre renda e desenvolvimento rural sustentável no Brasil. Este processo vai de encontro aos objetivos da reforma agrária que é manter as famílias no campo, produção de alimentos, descentralização e distribuição fundiária fazendo cumprir a função social da propriedade garantido pela Constituição Federal de 1988, Art. 184 e 185 (BRASIL, 2020).

Figura 22

Idade por gênero dos assentados pesquisados Nos Territórios da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana.



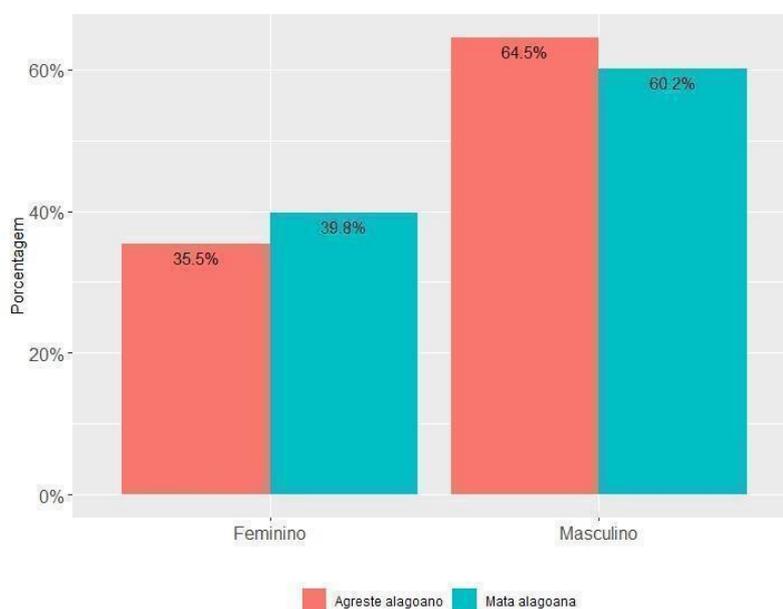
6.1.2. Gênero

A pesquisa foi realizada através de entrevistas usando um questionário semi-estruturado aplicado aos titulares dos lotes da reforma agrária, nos Territórios da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana. Foram entrevistadas pessoas mais do sexo masculino, 64,5% e 60,2% respectivamente, para os territórios do agreste e mata alagoana, Figura 23. O antigo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), detectou que entre 1996 a 2006 apenas 7% dos beneficiários do Pronaf eram mulheres e 12,6%

eram públicos atendido pela reforma agrária, o que levou a criar alguns programas de igualdade de gênero (BRASIL, 2006). Comparando com os dados do Censo de 2017, Barbosa e Brandão (2020) citam que 74,5% da mão de obra no campo de Alagoas é exercida pelos homens e 25,5% pelas mulheres. Este fato é bastante interessante, pois reproduz na prática como no meio rural ainda prevalece o poder masculino. A mulher camponesa, como na maioria dos casos, tem dupla jornada de trabalho cuidando da casa, família e atividades da produção agropecuária. A tarefa de representar a família ainda é, na maioria das vezes, delegada ao homem.

Figura 23

Gênero dos assentados pesquisados nos Territórios da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana.



A distinção de gênero numa pesquisa é importante para verificar o grau de empoderamento de cada sexo, sendo que quanto maior a presença feminina, mais democrática está aquela comunidade, visto que os movimentos sociais feministas e

campe sinos tem fortalecido esta pauta a nível internacional. O empoderamento feminino é muito importante na construção do desenvolvimento equilibrado em qualquer território.

6.1.3. Escolaridade

A educação é um outro pilar essencial para o desenvolvimento humano (Carrasco, 2020). É através da educação que o ser humano tem acesso às informações, se qualifica profissionalmente e forma sua visão de mundo. Paulo Freire, em seus livros *Pedagogia da Autonomia* e *do Oprimido* trabalha bem o conceito de “Educação como prática de liberdade”³⁴, que o indivíduo precisa de uma formação libertadora, diferente da formação denominada por ele como Educação Bancária³⁵, que torna o educando reprodutor de conteúdos sem reflexão. O processo de formação dos assentados da reforma agrária como prática de libertação e conscientização do indivíduo para entender, refletir e mudar o mundo, é objetivo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST na sua proposta de Educação do Campo (Tibola, 2015).

Embora os movimentos sociais cam pesinos e o governo tenham como estratégia elevar o nível educacional dos assentados da reforma agrária, os assentamentos foram formados por pessoas excluídas da sociedade com nível educacional muito baixo. Souza (2001), cita que 46,36% dos assentados da reforma agrária eram analfabetos segundo o Iº Censo da Reforma Agrária do Brasil realizado em 1997 através de uma parceria entre o INCRA/CRUB/UnB. Os movimentos que lutam por educação contextualizada no campo conseguiram muitos avanços, principalmente através as escolas construídas em

³⁴ Freire, Paulo *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa* / Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996. - Freire, P. (1987). *Pedagogia do oprimido*, 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

³⁵ Freire, P. *Extensão ou Comunicação?* 10. Ed. SP.: Paz e Terra, 1988.

assentamentos e acampamentos. Os municípios tem disponibilizado transportes para levar os filhos dos assentados até os centros educacionais mais próximos, apesar da formação ser descontextualizada para a realidade da juventude assentada.

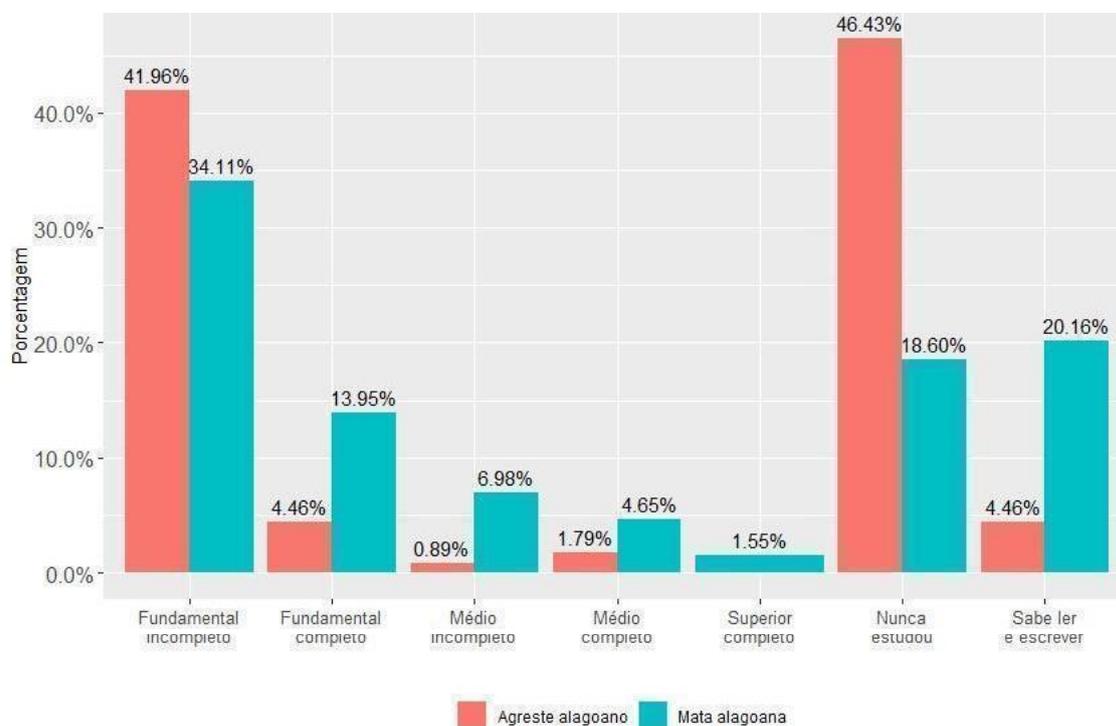
O projeto político pedagógico dos movimentos camponeses é muito avançado em relação aos projetos convencionais, mas a realidade encontrada nos assentamentos está longe do ideal. Os assentados entrevistados nos Territórios da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana apresentaram um nível educacional baixo, o que pode justificar o atraso no desenvolvimento destas áreas. A pesquisa revelou que 50,89% e 38,76% dos assentados nunca estudou ou sabia apenas ler e escrever nos Territórios da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana, respectivamente (Figura 24). É comum os agricultores não revelar que são analfabetos e responde a pergunta sobre grau de escolaridade como *sabe ler e escrever*, mas na prática, apenas escreve o próprio o nome de forma pouco decifrável.

O percentual de assentados entrevistados com o ensino fundamental incompleto também foi muito alto e representou 41,96% e 34,11% respectivamente, para os Territórios da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana (ver Figura 24).

Os assentados com ensino médio completo encontrado na pesquisa foram muito baixos (1,79% para o agreste e 4,65% para mata alagoana); com curso superior completo observou apenas 1,55% no Território da Cidadania da Mata Alagoana, como pode ser visto na Figura 24. Ao analisar-se os números desta pesquisa, observa-se que os assentados do Território da Cidadania do Agreste possuem o grau de estudo menor que os assentados da Mata Alagoana, embora a situação educacional nos dois territórios analisados não esteja boa. O nível educacional baixo dos agricultores é um entrave para o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais, podendo dificultar o serviço de extensão rural e o uso de tecnologias sociais apropriadas.

Figura 24

Grau de escolaridade dos assentados pesquisados nos Territórios da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana.



6.1.4. Habitação

Para analisar a situação social de qualquer comunidade, as condições habitacionais é ponto central. O lar onde o indivíduo vive apresenta suas condições sociais, é nele que vive a família, descansa, recebe amigos, é o seu endereço no mundo. Quanto mais organizado em relação a infraestrutura é o lar de uma pessoa, maior será sua condição socioeconômica, pois todo ser humano, em situações normais, busca conforto para si e sua família. O tamanho da habitação, o material utilizado para construção, os eletrodomésticos presentes na casa, a infraestrutura disponível como: energia, água potável, saneamento, transporte, comunicação são indicadores de maior ou menor grau de qualidade de vida e de desenvolvimento social e econômico.

Os assentados da reforma agrária dos Territórios do Agreste e Mata Alagoana vivem em casa de alvenaria, construída pelo governo federal como políticas públicas para o desenvolvimento das áreas de reforma agrária e fixação do homem no campo. As casas são construídas com recursos do governo federal repassados através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA as associações dos assentados para contratação de construtores (mais comum), ou os próprios assentados constrói de forma coletiva.

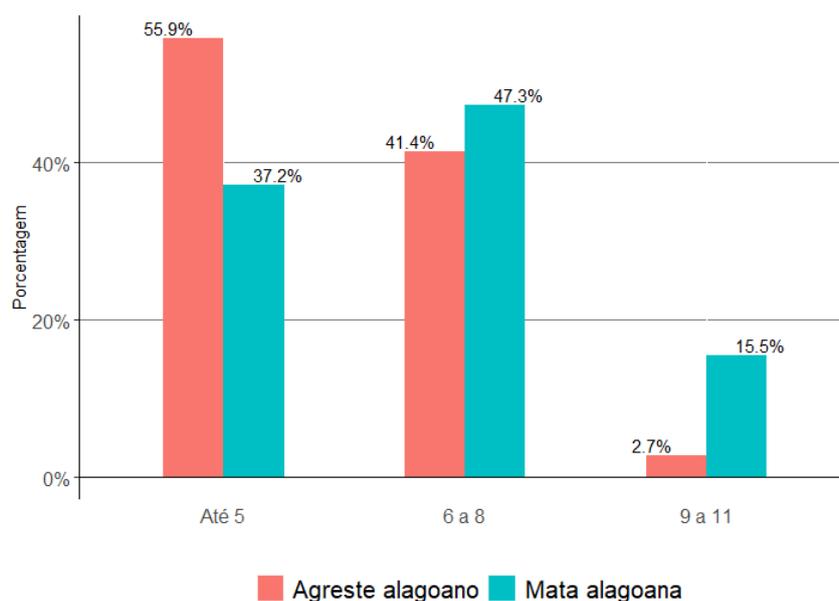
O INCRA disponibiliza recursos para construções das casas após a criação do assentamento, embora os repasses para este fim possam atrasar como é comum acontecer, existe casos que os assentados receberam a posse da terra e as casas foram construídas 10 anos depois. As casas são pequenas com cinco ou seis cômodos em média, o que obriga muitos assentados de famílias maiores construir pequenos puxadinhos improvisados para comportar o resto da família e armazenamento a produção. Porém, foram encontradas residências com até onze cômodos. As habitações da reforma agrária do Território da Cidadania da Mata Alagoana são maiores que as habitações do Território do Agreste Alagoano, onde observou-se que as residências com número de cômodos entre 9 a 11 foi 2,7% e 15,5%, respectivamente (Figura 25). Para melhorar as condições habitacionais dos assentados da reforma agrária o governo federal, através do INCRA, tem liberado recursos financeiros para reforma e ampliação das habitações com mais de cinco anos para construir mais cômodos, armazéns e reforma geral.

Estudando o tamanho das residências dos assentamentos nos territórios pesquisados, observou-se que as unidades familiares têm em média três filhos residindo com os pais, embora foram encontradas famílias numerosas com mais de cinco filhos. Apesar da média de filhos/residência ser muito próxima entre os territórios estudados, o

território agreste apresentou média de filhos um pouco maior, 2,88 e 3,46 filhos/residência respectivamente (Figura 26).

Figura 25

Número de cômodos por residência nos assentamentos pesquisados dos Territórios da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana.



A pesquisa revelou que 90% e 66% dos domicílios pesquisados nos Territórios da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana respectivamente, declararam que fizeram algum tipo de reforma com subsídio do governo federal através do INCRA (Figura 27). As reformas realizadas nas habitações dos assentados representaram 78,4% e 52,1% para aumentar seus cômodos; 8,2% e 28,8% para construir armazéns; 4,2% e 8,2% construíram dispensas/depósito; e 9,3% e 11% fizeram outros tipos de reformas como em banheiros, alpendres, garagens, etc. nos Territórios da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana, respectivamente (Figura 28).

Figura 26

Número de filhos/residência nos assentamentos pesquisados dos Territórios da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana.

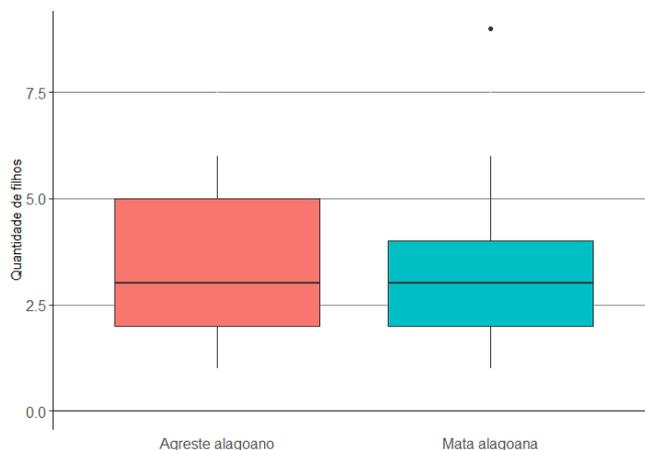
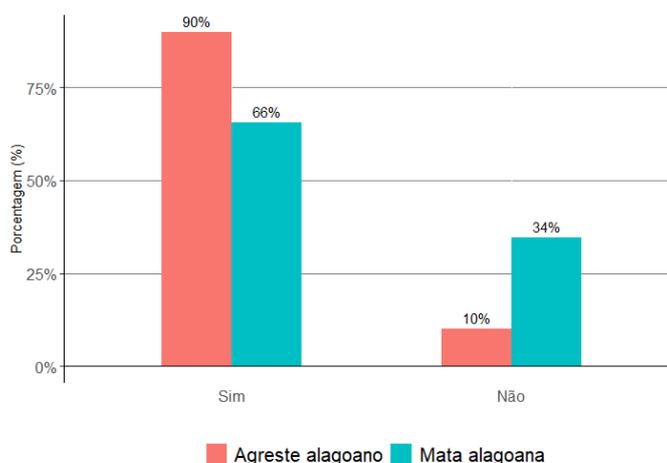


Figura 27

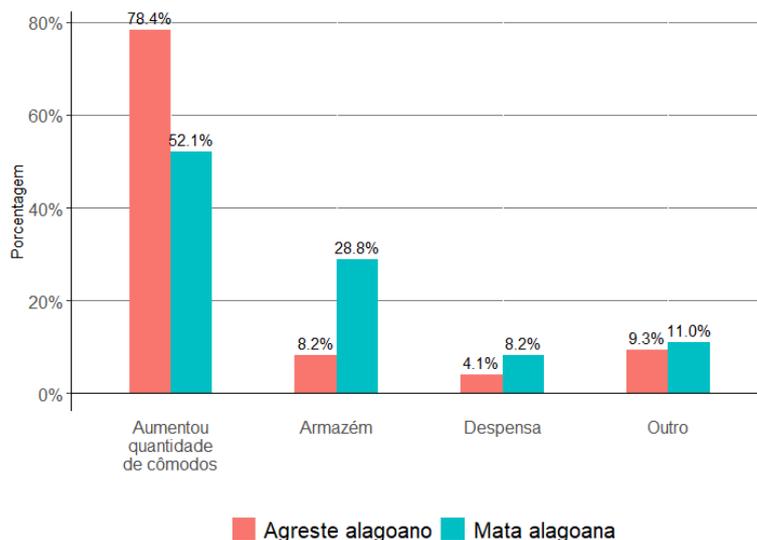
Percentual das habitações que realizaram reformas nos assentamentos pesquisados dos Territórios da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana.



A Figura 29 apresenta o resultado dos itens domésticos e bens de posse que os assentados pesquisados possuem em suas residências. O interessante desse dado é que representa de forma camuflada as condições sociais que o indivíduo está submetido, pois a tendência é que quanto mais bens de consumo o assentado possua em casa, melhor será as condições de vida.

Figura 28

Percentual das reformas habitacionais realizadas nos assentamentos pesquisados dos Territórios da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana.

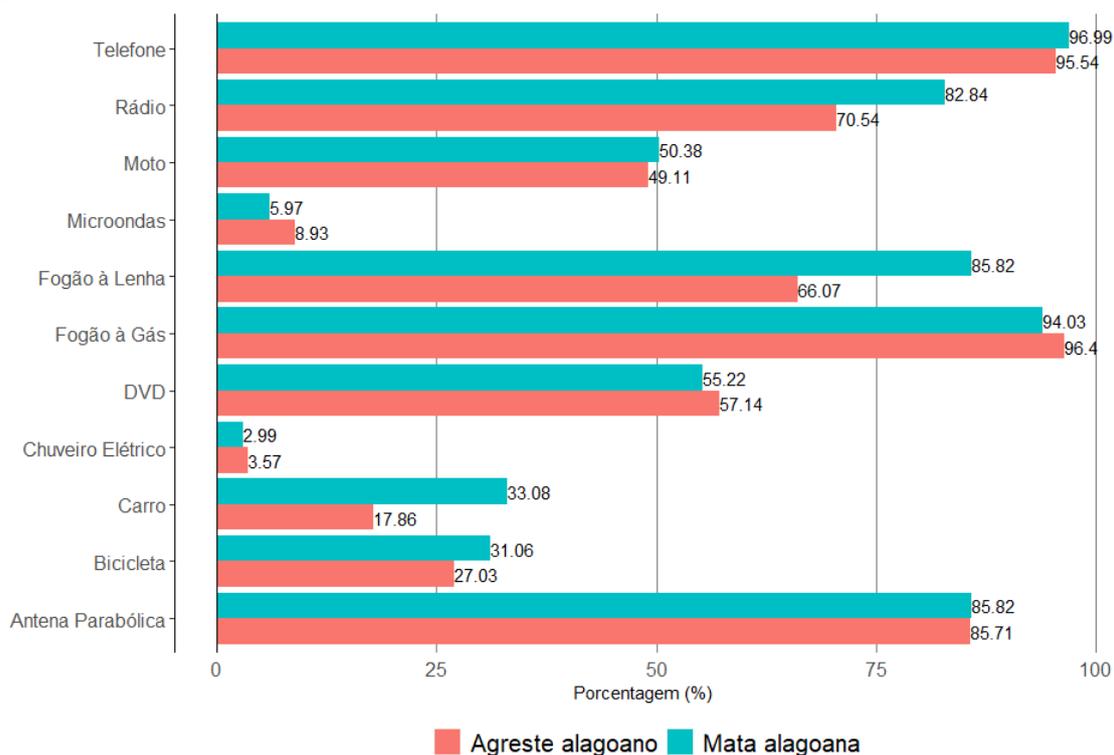


Os dados apresentados na Figura 29 mostra que as condições de vida dos assentados da reforma agrária da Mata Alagoana e Agreste são muito similares para posse de telefone móvel (96,99% e 95,54%), moto (50,38% e 49,11%), fogão a gás (94,03% e 96,04%), DVD (55,22% e 75,14%), chuveiro elétrico (2,99% e 3,57%), bicicleta (31,06% e 27,03%) e televisão e antena parabólica (85,82% e 85,71), respectivamente. Um dos destaques para este gráfico é o pouco uso de chuveiros elétricos, que pode ser explicado por ser um item de luxo e de alto consumo de eletricidade, o que revela baixo consumo de bens de luxo e menores condições socioeconômicas das comunidades estudadas. Outro item que do ponto de vista socioeconômico é um dos indicadores de melhoria de condições de vida é a posse de carro, mesmo estes em elevado grau de uso. O estudo concluiu e os dados mostraram que os assentados do Território da Cidadania da Mata Alagoana têm quase o dobro do percentual de posse de carro que os do Território do agreste, 33,08% e 17,86%, respectivamente. Um número intrigante que apareceu na

pesquisa foi sobre o uso de fogão de lenha, onde os assentados da reforma agrária da Mata Alagoana (85,86%) usam mais que os assentados do Agreste (66,07%).

Figura 29

Itens domésticos e bens de posse encontrado nas residências dos assentados pesquisados nos



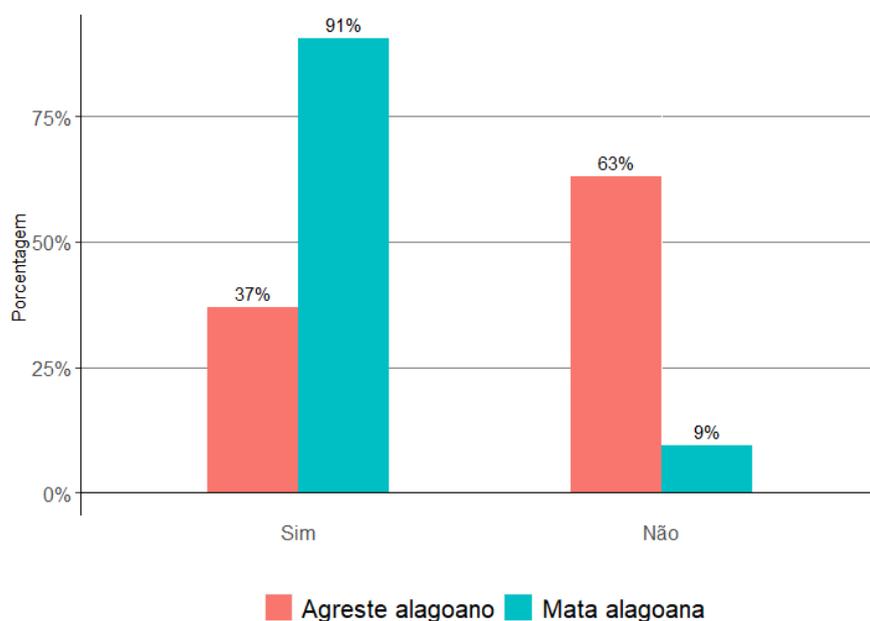
6.1.5. Saúde

Ao estudar o desenvolvimento social de uma comunidade, a variável saúde é imprescindível, visto que um ser humano saudável, num ambiente saudável, desenvolverá suas atividades com mais produtividade e eficiência. Pensando nisso, o presente trabalho teve o cuidado de indagar os assentados pesquisados sobre os serviços de saúde nos assentamentos e as respostas foram surpreendentes. O serviço de saúde de forma geral é de má qualidade no Brasil, principalmente em locais de difícil acesso como nas áreas rurais.

Analisando a Figura 30, pode-se observar que 37% dos assentamentos do Território da Cidadania do Agreste e 91% dos Assentamentos do Território da Mata Alagoana responderam que recebiam equipes do Programa Saúde da Família – PSF. Este programa é formado por uma equipe de profissionais da saúde com enfermeiros, médicos e auxiliares, onde realizam serviços de baixa complexidade nos assentamentos e comunidades rurais. Os casos de média e alta complexidade são encaminhados para centros urbanos maiores. O interessante do PSF é que os assentados recebem na comunidade equipes de saúde. É preciso destacar que a pesquisa foi realizada entre outubro de 2016 até março 2018, onde o Brasil vivia um momento político diferente e de transição de governos e pode ter influenciado nos resultados.

Figura 30

Percentual da existência do Programa Saúde da Família – PSF dos assentamentos pesquisados nos Territórios da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana

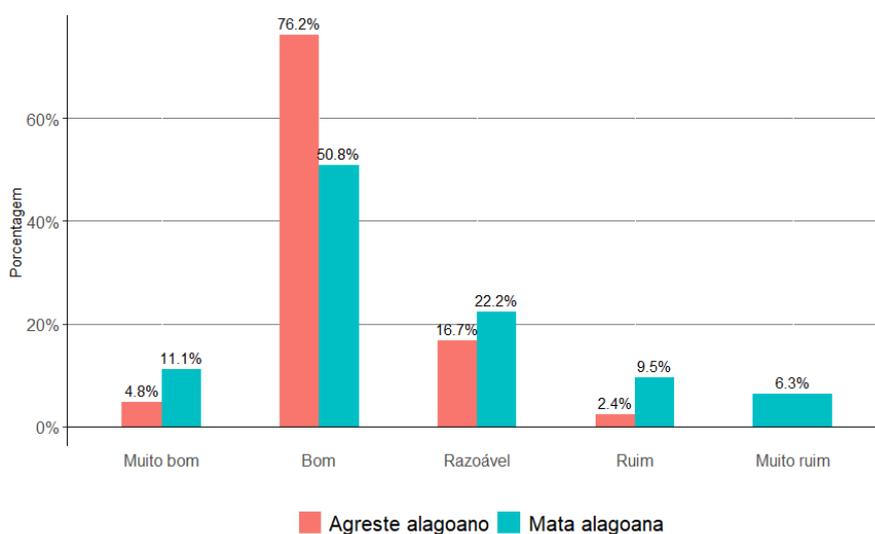


Quando perguntado aos entrevistados se eram beneficiados pelo PSF nos assentamentos e o que achavam do serviço, 76,2% e 50,8% responderam que o serviço

era bom; 4,8% e 11,1% que era muito bom; 16,7% e 22,2% achava o serviço razoável e 2,4% e 9,5% ruim, respectivamente, para os territórios do agreste e mata alagoana. Apenas 6,3% dos entrevistados do território da mata alagoana avaliou o serviço como muito ruim (Figura 31). O PSF nas áreas de reforma agrária é uma conquista tanto dos movimentos sociais camponeses, como dos agricultores, que apesar das deficiências do programa como falta de remédios, unidades de saúde inadequadas, muitas vezes o posto de saúde do assentamento é uma casa comum ou a sede da associação do assentamento, tem contribuído para a melhoria da saúde do assentado da reforma agrária. O simples trabalho da equipe de saúde visitar um doente acamado, campanhas de prevenção de algumas doenças, cuidados com a saúde bucal, principalmente das crianças e adolescentes, é um grande passo na melhoria da saúde dos assentamentos, um incremento na qualidade de vida do homem do campo é um fator essencial no processo de desenvolvimento do território e da comunidade, como preceitua a estratégia do desenvolvimento territorial com melhoria da qualidade de vida do indivíduo (Veiga, 2005; Esparcia & Escribano, 2015).

Figura 31:

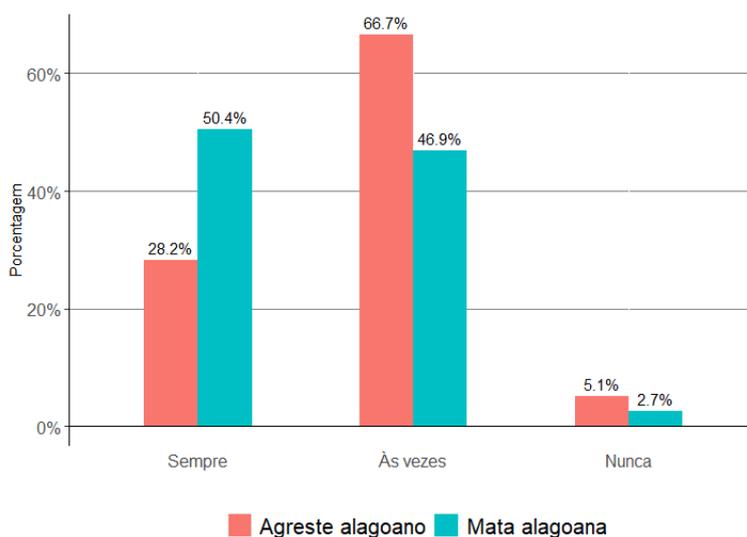
Avaliação do Programa Saúde da Família – PSF pelos assentados pesquisados nos Territórios da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana.



Apesar do Território do Agreste ser bem menos beneficiados pelo Programa Saúde da Família, como pode ser verificado na Figura 30, a avaliação positiva foi maior que para os assentados do Território da Mata Alagoana (Figura 31). Esse fato aparece como uma contradição nas respostas dos entrevistados, pois ao ser perguntado sobre a frequência de visitas das equipes PSF, os assentamentos do Território da Mata Alagoana receberam visitas mais frequentes que os assentamentos do Agreste Alagoano, 28,2% e 50,4% respectivamente (Figura 32). A explicação pode ser que a histórica experiência de ausência de cuidados de saúde no território agrestino tenha feito com que esse povo se contente com qualquer serviço.

Figura 32

Frequência de visita da Equipe do Programa Saúde da Família – PSF nos assentamentos pesquisados dos Territórios da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana.



6.1.6. Programas sociais

As políticas públicas são contribuições estatais criadas com o objetivo de induzir o desenvolvimento do país, a partir dos investimentos dos recursos públicos oriundos da

arrecadação de impostos pagos pela população. Os impostos arrecadados pelos governos brasileiros são convertidos em serviços públicos como saúde, educação, segurança, previdência social, habitação, transporte, empréstimos para o setor produtivo, políticas de compensação social, etc (Bucci, 2002). Os serviços públicos prestados pelo governo brasileiro a população não condiz com o total arrecadado, uma vez que o país tem uma das taxas de impostos mais alta do mundo e os serviços públicos são de má qualidade. Dentre as políticas sociais executadas pelo governo brasileiro nos assentamentos de reforma agrária destacamos neste item a previdência social e o Programa Bolsa Família como políticas de redução da desigualdade social, pobreza e extrema pobreza.

a) *Bolsa Família*

O Programa Bolsa Família – PBF foi um programa de transferência condicional de renda brasileiro criado pelo governo através da Lei nº 10.836/04 com o objetivo de beneficiar família em situação de pobreza e extrema pobreza com certas condições relacionada à saúde e educação (Silva & Paes, 2019; SEDES, 2021³⁶). O programa beneficiava o brasileiro com renda abaixo de R\$ 89,00 (oitenta e nove reais) mensal e condicionava o recebimento do auxílio a matrícula e presença dos filhos na escola. O programa beneficiou aproximadamente 14,2 milhões de famílias, atingindo um universo de cerca de 50 milhões de pessoas (GOVERNO FEDERAL, 2020) e teve impacto positivo na redução dos níveis de mortalidade infantil, potencializado pela intervenção de fatores sociais e demográficos no nordeste brasileiro (Silva & Paes, 2019). Atualmente este programa sofreu alterações e passou a ser chamado pelo governo de Renda Brasil.

³⁶ SEDES – Secretaria de Desenvolvimento Social

Para atualizar os dados sobre renda, o Salário Mínimo (SM) estabelecido pelo governo e pago aos trabalhadores, aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em 2016 era de R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais); em 2017 o salário mínimo brasileiro foi R\$ 970,00 (novecentos e setenta reais); e em 2018 salário mínimo no Brasil foi de R\$ 954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais). Hoje, em 2022, o salário mínimo estabelecido pelo governo brasileiro é de R\$ 1.212,00 (mil, duzentos e doze reais) (DIEESE, 2022)³⁷. Para equalizar os dados de renda do trabalho usamos como referência o salário mínimo de 2017 para os assentados do agreste e o salário mínimo de 2018 para o território da mata alagoana.

Dados extraídos do relatório do Território da Cidadania de 2010 do Território da Mata Alagoana, o Governo Federal investiu R\$ 191.729.360,37 integrando 48 programas de diferentes áreas, desse total o Programa Bolsa Família respondeu por 28% dos investimentos, o equivalente a R\$ 53.882.347,28.

Depois da análise das entrevistas, observou-se que no Território da Cidadania da Mata Alagoana havia um percentual maior de beneficiários do PBF que no Território do Agreste, 72,8% e 51,8%, respectivamente (Figura 33). Este dado trouxe um pouco estranheza por se tratar de renda declarada pelos entrevistados, que pode ocorrer omissão de informações, por outro lado, o território da Mata Alagoana é uma região historicamente dominada pela monocultura canavieira, parte dos assentados são ex-cortadores de cana e as condições de exploração que foram submetidos pelas usinas açucareiras tem dificultado sua reinserção na produção como agricultor familiar.

O Programa Bolsa Família, apesar do baixo valor repassado pelo Governo Federal tem sido uma grande ajuda para as famílias pobres brasileiras, principalmente do

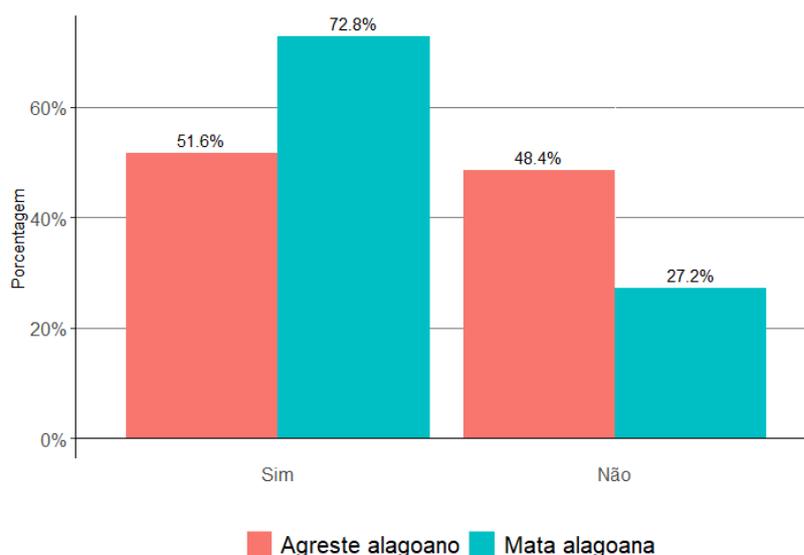
³⁷ <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html#2016>

Nordeste, que além de não possuir outras fontes de renda, ainda são castigadas anualmente pela seca durante o período de estiagem de até 4 a 6 meses e as vezes se prolonga por mais tempo.

Os valores repassados pelo governo e declarado pelos entrevistados do Território do Agreste variaram entre R\$ 70,00 (0,07 SM) e R\$533,00 (0,56 SM) por família. O valor médio ficou em R\$240,00 (0,24 SM). O Território da Mata Alagoana, apesar de possuir um maior percentual de assentados recebendo bolsa família, os valores recebido foram menores e variou entre R\$76,00 (0,08 SM) a R\$200,00 (0,21 SM) – a média do valor repassado ficou em R\$126,00 (0,13 SM), como pode ser observado nas Figuras 34 e 35. O atual governo anunciou no final de outubro de 2021 a extinção do PBF depois de 18 anos criação substituindo-o por outro programa similar renomeado novo Auxílio Brasil. Embora o congresso e o governo federal não tenham chegado em acordo sobre a fonte que financiará o novo programa (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2021).

Figura 33

Percentual de assentados entrevistados beneficiários do Programa Bolsa Família nos Territórios da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana.



O programa PBF destaca-se como uma política de transferência de renda para a população de baixa renda, principalmente para a população rural e constitui uma forma de ajudar através de políticas públicas com o processo de desenvolvimento territorial uma vez que melhora a vida do homem do campo, apesar dos valores repassados serem muito baixos.

Figura 34

Valor do Bolsa Família recebido do Governo Federal e declarado pelos entrevistados do Território da Cidadania do Agreste Alagoano.

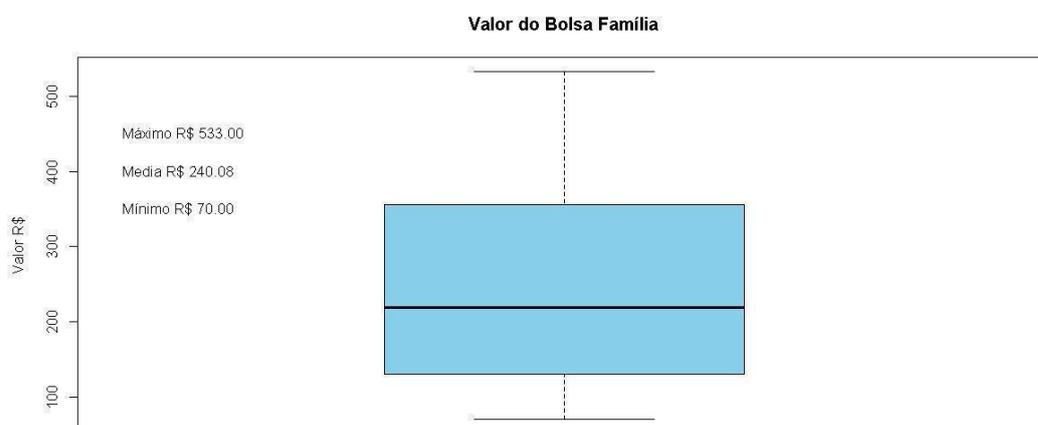
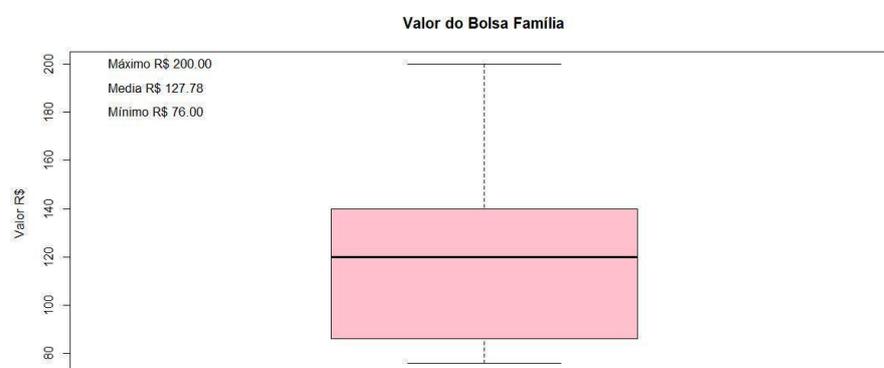


Figura 35

Valor do Bolsa Família recebido do governo federal e declarado pelos entrevistados do Território da Cidadania da Mata Alagoana.



b) Aposentadoria

A aposentadoria rural no Brasil tem uma longa trajetória de avanços e recuos. O trabalhador rural brasileiro passou a ter direito a uma aposentadoria somente a partir da aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963, logo em seguida o país sofreu um golpe militar pelas forças armadas brasileiras em abril de 1964 e muitos avanços conquistados anteriormente foram revistos. A previdência social foi garantida pelos trabalhadores rurais através de suas lutas contra latifundiários e usineiros com a aprovação do Estatuto dos Trabalhadores Rurais, mas sofreu um duro ataque pela ditadura militar e ao ser reduzida à metade do salário mínimo para os trabalhadores com 30 anos de trabalho e 65 anos de idade (IPEA, 2018, p. 12). Essa política permaneceu até o fim da ditadura militar e a nova Constituição Brasileira em 1988, no Artigo 194 e 195 (BRASIL, 2020, pp. 103-104) garantiu aposentadoria de um salário mínimo ao homem do campo, através de comprovação com a venda de produtos agropecuários, posse e/ou uso de terra, além de ampliar o benefício para pescadores e homens da floresta.

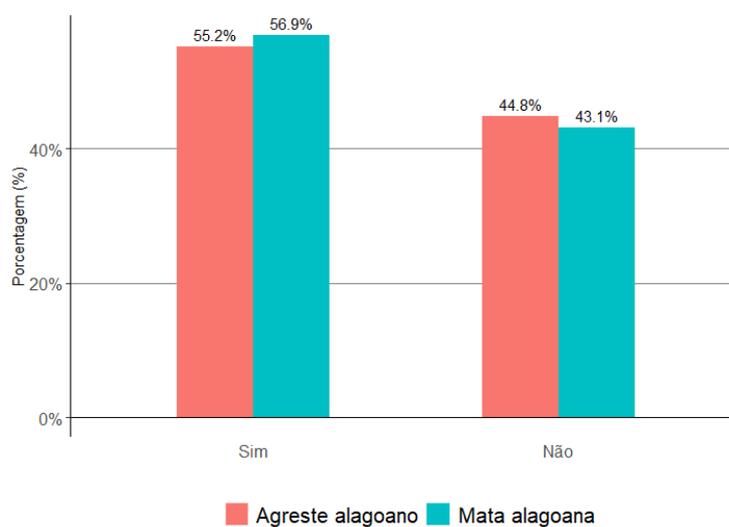
Nos dados apresentados na Figura 36, verificou-se que a proporção de aposentados nos assentamentos dos Territórios da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana são equivalentes, 55,2% e 56,9%, respectivamente. Isso indica, como citado acima, a alta média de idade dos assentados da reforma agrária estudado (Figura 01). Por outro lado, a renda das aposentadorias movimentava a economia dos assentamentos e região circunvizinhas por ser uma injeção direta de recursos do governo federal nas comunidades rurais e de uma certa forma é uma distribuição de renda, visto que a renda obtida da produção agropecuária nos assentamentos é no período chuvoso e nos períodos de estação de seca, as aposentadorias juntamente com o Programa Bolsa Família são as maiores fontes de renda dos assentados. É necessário destacar o programa Garantia Safra em alguns municípios do agreste e o auxílio maternidade rural, onde a mulher recebe por

quatro meses um salário mínimo após o parto. Estes programas são complementares têm impacto na renda, qualidade de vida dos assentamentos e no desenvolvimento socioeconômico dos territórios.

Durante as entrevistas muitos assentados reclamaram da demora para conseguir aposentadoria e sua alta burocracia. Alguns assentados atingem a idade de aposentadoria e não acessaram o programa. Nos domicílios que possuem pessoas aposentados tem mais segurança alimentar e serve para aquisição de bens domésticos e móveis como carros e motos. Os valores das aposentadorias declarados pelos assentados variaram de um a dois salários mínimos brasileiro.

Figura 36

Percentual dos assentados entrevistados que declaram ter aposentadorias nos Territórios da Cidadania do Agreste da Mata Alagoana



6.2. DIMENSÃO ECONÔMICA

Abramovay (1992) coloca que a agricultura é responsável pela redução histórica dos preços dos alimentos e depende das condições edafoclimáticas para gerar riqueza por ser uma atividade biológica. A sociedade humana depende da agricultura para sobrevivência, nas últimas décadas tem sido um grande elo entre a indústria de insumos e processamento. Os assentamentos de reforma agrária é um espaço territorial construído, através de políticas públicas, com o objetivo de desconcentração fundiária com a criação de novos agricultores familiares outrora excluídos da produção agropecuária, produção de alimentos, combate à pobreza rural com geração de renda e melhoria da qualidade de vida dos beneficiários do programa. Estes objetivos combinam com os preceitos do desenvolvimento territorial sustentável, uma vez que organiza o espaço rural, gera riqueza e melhora qualidade de vida do homem e mulher do campo, além de contribuir para a sustentabilidade ambiental.

A dimensão econômica é parte fundamental para o desenvolvimento territorial e local por ser uma variável que impacta diretamente na vida das pessoas. Esparcia e Nogueira (2009, p. 289) afirmam que “El desarrollo local constituye una alternativa a las estrategias clásicas de desarrollo económico. Sin renunciar a los objetivos de crecimiento económico y aumento de la riqueza, presta una mayor atención a estrategias más equilibradas espacial y socialmente”.

O presente estudo analisou as condições dos assentamentos da reforma agrária nos Territórios da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana a partir da perspectiva do desenvolvimento territorial sustentável. Nessa sessão serão apresentados os resultados da dimensão econômica. É a partir da economia que podemos estudar com maior profundidade o desenvolvimento de uma comunidade, território e/ou família entendendo suas relações e transações econômicas como renda, financiamento, produção, etc. Os

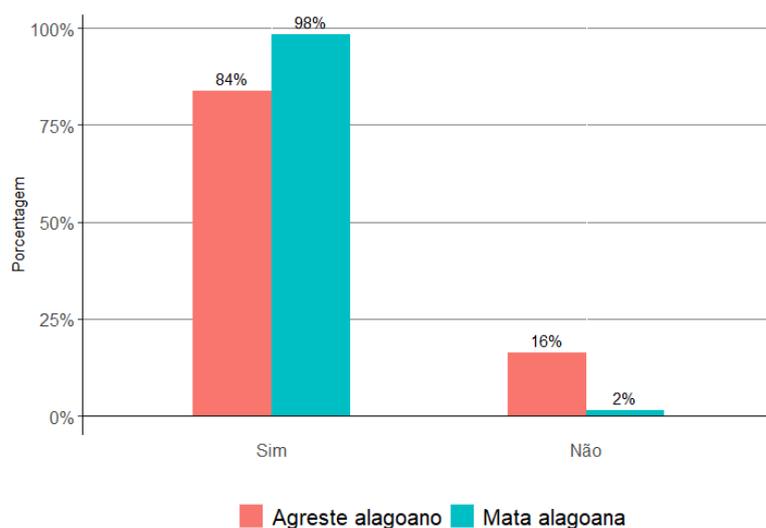
assentamentos da reforma agrária são parte de um processo de desenvolvimento induzido pelo governo brasileiro há mais de 50 anos e estão presentes nos territórios alagoanos, principalmente nos territórios aqui estudados.

6.2.1. Produção

Após o processamento dos dados, verificou-se que a maioria dos lotes pesquisados continham alguma plantação ou criação, sendo que os lotes dos assentamentos do Território da Cidadania da Mata Alagoana apresentaram um percentual de exploração maior que os do território do Agreste Alagoano, 98% e 84% respectivamente (Figura 37). O fato de os assentamentos da mata possuírem um grau de exploração maior que os agrestinos, pode ser explicado pela maior disponibilidade de água da região e a aplicação dos questionários da pesquisa realizada em épocas distintas ter influenciado nos resultados de alguma forma.

Figura 37

Percentual dos assentados entrevistados nos Territórios da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana que declararam possuir plantação no lote.



6.2.2. Plantações e benfeitorias

Os assentamentos deste estudo tinham em média 20 anos de criação, possuindo assentamento de 07 à 35 anos. Durante este tempo os assentados foram construindo infraestruturas para qualificação da produção e valorização do lote. Estas estruturas foram construídas com recursos próprios e/ou financiamentos públicos. De acordo com a Figura 38 pode-se constatar que 94% dos assentados entrevistados do Agreste e 71% dos entrevistados da Mata fizeram alguma benfeitoria em suas áreas. Destas benfeitorias as mais destacadas foram construção de galpões e sistemas de irrigação no caso dos assentados do território da Mata Alagoana. As benfeitorias declaradas pelos entrevistados do território do agreste são mais modestas e pouco identificadas como: currais artesanais para bovinos, ovinocaprinos, suinocultura artesanais e entre outros (Figura 39).

Nos assentamentos dos territórios desta pesquisa verificou-se que a produção é diversificada com plantios de hortaliças, frutas, cereais e alimento para animais como bovinos, equinos, caprinos, suínos e aves (Figura 40). Nos assentamentos do agreste tem mais plantações de pastagens por ser uma região maior produtora de carne e leite, embora a produção de cereais como milho e feijão se destaque nos dois territórios. A limitação climática no agreste restringe a plantação apenas nos períodos chuvosos, mas as culturas de milho e feijão são cultivadas com bastante destaque, apesar do território da mata também ser produtora destes grãos. A produção de Alimentos é um dos objetivos do investimento público em assentamentos de reforma agrária, que além de combater a fome dos pobres no campo, aumenta a oferta de alimentos para os habitantes da zona urbana, além de movimentar a economia da localidade, promovendo assim o desenvolvimento territorial (Veiga, 2005).

Dentre as frutas produzidas nos assentamentos da reforma agrária da Mata alagoana, destacam-se a banana e a laranja, onde 44% dos entrevistados declararam que

plantam em seus lotes (Figura 41). O resultado apresentado no gráfico da Figura 41 é preciso destacar que os assentados do agreste que responderam ter plantio de laranja e graviola nos lotes, estes são plantios de fundo de quintal sem fins comerciais, mas por citá-las entraram na estatística. A fruticultura é uma atividade agrícola que apesar do alto custo de implantação traz um excelente retorno financeiro, sendo muito indicado para programas de desenvolvimento rural em regiões com disponibilidade hídrica.

Figura 38

Percentual dos assentados entrevistados nos Território da Cidadania do Agreste da Mata Alagoana que declararam ter construído benfeitorias no lote.

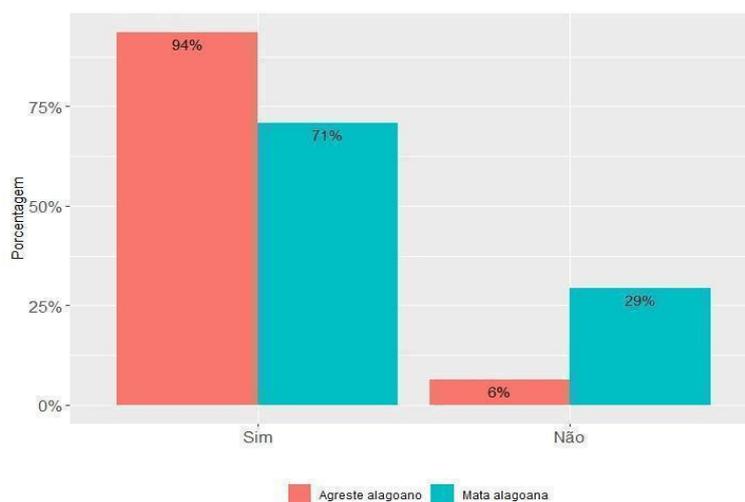


Figura 39

Percentual dos assentados entrevistados nos Território da Cidadania do Agreste da Mata Alagoana que declararam ter construído benfeitorias no lote.

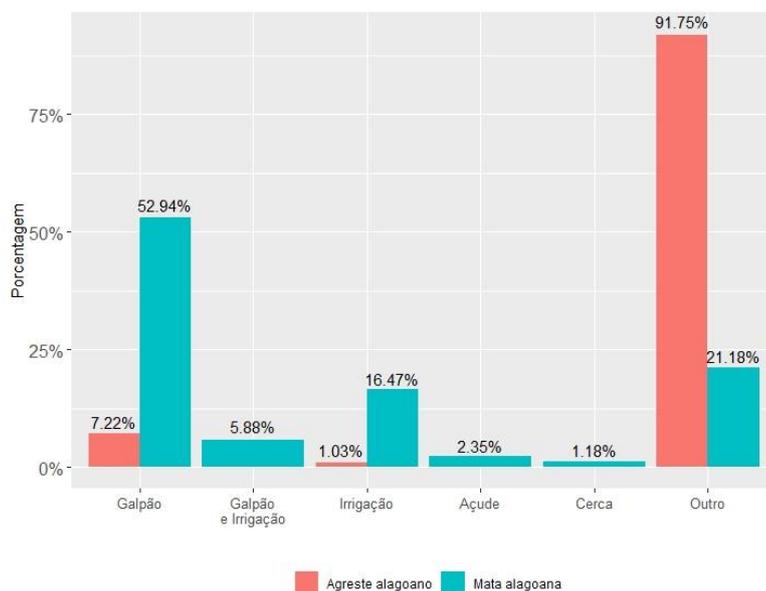


Figura 40

Percentual das culturas plantadas pelos assentados entrevistados nos Território da Cidadania do Agreste da Mata Alagoana.

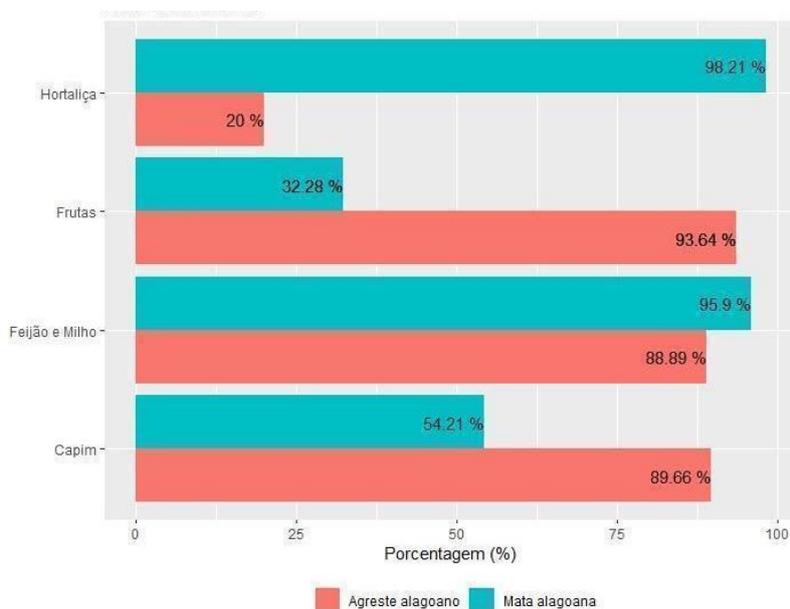
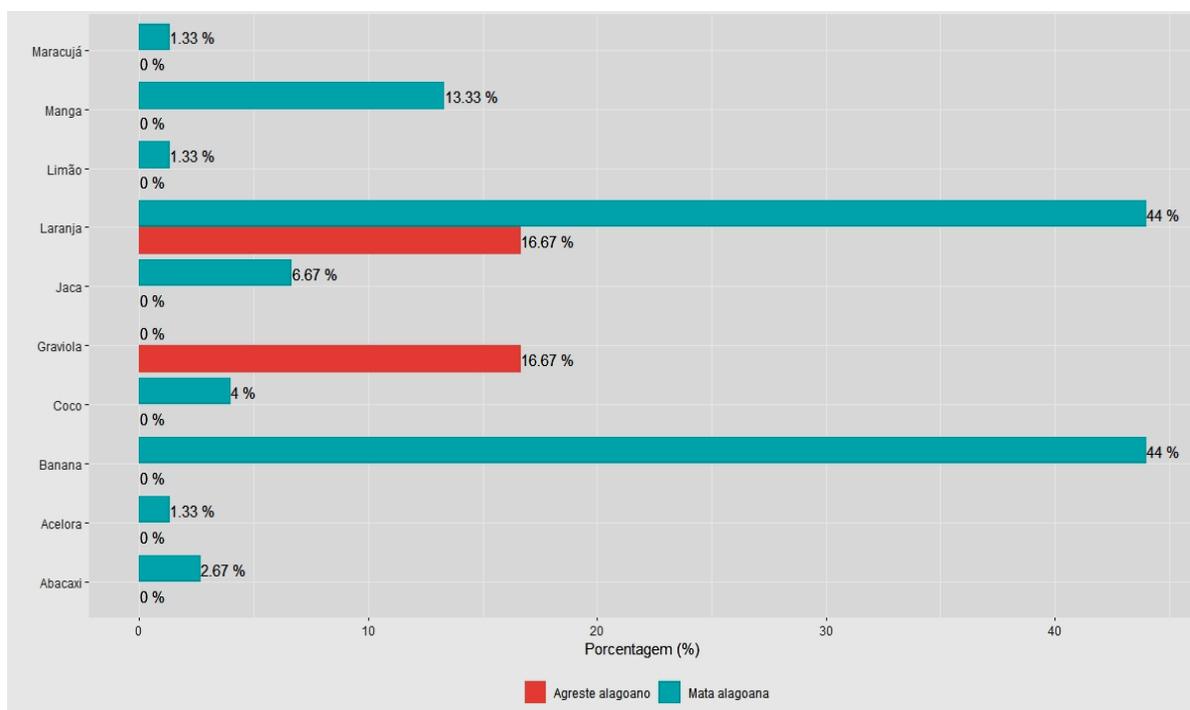


Figura 41

Percentual das culturas frutíferas plantadas pelos assentados entrevistados nos Territórios da Cidadania do Agreste da Mata Alagoana.



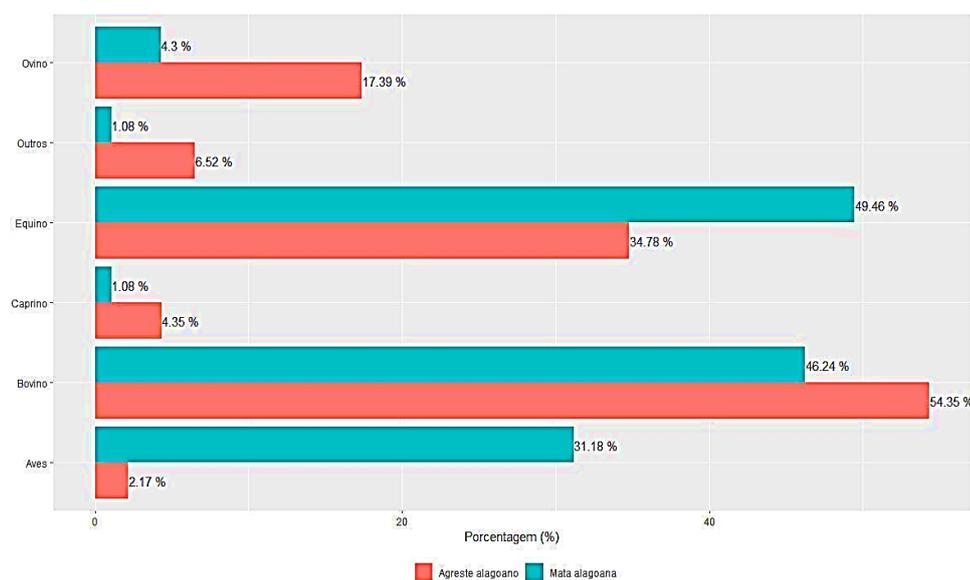
6.2.2.1. Criações

Os assentamentos da reforma agrária formam uma parte do público da agricultura familiar e nestas áreas são encontradas tanto plantações das mais diversas culturas agrícolas, como são encontradas criações animais para exploração doméstica de alimentação, trabalho e comercial. A agricultura camponesa é caracterizada pelo baixo uso de tecnologias e produção de alimento para o autoconsumo, apresenta viabilidade para os assentados da reforma agrária por ajudar na segurança alimentar das famílias e seu baixo poder aquisitivo. A Figura 42 apresenta que os assentados pesquisados da Mata Alagoana criam mais equinos que os assentados do agreste, 49,46% e 34,78%, respectivamente. Na mesma figura observa-se que o Agreste possui maior percentual de criação de bovinos que a Mata (54,35% e 46,24%, respectivamente). Com relação a

animais de médio porte como caprinos e ovinos, o Agreste se destaca com um percentual maior que a Mata Alagoana, Figura 42. Neste mesmo gráfico mostra que os assentados da Mata Alagoana criam significativamente mais aves (31,18%) que o Agreste (2,17%). O item outros animais apresentados na Figura 42 representam suínos, muares, etc.

Figura 42

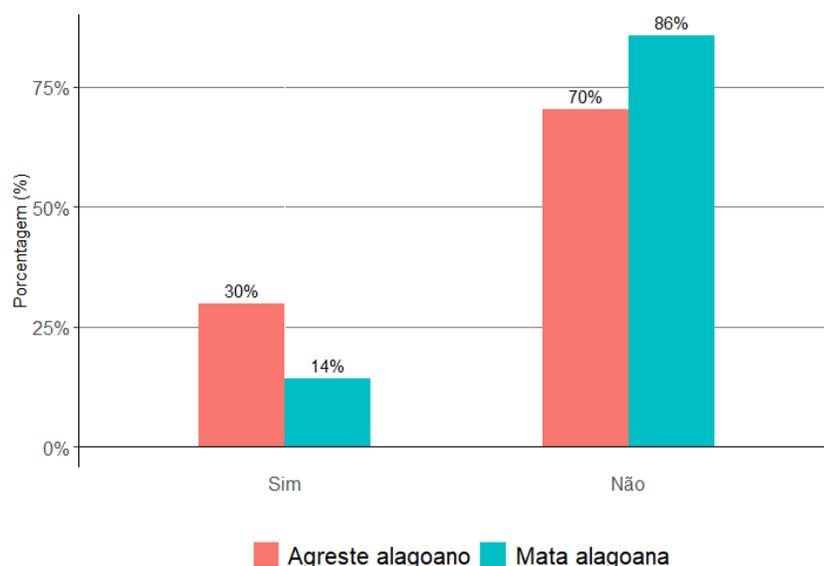
Percentual de animais criados pelos assentados entrevistados nos Território da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana.



A presente pesquisa mostrou que 86% dos assentados da reforma agrária da Mata Alagoana criam algum animal, seja para consumo doméstico, trabalho e/ou para comercialização, contra 70% dos assentados do agreste (Figura 43).

Figura 43:

Percentual de assentados entrevistados que criam animais nos Territórios da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana.



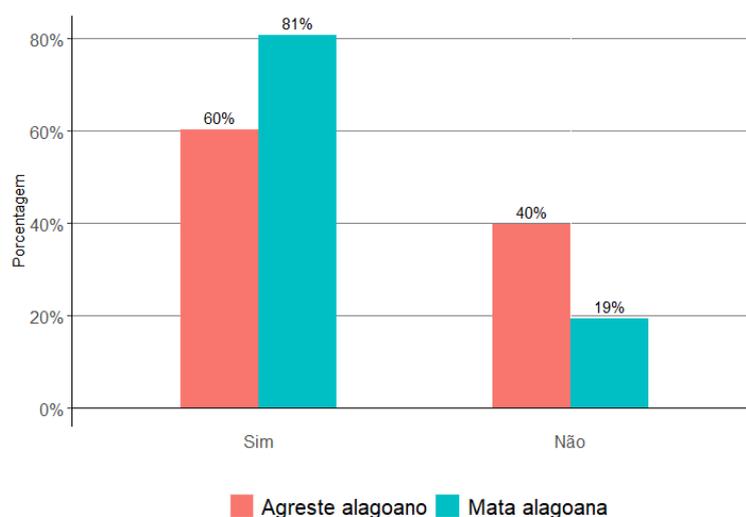
Na Figura 44 pode-se observar que 81% dos assentados entrevistados da Mata alagoana declararam que vendem os animais criados em suas glebas e os assentamentos do Agreste apenas 60%. Um ponto a ser destacado nesta resposta é que os animais criados no Agreste são mais para produção de leite e para trabalho e os animais criados na Mata Alagoana são mais de corte.

Na criação animal o maior empecilho é a alimentação, principalmente em regiões que há deficiência hídrica como no Território da Cidadania do Agreste. Para entender melhor o desenvolvimento da produção neste território, o questionário aplicado procurou saber qual era os principais alimentos utilizados pelos assentados para alimentar seus animais. A Figura 45 mostra que a maior parte dos assentados entrevistados alimentavam seu rebanho com pasto nativo (93,75% e 75,34%) para os territórios da Mata Alagoana e Agreste Alagoano, respectivamente. A utilização de ração na alimentação animal foi de 15,62% para os assentados da Mata Alagoana e 10,96% para assentados do Agreste. O

baixo índice de utilização de ração na alimentação dos animais criados nos assentamentos pesquisados deve-se a baixa disponibilidade de renda dos assentados e do padrão tecnológico das criações. A utilização da lavagem³⁸ como alimentação de suínos é um indicativo do baixo padrão tecnológico, embora assertivamente os movimentos sociais que coordenam politicamente os assentamentos defendam e recomendem a agroecologia como modelo de desenvolvimento.

Figura 44

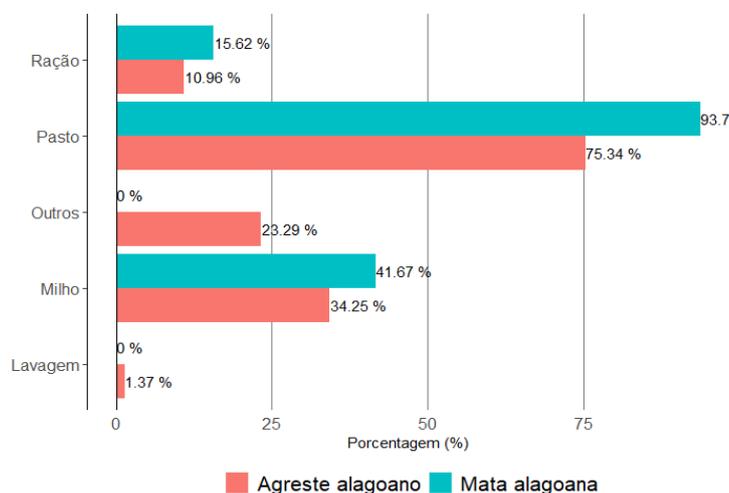
Percentual de assentados entrevistados que declaram que vendem os animais criados em seus lotes nos Território da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana.



³⁸ Lavagem: restos dos alimentos humanos utilizados para alimentação suína (também conhecido como porcos).

Figura 45

Alimentação utilizada nas criações de animais dos Território da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana.



6.2.2.2. Organização da Produção

A agricultura familiar, categoria que os assentados da reforma agrária fazem parte, tem construído ao longo da história uma forma peculiar de produzir em pequenas áreas, muitas vezes conflituosa com o Estado e/ou latifundiários, mas essa organização da produção é o que tem feito com que sobreviva. Tem momentos da história que a agricultura familiar consegue avançar mais em sua pauta através de lutas coletivas e movimentos sociais, em outros momentos há recuos na organização coletiva de suas lutas por ataques de governos ditadores, conservadores e neoliberais.

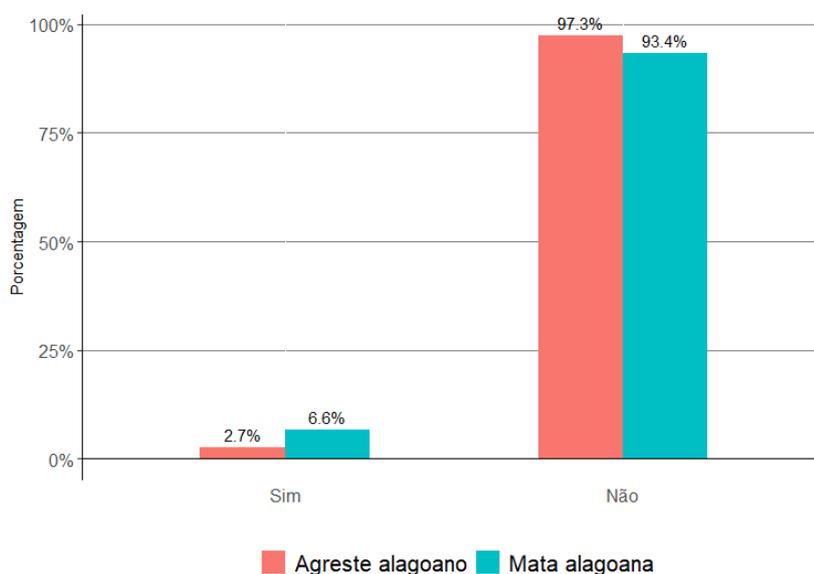
O último momento de avanços nas políticas para a agricultura familiar e reforma agrária veio com as pressões dos movimentos sociais do campo no final dos anos de 1990 e início do século XXI com a criação do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e as desapropriações de muitos latifúndios (Sauer, 2008; Cattelan et al. (2020). As políticas de fortalecimento da agricultura familiar, a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária em 2003, a criação da União

Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES) em 2005 e outras estruturas que existiam no Brasil como a rede de Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), ligado a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) contribuem muito para o cooperativismo, mas ainda não conseguiram criar uma cultura cooperativa maior no meio rural brasileiro.

A organização da produção agropecuária é um dos maiores entraves ao desenvolvimento das comunidades rurais brasileiras, principalmente dos assentamentos da reforma agrária. O baixo nível educacional dos assentados, a falta de uma cultura cooperativista e uma Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) nas comunidades rurais tem contribuído para que a produção da reforma agrária em Alagoas seja realizada de forma menos coletiva através de cooperativas. Na pesquisa ora apresentada, observa-se que apenas 2,7% dos assentados pesquisados do Território da Cidadania do Agreste e 6,6% do Território da Cidadania da Mata Alagoana se declarassem como cooperados (Figura 46). Estes dados são baixos para a necessidade da organização da produção dos mais de 170 assentamentos e 14,5 mil assentados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA em Alagoas.

Figura 46:

Percentual dos assentados entrevistados que declararam participar de cooperativas nos Territórios da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana.



6.2.3. Crédito Rural

Para Arbage (2006), o crédito rural foi institucionalizado pelo governo brasileiro para dar suporte aos agricultores a partir de 1965, com a lei que obrigava o depósito compulsório dos bancos privados de 10% dos depósitos das contas correntes em uma conta especial no Banco do Brasil. Neste ano é criado o Funagri – Fundo Nacional da Agricultura (Arbage, 2006, p. 206), o Brasil está vivendo sob uma ditadura militar, onde o projeto conservador de desenvolvimento adotado era ancorado nas tecnologias da revolução verde importado dos Estados Unidos e voltado para cultivos comerciais de soja, milho, arroz e trigo, fomentando a mecanização e o uso intensivo de agrotóxicos (Lisboa, 2009,). Os pequenos agricultores ficaram de fora desse projeto de desenvolvimento e foi nesse período que aumentou a concentração fundiária e o êxodo rural no País (Wanderley, 2009).

A partir dos anos de 1980, com o enfraquecimento do governo militar, os trabalhadores brasileiros pressionam pelo fim da ditadura, eleições diretas para presidente e os movimentos sociais camponeses e extensionistas rurais buscam mais políticas de apoio para agricultura familiar. No âmbito da reforma agrária, é criado em 1985, o Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária – PROCERA com o objetivo de aumentar a produção e a produtividade agrícolas dos assentados da reforma agrária (IPEA, 1998).

Em 1996 foi criado o PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e o crédito rural para os pequenos agricultores ficou mais acessível, porém ao se comparar com o volume de recursos disponíveis para os grandes produtores do dito agronegócio, este percentual anual nunca chega a 20% do total (Schneider et al 2018).

Schneider et al 2018, estudando o dualismo no campo e as desigualdades entre a agricultura familiar brasileira, coloca que para complicar mais a disponibilidade de recursos, os bancos dão prioridades de crédito para agricultores familiares mais capitalizados das regiões sul e sudeste do Brasil e os agricultores do Norte e Nordeste ficam a margem do programa.

Desde 2008 com o advento do Pronaf Mais Alimentos, linha do Programa criada para estimular a modernização tecnológica da categoria via financiamento de máquinas e equipamentos, o qual tem concentrado seus investimentos nos estabelecimentos familiares consolidados do Sul e do Sudeste. Por outro lado, a parcela majoritária do segmento, constituída pelos assentados da reforma agrária e pelos agricultores periféricos localizados principalmente nas regiões Norte Nordeste, tem sido marginalizada na distribuição dos ativos produtivos. (Schneider *et al* 2018, p. 136).

Outra crítica bastante presente nas discussões sobre crédito rural para a agricultura familiar é com relação ao caráter produtivista do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), voltado mais ao modelo de desenvolvimento da agricultura convencional, que destina parte significativa dos recursos para a “aquisição de insumos industriais e maquinário, induzindo assim à especialização produtiva e ao atrelamento da produção familiar como elo subsidiário das cadeias agroindustriais” (Caporal *et al.*, 2009, p. 85).

Neste contexto, a pesquisa procurou entender a situação dos assentados da reforma agrária nos Territórios da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana quanto ao uso de crédito rural. Os assentados entrevistados nos dois territórios da cidadania alagoanos declararam que, 92% e 82,7% respectivamente, para os territórios do Agreste e Mata Alagoana acessaram algum crédito (Figura 47), seja PROCERA, PRONAF A, PRONAF B, PRONAF C e apoios financeiros reembolsáveis ou não reembolsáveis do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Os dados mostram que apesar da burocracia para acesso de crédito na agricultura familiar, os assentados da reforma agrária conseguiram acessar esses financiamentos. Uma justificativa é porque estavam organizados em algum movimento social do campo, outro motivo pode ser porque os assentamentos possuem em média 20 anos de criação, tendo assentamentos com mais de 30 anos (criados durante o governo militar) antes do I Plano Nacional de Reforma Agrária.

Os assentados entrevistados também foram instados a declarar quais foram os créditos que acessaram ou estavam acessando e os financiamentos mais citados foram:

PRONAF A, PROCERA, Fomento³⁹ e Apoio Inicial⁴⁰ (Figura 47). O PRONAF substituiu o PROCERA, e ao analisar os percentuais de assentados que responderam que acessaram créditos, mesmo somando as respostas dos assentados do território da Mata Alagoana que receberam PRONAF e PROCERA (45,37%) foi inferior aos assentados do Agreste (63,37%), como pode ser visto no gráfico da Figura 48. Esses percentuais podem conter alguma margem de erro porque os muitos assentados acessaram os créditos há muito tempo e terminam confundindo as modalidades. As outras modalidades de créditos acessadas e declaradas pelos assentados entrevistados podem ser observadas na Figura 48, destacando-se o Fomento e o Apoio Inicial, onde os assentados do território do Agreste teve maior acesso ao Fomento (65,35%) que os assentados do território da Mata Alagoana (62,04%). Estes números também podem conter alguma margem de erro porque os assentados confundem muito estas modalidades, mas no geral os percentuais são muito parecidos.

³⁹ Fomento: aquisição de instrumentos de trabalho e insumos, tratores e plantel de animais. O crédito de fomento é concedido aos assentados que não reúnem condições de acesso ao PROCERA. Fonte: INCRA - Instrução Normativa no 26, de 22/6/98. (VERDE e GESQUES, 1999, p. 25).

⁴⁰ Apoio Inicial: Características: Destina-se à segurança alimentar e nutricional das famílias, ao suprimento de suas necessidades básicas, bem como ao fomento inicial de seu processo produtivo. Deve ser acordado com a comunidade qual será o montante destinado para o fomento e para a aquisição de alimentos. Fonte: ICMBio - MANUAL DE PROCEDIMENTOS PARA IMPLANTAÇÃO DO CRÉDITO INSTALAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA EM RESERVA EXTRAVISTA, FLORESTA NACIONAL E RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. <https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que-fazemos/cartilhamanualprocedimentos.pdf>

Figura 47

Percentual de assentados entrevistados que declararam ser usuário de Crédito Rural nos Território da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana.

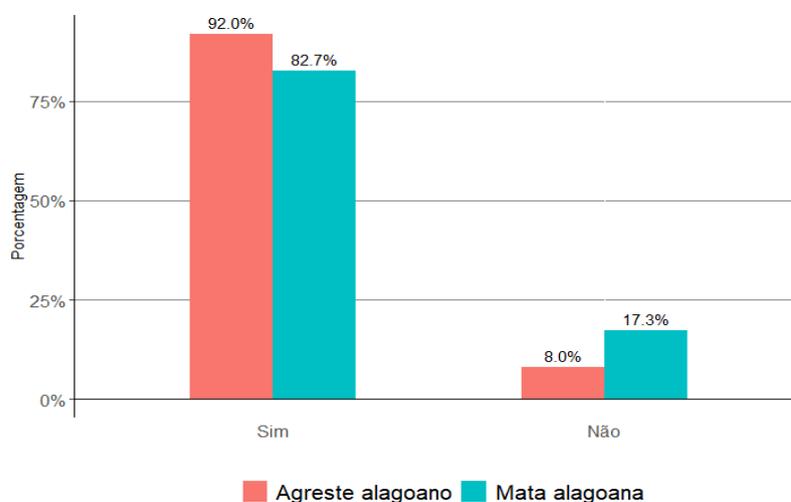
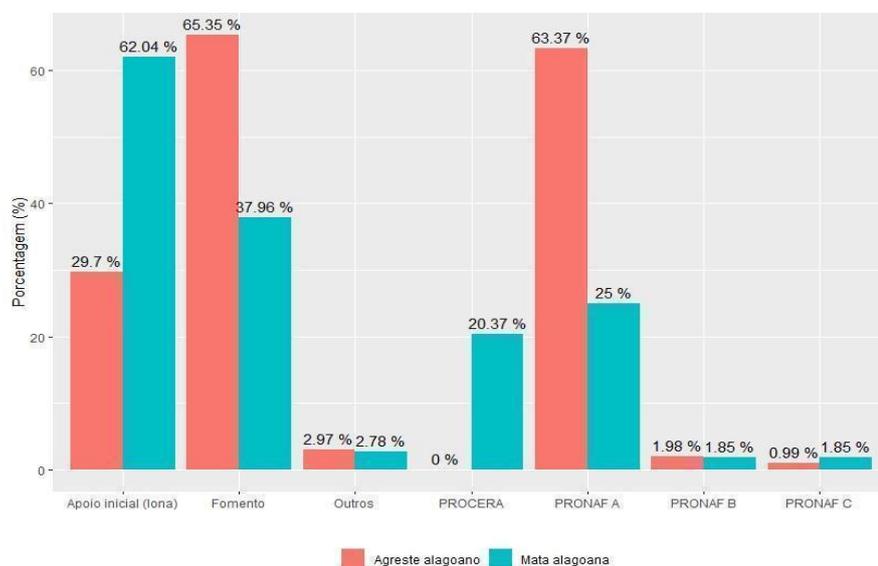


Figura 48

Crédito Rural acessados pelos assentados entrevistados nos Território da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana.

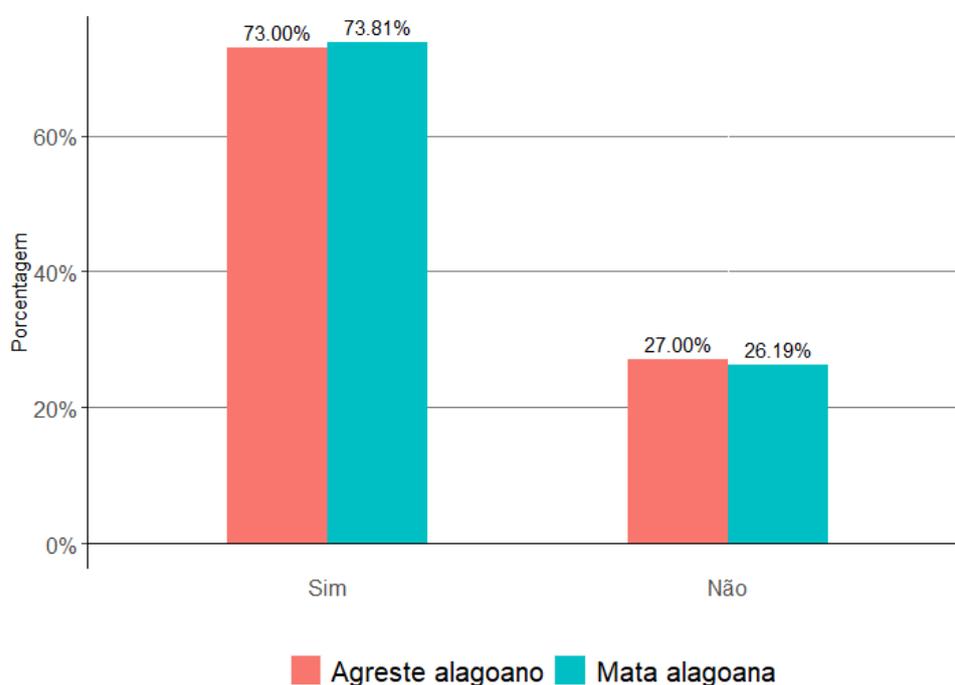


Para qualificar melhor a situação financeira dos assentados estudados, a pesquisa procurou saber como eles estavam em relação ao pagamento dos créditos acessados, visto

que todo financiamento precisa ser pago, mesmo estes financiamentos especiais da reforma agrária, a exemplo do PRONAF A que tem uma taxa de juros de 0,5% ao ano e quando pago no prazo recebem bônus de 43,4%. Ao analisar os dados coletados nos questionários, observou-se que 73% e 73,81% respectivamente dos assentados do Agreste e Mata Alagoana, começaram a pagar os financiamentos (Figura 49), mas apenas 65,5% e 68,8% declararam que estavam adimplentes com os financiamentos (Figura 50). Os dados de adimplência podem não refletir a realidade, pois muitos entrevistados têm constrangimento para se declarar inadimplente.

Figura 49

Percentual de assentados entrevistados que declararam que começaram a pagar os financiamentos nos Território da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana.

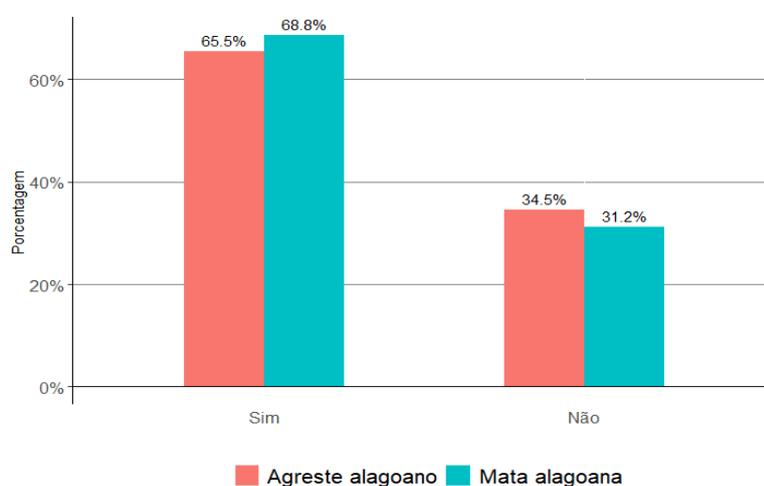


Para a construção de processos e estratégias de desenvolvimento territorial é necessário a disponibilização de incentivos financeiros pelo poder público aos beneficiários, principalmente quando se trata de agricultores familiares como assentados

da reforma agrária. Martínez Agut (2014) coloca que os agricultores familiares podem desenvolver com rapidez seu potencial produtivo quando se implementa políticas públicas específicas como crédito, assistência técnica, seguros, acesso aos mercados e tecnologias apropriadas.

Figura 50

Percentual de assentados entrevistados que declararam estão adimplentes com os financiamentos nos Território da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana.



6.2.4. Assistência Técnica e Extensão Rural

O serviço de extensão rural brasileiro teve início no final dos anos de 1940, mais especificamente no dia 06 de dezembro de 1948, no estado de Minas Gerais, com a criação da *Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR)*, através do convênio entre o governo mineiro e a *American International Association for Economic and Social Development (AIA)*, instituição fundada pela família Rockefeller (Peixoto, 2008). O serviço tinha como objetivos: aumentar a produtividade agrícola, melhorar o bem estar das famílias rurais com aumento da renda e diminuição da mão de obra necessária para produzir. Apesar de ser uma intervenção norte americana, as equipes locais eram formadas por extensionistas da área agrícola e economia doméstica, era pensado o

desenvolvimento da família além da produção agropecuária, fato desprezado pelo governo militar nos anos 1960 com a adoção do modelo difusionista da revolução verde (Ruas, 2006).

Nos anos 1980 os extensionistas brasileiros e movimentos sociais do campo, inspirados por novos horizontes de liberdades democráticas passam a criticar o modelo de desenvolvimento do governo, adotam metodologias/planejamentos participativos de Paulo Freire e sistemas produtivos sustentáveis como foco de suas intervenções. No final dos anos 1980 e início dos anos 1990, o governo extingue a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMBRATER (criada em meados dos anos 1970) para a implantação das políticas neoliberais e assim ficará até 2003 sem serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER federal, restando apenas em alguns estados da federação que mantiveram suas Emater's em funcionamento. Em Alagoas o governo manteve a EMATER em funcionamento até ser extinta em 2000 e foi recriada em 2011, embora com orçamento reduzido e sem funcionários de carreira.

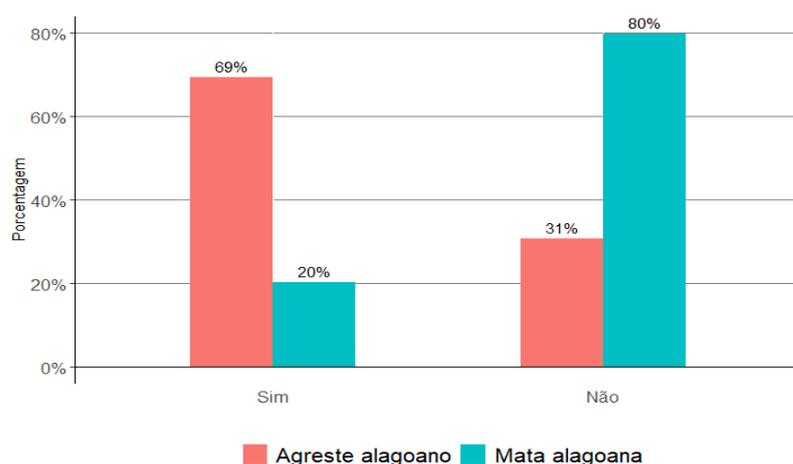
No governo do operário Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003 é criada a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER novamente para agricultores familiares e assentamentos da reforma agrária (Ruas, 2006). É preciso destacar que com a criação do PRONAF, os agricultores contemplados em algumas linhas de crédito passam a ter acesso a serviços de ATER particular incluídos em alguns financiamentos.

Neste contexto, analisamos o serviço de ATER prestado aos assentados da reforma agrária e observou-se que os resultados não foram satisfatórios. Na Figura 51 podemos observar que até 2018, ano de finalização deste estudo, a taxa percentual de utilização de ATER declarado pelos assentados foi de 69% no território do Agreste e apenas 20% na Mata Alagoana. Esta diferença discrepante entre a prestação de ATER

nos territórios aconteceu pelo fato do país está vivendo uma instabilidade política desde 2015 e os convênios entre as prestadoras de ATER com o INCRA não tinham sido renovados em algumas áreas, assim o território da Mata Alagoana estava sem convênio no período da pesquisa.

Figura 51

Percentual de assentados entrevistados que declararam receber serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER nos Território da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana.



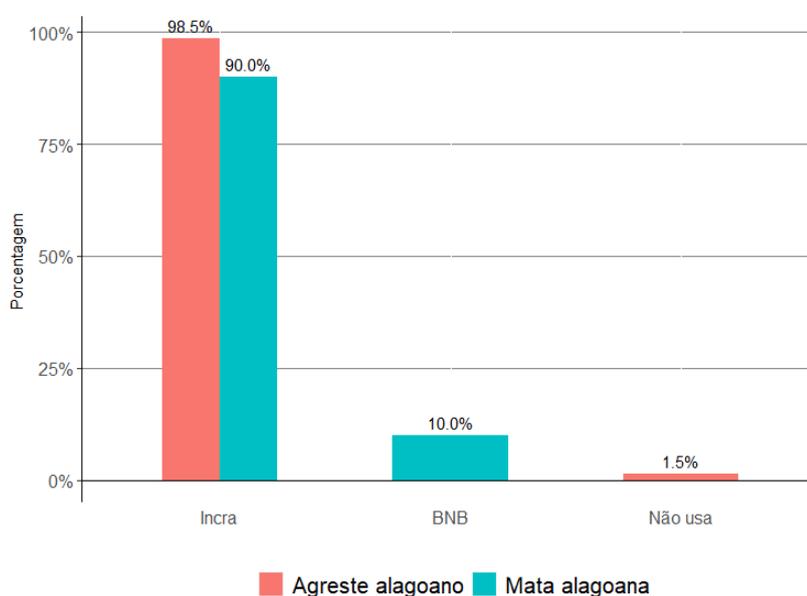
Analisados os dados desta pesquisa, observou-se que 98,5% e 90% respectivamente, para os entrevistados dos territórios do Agreste e Mata Alagoana que tiveram serviços de ATER, responderam que o serviço era financiado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA; 10% dos assentados entrevistados do Território da Cidadania da Mata Alagoana declararam receber ATER financiada pelo Banco do Nordeste; e apenas 1,5% dos assentados entrevistados do Agreste declararam que não tinham usado o serviço (Figura 52).

Os dados da pesquisa revelaram que entre os assentados entrevistados, 91,7% e 68,2% respectivamente para os territórios do Agreste e Mata Alagoana, responderam não

usar ATER porque não existe na região; 22,7% e 8,3% para os respectivos territórios, responderam não conhecer o serviço de ATER; e 4,5% dos entrevistados do Agreste responderam que não usavam ATER porque a frequência de visitas era baixa e o serviço não é bom (Figura 53).

Figura 52

Órgãos financiadores de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural declarados pelos assentados entrevistados nos Território da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana.

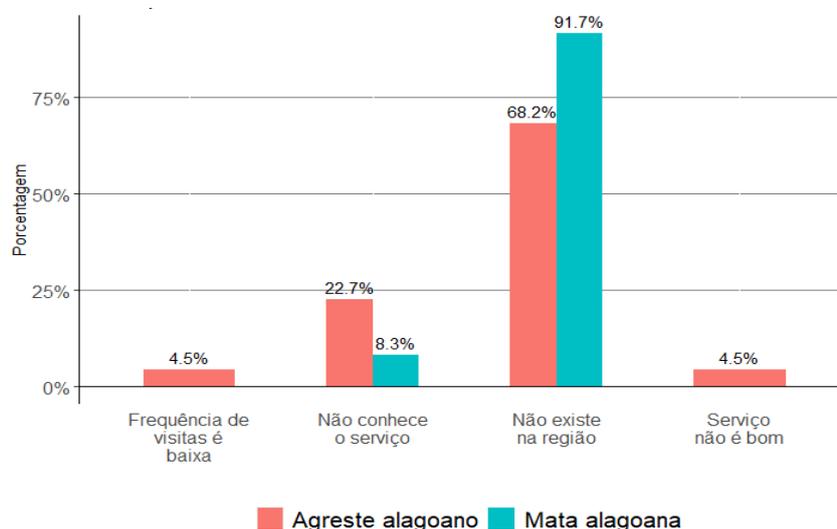


Diante dos dados coletados e analisados, pode-se concluir que o serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER prestados aos assentados entrevistados não foi suficiente para construir um projeto de desenvolvimento mais sustentável nos assentamentos de reforma agrária estudados por algumas razões, como: falta de continuidade do serviço por atraso no repasse financeiro do INCRA as entidades de ATER, assentados desmotivados, limitações edafoclimáticas e falta de estruturas para processamento e industrialização da produção nas áreas reformadas. Apesar dos entraves e problemas supracitados, há necessidades de uma política de Assistência Técnica e

Extensão Rural – ATER para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos e que a interrupção deste serviço nos últimos cinco anos agravou a crise nas áreas da reforma agrária de Alagoas como pode ser visto nos dados apresentados na dimensão social deste capítulo.

Figura 53:

Motivos declarados pelos assentados entrevistados para não usar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER nos Território da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana.



6.2.5. Renda dos Assentados da Reforma Agrária

O sistema econômico vigente no Brasil é denominado capitalista ou economia de mercado. A base desse sistema, em tese, é o livre mercado de bens e serviços, e o regulador da economia é o preço. Na prática o governo, através de políticas econômicas intervém na economia e controla a circulação de moeda e financiamentos aos setores produtivos. A política de financiamento é exercida através de empréstimo dos bancos públicos ou privados e incentivos fiscais aos setores tidos como produtivos, fazendo com

que aumente ou diminua a disponibilidade de recursos no mercado, e conseqüentemente, isso tem impacto direto na renda do cidadão.

Numa economia de mercado para conseguir qualquer produto, seja bens ou serviços, é necessário comprar com dinheiro. Para ter dinheiro é necessário que o cidadão disponha de renda, que pode ser através da venda de sua força de trabalho como empregado; como autônomo que produza algo com valor de troca; como beneficiário de programas sociais através de aposentadorias, pensões, auxílios e congêneres; rentistas de aplicações financeiras no mercado e aluguéis de imóveis, etc. Neste estudo trataremos do caso da renda dos agricultores familiares assentados da reforma agrária nos Territórios da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana.

A renda é fundamental para a sobrevivência de todos, porém na agricultura familiar tem uma peculiaridade, pois essa categoria produz parte do que precisa. Para Wanderley (2009, p. 42), “a agricultura de base familiar assume seu próprio abastecimento. Essa dimensão da produção para subsistência é por muitos desconsiderada ou vista como a expressão do atraso e a comprovação da sua ausência no mercado”. A renda dos camponeses, apesar de ser menor, os tornam mais independentes que a maioria das pessoas da sociedade, que para comer precisa de dinheiro para comprar alimentos no mercado. Essa relativa independência alimentar é um fator importante na discussão de desenvolvimento territorial porquê extrapola a dimensão econômica de segurança alimentar e saúde – somos o que comemos – e adentra outras dimensões como social, cultural e ambiental.

O presente estudo fez a análise da renda dos assentados da reforma agrária entrevistados nos Territórios da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana. Os resultados obtidos em relação as cifras monetárias podem conter alguma distorção porque nem todos entrevistados responderam quanto conseguiam de renda mensal com precisão. Essas

respostas menos precisas podem ser por não fazerem contabilidade correta da produção; por constrangimento devido a baixa renda obtida em suas explorações; ou por receio de serem penalizados nos programas sociais que são beneficiários. Porém, os dados aqui apresentados são suficientes para ver que os assentados da reforma agrária de Alagoas estão obtendo uma renda muito baixa em seus lotes.

Diante do exposto sobre reforma agrária e formação da renda dos assentados, na Figura 54 pode ser observado que a renda dos assentados entrevistados é baixa, pois os valores declarados são resultantes do trabalho da família com no mínimo duas pessoas envolvidas diretamente na produção, programas sociais e alguma renda extra. Depois de analisados os dados, 36,46% e 48,3% respectivamente, para os entrevistados dos territórios do Agreste e Mata Alagoana, declararam ter uma renda de até meio salário mínimo mensal; 16,9% e 13,8% respectivamente, declaram renda entre meio e um salário mínimo; 31,2% e 27,6% respectivamente, declararam renda entre um e 1,5 salários; e 15,6% e 10,3% declararam renda mensal de mais de 1,5 salários mínimos. Analisando a renda dos assentados, a partir desses dados declarados, é bastante difícil retirar maiores conclusões sobre as condições de vida dos assentados, visto que nem todas as pessoas se sentiram à vontade para responder essa questão. Por isso, os dados desse item precisam ser vistos em conjunto com os demais, principalmente com os resultados apresentados na dimensão social.

As rendas monetárias declaradas nas explorações agropecuárias dos lotes pelos entrevistados são obtidas a partir da comercialização de culturas e/ou criações em feira livres (34,29% e 36,05%), atravessadores (48,57% e 58,14%), cooperativas (14,29% e 5,81%), respectivamente para os territórios da Mata Alagoana e do Agreste. Apenas 2,86% dos entrevistados do território da Mata Alagoana declarou que comercializava a produção através de associações de agricultores (Figura 55). A comercialização dos

produtos dos assentados entrevistados é realizada semanalmente, mensalmente e anualmente, depende do produto e da região.

Figura 54

Faixa de Renda obtida do lote declarada pelos assentados entrevistados nos Território da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana.

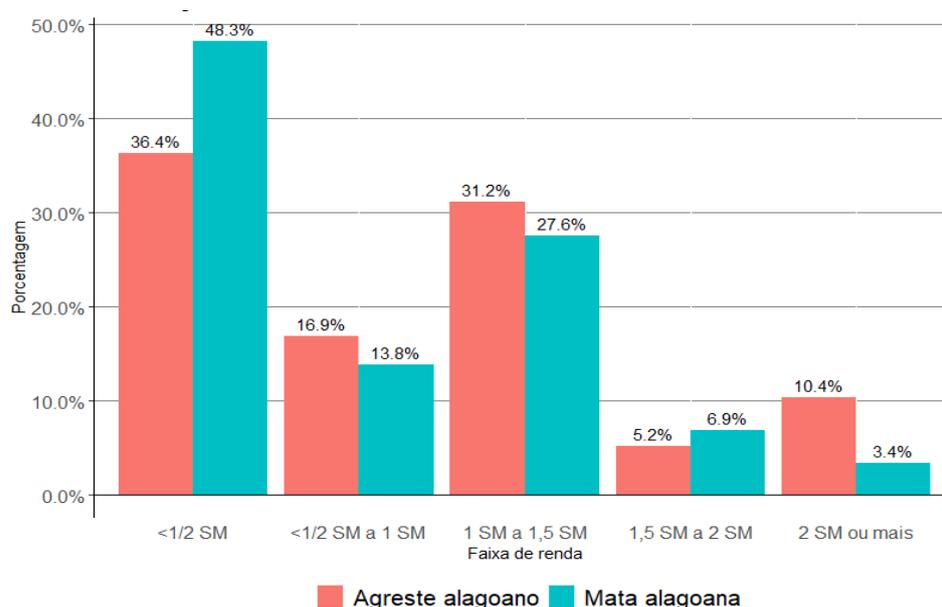
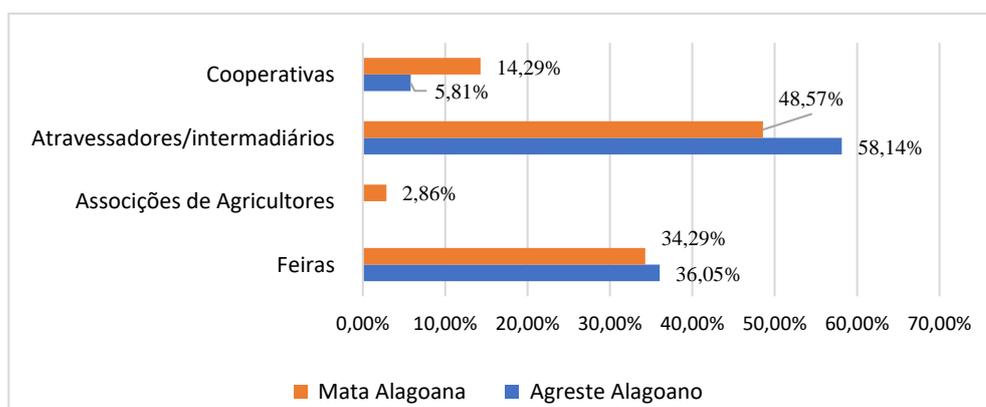


Figura 55

Formas de comercialização declaradas pelos assentados entrevistados nos Território da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana.



Para a pesquisa realizar uma comparação das rendas dos assentados nos territórios do Agreste e Mata Alagoana foi necessário fazer a renda média mensal para cada território. A renda média foi construída a partir do somatório da comercialização anual das explorações do lote dos entrevistados dividido pelos meses do ano, repasses de programas sociais e rendas extras declaradas. Então, a renda média mensal aqui apresentada não significa que os assentados tem esse valor disponível todos os meses, pois é sabido que a agricultura familiar, por dispor de baixas tecnologias, a produção é concentrada, na maioria das vezes, durante o período das chuvas.

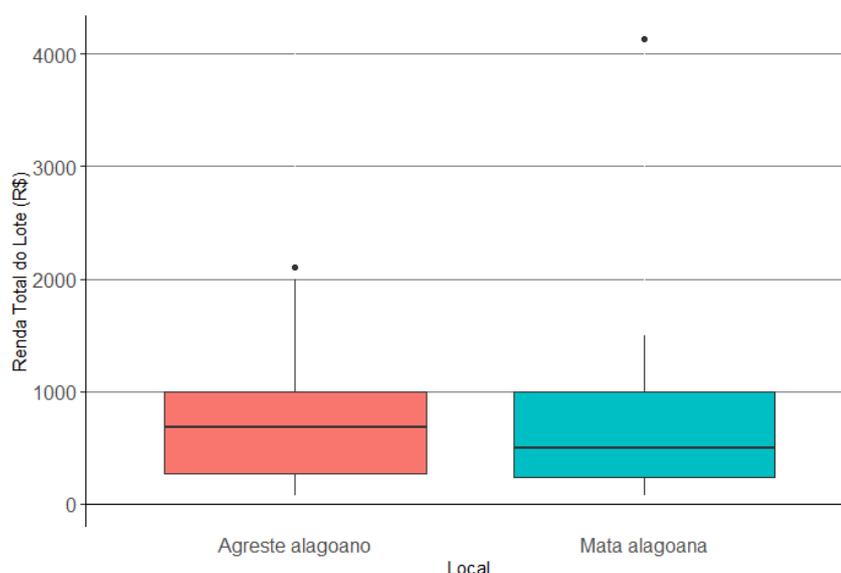
Depois de computados os dados das rendas declaradas pelos entrevistados, a renda média obtida foi de R\$792,12 (0,84 SM) para os assentados entrevistados do Território da Cidadania do Agreste e R\$744,14 (0,78 SM) para os assentados entrevistados do Território da Cidadania da Mata Alagoana (Figura 56). As rendas declaradas variaram de R\$70,00 (0,07 SM) a R\$2.100,00 (2,24 SM) para os assentados do Agreste e de R\$80,00 (0,08 SM) a R\$4.130,00 (4,33 SM) para os assentados da Mata Alagoana. Esses valores médios surpreenderam a pesquisa, uma vez que o território da Mata Alagoana tem maior disponibilidade de água e, no entanto, apresentou uma renda média menor que os assentados do Agreste. Porém, Silva et al. (2019), a partir de Planos de Desenvolvimento de Assentamentos – PDA's e do relatório anual das atividades desenvolvidas pelo Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER executado pelo Instituto Naturagro entre 2014 e 2015 nos assentamentos da região Agreste de Alagoas, relata que os agricultores do assentamento Cachoeira de Pedras, município de Jacaré dos Homens, tiveram a maior renda média (R\$829,51/1,22 SM)⁴¹ entre os assentados da região e os agricultores do assentamento Jacobina III, município de Belo Monte tiveram a menor

⁴¹ Referente ao Salário Mínimo brasileiro do ano de 2014 no valor de R\$ 678,00 (seiscentos e setenta e oito reais).

renda média (R\$258,08/0,38 SM) entre os assentamentos pesquisados. Neste mesmo trabalho, os agricultores do assentamento Jacobina IV, município de Belo Monte declararam uma renda média de R\$772,29 (1,14 SM) e os agricultores do assentamento Algodão, município de Palmeira dos Índios, declararam R\$600,07 (0,89 SM), com rendimentos variando entre R\$100,00 (0,15 SM) e R\$1496,00 (2,21 SM). Estes dados, passados sete anos, se aproximam dos obtidos por esta pesquisa, podendo-se concluir que a situação financeira dos assentados da reforma agrária de Alagoas não se alterou muito durante estes anos.

Figura 56

Renda obtida do lote declarada pelos assentados entrevistados nos Territórios da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana.



Quando analisados os dados referentes a renda extraída das explorações do lote, os assentados do Território da Cidadania do Agreste declararam renda média mensal de R\$344,62 (0,37 SM) e os assentados do Território da Cidadania da Mata Alagoana declararam renda média mensal de R\$330,42 (0,35 SM). Essa renda foi obtida a partir da comercialização anual das explorações de cada lote, dividido pelos meses do ano quando

os entrevistados não tinham noção de sua renda mensal ou a partir dos valores mensais declarados diretamente pelos assentados da pesquisa. A média de renda mensal declarada pelos entrevistados é baixa e compõe 43,5% e 44,4% da renda média mensal para os assentados pesquisados dos Territórios da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana, respectivamente. Dados do IPEA (2009, p. 328), afirmam que em 2005 o agricultor do nordeste teve uma renda média de R\$173,00 (037 SM)⁴², menor renda média do Brasil. Silva et al (2020), com base nos dados do Censo Agropecuário de 2017, concluiu que a agricultura familiar do Semiárido teve uma média de R\$ 8,3 mil/ano/estabelecimento, o que corresponde uma renda média mensal de R\$697,92 (0,74 SM/estabelecimento. Essa renda representa o dobro da renda extraída dos lotes pelos assentados desta pesquisa. Grígolo (2008, p. 249), estudando a renda de 115 Unidade de Produção e Vida Familiar – UPFV no sudoeste do Paraná nos anos de 2005 e 2006, que trabalhavam com agricultura ecológica e convencional concluiu que “nos diferentes caminhos, a renda da venda da produção alcançava, em média, apenas 0,33 do salário mínimo por trabalhador/mês”, portanto, não é possível fazer grandes reservas monetárias.

Os assentados do Território da Mata Alagoana tiveram um percentual maior de beneficiários do Programa Bolsa Família (72,08%) que os assentados do Agreste (51,6%) e um percentual de 56,9% e 55,2% de aposentados para os territórios citados, respectivamente. Observando estes dados e comparando com o acesso a bens duráveis como automóveis, pode-se observar que os entrevistados do território da Mata Alagoana declaram possuir praticamente o dobro que os assentados pesquisados do Agreste, 33,08% e 17,86%, respectivamente. Uma diferença percentual significativa como essa em relação a posse de um bem durável como automóvel pressupõe-se que os dados

⁴² Referente ao Salário Mínimo brasileiro do ano de 2009 no valor de R\$ 465,00 (quatrocentos e sessenta e cinco reais).

declarados contêm contradições, à medida que automóvel é um bem de maior valor agregado.

Ao analisar os dados de renda por gênero, observou-se que as mulheres nos dois territórios, declararam renda monetária menores que os homens, como pode ser observado na Tabela 16. Esses dados corroboram que no meio rural, as mulheres também ganham menos que os homens e necessitam de mais atenção dos órgãos públicos e de apoio da sociedade civil organizada para sanar este problema.

A renda monetária é um indicador para o desenvolvimento de uma comunidade e/ou território, visto que, quanto maior a renda do cidadão, maior o poder de consumo numa economia de mercado. A renda é uma importante variável para o estudo do desenvolvimento territorial por representar um recorte das condições de vida dos atores sociais atuantes no território, uma vez que o desenvolvimento territorial sustentável consiste em uma estratégia que busca melhoria das condições socioeconômica-ambiental. Apesar da renda ser uma variável muito importante na dimensão econômica do desenvolvimento territorial sustentável, é preciso destacar que as outras dimensões, principalmente a ambiental e social (capital social). A transformação de capital humano em capital social significa uma riqueza para o desenvolvimento territorial, por incentivar as ações coletivas dos atores sociais a partir de economias solidárias e criativas. As variáveis econômicas, social e ambiental precisam estar sintonizadas para que o desenvolvimento territorial sustentável seja compatível com a qualidade de vida e sustentabilidade ambiental.

No caso dos assentados da reforma agrária deste estudo, apesar da renda monetária ser baixa, onde 48,3% e 36,4% relataram renda de até meio salário mínimo, respectivamente para os entrevistados dos territórios da Mata Alagoana e Agreste, estes produzem parte do que consomem, tem acesso aos programas sociais governamentais,

transformando-os em atores sociais importantes para o desenvolvimento territorial sustentável dos territórios onde estão inseridos.

Os assentamentos foram partes integrantes dos Territórios da Cidadania e podem resgatar esta estratégia de desenvolvimento juntamente com os movimentos sociais que os representam a qualquer momento, independente do governo.

Tabela 17

Renda média obtida do lote por sexo

Gênero	Agreste Alagoano (R\$)	Mata Alagoana (R\$)
Feminino	671,08 (0,72 SM)	470,00 (0,50 SM)
Masculino	874,72 (0,92 SM)	867,50 (0,91 SM)

6.3. DIMENSÃO ECOLÓGICA

Nos anos 1980 surgem no Brasil propostas de novos processos de desenvolvimento combinando a produção de alimentos saudáveis e livres de agrotóxicos, com a preservação ambiental dentro de um enfoque territorial (Moura & Pontes, 2020). Esse enfoque passa a ser batizado no final dos anos de 1990 como desenvolvimento territorial sustentável, tendo a agroecologia como eixo transversal.

No estudo ora apresentado, foi inserido no questionário da pesquisa algumas questões sobre agroecologia, visto que os movimentos sociais do campo, representantes políticos dos assentados, defendem e incentivam a agroecologia nos assentamentos da reforma agrária (Stedile et al., 2009), além de ser uma variável imprescindível para o

desenvolvimento territorial sustentável. Molina (2009), estudando Las experiencias agroecológicas y su incidencia en el desarrollo rural sostenible, afirma que:

Ello nos debe llevar a una valoración sobre los movimientos sociales com potencial agroecológico y la funcionalidad del conflicto ambiental em la búsqueda del desarrollo rural sostenible (p.17). [...] Resulta ya casi um lugar común afirmar la idoneidade del enfoque agroecológico para el diseño de sistemas agrícolas sustentables y su pertinencia para el desarrollo rural sostenible (p. 65).

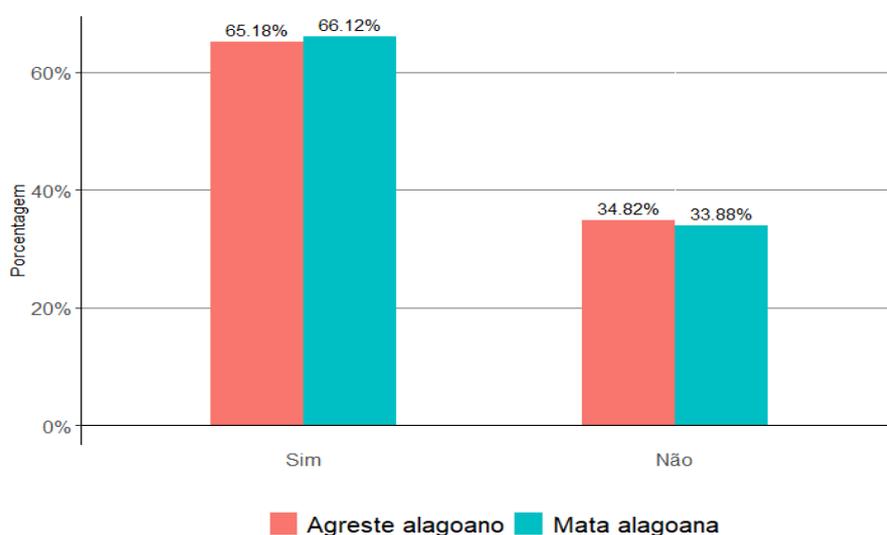
Para Moreira e Carmo (2004, p. 37) “A pesquisa agroecológica, finalmente, deve articular ONGs, movimentos sociais, setores públicos e empresariais para aumentar o espaço da agroecologia na construção do desenvolvimento rural sustentável”, apesar da discussão empresarial ser conflituosa no meio agroecológico. Cardoso et al. (2014) afirma que, “apenas soluções que promovam o crescimento econômico com impactos socioambientais positivos podem ser denominadas de desenvolvimento sustentável”.

Após a análises dos dados da pergunta ***Se os entrevistados já tinham ouvido falar em agroecologia*** nos Territórios do Agreste e Mata Alagoana, 65,18% e 66,12% respectivamente responderem que SIM (Figura 57). A princípio estes percentuais são bastante significativos, visto que a agroecologia é uma estratégia de desenvolvimento Territorial Sustentável que se contrapõe ao modelo de desenvolvimento dominante do grande capital (Caporal, 2009 citando Martínez Alier, 1994). Porém, as respostas NÃO foram significativas, 34,82% e 33,88% respectivamente, nos territórios Agreste e Mata Alagoana por se tratar de agricultores familiares que vivem em assentamentos da reforma agrária construídos sobre latifúndios, a partir da luta e resistência dos movimentos sociais (Stedille & Fernandes, 2012; Fernandes, 2004). Os dados demonstram o poder do

agronegócio⁴³, que mesmo os assentados acompanhados pelos movimentos sociais da reforma agrária por 20 anos em média, ainda não foram suficientes para que conheçam mais sobre o assunto em debate, apontando também uma deficiência no serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER e movimentos sociais agrários.

Figura 57

Resposta dos assentados entrevistados nos Territórios da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana para pergunta: *Já ouviu falar em agroecologia?*



Cristoffoli et al. (2010), realizou uma pesquisa de mercado em 2009 das cadeias produtivas de ovinocaprino, leite e queijo bovino e caprino, fruticultura e mandioca em Alagoas e ao perguntar aos consumidores se *já tinham ouvido falar em produtos orgânicos*, 82% dos consumidores de queijo responderam que sim e 74% deles disseram que produtos orgânicos são produtos Naturais sem agrotóxico. Estes dados de 2010, apesar de possuir em defasagem temporal, ser realizadas com um público diferente, demonstraram que os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural e os movimentos

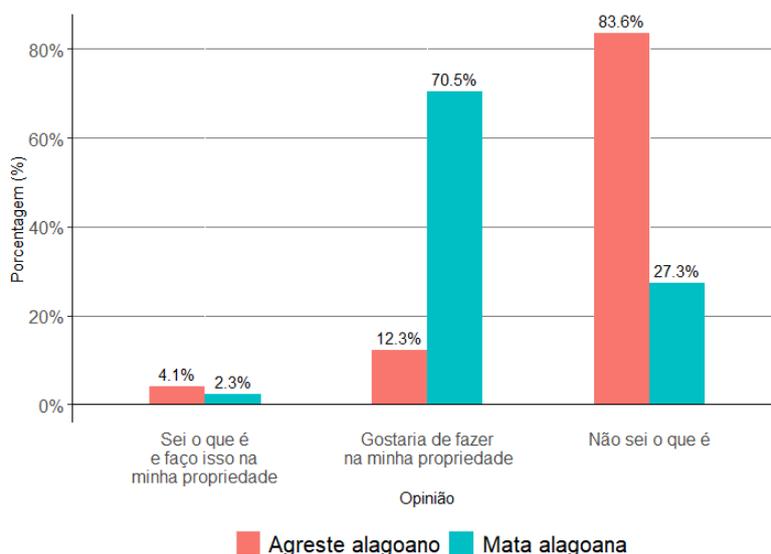
⁴³O chamado agronegócio é a expressão atual dessa antiga agricultura patronal monocultora (Petersen, 2009, p. 07).

sociais não conseguiram explicar para um terço dos assentados *o que é agroecologia*, enquanto a população urbana está mais sintonizada neste debate.

A Figura 58, apresenta o resultado da pergunta *Qual a opinião do entrevistado sobre agroecologia*, onde 83,6% e 27,3% respectivamente, dos entrevistados dos Territórios da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana responderam *que não sabiam o que era agroecologia*; 12,3% e 70,5% respectivamente, responderam *que gostaria de fazer no lote*; e apenas 4,1% e 2,3% responderam *que sabiam o que era e praticava no seu lote*. Estes dados podem a princípio parecerem contraditório com os resultados apresentado na Figura 58, mas ouvir falar em agroecologia não significa saber o que é agroecologia.

Figura 58

Resposta dos assentados entrevistados nos Territórios da Cidadania do Agreste da Mata Alagoana para pergunta: *Qual a sua opinião sobre agroecologia?*



Quando analisamos as respostas se os entrevistados gostariam de praticar agroecologia no lote, observa-se que os assentados da Mata Alagoana tiveram uma compreensão melhor do conceito de agroecologia e 70,5% responderam que gostaria de

fazer no lote, porém verificamos que apenas 4,1% e 2,1% respectivamente, responderam que praticavam agroecologia em suas áreas, levando a concluir que no território do agreste tem uma ligeira vantagem quanto as experiências com agroecologia sobre o território da Mata Alagoana. Nesse caso, podemos conjecturar que o uso intensivo do solo, a pressão mais latente da agricultura canavieira e a origem dos assentados do território da mata alagoana ligados ao monocultivos da cana podem ter influenciado nas respostas. Santos et al. (2013) afirmam, a partir de uma pesquisa sobre o desenvolvimento territorial sustentável no Litoral norte e Zona da Mata Norte de Alagoas os problemas resultantes de quase quatrocentos anos de escravidão e monocultura canavieira predomina até hoje, onde muitos assentados para obter uma renda extra ainda trabalha no corte da cana de açúcar no período de estiagem quando não há nada para fazer em seu lote.

A Figura 59 apresenta os números percentuais dos insumos usados nos diferentes modelos de agricultura, sendo que a agricultura convencional caracteriza-se pelo uso de adubos m e agrotóxicos, e a agroecologia é sustentada no uso de matéria orgânica e práticas agrícolas menos agressivas ao meio ambiente (Altieri, 2004). Analisando os dados da Figura 59, pode-se observar que 76,7% dos assentados entrevistados do Território da Cidadania da Mata Alagoana declararam que usam matéria orgânica animal (esterco) na fertilização do solo, enquanto que no Território da Cidadania do Agreste apenas 50,88% declineraisarou usar a mesma prática. Quanto ao uso de adubo mineral, 66,02% e 50,88% respectivamente para os territórios da Mata Alagoana e Agreste declararam que utilizam esse insumo da agricultura convencional. O uso de agrotóxicos no controle de pragas de doenças é uma prática usada por 23,3% e 29,82% respectivamente dos entrevistados, para os territórios da Mata Alagoana e Agreste. A torta de cana de açúcar é usada também para a nutrição do solo, porém esse insumo é menos utilizado pela dificuldade de articulação nas usinas da região. Apenas 9,51% e 3,51%

respectivamente, dos entrevistados dos Territórios da Cidadania da Mata Alagoana e Agreste declararam fazer o uso de torta para fertilizar suas plantações. Estes dados somam mais que 100% porque alguns entrevistados responderam que utilizavam mais de um insumo sugerido no questionário da pesquisa para nutrição do solo e controle de pragas e doenças das plantações.

Os resultados obtidos nesta questão não foram suficientes para caracterizar com mais precisão qual o território estudado desenvolve mais práticas agroecológicas, os dados são muito próximos, o leva a concluir que os assentados da reforma agrária de Alagoas utilizam práticas agroecológicas nos lotes, sendo que o uso de agrotóxicos declarado pelos entrevistados foi ligeiramente maior pelos assentados do Território da Cidadania do Agreste.

Diante do exposto, pode-se dizer que o enfoque agroecológico nos assentamentos da reforma agrária dos Territórios da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana ainda é uma estratégia em desenvolvimento, visto que o serviço de ATER incentiva as práticas agroecológicas como o uso de matéria orgânica e participação em cooperativa, imprescindíveis para o desenvolvimento territorial sustentável (Figura 59). Porém, o crédito rural disponibilizado pelos bancos nos financiamentos aos assentados contribui para o fortalecimento da agricultura convencional por ser mais voltado a aquisição de insumos convencionais e maquinários, além atrelar a produção familiar as cadeias agroindustriais (Caporal *et al.*, 2009).

Na Figura 60 encontra-se um gráfico multivariável com cinco variáveis imprescindíveis para a construção de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. Nele pode-se ver que o território do Agreste foi mais assistido por serviços de ATER, no entanto os assentados da Mata Alagoana declararam fazer uso de matéria orgânica num percentual muito superior. Uma possível explicação pode ser que a

assistência técnica prestadas aos assentados do Agreste tenha um cunho mais convencional e pouco incentivou o desenvolvimento da agroecologia nas áreas. Outra variável transversal no processo de desenvolvimento territorial sustentável é a participação em cooperativas, no entanto podemos observar que a participação dos assentados dos dois territórios da investigação é muito pequena, abaixo de 5%. O que leva a acreditar que a estratégia de desenvolvimento territorial usada nos assentamentos encontra-se muito abaixo do esperado, pois essas áreas possuem em média 20 anos. Apesar dessas áreas de ter conseguido alguns avanços no acesso ao crédito rural, não avançaram na cooperação e agroecologia.

Figura 59

Respostas dos assentados entrevistados dos Territórios da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana para uso de insumos.

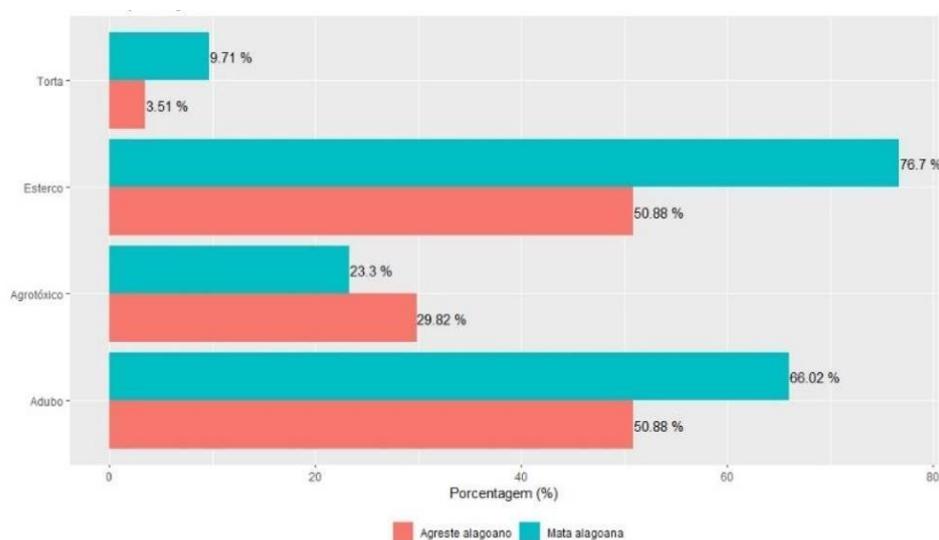
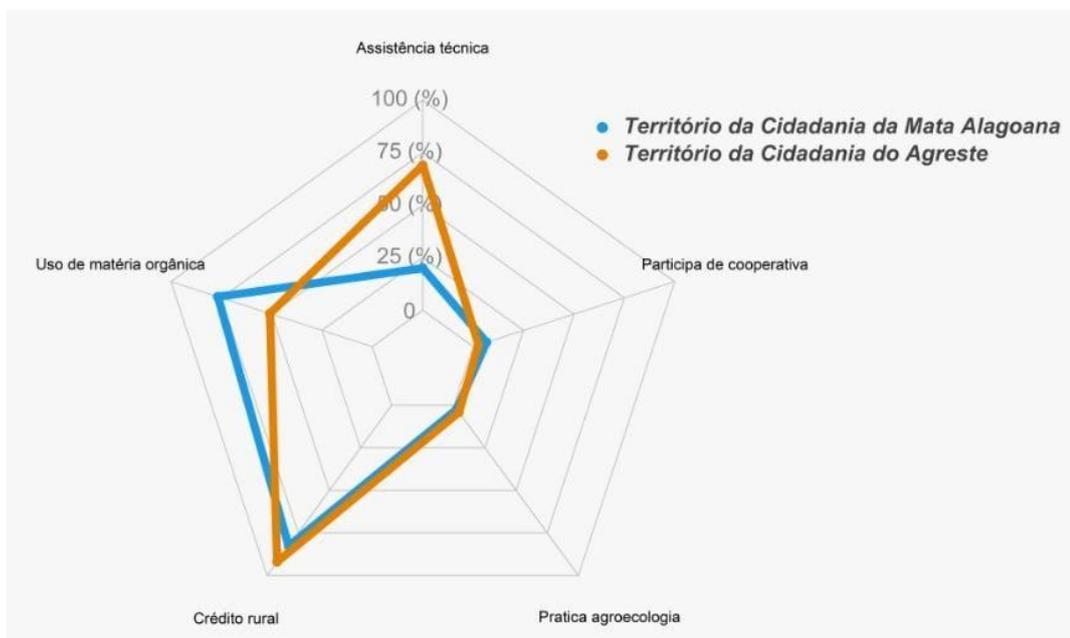


Figura 60

Principais variáveis de interferência no enfoque agroecológico do desenvolvimento territorial sustentável nos Territórios da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana para uso de insumos.



6.4. DIMENSÕES POLÍTICA E CULTURAL

A política é a forma mais civilizada inventada pelo homem para resolver seus conflitos de forma racional, mesmo sabendo que a harmonia na sociedade capitalista é muito difícil, principalmente quando se trata de disputas ideológicas e pessoais. A cultura pode ser definida como a expressão social de nossa ancestralidade, construída de forma coletiva no imaginário popular, a partir de crenças, tradições, conhecimentos, espiritualidade, costumes, valores e linguagem. Um povo sem cultura, é um povo sem identidade. Essas dimensões são imprescindíveis para o fortalecimento da estratégia de Desenvolvimento Territorial Sustentável (Carrasco, 2020).

O desenvolvimento territorial sustentável tratado neste estudo está relacionado aos assentamentos da reforma agrária dos Territórios da Cidadania do Agreste e Mata

Alagoana. Por se tratar de uma análise de desenvolvimento de assentamentos, a partir das condições sociais, produtivas e ambientais da política de reforma agrária implantadas nos Territórios da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana, foi inserido no questionário da investigação perguntas que contemplasse todas as dimensões da estratégia de desenvolvimento territorial sustentável, porém as dimensões políticas e culturais ficaram em menor número.

Cardoso et al. (2014, p. 45) discutindo desenvolvimento sustentável coloca:

Dimensão sociocultural – aglutina atributos relacionados à mudança social e elevação das oportunidades da sociedade e respeito às diversidades culturais e [...]

Dimensão político-institucional – reúne variáveis relacionadas à confiança, solidariedade e cooperação entre todos os envolvidos no processo de mudança: estado, instituições governamentais e não governamentais, movimentos da sociedade civil organizada e comunidades.

O Marco Referencial *para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais* define:

Dimensão Sociocultural: maior equidade social graças à participação dos cidadãos e cidadãs as estruturas do poder, tendo como referência a história, os valores e a cultura do território, o respeito pela diversidade e a melhoria da qualidade de vida das populações. [...] **Dimensão Político-institucional:** institucionalidades renovadas que permitam o desenvolvimento de políticas territoriais negociadas, ressaltando o conceito de governabilidade democrática e a promoção da conquista e do exercício da cidadania. (SDT/MDA, 2005, p.09).

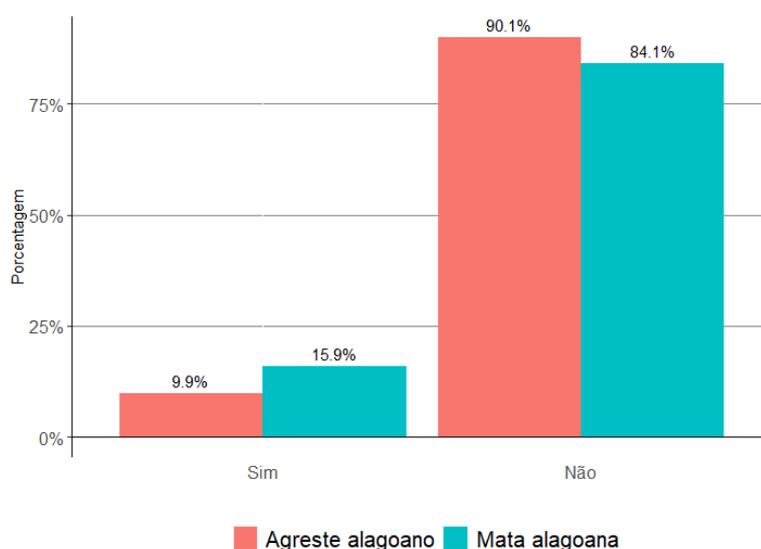
(grifos do autor)

Posto isso, os dados da pesquisa (Figura 61) revelaram que 9,9% e 15,9% respectivamente, dos entrevistados nos Territórios da Cidadania do Agreste e Mata

Alagoana se consideravam militantes de algum movimento social campestre, afirmando que a luta contra o Estado e o latifúndio não terminava ao conseguir o lote de reforma agrária. O assentado ao ser contemplado com um lote de terra, depois de muitos anos de luta vivendo dentro de um barraco de lona preta, precisa se mobilizar para conseguir habitação, crédito rural, educação, estradas, eletricidade, projetos de desenvolvimento, etc. Stedile e Fernandes (2012) colocam que “mesmo depois que a família está assentada, ela passa a lutar por créditos para a produção, por estrada, pelo preço de seu produto etc.”

Figura 61

Percentual de entrevistados que se declarou militante nos Territórios da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana.

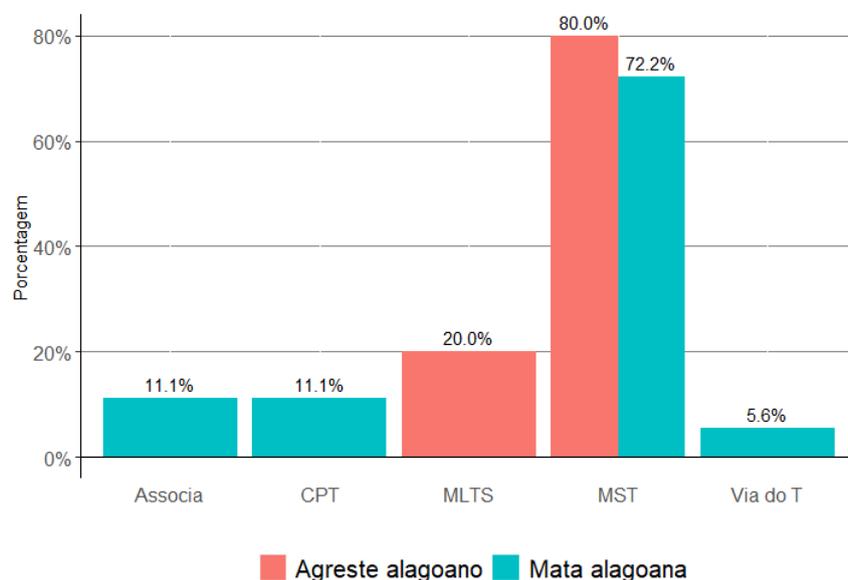


Os assentados são representados politicamente por movimentos sociais campestres que constroem a luta em defesa da reforma agrária desde a ocupação do latifúndio improdutivo à conquista e permanência nos assentamentos. Nos territórios do Agreste e Mata Alagoana, 80% e 72,2% respectivamente, declarou ser representado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST; 20% dos entrevistados do

território do Agreste declararam que faziam parte do Movimento de Luta pela Transformação Social – MLTS⁴⁴. No Território da Cidadania da Mata Alagoana, 11,1% dos entrevistados responderam que faziam parte da Comissão Pastoral de Terra – CPT; 11,1% se declararam militantes de associações de assentamentos; e 5,6% declarou fazer parte do Movimento Via do Trabalho (Figura 62).

Figura 62

Movimentos sociais declarados pelos entrevistados como seus representantes políticos nos Territórios da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana.



Para entender melhor o processo que levou um trabalhador sem terra a procurar os movimentos sociais do campo por reforma agrária, a pesquisa perguntou aos entrevistados “*Quais foram os principais motivos para tal decisão?*”: 88% e 62% respectivamente, dos entrevistados dos territórios do Agreste e Mata Alagoana responderam que foi para *Melhorar de vida* e 12% e 38% respectivamente, responderam

⁴⁴ MLTS foi um movimento de luta por reforma agrária que surgiu a partir de ex-militantes do MST e acadêmicos do território do agreste em 2014 e se transformou na Frente Nacional de Lutas – FNL em 2016.

que foi porque *Gosta do campo* (Figura 63). Estas respostas comprovam que os agricultores sem terra tinham como perspectivas melhorar as condições de vida ao conseguir uma parcela de terra para trabalhar e viver com sua família, visto que a maioria delas viviam sem trabalho e/ou trabalhando em fazendas e usinas de cana de açúcar recebendo baixas remunerações.

Continuando a análise e buscando entender como foi o processo que levou os agricultores sem terra a procurar os movimentos sociais do campo para conseguir um lote de reforma agrária brasileira, a pesquisa perguntou aos entrevistados “*Como foi que eles conseguiram informações para entrar no movimento?*” 29,73% e 57,14 respectivamente, respondeu que foram os militantes dos movimentos que os procuraram; 26,13% e 19,55% respectivamente, disse que foi informado da ocupação por amigos; 8,11% e 9,77% respectivamente, declarou que ficou sabendo através de vizinhos; 0,9% e 4,51% respectivamente, pela igreja; e 35,14% e 9,02% respectivamente respondeu que foi informado do acampamento por outros meios como sindicatos, família, partidos de esquerda, etc., para os territórios do Agreste e Mata Alagoana (Figura 64).

Figura 63

Motivos declarados pelos entrevistados dos Territórios da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana para entrar na luta por reforma agrária.

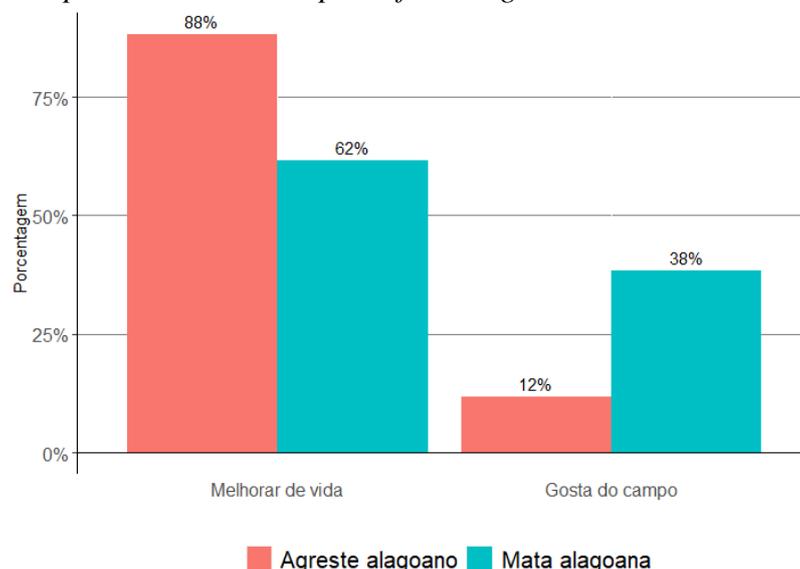
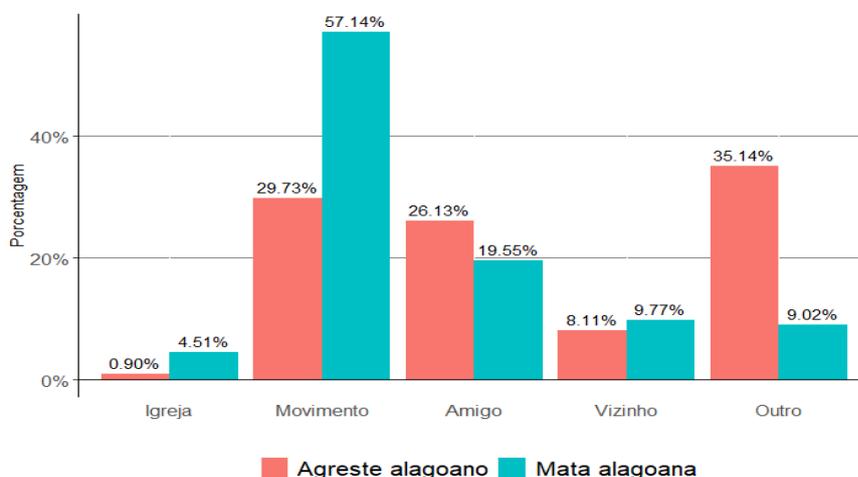


Figura 64

Fontes de informações declaradas pelos entrevistados nos Territórios da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana que os incentivaram a lutar por reforma agrária.



Ao perguntar aos entrevistados *“Qual era a principal forma de diversão da família?”*, as respostas foram as mais diversas, destacando-se a televisão, igreja e futebol. O interessante desta questão foi que apareceram manifestações culturais importantes (Figura 65), mostrando a diversidade e expressão cultural dos assentados da reforma agrária de forma objetiva. Das manifestações culturais citadas, pode-se destacar a Romaria da Terra, que é uma expressão cultural que mescla religiosidade e luta pela terra, sempre em consonância com a Campanha da Fraternidade da igreja católica (CNBB). A romaria da terra é realizada anualmente sob a coordenação da Comissão Pastoral da Terra, em diferentes municípios alagoanos, onde há conflito por terra e/ou água. Outro destaque é a citação da vaquejada, uma manifestação cultural típica do Nordeste, que movimenta um mercado volumoso de recursos financeiros, apesar de nos últimos anos receber muitas críticas pelas entidades protetoras dos direitos de animais.

Figura 65

Palavras citadas pelos entrevistados dos Territórios da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana sobre formas de diversão da família.



As festas na comunidade destacadas nas respostas dos entrevistados é outro ponto de relevante importância para a cultura camponesa, pois ao contrário do agronegócio, os agricultores familiares preservam a cultura das comunidades e povoados onde vivem, apesar de ser invadida pela cultura dominante advinda da televisão e internet. A internet apareceu nos resultados como outra forma de diversão, principalmente pela juventude, que a cada dia se afasta da cultura campesina através do êxodo rural e por falta de melhores condições de vida no campo (Hespanhol, 2008; Grígolo, 2008).

6.5 CONDIÇÕES SOCIAIS, ECONÔMICAS, PRODUTIVAS E ECOLÓGICAS EM ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA: Territórios da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana

Discutir qualidade de vida em qualquer modalidade não é uma tarefa fácil, ainda mais quando se trata de um recorte entre assentamentos, territórios rurais, desenvolvimento territorial, sustentabilidade, políticas públicas e reforma agrária. O

público que compõe os assentamentos da reforma agrária é bem plural, principalmente entre os territórios estudados nesta pesquisa.

O público da reforma agrária do Território do Agreste é composto por agricultores que viviam antes de ser assentados como trabalhadores de fazendas de gado, meeiros, moradores de periferias sem trabalho formal e/ou precarizados e moradores do campo sem terra. Os assentados da reforma agrária do Território da Cidadania da Mata Alagoana são basicamente formados por ex-trabalhadores da cana de açúcar que viviam nas periferias das cidades canavieiras, que a partir dos anos 1990, com a reestruturação produtiva ficaram desempregados com a falência de várias usinas. Estes trabalhadores não tiveram outra opção para viver e alimentar suas famílias, a não ser juntar-se aos movimentos sociais do campo e lutar por reforma agrária.

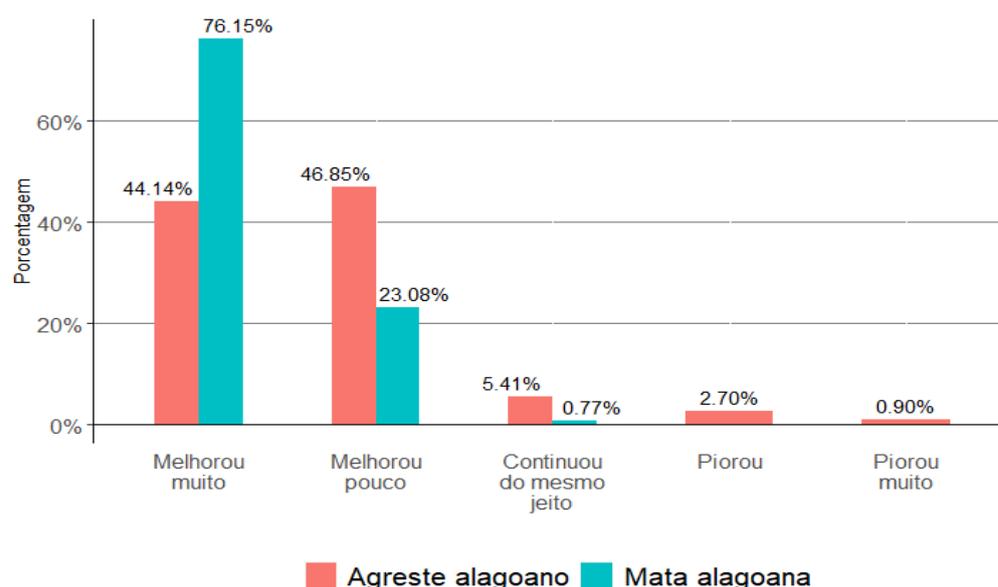
Analisados os dados sobre a situação atual destes trabalhadores, ao perguntar ***“Como estava as condições de vida depois que foram morar no assentamento?”***, 44,14% e 76,15% respectivamente, para os assentados entrevistados dos Territórios da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana responderam que sua vida melhorou muito; 46,85% e 23,08% respectivamente, disseram que a vida melhorou pouco; e 5,41% e 0,77% respectivamente responderam que continuava igual a antes (Figura 66). Apenas para 2,7% e 0,90% respectivamente, dos entrevistados nos Territórios da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana, responderam que a vida piorou depois que se foi morar no assentamento da reforma agrária.

Os dados apresentados demonstram que para a maioria dos assentados no território da Mata Alagoana, a vida melhorou muito depois que foi beneficiado pelas políticas públicas de reforma agrária, quando comparada com as condições de vida que tinham antes de ser assentado. Os assentados do Agreste não tiveram a mesma avaliação que os assentados do território da Mata Alagoana, embora 44,14% reconhecesse que

melhorou muito as condições de vida e 48,85% ter declarado que melhorou pouco. Observando estes dados, apenas 3,6% dos assentados da reforma agrária do território do Agreste declarou que piorou suas condições de vida depois que foi morar no assentamento, o que demonstra a importância desta política para o desenvolvimento territorial brasileiro.

Figura 66

Percepção dos entrevistados dos Territórios da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana sobre as condições de vida depois que foi morar no assentamento.

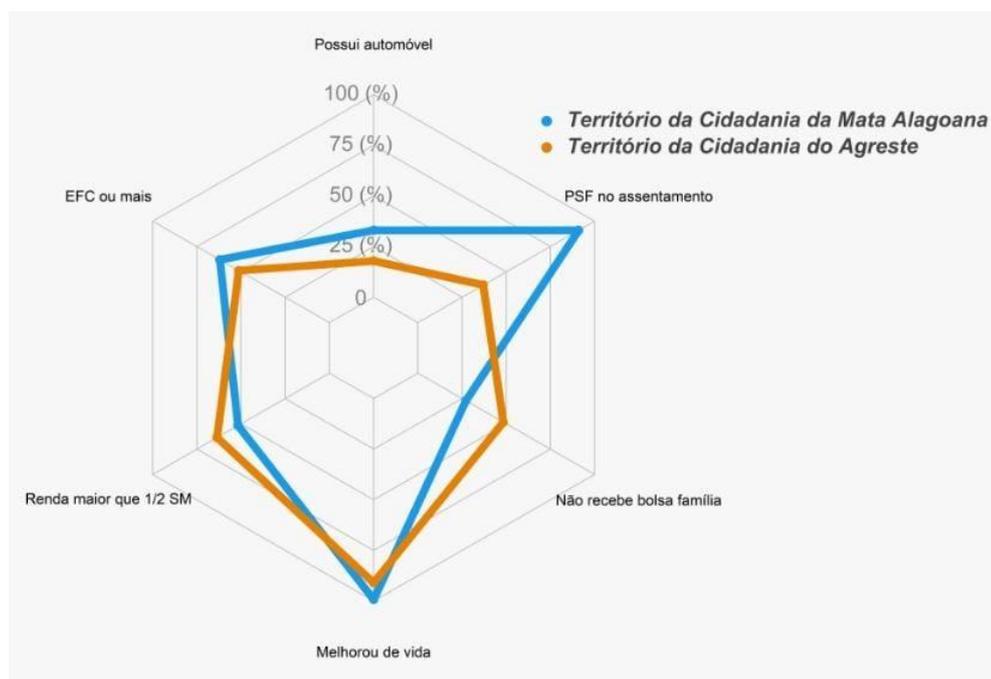


Para melhorar a compreensão sobre a situação dos assentados da reforma agrária nos Territórios do Agreste e Mata Alagoana, conforme o gráfico da Figura 67, construído com as variáveis positivas: melhorou de vida, possui automóvel, escolaridade de ensino fundamental completo ou mais, atendimento pelo Programa de Saúde da Família no assentamento (PSF), renda maior que meio salário mínimo mensal e não recebe bolsa família. Os dados compilados neste gráfico permitem dizer que os assentados entrevistados do Território da Cidadania da Mata Alagoana têm uma melhor qualidade de vida que os assentados do Território da Cidadania do Agreste, abaixo apenas na

variável *Não recebe bolsa família*. Esse dado pode ser interpretado como um paradoxo, pois os assentados da Mata Alagoana podem ter melhores condições de vida porque tem acesso a um percentual maior ao programa bolsa família que os assentados do Agreste e/ou os assentados agrestinos ter menos condições de vida porque recebem menos bolsa família? Porém, ao se observar os valores nominais do PBF recebidos pelos assentados do território da Mata Alagoana é menor que os valores nominais recebidos pelos entrevistados do Agreste. Essa pergunta não tem como ser respondida agora, mas pode ser estudada e avaliada melhor numa futura investigação.

Figura 67

Principais variáveis sobre as condições de vida dos assentados entrevistados nos Territórios da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana.

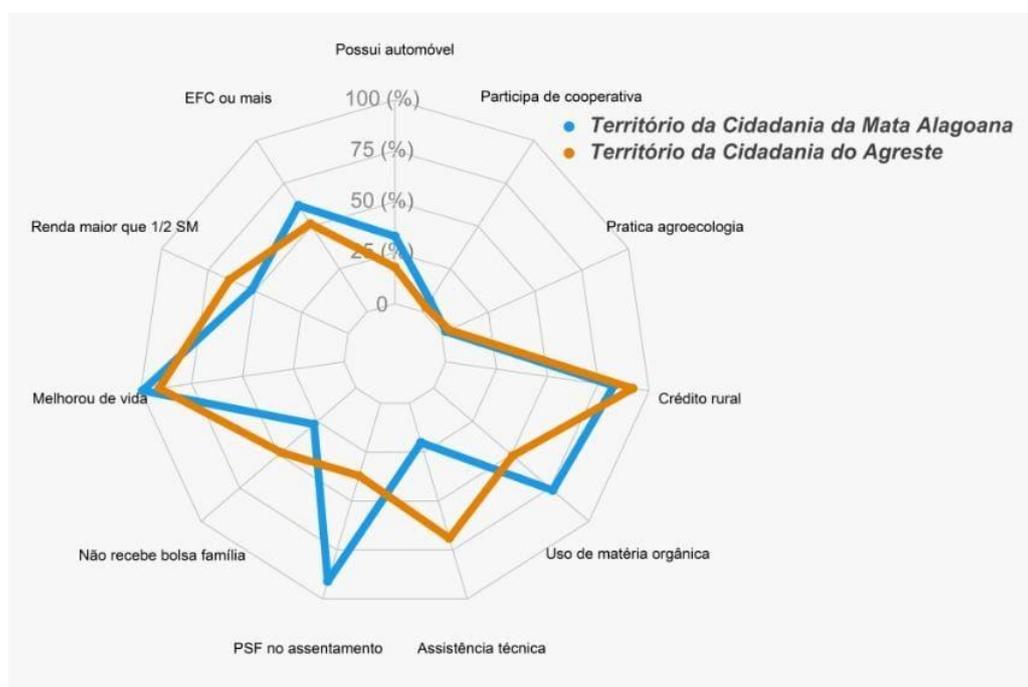


A interação das dimensões social, econômica, ecológica, política e cultural, a partir de múltiplas variáveis, formam indicadores para avaliar estratégias de desenvolvimento territorial sustentável, através da qualidade de vida, autonomia dos

atores sociais envolvidos e o equilíbrio ecológico do território. Dito isto, a Figura 68 apresenta a interação das variáveis positivas: melhorou de vida, possui automóvel, participa de cooperativa, pratica agroecologia, acessou crédito, usa matéria orgânica no processo produtivo, acesso a assistência técnica e ao Programa de Saúde da Família no assentamento, não recebe bolsa família, renda maior que meio salário mínimo e escolaridade de Ensino Fundamental Completo (EFC) ou mais. Ao analisar estas variáveis, pode-se concluir que o processo de desenvolvimento sustentável nos dois territórios da investigação encontra-se em graus muito próximos, com uma ligeira vantagem para o Território da Mata Alagoana por apresentar melhores percentuais de posse de automóveis, uso de matéria orgânica nas plantações e melhora de vida (soma das variáveis melhorou muito e melhorou pouco).

Figura 68

Principais variáveis sobre Desenvolvimento Territorial Sustentável nos assentamentos da reforma agrária dos Territórios da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana.



Para comparar o desenvolvimento territorial sustentável nos territórios, a investigação construiu um instrumento auxiliar, como pode ser visto na metodologia, que permitiu apontar o Território da Mata Alagoana com um melhor Coeficiente de Comparação de Variáveis Sustentáveis – CCVS (Tabela 17). Sendo assim, os assentamentos localizados no Território da Cidadania da Mata Alagoana têm melhor indicador de desenvolvimento territorial sustentável que os assentamentos do Território da Cidadania do Agreste.

Tabela 18

Coeficiente de Comparação de Variáveis Sustentável – CCVS dos Territórios da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana.

Variáveis	Território da Cidadania do	Território da Cidadania da
	Agreste (%)	Mata Alagoana (%)
Possui automóvel	17,86	33,08
Participa de cooperativa	2,70	6,60
Pratica agroecologia	4,10	2,30
Crédito rural	92,00	82,70
Usa matéria orgânica	50,88	76,70
Assistência técnica	69,00	20,00
PSF no assentamento	37,00	91,00
Não recebe bolsa família	48,40	27,20
Melhorou de vida	90,99	99,23
Renda maior que 1/2 SM	63,60	51,70
EFC ou mais	51,28	61,97
CCVS	0,48	0,50

CAPITULO V. PERSPECTIVAS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

7. PERSPECTIVAS: É possível o Território Autossustentável? Algumas reflexões pessoais

A partir do trabalho prático, assim como de todo o processo de trabalho de campo vinculado a realização desta tese doctoral, o autor tem desenvolvido uma série de ideias que confluíram em um planejamento central: a necessidade de promover os territórios autossustentáveis. Por nossa experiência e conhecimentos adquiridos nas entrevistas com agricultores e outros atores dos territórios, pensamos que isto é possível, ao menos a médio prazo. Estas reflexões, surgidas da experiência previa e durante os anos de realização da tese, podem estruturar-se nas seguintes questões.

7.1. O marco de partida

Todos nós habitamos, vivemos, convivemos, transitamos em um determinado território ou territórios, depende do nosso deslocamento e de como vemos o mundo, pois a disputa de espaço acompanha a história humana desde que deixamos de ser caçadores-coletores e criamos a propriedade privada. Mas o que é a propriedade privada? Respondendo de forma mais sucinta, a propriedade privada é um espaço territorial apropriado por uma pessoa ou grupo de pessoas, que para o sistema capitalista é sagrada e inviolável, não importando sua origem, tamanho ou quantidade.

O território pode ser entendido como um espaço contínuo ou descontínuo com poder político, econômico, cultural/pertencimento, onde as pessoas vivem e convivem influenciados de alguma forma por seus objetivos pessoais e/ou coletivos e os conflitos são mediadores e construtores dos espaços sociais (Cantos, 2009; Reffestin, 1993; Santos, 1996; Saquet, 2010; Souza, 1995). Os territórios estão presentes em todos os lugares, até porque a superfície terrestre é composta por países, estados, nações, áreas indígenas e quilombolas, territórios autoproclamados, etc. A palavra território é usada

para designar muitos significados e tem conotações diferentes nas diferentes áreas como na biologia, geografia, ciências humanas (Araújo & Caldas, 2019).

Na geografia crítica essa discussão sobre território tem extrapolado o âmbito conceitual da soberania de estados e nações, aprofundando debates em micros espaços de poder soberania de territórios ou microterritórios construídos de forma coletiva dentro de outros territórios, a partir de suas demandas, coesão e semelhanças (Souza, 2014).

A partir dos anos 1980 e 1990, principalmente nos anos 1990, começam a surgir novos movimentos sociais com características antiglobalização, territoriais e autonomistas, que se articulavam melhor através do uso da tecnologia de comunicação (internet), trazendo uma forte dimensão libertária, mesclando tradições-teóricas discursivas e prático-política entre o anarquismo e o marxismo (Souza, 2014).

Souza (2017), publica um artigo sobre autonomia refletindo as experiências concretas de movimentos latino americanos abordando território e autonomia, conceitos-chaves que caracterizam esses novos movimentos. Coloca que o termo autonomia é polissêmico e pode trazer conotações diferentes, dependendo do ator social que reivindica. O termo autonomia é diferente para os territórios autônomos Zapatistas mexicanos e para o Movimiento de Pobladores em Lucha (MPL) do Chile. Enquanto os Zapatistas lutam pela autodeterminação do espaço e território, por serem formado basicamente por populações indígenas, o MPL chileno entende o conceito de autonomia como a autogestão. Nessa discussão merece destaque o Movimentos dos Piqueteros na Argentina, o Movimento dos Sem Teto (MTST) no Brasil, além de outros movimentos com características de trabalho territorial e mudança social. Nos artigos de Marcelo Lopes de Souza que tratam sobre movimentos socioespaciais ou territoriais, autonomia e ecologia, acompanha várias citações do filósofo, economista e psicanalista francês, de origem grega, Cornelius Castoriadis (Souza, 2014, 2016, 2017).

Diante desse quadro, a tese entende e concorda com as ideias e pensamentos de Marcelo Lopes de Souza quanto ao processo de (des)construção do território e de suas estratégias alternativas para uma transformação social autônoma e independente. É necessário construir outras formas de organização social autônomas e independentes, a partir da participação social em conselhos e colegiados territoriais compostos pela sociedade civil sem fins lucrativos, através de redes de desenvolvimento territorial sustentável, alicerçadas na preservação da natureza, cooperação e horizontalidade social.

Posto isso, o presente trabalho pretende construir um Laboratório de Estudos em Desenvolvimento Territorial Sustentável na Universidade Federal de Alagoas/Campus Arapiraca como práxis desta tese. O laboratório será um espaço de pesquisa, apresentação de experiências sustentáveis para a agricultura familiar e incubador de sociedades civis sem fins lucrativos, fomentando Territórios Autossustentáveis.

7.2. Da sustentabilidade territorial ao Território Autossustentável?

A sustentabilidade terráquea é uma questão imprescindível para a espécie humana, visto que tudo que existe de uma certa forma está ligado à natureza. Tudo que precisamos retiramos da natureza e nos últimos 200 anos, depois da revolução industrial, a degradação da natureza acelerou assustadoramente, principalmente depois de grandes inventos como a máquina a vapor e a eletricidade, crescimento explosivo da população e das cidades. A devastação das florestas para grandes plantações, criações de animais, alimentação de locomotivas e motores de fábricas a vapor, foram tornando estes espaços insustentáveis e degradados, expulsando os camponeses para as periferias de cidades europeias. No Brasil este processo aconteceu de forma parecida, a partir da instalação de monocultivos de café e aberturas de estradas de ferro para escoamento da produção agropecuária aos principais portos como de Santos, Rio de Janeiro e Manaus. Ao redor

dessas ferrovias foram se formando pequenos vilarejos que tempos depois se transformam em cidades.

Junto com o aparecimento das cidades e aumento populacional vem a degradação ambiental e a perda de sustentabilidade. As cidades são dependentes do meio rural e o meio rural passa a especializar-se em determinados produtos esquecendo da sustentabilidade, tanto ambiental como alimentar. Este processo ganha um grande impulso após a segunda guerra mundial com a chegada da revolução verde no campo (Silva, 1980; Navarro, 2001; Wanderley, 2009; Stedile, 2009, Caporal Et Al, 2009, 2015; Sacco Dos Anjos, 2016; Pires, 2019; Guevara & Ramon, 2019). Os agricultores que adotaram as tecnologias advindas da revolução verde, que apesar de aumentar a produção o tornaram dependentes de insumos, levando para o campo moléculas tóxicas ao meio ambiente e ao próprio homem, como foi bem denunciado por Rachel Carson no famoso livro Primavera Silenciosa publicado em 1962 (Santos, 2004).

Para discutir território autossustentável é necessário ter em mente que a sustentabilidade ambiental é peça-chave, mas a sustentabilidade alimentar e energética também é primordial, sem estes elementos é impossível tornar um espaço suficientemente propício para convivência mais harmoniosa, produtiva e independente.

O território é entendido como um espaço delimitado que possui laços de pertencimentos firmado por influência de determinados fatores de interesses coletivos (Ortega & Filho, 2007). Assim, para a constituição de um território é necessário a ação coletiva dos atores ali envolvidos em torno de algo que os identifique e caracterize como espaço diferenciado dos demais. Este espaço pode ser construído através de normas legais e/ou de acordos entre os atores sociais, buscando equalizar de forma coletiva as demandas de suas comunidades.

Um território precisa ser o mais independente possível dos demais territórios para que seus habitantes possam viver bem e não dependam de outras localidades como hoje, onde a maioria dos produtos que consome e necessita são produzidos em outros estados e/ou outros países. O local perdeu o sentido e o global é quem dita as regras – as multinacionais dominam grande parte do mercado mundial e a riqueza produzida nos microterritórios são levadas para outros países. Por isso é de extrema importância a organização da sociedade em espaços com características agregativas para que a riqueza produzida no microterritório seja reinvestida no mesmo local e o dinheiro circule internamente gere mais desenvolvimento e qualidade de vida.

Portanto, respondendo ao enunciado, fica claro que sim, que o território autossustentável é possível, mas para isso é necessário ter presentes, além da dimensão ecológica, as dimensões econômica, política e cultural.

7.3. Dimensão econômica

A materialização da riqueza de uma sociedade é dada pelo acúmulo de bens e serviços disponíveis e negociados. Para facilitar as negociações surgem as moedas sob a aval de pessoas poderosas como reis, rainhas, etc. A princípio essas moedas eram cunhadas a ouro (metal difícil de ser encontrado e reproduzido), hoje em papéis validados pelos bancos centrais de cada país. As moedas tiveram por objetivo facilitar as transações comerciais, antes realizada através do escambo e desde sua origem sempre pertenceu e foram acumuladas por poucas pessoas de destacado poder na sociedade. Tanto é que no passado muitos países que não acumulavam muitos metais preciosos faziam de tudo para se apoderar deles e lançaram-se ao mar em busca destes em terras distantes que nomearam de novo mundo.

A transformação desses metais em moedas fez com que o comércio ficasse mais dinâmico, as operações comerciais cada vez mais fácil e de longa distância, levando muitas nações ao desenvolvimento e as guerras físicas e comerciais. Ao longo da história o poder econômico sobrepõe aos demais pela facilidade de comprar o que necessita para atingir seus objetivos. As guerras são travadas e são pessoas mortas por contas de disputas econômicas e territoriais – que também não deixa de ser uma disputa econômica.

O governo é responsável pela administração do Estado, que arrecada os impostos pago pela população para devolvê-los como serviços públicos, porém na prática pouco acontece e os governantes têm se preocupado mais com os interesses de uma minoria privilegiada detentora do poder econômico em detrimento da maior parte da sociedade que vive em péssimas condições de vidas, apesar de ser a força motriz do sistema capitalista.

O crescimento econômico é um dos termos mais disseminados pelos governos capitalistas em todo mundo, dizem que a partir dele os países crescerão e a população terá uma vida melhor com mais emprego. O emprego gira a roda da economia fazendo com que a indústria produza mais e melhore a qualidade de vida daquele povo com mais saúde, educação, lazer, etc. Teoricamente essa analogia é verdadeira, mas na prática é bem diferente. O desenvolvimento econômico é um termo mais planejado e permite trabalhar o crescimento a partir da distribuição da riqueza, porém muito usado erradamente como sinônimo de crescimento econômico.

Dentro do sistema capitalista tem surgido algumas experiências econômicas que podem ser multiplicadas com mais intensidade nos Territórios Autosustentáveis, a exemplo das moedas locais ou moedas sociais como são comumente chamadas. Essas moedas surgem como alternativa ao modelo de desenvolvimento vigente com o objetivo de capitalizar os descapitalizados. É uma alternativa até certo ponto capitalista, mas que

pode ser usada para tornar um território mais autônomo e independente, à medida que o próprio povo tem o poder sobre sua moeda. Os bancos comunitários além de empoderar seus associados, dinamiza a economia local fazendo com que o dinheiro da comunidade e/ou território circule na própria comunidade/território e encoraje seus moradores a produzir o que a comunidade precisa. A prática tem mostrado que as comunidades que adotaram este modelo se desenvolveram e a população local melhorou significativamente a qualidade de vida.

O fator econômico dentro do território precisa ser pensado cuidadosamente para não tornar um problema no processo de desenvolvimento e organização das comunidades, visto que as cooperativas precisam ser a base dos Territórios Autossustentáveis.

7.4. Dimensão política e cultural

A política é a forma mais civilizada inventada pelo homem para resolver seus conflitos de forma mais racional, mesmo sabendo que a harmonia na sociedade é difícil de chegar plenamente, principalmente quando estamos tratando de disputas ideológicas e pessoais. As pessoas confundem política com políticos, isso termina provocando uma confusão mental na maioria da sociedade. Política e poder estão umbilicalmente juntos, seja a partir do Estado e Nações, seja a partir de organizações sociais que tenham mais de um indivíduo convivendo, discutindo, construindo algo de interesse comum. Um bom exemplo para se entender o que é política é a nossa casa. A nossa casa funciona como um micro espaço de poder, portanto, um micro estado. Geralmente os pais ditam as regras e os filhos têm que seguir, caso contrário será punido desde as penas mais brandas como sequestro do celular por algumas horas a castigos mais severo. O poder no ambiente familiar é exercido pelos pais, na sociedade atual que ainda é patriarcal é exercido pelo Pai e a Mãe termina sendo uma correia de transmissão da política paterna. A ideologia

presente nesse sistema de poder vai determinar a forma como as decisões são tomadas e as regras em vigor.

Na sociedade atual onde vigora o modelo capitalista, salvo algumas exceções, o poder político é exercido macronicamente por políticos eleitos pelo povo através de eleições ditas democráticas. Essas eleições na verdade não têm nada de democráticas porque os políticos se tornaram profissionais e o poder econômico tornou a política um negócio de família. Os políticos de esquerda são secundarizados e as poucas vezes que chegam ao poder são bombardeados pelos meios de comunicação. Com a chegada das redes sociais muitas democracias sofreram grandes abalos ou foram golpeadas, a exemplo das eleições brasileiras em 2018 com a vitória de um político de extrema direita como Bolsonaro.

Discutir poder em qualquer que seja a esfera não é uma tarefa fácil, porém para discutir território não temos como fugir desse debate. Como já discutido anteriormente, um território é um espaço delimitado por características comuns e acordo social, influenciado por um poder central. Por isso, para discutir território autossustentável é necessário de discutir política e poder político.

Todo território ou microterritório tem um poder político, o que torna necessário debater sua relação com o poder político existente. Resgatando a famosa frase do manifesto do partido comunista de Karl Marx e Friedrich Engels, “*a história da humanidade, é a história da luta de classes*”, a sociedade capitalista tem se preocupado mais com a acumulação de riqueza por parte de alguns poucos, que por sua vez detém o poder político (Estado), enquanto a maioria das pessoas vivem na pobreza. Os territórios autossustentáveis se propõem construir espaços interconectados em redes, sob a coordenação de um conselho participativo, eleito de forma direta e democraticamente

em cada comunidade como forma de resistência as desigualdades sociais e econômicas do sistema econômico capitalista.

O poder político nos territórios autossustentáveis poderá ser exercido por um **Conselho Geral - CG**, que será constituído por representantes eleitos de todas as comunidades com mandatos revogáveis a qualquer momento. O **CG** será coordenado por três membros eleitos pelo conselho para evitar acúmulo de poder em um único indivíduo. Para facilitar a organização dos trabalhos, o conselho poderá criar **Comissões de Apoio - CA**. Toda comunidade terá um **Conselho** para organização e coordenação daquele espaço, onde todos os membros são eleitos de forma direta com mandato revogável a qualquer momento. A organização do **CA** seguirá a lógica do **CG** com seus representantes e suas comissões.

O poder político nos territórios autossustentáveis precisa ser diferente da forma que vemos hoje, porém é necessária uma transição para que o povo seja educado e capacitado no entendimento do seu papel na história e na transformação da sociedade. Todos os membros dos territórios autossustentáveis precisam saber claramente que os territórios são espaço de liberdade e bem viver, onde os conflitos serão resolvidos democraticamente.

Um povo sem cultura, é um povo sem identidade. A cultura é definida por raízes herdadas de nossos ancestrais, construídas de forma coletiva no imaginário popular a partir de crenças, tradições, conhecimentos, espiritualidade, costumes, valores e linguagem que precisa ser preservada e cultivada em todos os níveis do desenvolvimento territorial sustentável (Carrasco, 2020).

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

8.1. O contexto

A espécie humana ao longo da história vem construindo formas de organizações políticas e sociais que permitiram o homem e a mulher viver em sociedade, mesmo com suas contradições e desafios. Habitamos, vivemos, convivemos, transitamos num determinado território ou territórios e a disputa por espaço acompanha a história humana. A essência da grande contradição humana foi a criação da propriedade privada e a acumulação de terras e capital, que inicia-se com a desigualdade social entre os homens até os dias atuais. A desigualdade social entre os humanos cria o movimento dialético da história e adquire a necessidade de transformação social.

O território pode ser compreendido como um espaço contínuo ou descontínuo com poder político, econômico, cultural/pertencimento, onde as pessoas vivem e convivem influenciados de alguma forma por seus objetivos pessoais e coletivos e os conflitos são mediadores e construtores dos espaços sociais (Reffestin, 1993; Souza, 1995; Santos, 1996; Cantos, 2009; Saquet, 2010). Os territórios estão presentes em todos os lugares, até porque a superfície terrestre é composta por países, estados, nações e territórios, etc.

É a partir das contradições sociais de acesso à terra, que levam brasileiros excluídos mais pobres a juntar-se aos movimentos socioespaciais na perspectiva de conseguir melhores condições de vida, enfrentando, muitas vezes latifundiários ricos e violentos, além de aparato do Estado construído para defender a propriedade privada dos mais ricos, não para garantir o cumprimento da função social da propriedade a favor dos mais necessitados (Filipi (2005); Costa et al., 2021). Assim, politizam a questão agrária, colocando a reforma agrária como uma pauta necessária para o desenvolvimento social do país, defendendo o meio ambiente sustentável, justiça social, alimentação saudável, a

partir do consumo de produtos agroecológicos. Com isso, questionam o modelo de desenvolvimento adotado historicamente no Brasil que favoreceu os grandes produtores do agronegócio agroexportador e consumidor compulsivo de agrotóxicos (Cosme, 2016).

No Brasil, a reforma agrária é uma política social criada a partir das reivindicações dos movimentos organizados de agricultores sem terra desde dos anos de 1950, mas somente depois do Estatuto da Terra em 1964, o governo homologou tal instrumento apenas para neutralizar as organizações e lutas dos trabalhadores. Porém, na prática o Estatuto da Terra pouco foi levado em consideração até os dias atuais, mesmo depois da reforma agrária ser garantida pela Constituição Federal de 1988 e a criação de dois planos nacionais de reforma agrária. Passados 57 anos de criação do Estatuto da Terra, o Estado brasileiro assentou cerca de um milhão de famílias, número insuficiente para descentralizar a posse da terra como mostrou o último Censo Agropecuário do IBGE de 2017. Segundo os dados oficiais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, dos mais de 1,2 milhão de famílias assentadas, 920 mil permaneciam assentadas. Em Alagoas são assentadas e reconhecidas pelo INCRA 14.501 famílias, em 178 assentamentos rurais. Deste universo de assentados alagoanos, o presente estudo investigou 3.953 famílias dos assentamentos localizados nos Territórios da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana.

Os assentamentos eram pré-requisitos para a criação e consolidação dos territórios da cidadania e, por isso, a pesquisa selecionou como amostra, usando os métodos estatísticos convencionais, 112 famílias no Território da Cidadania do Agreste e 134 no Território da Cidadania da Mata Alagoana. A investigação teve como objetivo analisar as condições sociais, econômicas, ecológicas, políticas e culturais dos assentamentos da reforma agrária nos citados territórios numa abordagem focada no desenvolvimento territorial sustentável. Os territórios da cidadania foram criados em 2008, a partir dos

territórios rurais criados em 2003, como parte da política do governo brasileiro para o desenvolvimento territorial, resultante do acúmulo de estudos e experiências desenvolvidas por intelectuais, profissionais e movimentos sociais do país e experiências europeias como a Leader (Coelho Neto, 2013).

Seguindo os procedimentos metodológicos, a pergunta-chave da investigação foi: *“Quais as condições sociais, econômicas, ecológicas, políticas e culturais nos assentamentos da reforma agrária dos Territórios da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana-BRASIL na perspectiva do desenvolvimento Territorial Sustentável?”* Depois de percorrer os assentamentos dos ditos territórios aplicando o instrumento da pesquisa (Anexo V) e conversando com assentados, lideranças de assentamentos e coordenadores de movimentos sociais camponeses de Alagoas, realizou-se os trabalhos de digitação, análise e estudos dos dados coletados. Durante a aplicação dos questionários o pesquisador pôde conhecer melhor a realidade da reforma agrária alagoana e surgiram várias ideias para melhora dos assentamentos e vida dos assentados.

Diante da hipótese inicial que “Os assentados dos territórios estudados vivem em condições socioeconômicas melhores depois de beneficiados da reforma agrária, utilizam de práticas produtivas sustentáveis e contribuem para o desenvolvimento territorial sustentável”, verificou-se que mais de 90% dos entrevistados do Território da Cidadania da Mata Alagoana declarou que Melhorou suas condições de vida, onde 76,15% Melhorou Muito e 23,08% Melhorou Pouco e apresentou maiores percentuais de melhoras comparado com os assentados do Agreste (44,14% e 46,85% respectivamente).

Com relação a sustentabilidade, A pesquisa detectou que apesar das respostas positivas significativa ao uso de adubo orgânico nas plantações, um baixo número de assentados agricultores agroecológicos. A participação em cooperativas nos dois territórios foi baixa, menos de 5%. O consumo de bens duráveis, acesso a políticas sociais

família, aposentadorias e congêneres, assim como o acesso ao crédito rural e serviços de ATER foram de relevante importância para a análise do desenvolvimento territorial sustentável nos assentamentos estudados. Depois de analisadas estas variáveis, foi possível confirmar a hipótese inicial, uma vez que nos territórios investigados, os assentados melhoraram as condições de vida a partir de suas percepções e que variáveis como cooperação, prática agroecologia e presença de movimentos socioterritoriais são elementos fundamentais na estratégia de desenvolvimento territorial sustentável.

A ferramenta auxiliar de análise criada para comparar a diferença de desenvolvimento entre os territórios do Agreste e Mata Alagoana permitiu apontar que o território da Mata Alagoana possui uma ligeira melhora nas condições sociais e ecológicas que o território do Agreste. Porém, neste ponto necessita uma observação, que a princípio, se torna-se um paradoxo. O território da Mata Alagoana, mais beneficiado pelos programas sociais, teve o Coeficiente de Comparação de Variáveis de Sustentável – CCVS um pouco maior que o território do Agreste (0,50 e 0,48, respectivamente). A pergunta é: o território da Mata Alagoana teve melhor indicador por ser mais beneficiado pelos programas sociais, ou o território do Agreste teve menor indicador porque recebeu menos programas sociais? Esta pergunta somente poderá ser respondida no futuro com uma nova investigação mais focada nesse problema, embora o território da Mata Alagoana tenha maior disponibilidade de água.

A abordagem territorial ao desenvolvimento sustentável passou a ser uma estratégia política dos movimentos sociais do campo – mesmo muitas vezes não explícito –, que com a organização de embriões de desenvolvimento territorial sustentável como cooperativas, feiras agroecológicas, centros de estudos e prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural, começam a impulsionar discussões e incentivar os assentados para este caminho.

Sendo assim, A investigação em questão foi uma ferramenta importante para o melhor entendimento da situação da reforma agrária em Alagoas, que a partir das relações socioespaciais construídas por movimentos sociais camponeses, desafiam o direito de propriedade no campo brasileiro, com o propósito de construir em espaços vazios, sem uso, comunidades dinâmicas de agricultores familiares historicamente excluídos. Espaços antes chamados de fazendas, passaram a serem denominados assentamentos rurais; agricultores sem terra, passaram a serem chamados de assentados da reforma agrária e agricultores familiares e se transformam em sujeitos políticos juntos aos movimentos camponeses, produzindo alimentos através de práticas sustentáveis, rumo a sustentabilidade.

Como contribuição deste estudo, coloca-se a necessidade de trabalhar a estratégia do desenvolvimento territorial sustentável no sentido de construir e conectar atores sociais ativos e/ou em potencial dos territórios, rumo a uma transformação social mais independente e autônoma, pois o Programa Territórios da Cidadania foi interrompido a partir de 2017 com a mudança de governo no Brasil. Para consolidar uma estratégia de desenvolvimento com mais sustentabilidade política, econômica e social, é necessário a criação de Territórios Autossustentáveis, geridos por conselhos compostos por entidades da sociedade civil sem fins lucrativos de forma mais autônoma (sem abrir mão das políticas públicas), onde a cooperação e a sustentabilidade ecológica sejam eixos transversais para o equilíbrio social.

Durante a realização do trabalho de campo e análise dos dados, a investigação conseguiu detectar alguns avanços e recuos em relação as condições sociais, econômicas, produtivas e ambientais dos assentamentos estudados. Diante disso, seguem as reflexões abaixo.

8.2. Consideração 01: Assentamento de reforma agrária, trabalho rural e tecnologia apropriada

Analisando o desenvolvimento territorial sustentável dos Territórios da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana, observou-se que os assentados da reforma agrária encontram-se com idade média superior a 50 anos, o que é um problema para o futuro da produção nestas áreas. Com a idade média se aproximando do fim da idade produtiva, o futuro dos assentamentos fica um pouco comprometido porque a juventude rural sucessora, ao longo das últimas décadas, tem deixado o campo em buscas de melhores oportunidades nos centros urbanos (Hespanhol, 2008; Grígolo, 2008), os que permanecem no campo não querem se dedicar as atividades agrícolas. Este fenômeno torna-se compreensivo devido as condições penosas do trabalho na agricultura familiar, onde não possui quase nenhuma tecnologia que torne o trabalho rural mais agradável e menos cansativo. É necessário que a agricultura familiar desenvolva tecnologias com a finalidade de tornar o trabalho agrícola mais produtivo e menos penoso, assim a juventude rural poderá ver que é melhor permanecer no campo desenvolvendo a atividade dos seus pais de forma agradável, produtiva e sustentável.

Nessa perspectiva, a falta de atrativo para a juventude rural nos assentamentos, acrescenta-se a questão da educação, que é outro problema para a comunidade residente nos assentamentos da reforma agrária. Os jovens precisam, na maioria das vezes, se deslocar aos centros urbanos para estudar, onde são educados com conteúdos científicos e pedagógicos mais voltados para o meio urbano, aumentando mais sua perspectiva de deixar o campo. Ainda com relação a educação e escolaridade, a pesquisa encontrou um baixo nível educacional entre os assentados, 46,4% dos assentados pesquisados no Território do Agreste Alagoano declarou que nunca tinha estudado, o que limita o acesso e uso de tecnologias para o aumento da produtividade e diminuição da penosidade do

trabalho rural. Portanto, temos um ciclo vicioso, onde a juventude não quer viver nos assentamentos porque não quer viver como seus pais realizando trabalhos longos, penosos e cansativos e seus pais limitados pelo baixo grau de escolarização não têm acesso a melhores condições de trabalho e financeiras, incentivam os filhos a procurar melhores condições sociais e financeiras fora da zona rural. Para superar o ciclo vicioso do êxodo rural da juventude é necessário a criação de escolas na zona rural com educação contextualizada com metodologias atrativas e integradoras (Freire, 1987, 1996; Tibola, 2015), uma política agrícola e educacional que desenvolva tecnologias adaptadas para a agricultura familiar objetivando a diminuição da penosidade do trabalho agrícola e uma industrialização de forma cooperativada dos produtos produzidos agregando valor à produção (Lima, 2012) e aumentar a renda do assentado da reforma agrária. Assim, a juventude não precisaria migrar para a cidade em busca de emprego melhores, menos penoso e sua educação seria adaptada ao contexto rural com acesso a tecnologias apropriadas, oportunizando melhores condições financeiras através da industrialização da produção.

Para analisar a qualidade de vida dos assentados entrevistados nesta pesquisa, foi visto a questão das habitações e verificou-se que são pequenas quando se leva em consideração o número de pessoas que residem em cada casa e a necessidade de espaços para armazenar a produção e ferramentas agrícolas. Encontrou-se também residências grandes com até onze cômodos de assentados mais estruturados financeiramente. No momento de criação do assentamento é necessário pensar a habitação rural diferente da habitação urbana, porque possuem finalidades diferentes. A habitação rural tem finalidade de abrigo, proteção e produção, portanto precisa de mais espaços para armazenamento de colheitas, guardar os implementos agrícolas e até para processamento

de alguns produtos para agregação de valor da produção, diferente da maioria das residências urbanas que tem o objetivo de abrigo e proteção.

As casas construídas nos assentamentos de reforma agrária são mais para abrigo e proteção e lhes faltam espaços para armazenar a produção, tanto que os movimentos sociais representantes dos assentados, pressionaram o governo para liberação de recursos para reforma e ampliação destas residências. O governo liberou alguns recursos para esta finalidade, embora com muito atraso e em quantidade insuficiente. Outro ponto de destaque com relação as residências dos assentamentos em estudo, foram os itens domésticos e bens de posses presentes nas residências, onde pode-se concluir que os assentados tem acesso a serviços de comunicação e locomoção como telefones celulares, antenas parabólicas, rádios, carros, motos etc., apesar das péssimas condições de sinal de telefones e condições das estradas, principalmente nos períodos chuvosos (época que mais precisa das estradas para aquisição de insumos e transporte da produção). Como forma de melhorar a comunicação nos assentamentos se faz necessário mais investimento e criação de políticas governamentais de comunicação que melhore os sinais de telefones e as estradas de acesso as comunidades da reforma agrária (Stedile & Fernandes (2012). Bens de consumos como microondas e chuveiro elétrico foram encontrados em menos de 10% das residências pesquisadas.

A parte de saúde dos assentamentos nos territórios estudados é outro gargalo para os assentados que vivem na zona rural mais distantes dos centros médicos e hospitalares. Apesar de serem beneficiados pelo Programa Saúde da Família (PSF), onde uma equipe de saúde composta por médico, enfermeiro, auxiliar/técnico em enfermagem e agente comunitário de saúde (ACS), se desloca aos assentamentos para realizar serviços de atendimentos. Esse serviço tem sofrido inúmeras interrupções e não dispõe de locais apropriados para realização do trabalho da equipe do PSF, além de não ser

contextualizada com a realidade dos agricultores familiares assentados da reforma agrária. Os serviços de saúde rural precisam ser contextualizados, integrando o conhecimento científico adquiridos nas universidades pela equipe de PSF e o conhecimento dos agricultores, que tem a cultura do uso de plantas medicinais, até porque não dispõem de recursos financeiros para comprar os medicamentos farmacêuticos industrializados receitados pelo médico. É sabido que os medicamentos farmacêuticos são criados, a partir de pesquisas científicas, muitas vezes fruto de produtos utilizados pelos agricultores e indígenas há centenas de anos.

Os programas sociais são políticas públicas de extrema importância (Bucci, 2002) para os assentados da reforma agrária e para a agricultura familiar em geral, uma vez que injetam recursos financeiros nas comunidades, muitas vezes, é a única renda da família assentada em períodos de entressafras. O Programa Bolsa Família (PBF), agora rebatizado de Auxílio Brasil é de relevante importância para as áreas rurais, principalmente para os assentamentos onde mais de 50% são beneficiários do programa. Este programa poderia ser melhorado se o valor repassado pelo governo fosse maior e tivesse uma linha específica para os agricultores familiares mais pobres nos períodos de entressafras como forma de evitar o êxodo rural, garantia de segurança alimentar e dinamização da economia local. O governo até tem o seguro safra, que consiste no pagamento de algumas parcelas financeiras em caso de perdas de colheita por calamidades, porém não é suficiente para garantir melhor qualidade de vida ao homem pobre do campo.

As aposentadorias rurais tem sido a principal fonte de renda das famílias assentadas, uma vez que, como visto anteriormente, os assentados da reforma agrária estão com idades avançadas e mais da metade dos entrevistados são aposentados ou recebe alguma pensão no valor de um salário mínimo. Durante as entrevistas, ao perguntar

sobre este ponto, as respostas eram positivas e até de agradecimento, porém outros assentados reclamaram da grande burocracia para conseguir o benefício, dizendo que tinham idade de aposentadoria rural, mas estavam há anos lutando para ter acesso. Como forma para avançar nesse processo, é necessário que o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) construa ferramentas mais eficazes para aposentar o agricultor familiar da reforma agrária com mais eficiência e eficácia.

8.3 Consideração 02: Mercado, agroindústria e cooperação na reforma agrária e agricultura familiar

Das dimensões do desenvolvimento territorial sustentável, a dimensão econômica é uma das mais importantes por ser responsável pelas transações de troca e venda dos produtos produzidos nas unidades de produção da agricultura. O dinheiro como unidade universal de troca, é responsável pela compra e venda de produtos produzidos pelos agricultores familiares por um lado e motivo de grandes problemas para o desenvolvimento do sistema produtivo, principalmente para a pequena produção, que não dispõe de grande montante para investimentos ou crédito disponível como a agricultura de grande escala do agronegócio (Cosme, 2016; Petersen, 2009; Sauer, 2008; Schneider et al 2018; Stedile, 2012; Wanderley, 2009; Weid, 2009;). Apesar de não dispor de grandes investimentos e pouca área em relação ao agronegócio, a agricultura familiar tem sua base produtiva ancorada nas culturas mais voltadas para o mercado interno, enquanto o modelo de produção de grande escala tem base alicerçada nas culturas para a exportação, sem contar no consumo compulsivo de agrotóxicos e insumos importados (Altieri, 2004; Lisboa, 2009; Primavesi, 1997).

O agronegócio é um sistema produtivo totalmente dependente da indústria de insumos e de crédito rural, em sua maioria público (Silva, 1980). Enquanto a agricultura

familiar tem sua matriz produtiva menos dependente dos insumos industriais, menos créditos e produz alimentos mais saudáveis e diversificado, boa parte dos produtos não são produzidos com uso de agrotóxicos (Sauer, 2008, Weid, 2009). Isso acontece por duas razões: uma porque a aquisição de agrotóxico custa muito caro; e outra porque mantém uma tradição de produzir alimentos a partir de suas condições locais, através do uso de tecnologias herdadas de gerações anteriores (Chayanov, 2014; Wanderley, 2004) e, no caso dos assentados da reforma agrária, são incentivados pelos movimentos sociais a adotar um modelo produtivos autônomo, independente, sustentável e diversificado. No entanto na prática não tem sido bem assim e os assentado tem sido influenciado pelo mercado.

Os lotes dos assentamentos da reforma agrária criados pelo INCRA nos territórios investigados são pequenos, com área média de 5 ha no caso dos assentados da Mata Alagoana e de 10 ha para os assentados do Agreste. O tamanho dos lotes disponibilizados pelo governo é menor que um módulo fiscal, definido no geral como uma área que garante viabilidade econômica para produção e reprodução de uma família rural. Apesar do pequeno tamanho dos lotes da reforma agrária em Alagoas, menores que um módulo fical – que no caso de alguns municípios do sertão chegam a 70 ha, na Mata Alagoana é de 15 ha e no Agreste varia de 15 a 30 ha – possui uma produção diversificada de plantações e criação de animais para consumo familiar, trabalho e comercialização de cereais, hortaliças, tubérculos, frutas, carne, leite, ovos e derivados.

Os assentados aos serem perguntados se produziam nos lotes, mais de 80% responderam que tinha alguma plantação e cerca de 30% e 15% nos respectivos territórios do Agreste e Mata Alagoana afirmaram que criavam algum animal, seja para trabalho, comercialização ou consumo doméstico. Nesse processo produtivo e econômico, onde envolvem os assentados da reforma agrária é mister destacar que o sistema de produção

da maioria desses agricultores familiares está restrito aos períodos chuvosos, principalmente em relação aos assentados do agreste. Nos assentamentos da reforma agrária da Mata Alagoana, por estar localizado numa região com bons índices de pluviosidade e mais recursos hídricos, produz mais algumas culturas que o Agreste, porém a falta de recursos financeiros impedem construir projetos de irrigação para manter a produção o ano inteiro, embora é mais comum encontra-se assentados usando irrigação na Mata Alagoana.

Os assentamentos estudados possuem em média mais de 20 anos de criação, encontrando-se assentamento de 07 à 35 anos (Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária [SIPRA], 2022). Estes assentados foram ao longo dos anos construindo algumas infraestruturas produtivas como galpões, açudes, cercas, sistemas de irrigação com o objetivo de qualificar a produção e aumentar sua renda, sendo que os assentados da Mata Alagoana declararam mais equipamentos que os do Agreste. Os recursos para estes investimentos foram adquiridos desde empréstimos através de crédito rural, à investimentos com recursos próprios resultantes da comercialização da produção, programas sociais como aposentadorias, bolsa família, ajuda de parentes mais próximos e até de trabalho fora do lote.

Para qualificar a produção nessas áreas se faz necessário uma política de governo estruturada e voltada para o público da reforma agrária e agricultura familiar que estimule e incentive de forma permanente a produção cooperativada e investimentos em obra estruturantes de irrigação, agroindustrialização da produção em cada assentamento/comunidade, a partir de planejamentos participativos (Ruas, 2006) construídos e coordenados por equipes de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER. A pesquisa mostrou que o processo de cooperação, através de cooperativas tem problemas nos assentamentos investigados, pois a apenas 2,7% e 6,6% respectivamente, dos

entrevistados do Agreste e Mata Alagoana, declarou fazer parte de uma cooperativa. É preciso construir com urgência cooperativas para começar a pensar na criação de canais de comercialização da produção além dos mercados institucionais de hoje. Assim a criação de cadeias produtivas bem coordenadas, através de sociedades cooperativas organizada e profissionalizada, que realize estudos de mercados.

Neste ponto, os agricultores familiares assentados da reforma agrária necessitam construir ferramentas de comercialização diferentes das convencionais, abrir diálogo permanente com as entidades urbanas como associações de bairros e condomínios para trabalhar a venda direta. Uma forma para fortalecer os laços entre os agricultores e consumidores urbanos é incentivar a criação de cooperativa de consumo na cidade, assim pode-se até pensar numa forma de captação de recursos prévios a produção e abastecer os mercados locais. A partir desse ponto, estaremos conectando o campo e cidade, num jogo de ganha-ganha, pois os consumidores urbanos adquirem produtos frescos e de qualidade a preços mais acessíveis por causa da diminuição da logística de transporte e o encurtamento das cadeias produtivas, o que pode diminuir os preços dos produtos para os consumidores e os agricultores aumentarão a renda com a retirada dos atravessadores.

Nesse processo, abre-se espaço para a agroindustrialização e aumento da produção. O que não pode é ficar como atualmente, onde os assentados da reforma agrária comercializam parte da produção com atravessadores, usurpadores das sobras dos agricultores familiares e na dependência das políticas públicas governamentais de compra de alimentos, que, quando muda de governo, os programas são paralisados ou diminuídos e os agricultores ficam sem mercado, sem renda e mais dependentes dos programas sociais. A pesquisa detectou que mais de 48% dos assentados entrevistados comercializam a produção através de atravessadores, pouco mais de 34% vende seus produtos em feiras livres e apenas cerca de 6% e 14% vendem a produção através de

cooperativas. Nem todos os assentados que vendem para as cooperativas são cooperativados. Outra forma de comercialização da produção da reforma agrária é através das Feiras da Reforma Agrária que acontecem na capital de Alagoas (Maceió), cidades alagoanas de maior porte e nos municípios onde há assentamentos.

É urgente a articulação de cadeias produtivas com foco na venda direta aos consumidores, através de cooperativas de consumos nos bairros das cidades circunvizinhas aos assentamentos. Este processo é de suma importância para o fortalecimento das redes territoriais de apoio e comercialização da produção agropecuária familiar, principalmente em momentos de maior inflação e alta dos alimentos.

As redes de comercialização abrem espaço para a criação de outras formas de negociação como a partir de moedas sociais nos territórios (Lima, 2012), contribuindo assim para a construção de espaços de comercialização mais independentes e autônomos em relação ao mercado convencional. Para isso, é necessário um movimento forte com redes de cooperação coesas, sob a coordenação dos atores sociais e conselhos compostos por entidades sem fins lucrativos de agricultores familiares e assentados da reforma agrária.

Para tornar uma proposta como esta viável, em médio prazo, é preciso que o serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural funcione, principalmente fazendo o acompanhamento da produção dos agricultores familiares da reforma agrária, assistindo um número de agricultores menor do que habitualmente, onde um técnico é responsável por mais de cem famílias, sem condições de logísticas, salários baixos, sem estabilidade no emprego e contratos precários. Outro ponto que precisa ser destacado nessas conclusões e reflexões, é a deficiência teórica de muitos técnicos de ATER para trabalhar com a pequena produção, pois as universidades e centros de formações continuam formando profissionais mais voltados para a agricultura de grande escala e quando estes

profissionais chegam aos assentamentos de reforma agrária precisam passar por uma capacitação prévia para evitar tratar a agricultura familiar igual ao agronegócio. Sem contar que estes serviços são constantemente interrompidos por falta de recursos.

Durante a realização da pesquisa, o Brasil passava por um período de instabilidade política e a maioria dos assentamentos de reforma agrária da Mata Alagoana estava sem serviços de ATER. Os assentamentos vinculados ao INCRA que tinham serviços de ATER estavam com problemas e apenas 10% dos assentamentos recebiam ATER financiada pelo Banco do Nordeste.

A ATER é o elo de ligação entre o agricultor e os bancos de crédito rural, quando este serviço é realizado de forma precária, impacta diretamente na liberação de investimentos para os assentados, que muitas vezes não recebeu ainda o principal crédito de investimento após ser beneficiado por um lote da reforma agrária brasileira (PRONAF A). As mudanças de técnicos nos assentamentos, inadimplência dos assentados e morosidades dos bancos responsáveis pela liberação de financiamentos diminuí o desenvolvimento dessas áreas. Como forma para superação desse problema, é necessário a criação de uma carreira para os profissionais de ATER, contratando-os através de concursos públicos e uma definição mais clara quanto a quantidade máxima de famílias viável por técnico para evitar sobrecarga de trabalho dos profissionais e oportunizar mais visitas técnicas as famílias assentadas.

Os serviços de ATER quando realizados com qualidade, qualifica os agricultores no processo produtivo e conseqüentemente provoca uma maior renda para os agricultores assistidos (Ruas, 2006). No caso dessa investigação encontrou-se agricultores familiares assentados com renda média retirada do lote muito baixa, onde quase a metade dos entrevistados declararam retirar do lote renda de até meio salário mínimo. Um fato para explicação desse problema é a realização de uma agricultura de sequeiro que resume a

produção apenas nos períodos chuvosos. Outro fato se deve à ausência de um serviço qualificado e de qualidade de ATER, que pode além de ajudar na parte produtiva, articular políticas públicas para os assentamentos e assentados.

A forma mais viável para elevação da renda dos agricultores familiares da reforma agrária é a criação de espaços de industrialização da produção, pois apesar dos problemas citados como falta de crédito rural, assistência técnicas precária, tecnologia praticamente inexistente, em Alagoas possuem cerca de 114 mil hectares de terras fruto da reforma agrária, que se for aplicada uma política de desenvolvimento territorial (Alves, 2008) séria pode ser uma área mais produtiva. Os movimentos sociais camponeses têm papel importante na organização dos assentamentos, pressionando o governo por mais políticas de desenvolvimento. Porém, precisam também organizar os assentados em redes de cooperação e desenvolvimento, deixando claro que para avançar na produção com autonomia faz-se necessário a criação de espaços de comercializações mais independentes em parceria com outras categorias de agricultores familiares do território e com a população urbana, através de redes de cooperação, reciprocidade e confiança, ancorada em cooperativas de consumos e produtos agroecológicos.

8.4. Consideração 03: Agroecologia, movimentos sociais e cultura

Avançando na discussão sobre desenvolvimento territorial sustentável, a questão ecológica perpassa transversalmente por todos os eixos do processo de desenvolvimento, uma vez que a questão ambiental é o maior problema enfrentado pela humanidade nas últimas décadas (Carrasco, 2020). Pensando nisso, a pesquisa procurou saber dos entrevistados quais as práticas sustentáveis que desenvolviam e detectou-se que nos assentamentos encontra-se agricultores agroecológicos, embora em pequena quantidade, menos de 5%. Apesar do baixo percentual, ao aprofundar as discussões observou-se que

os entrevistados faziam uso de práticas sustentáveis no processo de produção que são primordiais na consolidação futura de um processo de desenvolvimento territorial sustentável. Essas práticas vão desde o uso de matéria orgânica, como esterco animal, à conservação de sementes crioulas, sementes estas guardadas ao final das colheitas para plantios no ano seguinte (Altieri, 2004).

A investigação observou que 50,9% e 76,7% respectivamente, dos entrevistados dos territórios do Agreste e Mata Alagoana faziam uso de esterco animal nas plantações, porém observou também que, 23,33% e 29,82% respectivamente, dos entrevistados faziam uso de agrotóxico para controle de pragas, doenças de plantas e eliminação de ervas daninhas; um pouco mais que o dobro desse número de assentados declararam que também usavam adubo mineral nas plantações. Estes números são preocupantes, uma vez que os agricultores familiares não possuem recursos suficientes para adquirir tais insumos e usam sem orientação técnica em quantidades avulsas, pois não fazem análise de solo, além de não usar equipamento de proteção individual na maioria das vezes que aplicam agrotóxicos. O problema da agricultura familiar de reproduzir práticas da agricultura convencional é mais por falta de conhecimento e por ter sido bombardeada nos últimos 50 anos de informações que a agricultura convencional é moderna e a praticada por seus pais era atrasada. Juntamente com estes fatores, tem a questão do serviço de ATER ser prestado por técnicos formados na linha da revolução verde.

Para que o processo produtivo sustentável possa evoluir nas áreas de reforma agrária e no restante da agricultura familiar, se faz necessário a construção de programas de capacitação e qualificação destes atores sociais, através de políticas públicas construídas com os movimentos sociais camponeses e centros de referências na temática, alinhando a liberação de crédito a participação em tais capacitações (Martínez Agut, 2014). Hoje este processo está ao contrário, pois os bancos atrelam a liberação de

financiamentos ao uso de pacotes tecnológicos (Caporal, et al., 2009). Existem linhas de financiamentos para a agricultura orgânica e agroecologia, porém o nível de exigência é tão alto que poucos agricultores conseguem acessar.

No trabalho de campo e aplicação do instrumento da pesquisa, um fato que chamou a atenção do pesquisador foi o desconhecimento dos assentados do território do Agreste ao perguntar aos entrevistados “*Qual sua opinião sobre agroecologia?*”, mais de 80% desconhecia tal prática. Uma explicação para essa negativa pode ser devido ao serviço precário de ATER, pouca presença dos movimentos sociais nos assentamentos e a pressão da indústria de agrotóxicos. No mais, por pequena que seja a quantidade de agricultores agroecológico nas áreas de reforma agrária, é possível concluir que estamos num processo de construção de um modelo produtivo sustentável em contraposição ao modelo agrícola majoritário brasileiro. Portanto, é urgente e necessário que os movimentos sociais camponeses encontrem formas para trabalhar mais a questão da agroecologia nos assentamentos, independente de haver ou não política pública disponível (Molina, 2009). Nessa pesquisa o autor trabalha a possibilidade da construção de um novo modelo de desenvolvimento produtivo sustentável, alicerçado nos princípios da autonomia e a independência dos agricultores familiares, onde a cooperação e sustentabilidade sejam eixos fundantes na busca da autossuficiência alimentar e financeira dos territórios e seus habitantes (Carrasco, 2020).

O trabalho construiu alguns gráficos radiais para representar melhor as variáveis estudadas de forma conjugada para que o leitor possa automaticamente ver como estão as variáveis assistência técnica, prática agroecologia, participa de cooperativa, crédito rural e uso de matéria orgânica no intuito de mostrar o uso de práticas sustentáveis utilizadas pelos assentados da reforma agrária nos territórios em estudo. Diante disso, os resultados foram muito baixos para as variáveis ligadas a dimensão ecológica. Fato que leva ao

estudo indicar a necessidade de uma maior intervenção das representações dos movimentos sociais no intuito de entender melhor o problema e buscar soluções viáveis para a ampliação de tais práticas.

Como forma de contribuição deste estudo sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Territorial Sustentável para a construção de Territórios Autossustentáveis, é necessário que o modelo de desenvolvimento adotado seja alicerçado na agroecologia e cooperação. A partir desse ponto é imprescindível que todo o lote da reforma agrária e pequenas propriedades da agricultura familiar, sejam desenhadas, projetadas e planejadas para produção animal e vegetal, onde uma atividade complemente reciprocamente a outra com insumos naturais. Os animais produzem carne, leite e ovos para consumo doméstico e comercialização, que por sua vez doa o esterco como matéria orgânica para a adubação dos cultivos e até para a produção de bioenergia. A produção vegetal usa a matéria orgânica do sistema produtivo animal como adubação e por sua vez doa para o sistema animal alimento complementar resultante das sobras. Assim, podemos pensar num sistema de produção sustentável, autônomo e independente. Esse sistema produtivo precisa primeiramente produzir para alimentar a família com produtos agroecológicos, livres de agrotóxicos e contaminantes. O excedente da produção envia para a cooperativa industrializar, agregar valor e comercializar no mercado urbano com cooperativas de consumo dos bairros e pequenos empreendimentos.

Para a sustentabilidade do território é preciso construir fontes independentes e renováveis de produção de energias limpas de pequeno porte como mini hidrelétricas e destilarias de álcool e biodiesel e mini aerogeradores de baixo custo. Nesse processo é preciso construir espaços de capacitação técnica (agroecologia, organização da produção, cultivos, etc.) e ideológica (cooperativismo, associativismo, meio ambiente e política). Para dar sustentação a produção se faz necessário a construção de viveiros de mudas,

bancos de sementes, centro de produção de húmus, biofertilizantes, etc. Cada lote e/ou propriedade familiar precisa, além de cultivar e criar animais, ser diversificado com culturas temporárias e permanentes, não podendo esquecer de cultivar plantas medicinais em todas as unidades de produção e centros de desenvolvimento. Buscar parcerias com centros de experimentações agrícolas como universidades, empresas estatais de pesquisas agropecuária, entidades representativas de agricultores familiares é essencial para qualificar e evoluir este sistema produtivo proposto.

Um projeto de desenvolvimento territorial autossustentável pode ser construído de forma participativa com os vários atores sociais interessados, tendo como princípio fundante a distribuição equitativa de riqueza, enraizado na agroecologia, onde os agricultores familiares precisam articular cadeias produtivas interligadas por redes de associações de bairros, pequenos supermercados e cooperativas de consumo rural e urbana, priorizando as negociações através de moedas locais e sociais do próprio sistema.

Esta proposta leva em consideração a urgente necessidade da construção de novos padrões de consumo e aproveitamento de espaço (Andion, et al., 2003). Entende que todo espaço da terra onde tenha solo e água, pode-se produzir alimento de qualidade, nem que seja em pequena quantidade. Nesse caminho, o espaço urbano também é um local de produção de alimento de qualidade. As casas e apartamentos urbanos podem produzir alimentos, principalmente hortaliças folhosas em vasos e/ou transformar os jardins estéticos, em jardins alimentares. As flores das plantas agrícolas também são muito lindas.

A ideia de construir espaços autossustentáveis desde o micro, como casas e apartamentos urbanos à Territórios Autossustentáveis, se fundamenta na experiência vivida pela humanidade nos últimos dois anos após a Pandemia do Coronavírus. Cientistas das mais altas patentes, deixam claro que novas pandemias virão e precisamos construir

ferramentas que assegure a autossustentabilidade da espécie humana. Precisamos ser autossuficientes e não esquecer que somos seres sociais, por isso a proposta tem a cooperação como princípio fundante.

Esta investigação estudou as representações políticas existentes nos assentamentos dos territórios do Agreste e Mata Alagoana e observou que 9,9% e 15,9% dos entrevistados se consideravam militantes de algum movimento campesino. Os movimentos declarados pelos entrevistados foram: MST, CPT, MLTS, Via do Trabalho e associações de assentados. Dentre os movimentos declarados, apenas o MST apareceu nas estatísticas dos dois territórios da investigação. O MLTS era outro movimento organizado no Território do Agreste juntamente com o MST, mas foi extinto em 2016 e seus militantes se incorporaram na Frente Nacional de Lutas (FNL). Os demais movimentos observados estão organizados no território da Mata Alagoana. Ainda com relação aos movimentos sociais do campo, os entrevistados declararam que foram atraídos pelos movimentos porque gostavam do campo e no intuito de conseguir terra para plantar e sustentar suas famílias que viviam em péssimas condições sociais.

Para finalizar estas reflexões, a questão cultural presentes nas áreas de reforma agrária, não é diferente das demais localidades do País e sofrem os impactos da cultura de massas, principalmente da televisão, e agora mais recentemente da internet. Estes meios de comunicação incentivam o consumismo e atraem cada dia os mais jovens para uma cultura urbana de consumo (Canclini, 1990). Dentre as manifestações culturais presentes nas comunidades da reforma agrária da pesquisa, destacam-se as festas de padroeiras locais, vaquejada e a Romaria da Terra – manifestação de caráter religioso da igreja católica que mescla religião e luta social, balizada pela campanha da fraternidade da CNBB. Essas manifestações são de suma importância para a manutenção da cultura e história local das comunidades (Wanderley, 2009), através da realização de festas

tradicionais de padroeiras, torneios de futebol e vaquejada (atualmente este esporte recebe muitas críticas das entidades protetoras de animais) pelos agricultores familiares. As formas de diversões mais declaradas pelos entrevistados foram: televisão, igreja e futebol.

* * *

Desde nossa posição,

Entendemos que a ciência e a universidade precisam servir ao povo, e construir com o povo, um conhecimento libertador, onde o foco da vida não seja o dinheiro. Por isso, o ponto central dos Territórios Autossustentáveis deverá ser a horizontalidade nas condições de vida, com distribuição equitativa da riqueza, racionalidade ecológica e cooperação social. Atualmente isso está invertido, quem não trabalha tem tudo e quem trabalha, principalmente nas tarefas mais pesadas da humanidade, não tem nada, vive em péssimas condições sociais e o planeta terra sendo degradado de forma avassaladora. O nosso grande desafio é construir a felicidade e a preservação da natureza, onde o ser humano seja sujeito de sua própria história, a partir da dialética/diálogo, solidariedade, cooperação social e ecológica. A presente proposta pretende ser um protótipo de start para a construção de uma sociedade justa, igualitária, comunitária e ecológica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abramovay, R. (1992). *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Anpocs; Unicamp: Hucitec.
- Abramoway, R. (2000). O capital social dos territórios: Repensando o desenvolvimento rural. *Economia Aplicada*, v. IV, n. 2, p. 379-397, abril/jun.
- Alaminos, A., & López, B. (2009). La medición del desarrollo social. *Revista Obets*, nº 4, 11-24.
- Albuquerque, F. (2004). *El enfoque del desarrollo económico local*. Buenos Aires: Organización Internacional del Trabajo. https://www.flacsoandes.edu.ec/web/imagesFTP/1251776298.area_enfoque_del.pdf
- Albuquerque, F. (2014). Política Regional e Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, *Informe Gepec, Toledo*, v. 18, n. 2, p. 177-204, jul./dez. DOI: 10.48075/igepec.v18i2.10431.
- Alkmin, F. M. (2015). *Por uma geografia da autonomia: a experiência de autonomia territorial zapatista em Chiapas, México*. [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo]. doi:10.11606/D.8.2015.tde-09062015-120421.
- Altamir, O., Iglesias, E. V., & Machinea, J. L. (2008). Hacia la revisión de los paradigmas del desarrollo en América Latina, Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL) / Secretaría General Iberoamericana (SEGIB). <http://hdl.handle.net/11362/21395>
- Altieri, M. (2004). *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*, 4.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Alves, A. F., Corrijo, B. R., & Candioto, L. Z.P. (2008). *Desenvolvimento Territorial e Agroecologia*, 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular.
- Amaro, R. R. (1992). *Iniciativas de Desenvolvimento Local — caracterização de alguns exemplos*, Lisboa, ISCTE/IEFP.
- Amaro, R. R. (2001). Opções, Estratégias e Actores de Desenvolvimento em Confronto no Caso de Foz Côa, In: Maria Eduarda GONÇALVES (coord.), *O Caso de Foz Côa: um laboratório de análise sociopolítica*, Lisboa, Edições 70.
- Anaya Campo, A. D. J. (2022). Contribuciones de la distribución de la tierra al desarrollo de los países. Una revisión de la literatura. *Cuadernos de Economía*, [S. l.], v. 41, n. 86, p. 213–241. DOI: <https://doi.org/10.15446/cuad.econ.v41n86.85604>
- Andion, C., Serva, M., & Lévesque, B. (2006). O debate sobre a economia plural e sua contribuição para o estudo das dinâmicas de desenvolvimento territorial sustentável. *Eisforia: desenvolvimento territorial sustentável: conceitos, experiências e desafios teórico-metodológicos. Florianópolis*, 4, 199-211.
- Andrade Figueredo, D., & Phelipe Santiago, J. (02 a 07 de setembro de 2019) (2019). A política de desenvolvimento territorial: sobre a atuação da COFASPI no Piemonte da Diamantina – BA. XIII ENANPEGE: A geografia Brasileira na Ciência-Mundo, São Paulo, de. http://www.enanpege.ggf.br/2019/resources/anais/8/1561902363_ARQUIVO_artigo_enanpegerevisado.pdf

- Andrade Figueredo, D., & Phelipe Santiago, J. (2020). A política de desenvolvimento territorial no Piemonte da Diamantina sob as perspectivas da COFASPI. *Revista Campo-Território*, Uberlândia-MG, v. 15, n. 35 Abr., p. 372–394. DOI: 10.14393/RCT153514.
- Andrade, M. C. (1998). *A Terra e o Homem no Nordeste*. 6^o edição, Recife: Editora Universitária da UFPE.
- Andrade, M. C. (1998). *Geografia econômica*, 12^a Edição, São Paulo: Atlas.
- Aquino, J. R. D., Gazolla, M., & Schneider, S. (2018). Dualismo no campo e desigualdades internas na agricultura familiar brasileira. *Revista de economia e sociologia rural*, 56, 123-142.
- Aquino, R. L. (1983). *Histórias das Sociedades: das sociedades modernas às antigas*. 2^a ed, Rio de Janeiro.
- Araújo, C. C., & Caldas A. S. (2019). Território, territorialização, territorialidade e a questão agrária: impasses sócio-espaciais, possibilidades analíticas, *Geosul, Florianópolis*, v. 34, n. 70, p. 358-384, jan./abr. <http://dx.doi.org/10.5007/2177-5230.2019v34n70p358>
- Araujo, J. C., Mattos, A. L. A., Paiva, F. A., Sousa, J. R., & Pimentel, J. (2008). Estudo sócio-econômico sobre agricultores familiares produtores de queijo-de-coalho das Comunidades do Junco, Tiasol e Tapera, no Município de Tauá-Ce, 46th Congress, July 20-23, Rio Branco, Acre, Brazil, *Sociedade Brasileira de Economia, Administracao e Sociologia Rural (SOBER)*.
- Arbage. A. P. (2006). *Fundamentos de Economia Rural*. Chapecó: Argos.
- Azambuja, D. (1980). *Teoria Geral do Estado*, 19^a edição, Porto Alegre: Editora Globo.
- Barbosa, G. S. (2008). O desafio do desenvolvimento sustentável, *Revista Visões*, 4^a Edição, N^o4, Volume 1 - Jan/Jun. [http://fsma.edu.br/visoes/edicoes-anteriores/docs/4/4ed O Desafio Do Desenvolvimento Sustentavel Gisele.pdf](http://fsma.edu.br/visoes/edicoes-anteriores/docs/4/4ed_O_Desafio_Do_Developolvimento_Sustentavel_Gisele.pdf).
- Barbosa, L. C. B. G.; Brandão, T. F. B. (2020). Agricultura familiar e desenvolvimento rural em Alagoas: Um olhar a partir do Censo Agropecuário de 2017, *Rev. Econ. NE*, Fortaleza, v. 51, suplemento especial, p. 173-194, agosto. <https://www.bnb.gov.br/revista/index.php/ren/article/view/1269>
- Barros, A. H. C., Filho, J. C. de A., Silva, A. B. da, & Santiago, G. A. C. F. (2012.) *Climatologia do Estado de Alagoas*—Dados eletrônicos. Recife: Embrapa Solos.
- Bezerra, L. Para uma introdução à questão agrária brasileira no pensamento de Caio Prado Júnior. *Argumentum*, 11(1), 200–212. 2019. DOI: <https://doi.org/10.18315/argumentum.v11i1.19754>
- Bielschowsky, R. (2008). Comentários. Campo, J. A. Etapas del pensamiento sobre el desarrollo de América Latina. In.: Los paradigmas del desarrollo en la historia latino-americana, Altimir, O., Iglesias, E. V., Machinea, J. L. *Hacia la revisión de los paradigmas del desarrollo en América Latina*, CEPAL. <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/21395>
- Bittencourt, G. A. & Bianchini, V. (1996) *Agricultura familiar na região sul do Brasil*. Consultoria UTF/036-FAO/INCRA.
- Bornstein, C. T. (1982). *A reforma agrária na Nicarágua*. São Paulo, Editora Brasiliense, 91 p.

- Borras, S. M., Franco, J., Gómez, S., Kay, C., & Spoor, M. (2012). Land grabbing in Latin America and the Caribbean. *The Journal of Peasant Studies*, 39(3-4), 845-872.
- Botella-Rodríguez, E., & González-Esteban, Á. L. (2021). Twists and turns of land reform in Latin America: From predatory to intermediate states? *Journal of Agrarian Change*, 21(4), 834– 853. <https://doi.org/10.1111/joac.12421>
- Branco, G. (2014). *Análise do Programa Territórios da Cidadania do Agreste Meridional de Pernambuco: capital social e o processo de mobilização para repasses de recursos*. 119 p. [Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural - Universidade Federal Rural de Pernambuco], Recife.
- BRASIL. (2020). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas.
- Brito, C. C. (2017). Conceito de território rural e políticas públicas e sua evolução histórica nos governos FHC e Lula. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*; São Paulo, Tomo 22, N. 72, (May-Aug). Doi: <https://doi.org/10.12660/cgpc.v22n72.60260>
- Bronowski, J. (1992). *A escalada do homem*. 3ªed. São Paulo: Martins Fontes.
- Buainain, A. M, Eliseu Alves , J.,Sabbato, A. D., Souza, A. C., Guanziroli, C., Filho, H. M. S., Silveira , J. M. F. J., Batalha, M. O., & Filho, S. S. (2007). *Agricultura familiar e inovação tecnológica no Brasil: características, desafios e obstáculos*, Campinas, UNICAMP.
- Buarque, S. C. (2004). *Construindo o desenvolvimento local sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Bucci, M. P. D. (2002). *Direito administrativo e políticas públicas*. São Paulo: Saraiva.
- Burgos, M. E. (2018). Los desafíos del futuro: crecimiento poblacional y desarrollo. *Journal De Ciencias Sociales*, (11). DOI: <https://doi.org/10.18682/jcs.v0i11.900>
- Caldart, R. S., Pereira, I. B., Alentejano, P., & Frigotto, G. (2012). *Dicionário da Educação do Campo*.Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular.
- Cantos, J. O. (2009). *Ordenación de territorio y desarrollo local: Conceptos y experiencias*. In: Nogueira, J.; Guarrido, M. P.; Esparcia, J. Gestión y promoción dem desarrollo local, Universidad de Valencia: Valencia-Espanha.
- Capetti, P. (25/10/2019) (2019). *Concentração no campo bate recorde e 1% das propriedades rurais tem quase metade da área no Brasil*, Jornal O Globo. <https://oglobo.globo.com/economia/concentracao-no-campo-bate-recorde-1-das-propriedades-rurais-tem-quase-metade-da-area-no-brasil-24040134>
- Caporal, F. R. (2015). *Extensão Rural e agroecologia: para um novo desenvolvimento rural, necessário e possível*, Capibaribe, PE: Ed. Do Coordenador.
- Caporal, F. R., Petersen, P. & Soglio, F. K. D. (2009). *A construção de uma Ciência a serviço do Campesinato*. In. Petersen, P. Agricultura familiar camponesa na construção do futuro, Rio de Janeiro: AS-PTA.
- Caporal, F. R.; Costabeber, J. A. (2001). *Agroecologia: enfoque científico e estratégico*. In: Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, v.3, n.2, p.13-16, abr./mai.

- Cárdenas, G., & Nieto, A. (2020). El Enfoque LEADER en el nuevo FEADER 2014-2020 en Extremadura *Cuadernos Geográficos* 59(2), 5-27. DOI: <http://dx.doi.org/10.30827/cuadgeo.v59i2.9384>
- Cardoso, B. L. D.; Souza, W. J. DE, Paiva, J. A., Momo, D.C., & CUNHA, A. S. R. de. (2014). Desenvolvimento territorial sustentável: estudo comparativo de indicadores do sistema de gestão estratégica em territórios rurais do Rio Grande do Norte. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, [S.l.], v. 13, n. 1, p. 39-55, maio. ISSN 1677-7387. DOI: <https://doi.org/10.21529/RECADM.2014001>
- Carmo, R. C. A. (2000). A questão agrária e o perfil da agricultura familiar brasileira, *Revista Bahia Agrícola*, v.4, n.1, nov. ISSN 1414-2368. <http://www.seagri.ba.gov.br/content/quest%C3%A3o-agr%C3%A1ria-e-o-perfil-da-agricultura-familiar-brasileira>
- Carrasco, E. H. (2020). *El modelo de desarrollo territorial sostenible a través de la economía social. Aplicación a un proyecto socioeconómico de gestión de patrimonio cultural* [Tese de Doutorado, Universidade de Valencia-Espanha]. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/tesis?codigo=292935>
- Carson, R. (1969). *Primavera Silenciosa*. São Paulo: Edições Melhoramentos, Série Hoje e amanhã.
- Carvalho, A de, & David, C. de. (2011). Possibilidade e limites do Programa Territórios da Cidadania a partir da sua realização no território região central e no Município de Santa Maria/RS, *AGRÁRIA*, São Paulo, nº. 14. <https://www.revistas.usp.br/agraria/article/download/55800/59209/70370>.
- Carvalho, C. P. (2005). *Pindorama: a Cooperativa como alternativa*. Série Apontamentos, n. 50, Maceió: Edufal.
- Castro, J. de. (1971). *A Estratégia do Desenvolvimento*. Cadernos Seara Nova, Lisboa.
- Cattelan, R., Moraes, M. L. de, & Rossoni, R. A. (2020). A reforma agrária nos ciclos políticos do Brasil (1995 – 2019)/Agrarian reform in political cycles of Brazil (1995 – 2019)/ Reforma agraria en los ciclos de Brasil (1995 – 2019). *REVISTA NERA*, (55), 138–164. <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i55.6907>
- Cavalcanti, C. (2003). *Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez.
- CEPAL - Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). (2019). *Planificación para el desarrollo territorial sostenible en América Latina y el Caribe* (LC/CRP.17/3), Santiago. <https://www.cepal.org/es/publicaciones/44731-planificacion-desarrollo-territorial-sostenible-america-latina-caribe>
- CEPAL - Comissão Económica para América Latina. (2022). *Información histórica - Evolución de las ideas de la CEPAL*. https://www.cepal.org/sites/default/files/static/files/informacion_historica.pdf
- Chayanov, A. V. (2014). *Teorias dos sistemas econômicos não capitalistas*. In: Carvalho, O. M. Chayanov e o Campesinato (org.). 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular.
- Childe, G. (1981). *A evolução cultural do homem*. 5ª ed. Guanabara: Koogan, Rio de Janeiro.

- Christoffoli, I., De´ Carli, C.; Santos, C. A. V., & Souza, L. V. de. (2010). *Pesquisa de mercado e viabilidade econômica nos assentamentos de reforma agrária de Alagoas* – 1. ed. – Brasília: CEAGRO.
- Ciudades y Gobiernos Locales Unidos-CGLU (2010). *La cultura es el cuarto pilar del desarrollo sostenible*. http://www.agenda21culture.net/sites/default/files/files/documents/es/zz_cultura4pilars_esp.pdf
- Claclini, N. G. (1990). *Culturas híbridas: Estrategias para entrar y salir de la modernidad*. Editorial Grijalbo, S.A, México-DF.
- CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. (1991). *Nosso futuro comum*. 2a ed. Tradução de *Our common future*. 1a ed. 1988. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.
- Coelho Neto, A. S. A. (2013). Política de desenvolvimento territorial rural no Brasil e a banalização do conceito de território. *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional*, Blumenau, v. 1, n. 2, p. 107-124, set. ISSN 2317-5443. doi: <http://dx.doi.org/10.7867/2317-5443.2013v1n2p107-124>.
- COMUNIDADES EUROPEIAS. (2006). *A abordagem Leader: um guia básico*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias. <https://enrd.ec.europa.eu/enrd-static/fms/pdf/2B955B85-B3D9-7863-83DD-35A4B2809D9A.pdf>
- COMUNITAS. (2004). *DLIS - Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável*. <http://www.camarasetorialdoleite.ms.gov.br/wp-content/uploads/2016/03/DLIS-Desenvolvimento-Local-Integrado-e-Sustent%C3%A1vel.pdf>.
- CONAB- Companhia Nacional de Abastecimento. (2021). Boletim da Agricultura Familiar - v.1, n 3 (2021-). – Brasília: Conab. <https://www.conab.gov.br/agricultura-familiar/boletim-agricultura-familiar>
- Correia, R. C., Kill, L. H. P., Moura, M. S. B. de, Cunha, T. J. F., Jesus Junior, L. A. de, & Araujo, J. L. P. (2011). A região semiárida brasileira, In: Voltolini, T. V. (Ed.). *Produção de caprinos e ovinos no Semiárido*. Petrolina: Embrapa Semiárido. <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/54762/1/01-A-regiao-semiarida-brasileira.pdf-18-12-2011.pdf>.
- Cortés Mora, G. H., & Peña Reyes, J. I. (2015). De la sostenibilidad a la sustentabilidad. Modelo de desarrollo sustentable para su implementación en políticas y proyectos, *Revista Escuela de Administración de Negocios*, núm. 78, enero-junio, pp. 40-54. <https://www.redalyc.org/pdf/206/20640430004.pdf>
- Cosme, C. M. (2016). Reforma Agrária no Brasil no Século XXI: Qual reforma agrária? *Boletim DATALUTA*, n. 106 – Out/2016. NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/10artigodomes_2016.pdf
- Cosme, C. M. (2019). *A resistência do campesinato assentado em uma formação territorial marcada pela contrarreforma agrária: da luta pela terra à luta para permanecer no território dos assentamentos rurais no Sertão alagoano*. [Tese de Doutorado em Geografia - Universidade Federal de Pernambuco], Recife, 2019.

- Costa, A. B. (2021). Conflitos agrários e massacres no campo na Nova República: Um balanço no marco dos 35 anos dos relatórios da CPT. In: *Conflitos no campo: Brasil 2020*, Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, Goiânia: CPT Nacional.
- Costa, J. H. Q. (2016). *Processos de cooperação em assentamentos rurais do Litoral Norte do estado de Alagoas* [Tese de Doutorado], Pelotas. 286p.
- De Los Ríos-Carmenado, I., Cadena-Iñiguez, J., & Díaz-Puente, J. M. (2011). Creación de grupos de acción local para el desarrollo rural en México: Enfoque metodológico y lecciones de experiencia. *Agrociencia*, 45(7), 815-829. [http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-31952011000700007&lng=es&tlng=.](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-31952011000700007&lng=es&tlng=)
- Dezemone, M. (2016). A questão agrária, o governo Goulart e o golpe de 1964 meio século depois. *Revista Brasileira de História*, v. 36, n. 71, pp. 131-154. https://doi.org/10.1590/1806-93472016v36n71_006
- Diégues JR, M. (1980). *O Banguê nas Alagoas, Maceió*: EDUFAL.
- Dorst, J. (1973). *Antes que a Natureza Morra*, São Paulo, Ed. Edgard Blucher LTDA.
- Duarte, N. (1953). *Reforma Agrária*. Rio de Janeiro, MEC/SD.
- Esparcia J., & Escribano, J. (2015): Del enfoque LEADER al enfoque territorial y al Desarrollo Local Participativo. In. Compés, R.; García Álvarez-Coque, J.M.; Aguilar-Ávila, J. (coord.). *Redes de innovación y desarrollo local en el medio rural*. Ed. Ministerio de Agricultura, Alimentación y Medio Ambiente, pp. 48-70. <https://dialnet.unirioja.es/info/textonodisponible>
- Esparcia Pérez J. & Escribano Pizarro J. (2012). La dimensión territorial en la programación comunitaria y el nuevo marco de políticas públicas: Desarrollo rural territorial, reforma de la PAC y nuevo LEADER. *Anales de Geografía de la Universidad Complutense*, 32(2), 227-252. https://doi.org/10.5209/rev_AGUC.2012.v32.n2.39719
- Esparcia, J. (2012): Evolución reciente, situación actual y perspectivas futuras en el desarrollo rural en España y en la UE. *Revue Marocaine d'Administration Locale et de Développement*, núm 79, pp. 53-84.
- Esparcia, J., & Buciega, A. (1998). Considerations about LEADER. Issues for Discussion. *Ruralia*, 1: 13-18 [In Spanish]
- Esparcia, J., & Escribano, J. (2011): Desarrollo territorial y reforma de la PAC. *Anuario Fundación de Estudios Rurales*. Madrid. Pp. 142-149.
- Esparcia, J., & Mesa, R. (2020). *LEADER en España: Cambios recientes, situación actual y orientaciones para su mejora*, Edición: Universitat de València.
- Esparcia, J., & Noguera, J. (2009). *Evaluación de proyectos e programas*. In: Noguera, J, Guarrido, M. P. & Esparcia, J. Gestión y promoción dem desarrollo local, Universidad de Valencia: Valencia-Espanha.
- Esparcia, J., Noguera, J. (1999). El concepto de desarrollo y su influencia en la consolidación de desequilibrios espaciales. *Cuadernos de geografía*, Nº 65-66, pags. 231-254. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=37817>

- Esparcia, J.; Noguera, J., & Pitarch, M. D. (2000): LEADER en España: desarrollo rural, poder, legitimación, aprendizaje y nuevas estructuras. *Documents d'Anàlisi Geogràfica*, núm. 37, pp. 95-113.
- Esparcia; J., Escribano, J., Serrano, J. J. (2016). Una aproximación al enfoque del capital social y a su contribución al estudio de los procesos de desarrollo local, Investigaciones Regionales, *Journal of Regional Research*, N°. 34, 2016, págs. 49-71. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5509135>
- Fernandes, F. M. (2004). *Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial*. Biblioteca Digital do Planejamento. <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/123456789/564>
- Ferreira De Souza, E. (2003). *Do Silêncio a Satanização: discurso da Veja e o MST*, São Paulo: Annabluma.
- Ferreira, B. Raposo, R. (2017). Evolução do(s) Conceito(s) de Desenvolvimento. Um Roteiro Crítico, *Cadernos de Estudos Africanos*, núm. 34, julio-diciembre. pp. 1134-144. <https://doi.org/10.4000/cea.2293>
- Filho, C. A. (2000). Reforma agrária no Brasil. *Jus Navigandi*, ISSN 1518, Teresina, ano 4, n. 46. <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=1672>
- Filippi, E. E. (2005). *Reforma agrária - Experiências internacionais em reordenamento agrário e a evolução da questão da terra no Brasil*. 1. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS. v. 1. <https://www.ufrgs.br/pgdr/wp-content/uploads/2021/12/483.pdf>
- Franco, A. de. (2002) *Pobreza & Desenvolvimento Local*. Brasília, AED (Agência de Educação para o Desenvolvimento)/ARCA Sociedade do Conhecimento. <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=578288&forceview=>
- Freire, G. (1967). *Nordeste: Aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do nordeste do Brasil*. 4º edição, Rio de Janeiro: Livraria José Olimpio.
- Freire, P. (1987). *Pedagogia do oprimido*, 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*, São Paulo: Paz e Terra.
- Freire, P. *Extensão ou Comunicação?* 10. Ed. SP.: Paz e Terra, 1988.
- Gaitán, F. (, 2011). *O desenvolvimento esquisito e as tensões do desenvolvimentismo: reflexões sobre a América Latina na hora atual*. In: BOSCHI, R. R (org.). *Variedades de capitalismo, política e desenvolvimento na América Latina*, Belo Horizonte: Editora UFMG. 376 p.
- Galeano, E. (, 1980). *As Veias Abertas da América latina*. 11º edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Ghesti, J. P., & SILVA, S. P. (2015). A abordagem territorial do programa Leader na Europa e sua transferência institucional ao contexto latino-americano: uma análise crítica. *Boletim Regional e Urbano*, Ipea.
- Gil, A. C. (1988). *Técnicas em pesquisa em economia*, São Paulo: Atlas. 180p
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4ª ed. São Paulo: Atlas. 175p

- Gil, I. B. (2017). El papel de las redes sociales en el desarrollo rural de la comunidad valenciana (1991-2013). análisis a partir de casos de estudio, Tesis Doctoral, Universitat de Valencia-Es. (Dir. Dr. Javier Espacia Pérez & Dr. Jaime Escribano Pizarro), 410 p. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/tesis?codigo=224463>.
- Gliessman, S. R. (2001). *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*, Porto Alegre, UFRGS, 2ª edição.
- Gois, J. A. de, Paiva, M. de D. A., & Tavares, S. M. G. (1992). Projetos de Irrigação no Vale do São Francisco, Textos para Discussão nº 268, Brasília-DF, *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada* – IPEA. https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_268.pdf
- Gómez, D. (2021). Sostenibilidad. Apuntes sobre sostenibilidad fuerte y débil, capital manufacturado y natural. Inclusión & Desarrollo, *Revistas Uniminuto*, 8 (1), pp 131-143. <https://revistas.uniminuto.edu/index.php/IYD/article/download/2470/2088>
- GOVERNO FEDERAL, *Bolsa Família alcançou mais de 14,2 milhões de lares em julho*. <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2020/07/bolsa-familia-alcancou-mais-de-14-2-milhoes-de-lares-em-julho>
- GRÍGOLO, C. S. (2008). *Referências em Agroecologia: um olhar sobre a renda e os caminhos trilhados pela agricultura familiar no sudoeste do Paraná*. In: ALVES, A. F. et al. *Desenvolvimento Territorial e Agroecologia*, 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular. 243-254 p.
- Guanziroli, C.; Cardim, S. E. (2000). *Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil redescoberto*. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica FAO/INCRA, fev. 74 p.
- Guevara, E. (1980). *Discurso o primeiro congresso Latino Americano da juventude* (agosto de 1960), Centro Editorial Latino Americano, Obras escolhidas de Che Guevara, Texto políticos, 2ª Edição, Editora Parma Ltda: São Paulo.
- Guevara, M. A. A., & Remón, A. L. (2019). Cuba: Transformación agraria, cooperación agrícola y dinámicas sociales, *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, Vol. 55, N. 1, p. 86-96, jan/abr. <https://doi.org/10.4013/csu.2019.55.1.09>
- Guilhoto, J. J. M. et al. (2007). A importância do agronegócio familiar no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural* [online]. 2006, v. 44, n. 3, p. 355-382. <https://doi.org/10.1590/S0103-20032006000300002>
- Guimarães, M. D. A. (2013). *Desenvolvimento rural: territórios e redes*. [Tese de Doutorado], Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ.
- Guzmán, E.S., et al. (1996). La acción social colectiva en Agroecologia. In: *II Congreso de la Sociedad Española de Agricultura Ecológica*. Pamplona-Iruna (Spain), September.
- Haesbaert, R. (2004). *O mito da desterritorialização: Do “fim dos territórios” à multi-territorialidade*, (5a ed.). Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil.
- Haesbaert, R., & Limonad, E. (2007). O território em tempos de globalização. *Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas*, 1(2).
- Harvey, D. (2005). *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume.
- Hespanhol, A. N. (2008). *Desafios da geração de renda em pequenas propriedades e a questão do desenvolvimento rural sustentável no Brasil*. In: Alves, A. F. et al.

- Desenvolvimento Territorial e Agroecologia, 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular. 81-93p.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. www.ibge.gov.br
- IPEA – Instituto de Pesquisa Economia Aplicada. (2009). *Políticas sociais: acompanhamento e análise*, Brasília: Reimpressão.
- IPEA, Instituto de Pesquisa Aplica. (2018). Texto para Discussão: Previdência Social. https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8690/1/td_2404.pdf
- IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada — Coordenação Geral de Política Regional. (1998). *Política nacional de desenvolvimento regional: dinâmica microrregional, princípios, diretrizes e instrumentos*. Brasília, mar.
- Juárez, G. D. Q., Escoto, O. G. D., Castillo, G. S., Hernández, M. E. C., Orozco, J. H., Paz, E. B., & Torres, E. G. (2011). Desarrollo sustentable en el contexto actual, Educar para la sustentabilidad: paradigma de cambio y conservación, *COP 15*. <https://www.clubensayos.com/Informes-de-Libros/Educar-para-la-sustentabilidad-paradigma-de-cambio-y/5359124.html>
- Junior, C. P. (1969). *Agricultura Sustentável*. In: Contribuição para a Análise da Questão Agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes.
- Junior, C. P. (1972). *Formação do Brasil Contemporâneo*, 12ª edição, São Paulo: Brasiliense.
- Kageyama, A. (2004). Desenvolvimento rural: conceito e medida, *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez. <https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8702>
- Kaustsky, K. (1980). *A questão agrária*, 3ª edição, Proposta Editorial Ltda: São Paulo. 184p. https://www.academia.edu/14695609/2. Quest%C3%A3o Agraria - Kautsky_1_.PDF
- Kay, C. (2019). Land Reform in Latin America: Past, Present, and Future. *Latin American Research Review* 54(3), pp. 747–755. DOI: <https://doi.org/10.25222/larr.517>
- Kloetzel, K. (1994). *Meio Ambiente: o que é*, São Paulo, Brasiliense, 2ª Ed.
- Kuster, J.; Marti, J. F.; Fickert, U. (2004). *Agricultura Familiar, Agroecologia e Mercado: no norte e nordeste do Brasil*. Fortaleza: Fundação. Konrad Adenauer, Ded.
- Lages, V. N. E R., & ÁVILA, V. (1999). *Além da conquista da terra: sustentabilidade dos assentamentos rurais em Alagoas*, PRODEMA, Maceió.
- Lakatos, E. M, & Marconi, M. de. (2003). *A. Fundamentos de metodologia científica*. 5ª ed. São Paulo: Atlas.
- Lakatos, E. M., Marconi, M A. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*, 5ª ed. São Paulo: Atlas. 310p
- Lara, S. H. (2021). O território dos palmares: cartografia, história e política, *Afro-Ásia*, n. 64, pp. 12-50. <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/download/43622/25523/185168>
- Lenin, V. I. (2007). *O Estado e a revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução*, 1ª edição, São Paulo: Expressão popular.

- Lima, C. M. D. (2012). *Cooperativa e desenvolvimento territorial: o caso da cooperativa Pindorama*, Recife: Ed. Universitária da UFPE, Alagoas: UNEAL.
- Linhares, M. Y.; SILVA, F. C. T. (1999). *Terra Prometida: Uma história de questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus.
- Lisboa, M. V. (2009) *Socioambientalismo: coerências conceituais e práticas entre os movimentos*. In: Petersen, P. Agricultura familiar camponesa na construção do futuro, Rio de Janeiro: AS-PTA. 168 p.
- López Pardo, I. (2015). Sobre el desarrollo sostenible y la sostenibilidad: conceptualización y crítica barataria. *Revista Castellano-Manchega de Ciencias sociales*, núm. 20, pp. 111 -128. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=322142550007>
- Lynn, L. E. (. 1980). *Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis*. Santa Monica, Calif.: Goodyear.
- Machado, F. D. *Processos de (re)significação do signo ensino profissional: ecos da escravidão na Educação Profissional Tecnológica no Brasil* [Tese de Doutorado]. 2018.
- Mapama. (2017): Marco general para la aplicación de la política de desarrollo rural 2014-2020 en España. Consultado el 10/04/2017 en: http://www.redruralnacional.es/documents/10182/165046/marco_general_politica_desarrollo_rural_espanya.pdf/984fc244-7f4f-427d-80bf-c423698503d6
- Marchetti, F., Moruzzi Marques, P. E., Santos, J. D., Silva, F. O. C. (2020). Caminhos da reforma agrária no Brasil e suas implicações para a agrobiodiversidade. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 284-311, jun.
- Maria da Silva, G., & Souza, B. O. (2022). Quilombos in Brazil and the Americas: Black Resistance in Historical Perspective. *Agrarian South: Journal of Political Economy*, 11(1), 112–133. <https://doi.org/10.1177/22779760211072193>
- Marighella, C., Borges, F. C., Alves, M.; Valverde, O., Schiling, P.; Facó, R. (1980). *A questão agrária no Brasil: texto dos anos sessenta*, São Paulo: Ed. Brasil Debates.
- Marini, M. J., Druciaki, F. P., Gazolla, M., & Silva, C. L. da. (2020). Desenvolvimento territorial: Uma análise sobre os recursos do Programa Territórios da Cidadania. *Redes*, 25, 2616-2639. <https://doi.org/10.17058/redes.v25i0.15181>
- Martínez Agut, P (2014). 2014 Año internacional de la agriculturaa familiar: desarrollo comunitario y sostenibilidad; n° 20, julio de 2014; ISSN: 1698-4404. http://quadernsanimacio.net/ANTERIORES/veinte/index_hm_files/Agricultura%20familiar.pdf
- Martínez Alier, J. (1994). *De la economía ecológica al ecologismo popular*. Barcelona: Icaria.
- Marx, K., Engels, F. (2008). *Manifesto do Partido Comunista*. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular.
- Matte, A., & Machado, J. A. D. (2017). Tomada de decisão e a sucessão na agricultura familiar no sul do Brasil. *Revista De Estudos Sociais*, 18(37), 130-151. <https://doi.org/10.19093/res.v18i37.3981>

- Mattei, L. F. (2012). A reforma agrária brasileira: evolução do número de famílias assentadas no período pós-redemocratização do país. *Estudos Sociedade e Agricultura*. 20(1), 301-325. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=599964685010>
- Mayor, F. (2009). Los límites del crecimiento. *Temas para el debate*, (185), 10-16. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3087734>
- Mazoyer, M., & Roudart, L. (2010). *História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea*, São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD. 568 p.
- MDA – BRASIL - Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. (2010). Sistema de gestão estratégica: Documento de referência. Brasília. http://sge.mda.gov.br/sge/doc/SGE_documento_referencia.pdf
- MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário (Brasil). (2006). *Desenvolvimento Agrário como estratégia: balanço 2003 -2006*, Porto Alegre: Nead.
- MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário. (2005). Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. ISSN 2236-5710 *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, São Paulo, v. 22, n. 72, maio/ago. 2017, 173-192 191 Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável: Atas e resoluções de 2003/2004. Brasília, DF: Condraf.
- MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário. (2008). *Territórios da Cidadania*. Governo Federal. 19 p. <https://www.embrapa.br/documents/1355746/30180455/Territ%C3%B3rios+da+cidadania.pdf/b435c5cb-b68a-095f-5e27-caef4e60b044>
- MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT). (2007), *Territórios da Cidadania: Proposta do Ministério do Desenvolvimento Agrário para Redução da Desigualdade Social no Meio Rural Brasileiro*. Brasília, MDA/SDT.
- MDA. (2005), *Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais*. Brasília, MDA/SDT (Documentos Institucionais, 2).
- MDA/CONDRAF - Ministério do Desenvolvimento Agrário/Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF). (2005), Resolução no 52, de 16 de fevereiro de 2005.
- Mead, L. M. (1995). *Public Policy: Vision, Potential, Limits*, Policy Currents, Fevereiro.
- Mello, J. C. de. (2005). *Matas Temoratas: resistência e medo na Guerra dos Cabanos (Alagoas – Pernambuco/ 18321-1850)*, ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História – Londrina. https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206570_43a90ad3ebcb9356cfd07cf674988ced.pdf
- Minayo, M. C. S. (Org). (1996). *Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade*. 6ª ed. Petrópolis: Editora Vozes.
- MINISTÉRIO DA CIDADANIA. *Auxílio Brasil*. <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/auxilio-brasil>
- Molina, M. G. de. (2009). *Las experiencias agroecológicas y su incidencia en el desarrollo rural sostenible. La necesidad de una agroecológica política*, In: Sauer, S. & Baslestro, M. V. *Agroecologia e os desafios da transição agroecológica*, 1ª Edição, São Paulo: Expressão Popular. 328 p
- Montibeller F, G. (2004). *O Mito do Desenvolvimento Sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias*. 2ª ed, EdUFSC.

- Moreira, R. M., & Carmo, M. S. (2004). Agroecologia na construção do desenvolvimento rural sustentável. In: *Revista de Economia Agrícola*, São Paulo, v. 51, n. 2, p. 37-56, jul./dez. <http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=1625>
- Morissawa, M. A. (2001). *História de Luta Pela Terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular.
- Moro, J. R. S. (2009). Desarrollo territorial Sostenible y agricultura ecológica. *Red Rural Nacional*. Ministerio de Medio Ambiente y Medio Rural y Marino. https://www.mapa.gob.es/ministerio/pags/Biblioteca/Revistas/pdf_DRS%2FDRS_2009_1_1_3_15.pdf
- Moura, C. (2000). *Sociologia Política da Guerra Camponesa de Canudos: Da destruição de Belo Monte ao aparecimento do MST*. São Paulo: Expressão Popular.
- Moura, J. T. V. de, & PONTES, B. M. L. M. (2020). A gênese da política de desenvolvimento territorial no Brasil: atores, redes e a comunidade de política pública. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 28, n. 1, p. 180-207, fev.
- Nascimento, P. O. (2019). *Desenvolvimento territorial: capital social e PROINF no território sertão ocidental de Sergipe*; [Dissertação], São Cristóvão, SE. 116 p.
- Navarro, Z. (2001). Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. *Estudos Avançados* [online]. v. 15, n. 43, p. 83-100. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142001000300009>
- Neto, A. L. S., & Lima. M. G. (2016). *Estudo técnico sobre a viabilidade de aquisição de terra para fins de reforma agrária do imóvel Fazenda Olhos D'água*, município de Atalaia – AL, Residência Agrária – Extensão Rural/Universidade Federal de Alagoas [Monografia - Orientador: Prof. Dr. Valtair Veríssimo], Arapiraca – AL.
- Olinger, G. (2006). *Métodos de Extensão Rural*, Florianópolis: Epagri. 163p.
- Oliveira, I. A. de. (2011). *Introdução À Metodologia Científica*. Pará de Minas, MG: Virtualbooks.
- Oliveira, L. C. de, Arana, A. R. A.; Sant, A. L. O plano territorial de desenvolvimento rural sustentável (PTDRS) - Território Noroeste Paulista (SP): planejamento e gestão. *Sociedade & Natureza*, [S. l.], v. 29, n. 1, p. 25–37, 2017. <https://seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/30651>
- Oliveira, L. C., Arana, A. A., & Sant'Ana, A. L. (2017). O PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL (PTDRS) - TERRITÓRIO NOROESTE PAULISTA (SP): PLANEJAMENTO E GESTÃO. *Sociedade & Natureza*, 29 (1), 25-37. <https://doi.org/10.1590/1982-451320170102>
- Ortega, A. C., Filho, N. A. (2007). *Desenvolvimento Territorial, Segurança Alimentar e Economia Solidária*, Campinas-SP: Editora Alinea. 63-92
- Parker, G., Amati, M. (2009). *Institutional setting, politics and planning: Private property, public interest and land reform in Japan*. *International Planning Studies*, 14(2), 141-160.
- Peixoto, M. (2008). *Extensão Rural no Brasil - uma abordagem histórica da legislação, Consultoria Legislativa do Senado Federal*. https://www.researchgate.net/publication/269576210_Extensao_Rural_no_Brasil_-_uma_abordagem_historica_da_legislacao

- Pereira, H. (2003). *Por uma Reforma Agrária de Novo Tipo*. In: Cartilha, a urgência da reforma agrária, Secretaria Nacional do MST, p. 29-39.
- Pérez Santamaría, J. S; Avendaño, A. J. A. (2021). Claves desde lo rural sobre desarrollo territorial. Una mirada al municipio de Jesús María en Santander, Colombia.” *Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía* 30 (1):66-85. <https://doi.org/10.15446/rcdg.v30n1.82561>
- Perico, R. E. (2009). *Identidade e território*, Brasília: Instituto de Cooperação para a Agricultura. 209 p.
- Peters, B. G. (1986). *American Public Policy*. Chatham, N.J.: Chatham House.
- Piletti, N. (1998). *Toda História*. São Paulo: Editora Ática.
- Pinsky, J. (1994). *As primeiras civilizações*, 15ª edição. https://www.academia.edu/15689390/Jaime_Pinsky_As_Primeiras_Civilizacoes
- Piroux, M., Perafán, M. E. V., Caniello, M., & Rocha, B. N. (2020). Avaliar a gestão social na governança territorial: bricolagem, aprendizagem e hibridação na construção do Índice de Gestão Social (IGS). *Redes*, 25(3), 1071-1095. <https://doi.org/10.17058/redes.v25i3.15233>
- Pires, E. L. S. (2018). Território, governança e desenvolvimento: questões fundamentais. *Caderno Prudentino De Geografia*, 2(38), 24–49. <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/5500>
- Pires, M. L. L. S. (2019). Cooperativismo y políticas de extensionismo rural en Brasil, *Revista Temas*, n. 9: 28-37, abril-junio. <https://temas.cult.cu/wp-content/uploads/2021/11/28-35-Lins.pdf>
- Primavesi, A. (1997) *Agroecologia: Ecosfera, Tecnosfera e Agricultura*, São Paulo, Nobel.
- PTDRS – *Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável da Bacia Leiteira*. (2011). Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). http://sge.mda.gov.br/bibli/bibli_re/
- PTDRS – *Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Agreste de Alagoas*. (2011). Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). <https://www.yumpu.com/en/document/view/52617539/plano-territorial-de-desenvolvimento-rural-sustentavel-do-agreste-de-alagoas>
- PTDRS – *Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Alto Sertão de Alagoas*. (2006). Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). http://sge.mda.gov.br/bibli/bibli_re/
- PTDRS – *Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Litoral Norte de Alagoas*. (2011). Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). <https://pt.scribd.com/document/128484079/Ptdrs-Qua-Territorio041>
- PTDRS – *Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Médio Sertão Alagoano*. (2011). Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). <https://doczz.com.br/doc/187158/do-m%C3%A9dio-sert%C3%A3o---al---sit---sistema-de-informa%C3%A7%C3%B5es-terri...>
- PTDRS – *Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território da Cidadania Mata Alagoana*. (2011). Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

https://www.academia.edu/27362808/Plano_Territorial_de_Developimento_Rural_Sustentavel_do_Territorio_da_Cidadania_Mata_Alagoana

- Raffestin, C. (1993). *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática.
- Ratzel, F. (1990). *Geografia do homem (Antropogeografia)*. In: MORAES, A. C. Ratzel. São Paulo: Ática. Pp. 175-192
- Ribas, R. P., Severo, C. M., & Lovois, de A. (2007). Agricultura familiar, extrativismo e sustentabilidade: o caso dos “samambaieiros”, *Revista de Economia e Sociologia Rural (RER), SOBER*, Vol. 45, nº 01 Jan/ Mar. pp. 205 – 226. <https://www.ufrgs.br/pgdr/wp-content/uploads/2021/12/446.pdf>
- Richardson, F. N. (1999). *Metodologia da pesquisa em ciências sociais: um tratamento conceitual*. São Paulo: Atlas.
- Ruas, E. D. et al. (2006). *Metodologia participativa de extensão rural para o desenvolvimento sustentável*, Belo Horizonte. 113 p.
- Sabourin, E., Massardier, G., & Sotomayor, O. (2016). As políticas de desenvolvimento territorial rural na América latina: uma hibridação das fontes e da implementação. *Mundos Plurales - Revista Latinoamericana De Políticas Y Acción Pública*, 3(1), 75-98. <https://doi.org/10.17141/mundosplurales.1.2016.2319>
- Sacco Dos Anjos, F. (2016). *Abordagem territorial e desenvolvimento: tópicos sobre a natureza de um debate inacabado*. In: Território, territorialidades e estratégias de desenvolvimento regional /Badalotti, M. R; Comerlatto, D (organizadoras), Passo Fundo: Ed. IMED.
- Sachs, I. (2016). *Estratégias de Transição para do século XXI – Desenvolvimento e Meio Ambiente*. São Paulo: Studio Nobel – Fundação para o desenvolvimento administrativo, 1993.
- Santos, C. A. V. dos. (2004). *Avaliação de campo da eficiência de produtos naturais, biológico e químico no controle da Spodoptera frugiperda (J. E. Smith, 1797) (Lepidoptera: Noctuidae) em cultura de milho (Zea mays L.)* [Dissertação] Universidade Federal de Alagoas/UFAL – Rio Largo. 88 p.
- Santos, J. R., Costa, J. H. Q., & Martins, A. G. (2013). *Dimensão socioeconômica do desenvolvimento sustentável do norte de Alagoas no contexto da agricultura familiar e da pesca*, Volume II, Maceió: EDUFAL. 138p.
- Santos, M. (1996). *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Hucitec.
- Saquet, M. A. (2010). *Abordagens e concepções de território*, 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular.
- Sarlet, I. W. (2004). *A eficácia dos Direitos Fundamentais*. 4ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado.
- Sauer, S. (2008). *Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro*. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica. 73 p.
- Sauer, S., & Mészáros, G. (2017). The political economy of land struggle in Brazil under Workers' Party governments. *J Agrarian Change*. 17: 397– 414. <https://doi.org/10.1111/joac.12206>

- Schneider, S. (2003). Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 99-123, fev.
- Schneider, S., & Escher, F. (2014). *El concepto de agricultura familiar en América Latina. Agricultura familiar en Latinoamérica: continuidad, transformaciones y controversias*. Buenos Aires: CICCUS, 25-56.
- Schneider, S., Aquino, J. R. & Gazolla, M. (2018). Dualismo no Campo e Desigualdades Internas na Agricultura Familiar Brasileira. *Revista de Economia e Sociologia Rural* [online]. v. 56, n. 1, pp. 123-142. <https://doi.org/10.1590/1234-56781806-94790560108>
- SDT/MDA, Secretaria de Desenvolvimento Territorial/Ministério do Desenvolvimento Agrário. (2005). *Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil, Doc. Institucional Nº1 – SDT/CONDRAF*. https://www.academia.edu/5033295/Doc_Institucional_n_2_SDT_CONDRAF_Marco_Referencial_para_Apoio_ao_Developolvimento_de_Territ%C3%B3rios_Rurais
- SEDES – Secretaria de Desenvolvimento Social. *O que é o Bolsa Família*. <https://www.sedes.df.gov.br/bolsa-familia/>
- Sen, A. (2007). *Desenvolvimento como Liberdade*. 6ª edição. São Paulo: Companhia das Letras.
- Sepúlveda, S. (2005). *Desenvolvimento microrregional sustentável: métodos para planejamento local*. Brasília: IICA.
- Sepúlveda, S. S. (2008). *Biograma: metodología para estimar el nivel de desarrollo sostenible de territorios*, San José, C.R.: IICA.
- Sewell, G. H. (1978). *Administração e Controle de Qualidade Ambiental*, São Paulo, E.P.U.
- Silva, A. N. & Silva, P. R. de F. (2016). A institucionalização das regiões metropolitanas das Alagoas: o desafio do planejamento regional - A institucionalização das regiões metropolitanas das Alagoas. (*Relatório Final PIBIC/UFAL 2015-2016*).
- Silva, E. S. A., & Paes, N. A. (2019). Programa Bolsa Família e a redução da mortalidade infantil nos municípios do Semiárido brasileiro. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. v. 24, n. 2, pp. 623-630. <https://doi.org/10.1590/1413-81232018242.04782017>.
- Silva, J. C. de S., Neto, J. R. da S., Vasconcelos, E. G. de, Oliveira, I. M. de; Santos, V. de A., Melo, T. B. de; Almeida, R. S. de, Atroshenko, A., Holo, C., Freire, C. (2019). *Reforma Agrária no agreste de Alagoas: sociedade e economia*, Moreno-PE: Editora Ser Poeta. 301p.
- Silva, J. G. (1980). *O que é a questão agrária*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1ª edição, 1980. edição. <https://www.bibliotecaagpatea.org.br/administracao/legislacao/artigos/O%20QUE%20E%20QUESTAO%20AGRARIA.pdf>
- Silva, J. G. (1999). *Tecnologia e agricultura familiar*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS.
- Silva, R. M. A. da, Aquino, J. R. de, Costa, F. B., & Nunes, E. M. (2020). Características produtivas e socioambientais da agricultura familiar no Semiárido brasileiro: evidências a partir do Censo Agropecuário de 2017. Edição especial - *Sociedade e*

- ambiente no Semiárido: controvérsias e abordagens*, Vol. 55, p. 314-338, dez. DOI: <https://doi.org/10.5380/dma.v55i0.73745>. e-ISSN 2176-9109
- Silva, S. S., & Rocha, C. C. (2014). Cooperativa Pindorama: um Histórico de Trabalho Coletivo e Desenvolvimento Territorial. In: *Economia Solidária e Políticas Públicas*. Ipea. fev. https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3785/1/bmt56_econ03_cooperativa_pindorama.pdf
- Silveira, V. L., & Pereira, T. M. L. (2018). Uma nova compreensão dos direitos humanos na contemporaneidade a partir dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), *Revista Jurídica Cesumar* - Mestrado, v. 18, n. 3, p. 909-931, setembro/dezembro - ISSN 1677-6402. <https://doi.org/10.17765/2176-9184.2018v18n3p909-931>
- Sorensen, A. (2010). Land, property rights, and planning in japan. Institutional design and institutional change in land management. *Planning Perspectives*, 25(3), 279-302.
- Souza, D. R. (2001). *Reforma Agrária: as experiências em Alagoas*, Maceió: Edufal.
- Souza, L. E. S., & Previdelli, M. F. S. C. Algumas considerações sobre a contribuição de Malthus ao Pensamento Econômico. *XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas*. <https://www.abphe.org.br/uploads/ABPHE%202017/8%20Algumas%20considera%C3%A7%C3%B5es%20sobre%20a%20contribui%C3%A7%C3%A3o%20de%20Malthus%20ao%20Pensamento%20Econ%C3%B4mico.pdf>
- Souza, M. L. (1995). *O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento*. In: Castro, I. E. de, Gomes, P. C. da C., & Corrêa, R. L. (orgs). *Geografia: Conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 77-115.
- Souza, M. L. de (2014). *Do “direito à cidade” ao direito ao planeta: territórios dissidentes pelo mundo afora e seu significado na atual conjuntura*. <https://passapalavra.info/2014/07/97823/>
- Souza, M. L. de (2016). Lessons from Praxis: Autonomy and Spatiality in Contemporary Latin American Social Movements. *Antipode*, 48(5), 1292–1316. Doi <https://doi.org/10.1111/anti.12210>
- Souza, M. L. de (2017). What is ‘autonomy,’ and how can we make it possible? Reflecting on concrete experiences from Latin America. *Community Development Journal*, 52(3), 436–453. Doi: <https://doi.org/10.1093/cdj/bsx032>
- Sposati, A. (2011). Tendências latino-americanas da política social pública no século 21. *Revista Katálysis* [online]. v. 14, n. 1 p. 104-115. Doi: <https://doi.org/10.1590/S1414-49802011000100012>
- Stedile, J. P. (2003). *Por uma Reforma Agrária de Novo Tipo*. In: *Cartilha, a urgência da reforma agrária*, Secretaria Nacional do MST, p. 7-16.
- Stedile, J. P. (2003). *Por uma Reforma Agrária de Novo Tipo*. In: *Cartilha, a urgência da reforma agrária*, Secretaria Nacional do MST.
- Stedile, J. P., & Fernande, B. M. (2012). *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, coedição Fundação Perseu Abramo.

- Stedile, J. P., Broch, A., Tortelli A. (2009). *A Agroecologia e os movimentos sociais do campo: Depoimentos de Alberto Broch, Altemir Tortelli e João Pedro Stédile*. In: PETERSEN, P. Agricultura familiar camponesa na construção do futuro, Rio de Janeiro: AS-PTA. 168 p.
- Stédile, João Pedro (org) (2011). *A questão agrária no Brasil. O debate tradicional: 1500-1960*. 2. ed. - São Paulo: Expressão Popular.
- Sumpsi, J. M. (2007). *Experiencia de desarrollo rural con enfoque territorial en la Unión Europea y América Latina*. In: Ortega, A. C; Filho, N. A. Desenvolvimento Territorial, Segurança Alimentar e Economia Solidária, Campinas-SP: Editora Alinea. 63-92 p.
- The Agrarian Question: Past, Present and Future. (2012). *Agrarian South: Journal of Political Economy*, 1(1), 1–10. <https://doi.org/10.1177/227797601200100101>
- Tibola, N. G. (2015). *Educação do campo: mst e a pedagogia da emancipação*. XV Congresso Nacional de Educação. https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/19375_8777.pdf
- Veiga, J. E. (2005). Territórios para um desenvolvimento sustentável, *Revista Ciências e Cultura*, Vol. 51, Nº 1. <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v58n1/a12v58n1.pdf>
- Veiga, J. E. (, 1991). *Desenvolvimento agrícola: uma visão histórica*, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: HUCITEC.
- Verde, C. M. V; Gesques, J. G. (1999). *O Financiamento da Reforma Agrária no Brasil*. In: IPEA – Instituto de pesquisa Aplicada, Brasília. http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2762/1/td_0652.pdf
- Vergara-Camus, L.; Kay C. (. 2017). Agribusiness, peasants, left-wing governments, and the state in Latin America: An overview and theoretical reflections. *J Agrar Change*, 17: 239– 257. <https://doi.org/10.1111/joac.12215>
- Vergara-Camus, L.; KAY C. (. 2017). The agrarian political economy of left-wing governments in Latin America: Agribusiness, peasants, and the limits of neo-developmentalism. *Journal Agrarian Change*, 17:415–437. <https://doi.org/10.1111/joac.12216>
- Wanderley, M. de N. B. (2001). Raízes históricas do campesinato Brasileiro. In: Agricultura Familiar: realidades e perspectivas. Tedesco, J. Carlos (Org). 3 ed. Passo Fundo: UPF.
- Wanderley, M. N. B. (, 2009). *O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro*. In. PETERSEN, P. Agricultura familiar camponesa na construção do futuro, Rio de Janeiro: AS-PTA. 168 p.
- Wanderley, M. N. B. (2004). Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. *Estudos Sociedade e Agricultura* (UFRJ), v. 21, p. 42-61.
- WCED, World Commission on Environment and Development. (1987). *Our common future*. The Brundtland Report. Oxford: Oxford University Press.
- WEID, J. M. von der. (2009). *Um novo lugar para a agricultura*. In. Petersen, P. Agricultura familiar camponesa na construção do futuro, Rio de Janeiro: AS-PTA. pp 47-66.

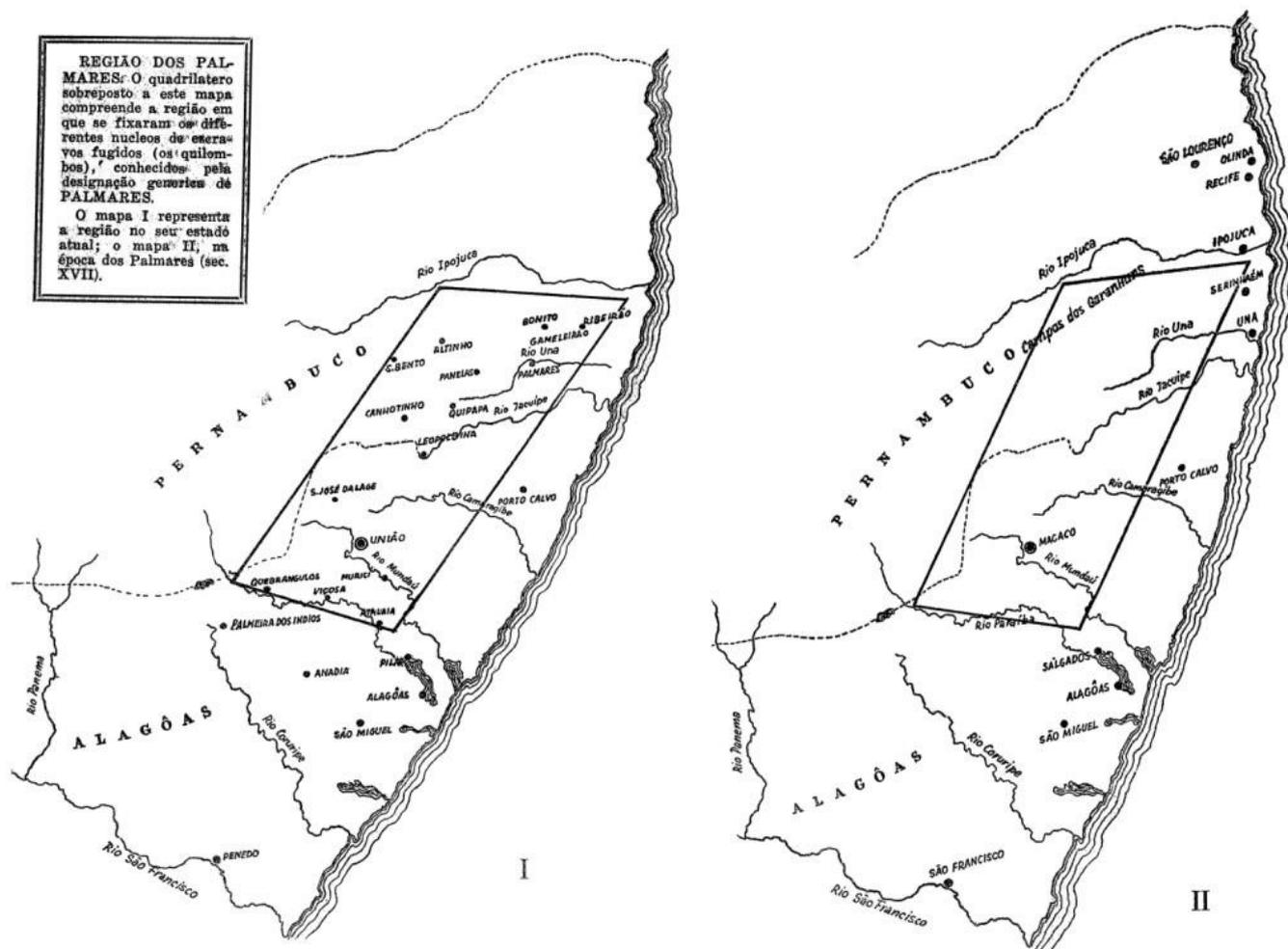
- Wolkmer, A. C. (2013). Direitos Humanos: Novas Dimensões e Novas Fundamentações. *Revista Direito Em Debate*, 11(16-17). <https://doi.org/10.21527/2176-6622.2002.16-17.%p>
- World Bank. (2005). *World development Report 2006*. Equity and Development (World Development Report). The World Bank Group.
- Zambelle, A. V. et al. (2018). *Metodologia da pesquisa e do trabalho científico*. Penápolis: FUNEPE.
- Zanella, L. C. H. (2013). *Metodologia de pesquisa*. 2ª Edição, Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC.

ANEXOS

ANEXO I - Mapas do Território dos Quilombos dos Palmares publicados na obra de Edison Carneiro, em 1947

Figura 69

Mapas do Território dos Quilombos dos Palmares publicados na obra de Edison Carneiro, em 1947.



Nota: Carneiro, *O quilombo dos Palmares*, pp. 8-9. Os dois mapas não foram reproduzidos nas edições posteriores. LARA, S. H. O território dos palmares: cartografia, história e política, *Afro-Ásia*, n. 64 (2021), pp. 12-50. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/download/43622/25523/185168>.

ANEXO II - Moeda Local da Cooperativa Pindorama

Figura 70

Moeda Local Bertholet lançada em 2019 pela Cooperativa Pindorama.



Figura 71

Moeda Local pioneira na Cooperativa Pindorama, criada por René Bertholet em 1962 e circulou até 1969 (Gabão).



Nota: Fonte: <https://www.historiadealagoas.com.br/rene-bertholet-e-a-colonia-pindorama.html>

ANEXO III - Tabelas com os assentamentos/territórios, número de famílias/assentamento e número de questionário aplicado/assentamento

Tabela 19

Assentamentos da Reforma Agrária presentes no Território da Cidadania da Mata Alagoana

Assentamentos	Nº de Famílias	Nº de Amostras	Assentamentos	Nº de Famílias	Nº de Amostras
Ouricuri II	78	4	Eldorado	134	6
Ouricuri III	12	1	Rio Bonito	58	3
Serrana	164	9	Pacas	82	4
Santa Maria	95	5	Jussara e Laranjeiras	159	9
São Luiz	123	7	Flor do Bosque	34	2
Chico Mendes	69	4	Flor do Mundaú	93	5
Padre Emídio/Gordo	37	2	Ipê	30	2
Cavaco	130	7	Brasileiro	27	1
Limão	65	3	São Pedro	34	1
Santo Antônio	78	5	Margarida Alves	35	2
Pindoba	133	7	Gruta D'Água	23	1
Serra Preta	116	7	Dom Helder	43	2
Santa Fé*	75	1	Manivas e Romoaldo	55	3
Loango	88	6	Merêncio	15	1
Bom Destino	34	1	Cabeceira do Pacavira	50	3
Boa Fé	102	7	Varese	28	2
Zumbi dos Palmares	119	5	25 de Março	18	1
Nova Esperança	85	5			
Subtotal	1543	86		918	48
Total				2521	134
Assentamentos não pesquisados					
Ouricuri I	30		Dourada	220	
Padre Cícero/Boquerão	14		Quinta da Serra	54	
Vila São Pedro	16				
Total	60			274	
Nº Total de Família				2855	
Nº Total de Questionários Aplicados				134	

*Não foram aplicados todos os questionários

Tabela 19

Assentamentos da Reforma Agrária presentes no Território da Cidadania do Agreste Alagoano

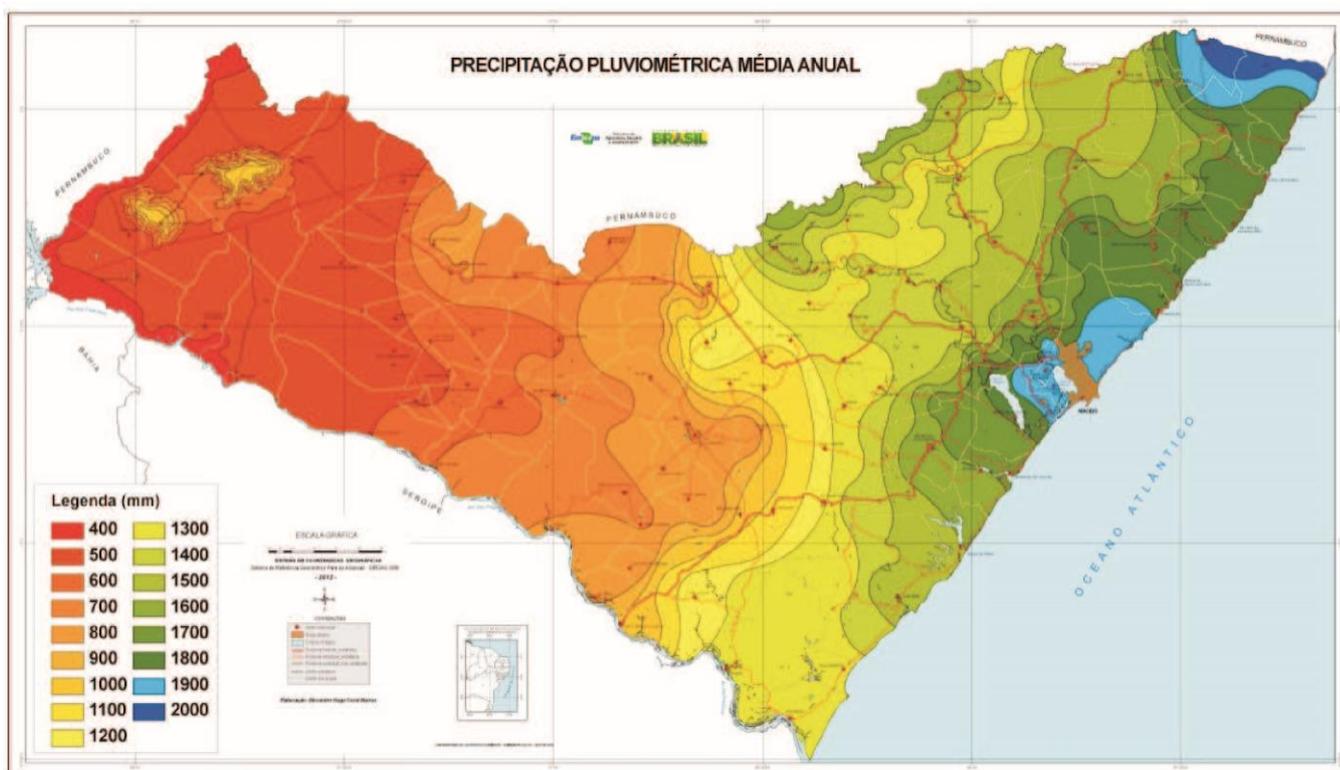
Assentamentos	Nº de Famílias	Nº de Amostras	Assentamentos	Nº de Famílias	Nº de Amostras
Sete Coqueiros	8	1	Marcação	149	22
Nova Paz	25	3	Sítio Novo	61	8
Roseli Nunes	35	5	Che Guevara	11	2
Rendeiras	282	39	Riachão	46	7
Padre Cícero	44	7	Angico	10	2
Paraná*	165	12	Algodão	31	4
Subtotal	559	67		308	45
Total				867	112
Assentamentos não pesquisados					
Genivaldo Moura	21		Padre Cícero	44	
Santa Isabel	50		Caminho das Flores	17	
Japão II	44		José Lenilson II	55	
Total	115			116	
Nº Total de Família				1098	
Nº Total de Questionários Aplicados				112	

*Não foi aplicado todos os questionários

ANEXO IV - Precipitação pluviométrica média anual de Alagoas-Brasil

Figura 72

Precipitação pluviométrica média anual de Alagoas-Brasil.



ANEXO V - Imagens do trabalho de campo

Figura 73

Território da Cidadania do Agreste de Alagoas - Agrovila do Assentamento Marcação, município de Traipu-Alagoas-Brasil.



Nota: Fotografia realizada no dia 29 de setembro de 2016. Início da pavimentação da agrovila.

Figura 74

Território da Cidadania do Agreste de Alagoas - Agrovila do Assentamento Riachão, município de Traipu-Alagoas-Brasil.



Nota: Fotografia realizada no dia 10 de outubro de 2016.

Figura 75

Território da Cidadania do Agreste de Alagoas - Agrovila do Assentamento Che Guevara, município de Traipu-Alagoas-Brasil.



Nota: Fotografia realizada no dia 10 de outubro de 2016.

Figura 76

Território da Cidadania do Agreste de Alagoas - Entrevista no Assentamento Rendeira, município de Girau Ponciano-Alagoas-Brasil



Nota: Fotografia realizada no dia 28 de novembro de 2016.

Figura 77

Território da Cidadania do Agreste de Alagoas - Agrovila do Assentamento Rendeira, município de Girau do Ponciano-Alagoas-Brasil.



Nota: Fotografia realizada no dia 30 de novembro de 2016.

Figura 78

Território da Cidadania do Agreste de Alagoas - Entrevistas no no Assentamento Algodão, município Palmeira dos Índios-Alagoas-Brasil.



Nota: Fotografia realizada no dia 20 de março de 2018.

Figura 79

Território da Cidadania do Agreste de Alagoas - Açude e área de produção no Assentamento Algodão, município Palmeira dos Índios-Alagoas-Brasil.



Nota: Fotografia realizada no dia 20 de junho de 2017.

Figura 80

Território da Cidadania da Mata de Alagoana - Agrovila e criação de ovinos no Assentamento São Pedro, município Atalaia-Alagoas-Brasil.



Nota: Fotografia realizada no dia 30 de junho de 2017.

Figura 81

Território da Cidadania da Mata de Alagoana - Agrovila e criação de ovinos no Assentamento São Pedro, município Atalaia-Alagoas-Brasil.



Nota: Fotografia realizada no dia 30 de junho de 2017.

Figura 82

Território da Cidadania da Mata de Alagoana - Entrevista com assentados do Assentamentos Manivas Romualdo na Feira de Quebrangulo-Alagoas-Brasil.



Nota: Fotografia realizada no dia 31 de agosto de 2017.

Figura 83

Entrevista no e casa de assentado do Assentamento Maniva Romualdo, município Quebrangulo-Alagoas-Brasil

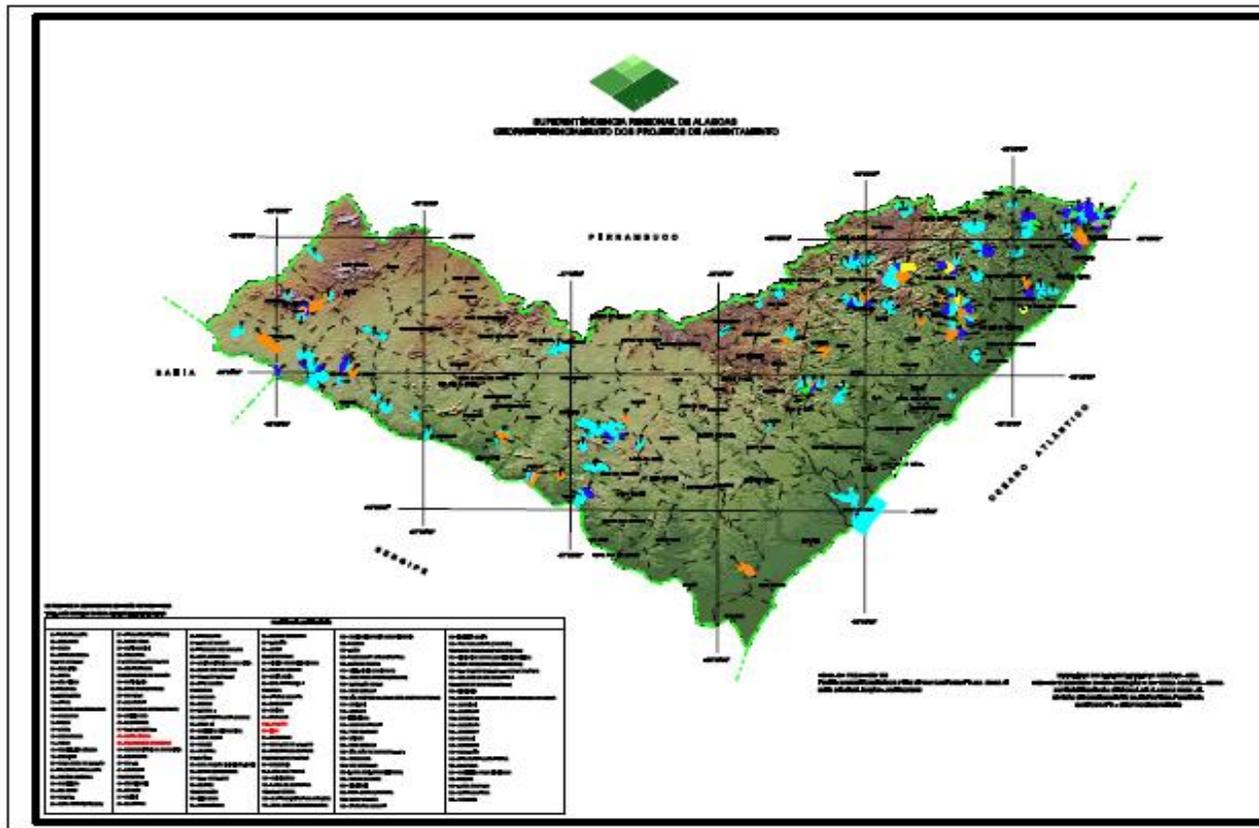


Nota: Fotografia realizada no dia 31 de agosto 2017.

ANEXO VI - Mapa de Alagoas com os assentamentos

Figura 84

Mapa de Alagoas com os assentamentos



Nota: Fonte - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária em Alagoas - INCRA/AL

ANEXO VII - Questionário de Campo

Questão	Resposta	QUESTIONÁRIO PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS DE ALAGOAS	
		Dia de aplicação: _____ Assentamento: _____ Pesquisador(es/as): _____	
		DADOS PESSOAIS	
1		Sexo: () Masculino () Feminino	
2		Idade (em anos completos):	
3		Você é: 1 – Solteiro(a) 2 – Casado(a) 3 – Vive junto 4 – Separado(a)	5 – Desquitado(a) 6 – Divorciado(a) 7 – Viúvo(a) 8 – Outros
		ESCOLARIDADE	
4		Qual nível de escolaridade você fez? 1 – Fundamental incompleto 2 – Fundamental completo 3 – Médio incompleto 4 – Médio completo	5 – Superior incompleto 6 – Superior completo 7 – Nunca estudou 8 – Sabe ler e escrever

5		<p>Onde vivia antes de ser assentado tinha serviços de?</p> <p>1-Escola</p> <p>2-Esgoto</p> <p>3-Energia elétrica</p> <p>4-Posto de Saúde</p> <p>5-Correio</p> <p>6-Transporte</p>
6		<p>O que motivou se tornar assentado?</p> <p>1-Melhorar de vida</p> <p>2-Gosta do campo</p> <p>3-</p>
7		<p>Onde conseguiu as informações para se tornar assentado?</p> <p>1-Igreja</p> <p>2-Movimento</p> <p>3-Assistente social</p> <p>4-Amigo</p> <p>5-Vizinho</p> <p>6-Outro_____</p>
8		<p>Você é militante de algum movimento social? 1 – Sim, 2 – Não</p>
9		<p>Qual?</p>
		<p>DADOS DE RENDA</p>
10		<p>1 – A renda da sua família tem origem:</p> <p>1 – Produção do lote (Quanto?)</p>

		<p>2 – Recebe Bolsa Família há quanto tempo? (Quanto?)</p> <p>3 – Aposentadoria (Quanto?) Há conto tempo ?</p> <p>4 – Outro. Qual e quanto?</p>	
11		<p>Qual a renda familiar? 1-<1SM 2- 1SM 3- 2SM 4- 3SM a 5SM</p> <p>5- >5SM</p>	
12		<p>Há quantos anos você vive no assentamento?</p>	
13		<p>Depois que veio morar no assentamento a sua vida:</p> <p>1- Melhorou muito</p> <p>2 – Melhorou pouco</p> <p>3 – Continuou do mesmo jeito</p> <p>4 – Piorou</p> <p>5 – Piorou muito</p>	
14		<p>Na sua residência tem:</p> <p>1 – Televisão,</p> <p>2 – Rádio</p> <p>3 – DVD</p> <p>4 – Computador</p> <p>5 – Antena parabólica</p> <p>6 – Geladeira</p> <p>7 – Fogão a gás</p>	<p>8 – Fogão a lenha</p> <p>9 – Chuveiro elétrico</p> <p>10 – Forno micro-ondas</p> <p>11 – Carro</p> <p>12 – Motocicleta</p> <p>13 – Bicicleta</p> <p>14 – Outro: _____</p>
15		<p>Qual a principal forma de diversão de sua família?</p>	

		1- Futebol, 2 – Bar, 3 – Televisão, 4 – Festa na comunidade, 5 – Outros _____
		ASSISTÊNCIA TÉCNICA
16		Usa assistência técnica? 1 – Do Incra , 2 – Do BNB, 3 – Não usa, 4 – Emater 5 – Outro _____ -
17		Se usa assistência técnica, qual a sua avaliação? 1 – Excelente, 2 – Boa, 3 – Razoável, 4 – Ruim, 5 – Péssima
18		Porque?
19		Se não usa, por quê? 1 – Desnecessário, 2 – Frequência de visitas é baixa, 3 – Não conhece o serviço, 4 – Não existe na região, 5 – Custo elevado, 6 – Serviço não é bom, 7 – Outro
20		Se recebe visitas técnicas... avaliação ? 1 – Sempre, 2 – Às vezes, 3 – Nunca
		LOTE
21		Quantos são os cômodos de sua casa?
22		Você fez alguma benfeitoria em sua casa? 1 – Sim, 2 – Não
23		Se fez, qual foi a benfeitoria: 1 - Aumentou cômodos na casa, 2 – Armazém, 3 – dispensa
24		Você fez alguma benfeitoria no seu lote? 1 – Sim, 2 – Não
25		Se fez, qual foi a benfeitoria: 1 – Galpão, 2 - Irrigação 3 – Curva de nível, 4 – Outro _____

26		Há plantações no seu lote? 1 – Sim, 2 – Não
27		<p>Se há plantações no seu lote, o que é plantado?</p> <p>1 – Hortaliças Qual:</p> <p>_____</p> <p>2 – Feijão e milho</p> <p>3 – Mandioca</p> <p>4 – Frutas Qual:</p> <p>_____</p> <p>5 –Capim</p> <p>6 – Outro Qual:</p> <p>_____</p>
28		<p>Se há plantações no seu lote, você usa o que para melhorar a produção? 1 – adubo, 2 – Agrotóxico, 3 - Esterco, 4 – Torta,</p> <p>Outro: _____</p>
29		Se há plantações no seu lote, a produção é vendida? 1 – Sim, 2 – Não
30		Você cria animais no seu lote? 1 – Sim, 2 – Não
31		<p>Se cria animais no seu lote, quais são criados?</p> <p>1 – Caprino Quantos _____</p> <p>2 – Ovino Quantos _____</p> <p>3 – Bovino Quantos _____</p> <p>4 –Equino Quantos _____</p> <p>5 – Aves Quantos _____</p> <p>6 – Outros Quantos _____</p>

32		Se cria animais no seu lote, como eles são alimentados com que? 1 – Milho, 2 – Pasto, 3 – Ração, 4 – Lavagem, 5-Outros
33		Se há criação de animais no seu lote, a produção é vendida? 1 – Sim, 2 – Não
34		Você desenvolve outra atividade no seu lote? 1 – Sim, 2 – Não, 3 – Qual: _____
35		Se você vende o que produz, para quem/onde vende? 1 – Box próprio da CEASA, 2 – Cooperativas, 3 – Associação de produtores, 4 – Feiras, 5 – Atravessadores/Intermediários, 6 – Sacolão, 7 – Mercadinhos, 8 - PAA
36		Tem algum funcionário que trabalha no lote? 1 – Sim, 2 – Não
37		Tem algum equipamento/instrumento/máquina no seu lote? 1 – Sim, 2 – Não 3 – Qual: _____
38		Tem algum equipamento/instrumento/máquina/automóvel que é de uso coletivo do assentamento? 1 – Sim, 2 – Não, 3 – Qual: _____
39		Você participa de alguma cooperativa de produção? 1 – Sim, 2 – Não
40		Se participa de alguma cooperativa, qual é ela?
41		Você já ouviu falar em agroecologia? 1 – Sim, 2 – Não
42		Se já ouviu falar em agroecologia, sua opinião é: 1 – Sei o que é e faço isso na minha propriedade, 2 – Gostaria de fazer na minha propriedade, 3 – Não sei o que é
		CRÉDITO

43		Usa ou usou crédito rural? 1 – Sim, 2 – Não
44		Se usa ou usou, qual foi? 1 – Apoio inicial (lona), 2 – Fomento, 3 – PRONAF A, 4 – PRONAF B, 5 – PRONAF C, 6 – PROCERA, 7 – Crédito Moradia, 8 – Outros
45		Se usa ou usou, já começou a pagar? 1 – Sim, 2 – Não
46		Se já começou a pagar, está em dia com os pagamentos? 1 – Sim, 2 – Não
		SAÚDE
47		Tem hospital ou posto de saúde no assentamento? 1 – Sim, 2 – Não
48		Se não tem hospital ou posto de saúde no assentamento ele fica a quanto quilometro?
49		Se tem hospital ou posto de saúde, como é o serviço? 1 – Muito bom, 2 – Bom, 3 – Razoável, 4 – Ruim, 5 – Muito ruim
50		O assentamento é atendido pelo PSF? 1 – Sim, 2 – Não
51		Se recebe visita do PSF, como ela ocorre? 1 – Sempre, 2 – Às vezes, 3 – Nunca
52		Opinião sobre o PSF: 1 – Muito bom, 2 – Bom, 3 – Razoável, 4 – Ruim, 5 – Muito ruim
		AVALIAÇÃO
53		Das coisas que existem no seu assentamento, o que você mais gostaria que melhorasse?
54		Das coisas que faltam no seu assentamento, o que você mais gostaria que tivesse?